



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KATIA SILVA BUFALO

**PROVA PARANÁ E PROGRAMA “SE LIGA”:
A REENGENHARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PELO
CONTROLE DA GESTÃO ESCOLAR E DO TRABALHO
DOCENTE (2019-2023)**

Londrina
2024



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2024

KATIA SILVA BUFALO

**PROVA PARANÁ E PROGRAMA “SE LIGA”:
A REENGENHARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PELO
CONTROLE DA GESTÃO ESCOLAR E DO TRABALHO
DOCENTE (2019-2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof. Dra. Maria José Ferreira Ruiz.

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

K19p Bufalo, Katia Silva.
Prova Paraná e Programa "Se Liga" : a reengenharia da qualidade da educação pelo controle da gestão escolar e do trabalho docente (2019-2023). / Katia Silva Bufalo. - Londrina, 2024.
259 f. : il.

Orientador: Maria José Ferreira Ruiz.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Prova Paraná - Tese. 2. Qualidade da Educação - Tese. 3. Programa Se Liga - Tese. 4. Gestão Escolar - Tese. I. Ruiz, Maria José Ferreira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

KATIA SILVA BUFALO

**PROVA PARANÁ E PROGRAMA “SE LIGA”:
A REENGENHARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PELO
CONTROLE DA GESTÃO ESCOLAR E DO TRABALHO
DOCENTE (2019-2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Profa. Orientadora
Dra. Maria José Ferreira Ruiz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Adriana Regina de Jesus
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Eliane Cleide da Silva Czernisz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Mario Luiz Neves de Azevedo
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Profa. Dra. Renata Peres Barbosa
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 14 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

Qual seria a ordem mais justa de começar a agradecer um feito tão ousado para alguém como eu? Tenho certeza de que não teria conseguido sem ajuda, colaboração, amor, entendimento, renúncias de muitas pessoas. **Muito obrigada** por uma quantidade de gratidão ao infinito não enumerável.

Quero dividir com vocês que fizeram parte da minha história durante estes quarenta e seis anos e me ajudaram a ser o que sou hoje, para mim é muito porque é tudo o que sei e o que sou.

De modo especial, quero começar agradecendo à minha mãe **Suely de Souza Silva**, exemplo de coragem sem limites que tento reproduzir diariamente. Você sempre será minha inspiração de vida.

Agradeço ao meu pai **Manoel Jonas da Silva** que, no meio de tanta pobreza, me ensinou que a riqueza vinha dos livros. O amor pela leitura que você me ensinou jamais morrerá.

Ambos me deram a vida. Tento honrar tudo isso a cada minuto.

Agradeço aos meus irmãos **Rômulo Jonas da Silva e Mateus Souza Silva** pela convivência nesta vida (*in memoriam*). Gostaria que vocês estivessem aqui - vidas abreviadas - histórias que poderiam ter sido bem diferentes, em um mundo, só um pouquinho melhor. Que haja justiça em algum tempo! Continuarei lutando por isso até o final.

Agradeço aos meus filhos, **Pedro Silva Bufalo e Theo Silva Bufalo**, pela compreensão, por perdoarem as minhas ausências, por me incentivarem e me ajudarem com os estudos. Espero que sintam alegria por etapa vivenciada e vencida em família. Vocês me ajudam ser melhor. Muito obrigada!

Agradeço à minha orientadora e mãe acadêmica Profa. Dra. **Maria José Ferreira Ruiz**, companheira desde o mestrado. No doutoramento, me mostrou o verdadeiro significado da palavra confiança, uma das lições mais amorosas da minha vida. **Muito obrigada!**

Agradeço à Profa. Dra. **Eliane Cleide da Silva Czernisz**, desde a graduação me encorajando a continuar estudando e contribuindo para a minha formação. Muito obrigada!

Agradeço à Profa. Dra. **Adriana Regina de Jesus** pelas aulas no doutorado e por aceitar ler a minha pesquisa e contribuir com a minha avaliação. Muito obrigada!

Agradeço ao Prof. Dr. **Mario Luiz Neves de Azevedo** pelo aceite em participar da minha avaliação, pelas contribuições e sugestões para ampliar meu olhar para o meu objeto de pesquisa. Muito obrigada!

Agradeço à Profa. Dra. **Renata Peres Barbosa** que gentilmente aceitou em contribuir a avaliar meu trabalho. Muito obrigada!

Agradeço a todas as amigas e amigos, são tantos (em casa, no trabalho, na infância, no PPEDU, em Londrina, em Alvorada do Sul) sou tão afortunada que tenho medo de falhar com alguém. Vocês sabem, por vezes até melhor do que eu, o quanto fazem parte deste período de pesquisa. Muitos renunciaram amorosamente os encontros presenciais e aguardam o término da pesquisa para podermos celebrar. Muito obrigada!

Agradeço ao grupo de pesquisa: Estado, políticas públicas e gestão da educação (UEL), colegas que estudaram comigo textos e contextos que provocam a pesquisa, agradeço de modo especial duas companheiras neste processo: **Camila Aparecida Pio e Viviane Barbosa Perez Aguiar**. Vivenciamos longas batalhas. Muito obrigada!

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Educação da UEL**, especialmente às professoras e aos professores que contribuíram para minha formação de forma direta e indireta. É gratificante chegar até aqui com vocês. Muito obrigada!

Agradeço às Universidades Públicas e todas as pessoas que nelas trabalham. Agradeço principalmente à **Universidade Estadual de Londrina**, onde cursei a graduação, mestrado e doutorado. **Minha formação só aconteceu porque a universidade pública resiste**. Muito obrigada!

Agradeço às cinco escolas estaduais: Colégio Estadual "**Albino Feijó Sanches**"; Colégio Estadual "**Ana Molina Garcia**"; Colégio Estadual "**Hugo Simas**"; Colégio Estadual "**Professora Roseli Piotto Roehrig**" e o **Instituto de Educação Estadual de Londrina (IEEL)**, escolhidas para realização das entrevistas que o projeto inicial desta pesquisa previa, **procedimento autorizado pelos respectivos diretores e diretora à época**. Muito Obrigada!

Agradeço a professora responsável pela revisão gramatical e normatização deste trabalho, **Ana Carla da Silva Lima**, que junto à minha orientadora, muitas vezes, me ajudou a traduzir meus pensamentos e descobertas. Muito obrigada!

Agradeço às minhas professoras e professores desde: **Colégio Estadual 14 de Dezembro, Escola Estadual Anastácio Cerezine e Universidade**

Estadual de Londrina, o aprender a estudar foi com muitos de vocês. Muito obrigada!

Agradeço aos estudantes das escolas pública, **alunas e alunos para quem lectionei** ou acompanhei o ensino e aprendizagem enquanto professora pedagoga da turma. **Aprendemos sempre**. Muito obrigada!

Agradeço às(aos) colegas **trabalhadores da educação**, principalmente aqueles que continuam a lutar comigo para resgatar a educação pública de qualidade social e gestão democrática. Muito obrigada!

Agradeço a todas as **autoras e autores, referências dessa pesquisa**, pelos textos que me ensinaram tanto sobre educação e sobre o nosso mundo.

Agradeço a quem dedico este trabalho e a minha vida. A quem agradeço o companheirismo na batalha diária, a quem recorro quando não sei como continuar, a quem testemunhou cada parte, cada leitura, cada noite em claro para tentar escrever, todos os choros de estresse, toda a dor das horas de estudo. A quem me convidou para passear quando me percebia esgotada.

Agradeço ao meu marido, **Aldecir Carlos Bufalo**, meu leitor, digitador, debatedor, incentivador, enfim, meu parceiro nesse trabalho e na vida.

Muito obrigada!

A **quem ler** este trabalho e quiser continuar o debate, será uma honra.

Desde já, **Muito obrigada!**

*Ao Alde, pelo companheirismo sem limites, amor e
cuidado durante toda esta longa jornada.
Gratidão Eterna!
Sem você, não teria sido possível.*

RESUMO

BUFALO, Katia Silva. **Prova Paraná e Programa “Se Liga”**: a reengenharia da qualidade da educação pelo controle da gestão escolar e do trabalho docente (2019-2023). 259 f. Tese – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Trata-se de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) na linha Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais de Educação, núcleo 3: Políticas Educacionais, realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação. O aporte teórico é fundamentado na teoria do Materialismo Histórico-Dialético. O estudo objetiva analisar a relação da intensificação da aplicação da avaliação externa intitulada “Prova Paraná”, no período de 2019 a 2023 e a implementação do Programa “Se Liga”, com suas repercussões para o IDEB, a gestão escolar e o trabalho docente no Estado do Paraná. Busca compreender o seguinte problema: quais as relações entre a Prova Paraná, a implantação do Se Liga e o aumento do IDEB na gestão (2019-2023)? A pesquisa tem como objetivo geral: analisar a relação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), no período (2019-2023), intitulado como Prova Paraná, com a implantação do Se Liga, e o aumento do IDEB, neste decurso, bem como as implicações para a gestão escolar e para o trabalho docente. Os objetivos específicos são: i) Identificar o movimento histórico no qual se constituiu a avaliação externa Prova Paraná e as agendas e redes políticas que a viabilizaram; ii) Explicitar os pressupostos políticos e ideológicos que subjazem os documentos e o arcabouço jurídico normativo que possibilita o desenvolvimento da Prova Paraná e do Programa Se Liga; iii) Relacionar as agendas e documentos orientadores das políticas educacionais de avaliação da educação com as orientações para a gestão escolar e para o trabalho docente; iv) Contribuir com a ampliação do conhecimento sobre as proposições controversas, acerca da qualidade educação e da gestão escolar, disponíveis nos documentos orientadores das políticas públicas educacionais. Trata-se, então, de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de pesquisa documental em fontes primárias e pelo uso de fontes secundárias por meio de revisão bibliográfica sistemática acerca do tema em estudo. Defende a tese que a combinação dos programas Prova Paraná e Se Liga: é tempo de aprender mais, atrelados a um forte controle da gestão escolar e do trabalho docente, se constituem em uma estratégia de governo para manobrar os resultados do IDEB no período delimitado. Por sua vez, o Programa Se Liga é um experimento pedagógico, implementado no estado do Paraná, sem anuência do Conselho Estadual de Educação (CEE), isso significa, parecer de autorização. O Se Liga visa induzir uma correção de fluxo anual a fim de impactar no índice de aprovação e, por conseguinte, na média do IDEB. Conclui-se que os resultados do IDEB podem ser “falseados” por programas como esses em questão. Além disso, a qualidade da educação da educação proposta pelo IDEB não corresponde a uma concepção de qualidade da educação socialmente referenciada. Constata-se que o governo em análise implementou políticas antidemocráticas. Desse modo, mobilizações e tecnorresistências são indicadas como possibilidade de resgate da educação pública em busca de uma outra democracia.

Palavras-chave: Prova Paraná; IDEB; Programa Se Liga; Gestão Escolar; Avaliação externa; Trabalho Docente.

ABSTRACT

BUFALO, Katia Silva. **Prova Paraná and “Se Liga” Program: reengineering the quality of education through control of school management and teaching work (2019-2023)**. 259 p. Tese – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

This is research linked to the Postgraduate Program of the State University of Londrina (UEL) in the line of Philosophical, Historical, Political and Cultural Perspectives on Education, nucleus 3: Educational Policies, carried out within the scope of the State Studies and Research Group, Public Policies and Education Management. The theoretical contribution is based on the theory of Historical-Dialectical Materialism. The study aims to analyze the relationship between the intensification of the application of the external evaluation entitled “Prova Paraná”, in the period from 2019 to 2023 and the implementation of the “Se Liga” Program, with its repercussions for IDEB, school management and teaching work in State of Parana. It seeks to understand the following problem: what are the relationships between the Prova Paraná, the implementation of “Se Liga” and the increase in IDEB in management (2019-2023)? The research has as its general objective: to analyze the relationship between the Paraná Basic Education Assessment System (SAEP), in the period (2019-2023), entitled Prova Paraná, with the implementation of Se Liga, and the increase in IDEB, in this course, as well as the implications for school management and teaching work. The specific objectives are: i) Identify the historical movement in which the Prova Paraná external evaluation was constituted and the political agendas and networks that made it viable; ii) Explain the political and ideological assumptions that underlie the documents and the normative legal framework that enables the development of the Prova Paraná and the “Se Liga Program”; iii) Relate the agendas and documents guiding educational policies for evaluating education with the guidelines for school management and teaching work; iv) Contribute to expanding knowledge about controversial propositions regarding quality education and school management, available in the guiding documents of public educational policies. This is, therefore, a qualitative research carried out through documentary research in primary sources and the use of secondary sources through a systematic bibliographic review on the topic under study. It defends the thesis that the combination of the Prova Paraná and Se Liga: it's time to learn more programs, linked to strong control of school management and teaching work, constitute a government strategy to maneuver the IDEB results in the defined period. In turn, the Se Liga Program is a pedagogical experiment, implemented in the state of Paraná, without the consent of the State Education Council (CEE), that is, an authorization opinion. Se Liga aims to induce an annual flow correction in order to impact the approval rate and, therefore, the IDEB average. It is concluded that IDEB results can be “falsified” by programs such as these in question. Furthermore, the quality of education proposed by IDEB does not correspond to a socially referenced conception of quality of education. It appears that the government under analysis implemented undemocratic policies. In this way, mobilizations and techno-resistance are indicated as a possibility of rescuing public education in search of another democracy.

Key-words: Prova Paraná; IDEB; Se Liga Program; School Management; Avaliação externa; Teaching Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões dos usos dos resultados do SAEB/Prova Brasil na formulação de políticas.....	67
Figura 2 - Página inicial: Aplicativos e Plataformas Educacionais SEED-PR	90
Figura 3 - Indicador do nível socioeconômico dos estudantes do Paraná.....	96
Figura 4 - Fluxo do Programa Presente na Escola.....	98
Figura 5 - O resumo técnico dos procedimentos para inserção da matrícula “sem frequência”.....	103
Figura 6 - Etapas da inserção da matrícula “sem frequência” pela instituição de ensino.....	105
Figura 7 - Fluxo do processo de aplicação da Prova Paraná.....	114
Figura 8 - Estudantes matriculados no PAE de 2015 a 2020 no estado do Paraná	123
Figura 9 - Taxa de distorção idade-série no Estado do Paraná em 2019.....	124
Figura 10 - Panorama das dificuldades na América Latina.....	138
Figura 11 - Divulgação publicitária nas fronteiras do Estado do Paraná.....	142
Figura 12 - Indicadores Educacionais para a qualidade da educação.....	145
Figura 13 - Investimentos estaduais para a Ciência e Tecnologia.....	146
Figura 14 - Componentes do Projeto Multissetorial Acordo n. 8201-BR/ Banco Mundial.....	150
Figura 15 - Referências básicas para o Sistema de Avaliação conforme IPARDES....	151
Figura 16 - Gestão da educação no estado do Paraná (2019-2023).....	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pesquisas levantadas por descritores (2017-2021).....39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Série histórica documental encaminhados às escolas sobre a aplicação da Prova Paraná (Período 2019-2022).....	33
Quadro 2 - Série histórica documental encaminhados às escolas sobre o Programa Se Liga (2019-2022).....	36
Quadro 3 - Trabalhos selecionados para estudo.....	40
Quadro 4 - Fases e Tendências do Estado-avaliador.....	60
Quadro 5 - Sistemas Estaduais de Avaliação por unidade da Federação.....	70
Quadro 6 - Coordenadores, conselheiros e intelectuais do CAEd.....	75
Quadro 7 - Metas de frequência escolar.....	100
Quadro 8 - Pareceres de Autorização do Programa de Aceleração de Estudos no estado do Paraná.....	121
Quadro 9 - Proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil – 2022.	143
Quadro 10 - Estratégias para controle da gestão escolar e do trabalho docente no estado do Paraná (2019-2023).....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEE	Agenda Globalmente Estruturada para a Educação
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APP-SINDICATO	Associação dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
<i>BI</i>	<i>Business Intelligence</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Bando Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEE	Conselho Estadual de educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DEDUC	Diretoria de Educação
DEEIN	Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLIP	França-Luxemburgo-Itália-Portugal
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAEB	Gerência de Estatísticas e Avaliação
GERM	Movimento Global de Agenda Globalmente Estruturada
GIEM	Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal
GRAP	Gratificação de Resultado de Aprendizagem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPR	Índice de Desempenho Escolar do Paraná
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação de Moçambique
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LRCO	Livro Registro de Classe <i>On Line</i>
MED	Ministério da Educação de Angola
NRE	Núcleo Regional de Educação
OBMEP	Olimpiada da Matemática
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPRM	Olimpiada Paranaense de Matemática
PARFOR	Plano Nacional para Formação de Professores da Educação Básica
PAT	Programa Aprendizagem para Todos

PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE-PR	Plano Estadual de Educação
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PMDB	Partido pelo Movimento Democrático Brasileiro
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PREAL	Programa de Reformas Educacionais na América Latina
PROFUNCIONÁRIO	Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTF	Produtividade Total dos Fatores
RCO	Registro de Classe Online
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEP	Sistema de Avaliação Da Educação Básica do Paraná
SEED	Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
TIMSS	Trends in International Mathematics and Science Study
TPE	Todos pela Educação
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UF	Unidade da Federação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO TEMA E APORTE TEÓRICO	18
1.1	PERCURSO METODOLÓGICO	27
1.2	PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS	31
1.3	BALANÇO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.....	39
2	AGENDAS, REDES POLÍTICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ	46
2.1	O CONSENSO ACERCA DA REFORMA DO ESTADO NA AGENDA MUNDIAL.....	47
2.2	A RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA E A INVESTIDA NA AMÉRICA LATINA: OS ACONTECIMENTOS NO BRASIL	51
2.3	SAEB, IDEB A EDUCAÇÃO DE “TODOS”	59
2.4	OS SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AGENDA CONSED E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA	69
3	PROVA PARANÁ E PROGRAMA SE LIGA: O AUMENTO DO IDEB NO PARANÁ E AS MUDANÇAS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO E NA GESTÃO ESCOLAR	79
3.1	A CONJUNTURA E O ALINHAMENTO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO PARA AUMENTO DO IDEB DO PARANÁ.....	80
3.2	PROVA PARANÁ: PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA O SAEB	111
3.3	PROGRAMA “SE LIGA”: UMA CORREÇÃO DE FLUXO ANUAL	118
4	4 PROVA PARANÁ E PROGRAMA “SE LIGA”: A REENGENHARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PELO CONTROLE DA GESTÃO ESCOLAR E DO TRABALHO DOCENTE. 130	
4.1	A RELAÇÃO DAS PARCERIAS INTERNACIONAIS E O CONTROLE DO TRABALHO E DA PROFISSÃO DOCENTE	131
4.2	O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PARANÁ: A QUESTÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL SEGUNDO O IPARDES	141
4.3	A REENGENHARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO POR MEIO DO CONTROLE DA GESTÃO E DO TRABALHO DOCENTE NO PARANÁ	148
4.4	O DESAFIO DE RESGATAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA....	162
5	CONCLUSÃO.....	166
6	REFERÊNCIAS	172
7	ANEXOS	187

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais"; significa também e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las", por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens [e mulheres] seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a descoberta, por parte de um "gênio filosófico", de uma nova realidade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1981, p. 13-14).

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E APORTE TEÓRICO

*Reunamos então, palavra por palavra, as peças documentais”
(Marx e Engels, 2016, p. 26).*

Esta pesquisa traz consigo o ensejo de potencializar elementos teórico-práticos na proposição de estratégias de luta pela democratização da gestão da educação e a universalização da educação como um direito social, que deve ser provido pelo Estado, com os recursos necessários à educação pública e a universalização da qualidade social. Portanto, pretende estudar e desconstruir o discurso que defende as “práticas culturais de avaliações externas”, que simplificam a qualidade da educação aos resultados das testagens padronizadas.

A tese aborda os Programas Prova Paraná e Se Liga é tempo de aprender mais, no período de 2019 a 2023, enquanto estratégias para impactar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado do Paraná.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é um dos eixos de discussão da tese. Essa legislação, além de ser o marco legal de referência para a minha atuação profissional enquanto pesquisadora, é uma referência biográfica. Há alguns anos, adotei a expressão “estou na escola e atuo em sala de aula desde antes da aprovação da LDB”, gosto de brincar e ilustrar para colegas e estudantes há quanto tempo tenho vivenciado e trabalhado, na maioria desse período, na educação pública.

Em 1992, aos 15 anos, quando ingressei no curso de Magistério e, simultaneamente, comecei a trabalhar como professora substituta. De modo informal, as docentes que precisavam se ausentar da escola para realizar tratamento médico e/ou dentário me convocavam para substituí-las em sala de aula, naquela época, me remuneravam pessoalmente pelo trabalho realizado. Cursei o Magistério em minha cidade natal, que naquela época era pago, trabalhando simultaneamente em sala de aula. Particpei ativamente no movimento de “transformação” do curso de Magistério, atualmente, conhecido como Formação de Docentes, do Colégio Cenecista Rosa Imperatore Alves (privado e filantrópico) para o Colégio Estadual 14 de Dezembro (público e gratuito), enquanto isso, também participava ativamente da fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no município de

Alvorada do Sul/PR. Por isso, levo o feito histórico de ter sido a primeira professora contratada da Escola Celso Heinzen. Depois, ingressei no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, neste período (1997), já estava aprovada em concurso público como professora do município de Alvorada do Sul e contratada na APAE como professora do Programa de Treinamento Básico, ou seja, trabalhava como docente por 40 horas semanais na escola. O tempo para estudar era o período de deslocamento diário de ônibus entre Alvorada do Sul e Londrina. Continuei estudando e trabalhando durante todos esses anos para cursar as especializações, o mestrado e o doutoramento. Compilo experiências variadas: educação especial, educação infantil; ensino fundamental (anos iniciais e anos finais); ensino médio; educação profissional e educação superior. Dessa forma: “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido” (Gramsci, 1981, p. 12). Em vista disso, sou uma trabalhadora da educação há mais de três décadas que jamais deixou de estudar e reelaborar a sua prática, assim, tornei-me pesquisadora.

Durante essa trajetória, vivenciei as dificuldades enumeráveis que perpassam cotidianamente estudantes e profissionais da educação pública, todas essas experiências colaboraram para a necessidade dessa pesquisa, por essa busca pelo conhecimento que caracteriza a minha história pessoal.

Dentre tantas temáticas que me desafiam desde o primeiro dia que entrei em uma sala de aula, a leitura sempre foi o objeto central do meu interesse, do meu trabalho e da minha práxis¹. Este objeto me levou ao mestrado e, entre os diversos recortes que poderia fazer sobre o ato de ler, por atuar na equipe pedagógica da rede estadual e ouvir das²(os) docentes que “os estudantes não leem”, envolvi-me pelas indagações sobre as políticas públicas para a leitura. A descoberta foi nefasta: “Não há políticas públicas para a leitura” – **há políticas**

¹ “Se o homem existe, enquanto tal, como ser prático, isto é, - afirmando-se com sua atividade prática transformadora em face a natureza exterior e em face a sua própria natureza, a práxis revolucionária e a práxis produtiva constituem dimensões essenciais do ser prático” (Vásquez, 1968, p. 202).

² A atuação docente é predominante de pessoas do sexo feminino: “A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista [...] O que não é possível é simplesmente fazer o discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial” (Freire, 2016, p. 94-95).

para o livro³ e a leitura, porque o produto e o consumo são as prioridades, faltam condições para trabalhar “a importância do ato de ler” (Freire, 2009).

Contudo, o mestrado me levou para outras dimensões das políticas educacionais, descobri as nebulosas redes políticas e algumas órbitas das agendas políticas transnacionais. Naquela pesquisa, estudei a disputa neoliberal e o jogo das políticas públicas, depois disso, me atentei ainda mais para o que via e vivenciava na escola. Após tanto tempo na educação pública, enxerguei o Estado e as “Reformas do Estado”. Em 2019, os fenômenos: Prova Paraná e Programa Se Liga me instigaram a entender o que exatamente estava se engendrando na escola e as possíveis implicações para o IDEB, bem como, almejada por “todos”, a qualidade da educação. Essas questões e tantas outras, que se apresentarão durante a exposição da tese, eclodiram durante o exercício da função de professora pedagoga da rede estadual e me levaram a realizar essa pesquisa.

Inicialmente, delimitamos o marco temporal da pesquisa ao primeiro mandato do governador eleito (2019-2022), contudo, após o acontecimento da sua reeleição, ampliamos as discussões até o primeiro ano do segundo mandato, em razão das continuidades: da pesquisa e da gestão de Carlos Roberto Massa Júnior, desse modo, o período compreendido é de 2019 a 2023.

No final do Governo Richa⁴ e início do Governo Ratinho Jr., a Secretaria de Estado da Educação e Esporte (SEED-PR) inicia uma série de seminários e uma indução para direcionamento da organização do trabalho pedagógico das escolas da Rede Estadual do Paraná por meio de análise dos resultados dos índices escolares nos “Boletins da Escola”, síntese das avaliações externas aplicadas em 2018, denominadas Prova SAEP, a partir de 2019, ano de início do primeiro mandato do Ratinho Jr., tais avaliações foram intituladas de Prova Paraná.

As direções das escolas começaram a ser convocadas para participarem

³ Em nossos dias, há uma intensa disputa para que as políticas se transformem em políticas de plataformas de leitura.

⁴ O Governo Richa é referente ao mandato de Carlos Alberto Richa, conhecido politicamente como Beto Richa. Foi governador do Paraná de 2011 a 2018. De acordo com Faustino (2021), “o Governo Beto Richa lidou com a necessidade de formação e valorização dos professores ao longo de dois mandatos. Estudando as proposições que o governo enviou para a ALEP, o que mais foi possível identificar foram retiradas de direitos, sucateamento do trabalho e carreira docente” (Faustino, 2021, p. 156).

de Seminários em Curitiba e estabelecerem **metas de superação dos índices das avaliações estaduais e nacionais**. Conforme estudos científicos da área de políticas educacionais, este fenômeno é denominado responsabilização por resultados (*accountability*⁵).

Nesse sentido, compreender a relação do aumento do IDEB no estado do Paraná neste período, assim como os processos de implantação da Prova Paraná e do Programa Se liga, possibilitará desvendar a essência do objeto Prova Paraná na realidade deste estado da federação. Apesar de encontrar estudos sobre os processos avaliativos e de monitoramento da educação básica desde os anos 1990, os estudos sobre os processos de criação de sistemas estaduais de avaliação são estudos mais recentes, com especificidades variadas, de acordo com os determinantes históricos de cada unidade federativa.

No Paraná, é possível afirmar que há um processo de implantação do Sistema Estadual de Avaliação desde 1995, entretanto, “não tem havido continuidade na sistemática inicialmente concebida” (Sousa; Oliveira, 2010, p. 811). A partir de 2012, o governo estadual iniciou a Prova SAEP, uma avaliação externa com o intuito de monitorar a educação básica e a qualidade da educação da rede pública: “A problemática da qualidade esteve sempre presente no mundo da educação e do ensino, mas nunca havia alcançado antes esse grau de centralidade” (Enguita, 2015, p. 96).

Entre continuidades e discontinuidades nas políticas educacionais, constata-se um lapso temporal entre a primeira edição da avaliação SAEP em 2012 até a segunda edição registrada em 2017. Este período de discontinuidade é marcado pela aprovação do Plano Nacional de Educação 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, momento de intensa mobilização e disputa pela agenda pública no Brasil, movimento que culminou no golpe parlamentar e destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016.

Como a história é movimento, durante o Governo Beto Richa, foi aprovado

⁵ Termo cunhado na língua inglesa de difícil tradução para o português, principalmente devido à complexidade das aplicações que pode ter. A palavra que melhor o traduz é responsabilização [...] Pesquisas recentes costumam privilegiar cinco dimensões de análise da *accountability* na administração pública: os controles clássicos; o controle parlamentar; o controle pela lógica dos resultados (exame dos objetivos, desempenho e dos resultados alcançados pelas políticas públicas); o controle pela competição administrada (competição entre os provedores dos serviços públicos); e por fim, o controle social (o controle dos cidadãos sobre os governantes que vai além do efetuado por meio de votações nas eleições). (MARQUES, 2018, p.45-46).

o Plano Estadual de Educação (2015/2025), instituído pela Lei nº 18.492, de 25 de junho de 2015, que previa por meio da estratégia 7.7 “a promoção e universalização do sistema de avaliação da Educação Básica”. A partir de 2019, a prova SAEP foi renomeada para Prova Paraná, com periodicidade de aplicação trimestral. Desde o ano letivo de 2020, além da periodicidade de aplicação da Prova Paraná a cada três meses, neste ano, todas as escolas estaduais do Paraná passaram a utilizar o período trimestral como padrão avaliativo.

Todavia, 2020 é um marco para a história mundial, em razão do acometimento da população planetária pela pandemia causada pelo SARS-CoV-2, o novo coronavírus. Em fevereiro de 2020, antes da eclosão da pandemia, todas as escolas da rede estadual aplicaram a Prova Paraná, contudo, o cronograma de avaliações trimestrais foi interrompido em razão das medidas de isolamento social para contenção da pandemia e o advento das aulas remotas⁶. Após diversas tentativas de retomada do cronograma de avaliações externas trimestrais, a SEED programou para 09/06/2021 uma testagem inédita intitulada: Atividade Diagnóstica Paraná, avaliação que deveria acontecer preferencialmente por meio digital. Os desdobramentos desse período serão tratados no decorrer da pesquisa.

Em 2019, com o início da gestão “Pensar estrategicamente, agir democraticamente – Ratinho Junior”, observa-se uma intensificação em relação à proposta de monitoramento e avaliação da educação pública. De imediato, foram inseridos programas e ações (ferramentas de gestão) no intuito de propiciar o alinhamento da gestão dos resultados da escola e monitoramento da gestão escolar com inserção de tutores nas escolas, a criação do Programa Presente na Escola, que é uma ferramenta de monitoramento da frequência dos estudantes, com **metas diárias de cumprimento para as escolas, condicionadas à manutenção e abertura de novas turmas**. Também foi implantado o Programa Se Liga, divulgado como um programa de intensificação da aprendizagem que, em uma análise cuidadosa, induz à diminuição do número de reprovações a fim de contribuir para atingir a meta estipulada de avanço no IDEB do Paraná, esse programa, em especial, é central na pesquisa e sobre ele focaremos nossa análise entre a aparência e a essência.

⁶ Terminologia utilizada no ano de 2020 para legitimar o calendário letivo de 2020 com aulas não presenciais por meio de tecnologias digitais e/ou atividades impressas.

Associado a esse conjunto de programas, durante o ano de 2019, foram intensificadas as avaliações relacionadas ao SAEP, com a aplicação da avaliação externa Prova Paraná em periodicidade trimestral. Em novembro de 2019, a Secretaria Estadual de Educação informou à rede escolar que a aplicação da prova SAEP passaria a ser intitulada Prova Paraná Mais.

Desse modo, observa-se uma ampliação do SAEP, uma vez que a prova SAEP, ao ser transformada em Prova Paraná, resumidamente, é uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes das séries finais dos ciclos de estudos⁷, funciona como uma simulação prévia dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Assim, a Prova Paraná com aplicação de periodicidade trimestral funciona como um processo de treinamento para a avaliação SAEB.

Esses programas chegaram nas escolas da rede estadual por meio de escritórios, encaminhados pelos Núcleos Regionais de Educação, porém: “todos os documentos são importantes, em graus diferenciados, e **expressam determinações históricas** que estão no cerne do *corpus* documental”. (Evangelista, 2012, s/p, grifos meus). Soma-se ao já exposto o fato de que tais programas contam com o apoio direto do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), conforme contrato n. 932/2017-SEED, instituições vinculadas ao financiamento das avaliações relacionadas ao SAEP e ainda da Fundação Lemann, segundo acordo de cooperação chamado Programa de Gestão Pública, que foi instituído pelo despacho do Governador do Estado nº 15.527.113-2/18 de 09/01/2019: “É o que em nossas pesquisas chamamos de direção, quando o privado assume a direção sobre as pautas e os conteúdos da educação” (Peroni; Caetano, 2020, p. 4).

Esta problemática faz pensar sobre a necessidade de compreender os impactos desse contexto na gestão escolar da educação pública e nas condições e possibilidades de manutenção da democratização da educação enquanto

⁷ Avaliações aplicadas no final do ano letivo nas séries de conclusão das etapas de ensino do 5º (série final do ensino fundamental – anos iniciais) e 9º ano (série final do ensino fundamental- anos finais) e 3ª e 4ª série do Ensino Médio (3ª. série final do ensino médio regular ou 4ª. série final dos cursos de ensino médio integrado a modalidades da educação profissional). Estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental da rede municipal daqueles municípios que aderiram à avaliação também participam da aplicação Prova Paraná.

direito social, considerando o contexto da implementação do sistema de avaliação estadual e as evidências de parcerias público-privada como indutoras das agendas das políticas vinculadas à Nova Gestão Pública e à Gestão da Educação.

Em 2020, o Paraná saiu da 7ª colocação nos resultados do IDEB para o 3º lugar no *ranking* nacional. Este dado permite inferir que há uma relação com os programas implementados nesse governo e a rápida alteração no IDEB, uma das metas do plano de governo (2019-2022): “Pensar estrategicamente, agir democraticamente”. A partir dessa conjuntura, pode-se inferir também a pertinência da pesquisa proposta, posto que concordamos com Ruiz e Peroni (2017). Fundamentadas em estudos empíricos, as autoras destacam as tendências das parcerias na Nova Gestão Pública que: “interferem no currículo e na forma de organização administrativa da escola, no sentido de instituir práticas de gestão gerencial” (Ruiz; Peroni, 2017, p. 159).

Desse modo, consideramos imprescindível pesquisas que apresentem elementos que auxiliam na compreensão dessa realidade e apontem possibilidades de resistências propositivas⁸ acerca da tendência iminente do predomínio da gestão privada da educação pública.

Diante do contexto inicial, pautadas na legislação vigente a saber: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, considerando a conjuntura local, nacional e internacional, isto é, fundamentadas na categoria da totalidade na perspectiva de compreensão do real: “que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e, enfim, coordená-lo com a síntese explicativa cada vez mais ampla” (Cury, 1989, p. 27), delimitou-se a problemática e a busca de respostas para as seguintes questões: quais as relações entre a Prova Paraná, a implantação do Programa Se Liga e o aumento do IDEB na gestão (2019-2023)? Partindo dessa problemática, as hipóteses levantadas são:

- I. Sendo o IDEB um indicador gerado pelo resultado do rendimento

⁸ Nessa conjuntura consideramos as propostas da APP-SINDICATO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) que tem discutido com o coletivo dos profissionais da educação estratégias e mobilizações intituladas “**Plataforma Zero**”. Observa-se que é um caminho possível, uma vez que este movimento repercutiu para além do estado paraense, conforme, destaque do jornal Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/professores-do-parana-anunciam-greve-de-apps-por-um-dia-nas-escolas.shtml>

(aprovação) e número de acertos nas provas, os Programas Prova Paraná e Se Liga estão diretamente relacionados com os resultados atuais;

- II. A proposta do Plano de Governo Ratinho Junior de aumento do IDEB muda a gestão escolar pautado no princípio da gestão democrática conforme previsto na LDB para a gestão gerencial conforme proposto pelo Movimento da Nova Gestão Pública;
- III. A associação de qualidade da educação restrita ao resultado IDEB não contempla uma concepção de qualidade socialmente referenciada, ou seja, democrática.

Em vista disso, como objetivo geral, a tese propõe: analisar a relação do SAEP no período (2019-2023), intitulado como Prova Paraná, com a implantação do Programa Se Liga e o aumento do IDEB, neste decurso, bem como as implicações para a gestão escolar⁹ e para o trabalho docente. Nesse sentido, os objetivos específicos intentam:

- I. Identificar o movimento histórico no qual se constituiu a avaliação externa Prova Paraná e as agendas e redes políticas que a viabilizaram;
- II. Explicitar os pressupostos políticos e ideológicos que subjazem os documentos e o arcabouço jurídico normativo que possibilita o desenvolvimento da Prova Paraná e do Programa Se Liga;
- III. Relacionar as agendas e documentos orientadores das políticas educacionais de avaliação da educação com as orientações para a gestão escolar e para o trabalho docente¹⁰;

⁹ Nossa compreensão acerca de gestão educacional e gestão escolar é concernente com a definição de Vieira (2007). Nesse sentido, “gestão educacional” se expressa através da organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal [...] e “gestão escolar” refere-se à esfera de abrangência dos estabelecimentos de ensino. (VIEIRA, 2007, p. 60-61).

¹⁰ Entendemos trabalho docente na conjuntura da reforma gerencial do Estado a partir da década dos anos 1990, neste sentido “ [ocorre] uma nova regulação das políticas educacionais, traz consequências significativas para a organização e a gestão escolares, resultando em uma reestruturação do trabalho docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição. O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexar”. (Oliveira, 2004, p. 1132).

- IV. Contribuir com a ampliação do conhecimento sobre as proposições controversas, acerca da qualidade educação e da gestão escolar, disponíveis nos documentos orientadores das políticas públicas educacionais.

O objeto se apresenta desafiante considerando a simultaneidade da apresentação do fenômeno e o acontecimento da pesquisa, todavia, consideramos isso próprio do nosso tempo histórico, quando urge defrontar a “compressão do espaço tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam” (Harvey, 2017, p. 140). Deparamo-nos cotidianamente com situações inovadoras que desconhecemos a origem, o embasamento legal, a autorização e estudos científicos que referendem, no caso dessa pesquisa, experimentos pedagógicos como o Programa Se Liga: é tempo de aprender mais.

A tese defendida por essa pesquisa é precisamente de que a combinação dos programas: Prova Paraná e Se Liga, atrelada a um forte controle da gestão escolar e do trabalho docente se constituem em uma estratégia de governo para manobrar os resultados do IDEB no período delimitado, posto que o Programa Prova Paraná caracteriza-se por um treinamento trimestral para verificação da apropriação pelos estudantes das habilidades estipuladas pelas matrizes de referências dos SAEB e do SAEP, elencadas em acordos internacionais de preparação do novo tipo de trabalhador: “cognitariado”¹¹.

Por sua vez, o Programa Se Liga é um experimento pedagógico, implementado no estado do Paraná, sem anuência do Conselho Estadual de Educação (CEE), isso significa, parecer de autorização¹². O Se Liga visa induzir

¹¹ Termo cunhado por cunhado pelo escritor futurista Alvin Toffler, utilizados em alguns escritos de políticas educacionais. Nessa perspectiva Frigotto (1995) alerta “[...] a globalização do capitalismo atual [significa], no plano histórico, uma exacerbação dos processos de exploração e alienação e de todas as formas de exclusão e violência, produção de desertos econômicos e humanos, os conceitos de pós-industrial, pós-classista, pós-moderno, sociedade do conhecimento, surgimento do cognitariado, dão a entender que a estrutura da exploração capitalista foi superada, sem que se tenha superado as relações capitalistas. (Frigotto, 1995, p. 81).

¹² Até a presente data (04/02/2024), não localizamos na página do Conselho Estadual de Educação (CEE), parecer de autorização para implantação do Programa “Se Liga”. Esta constatação contraria a Deliberação 03/2013 do próprio CEE que prevê no artigo 32, a necessidade de autorização para implantação de cursos, programas e/ou experimentos pedagógicos.

uma correção de fluxo anual a fim de impactar no índice de aprovação e, por conseguinte, na média do IDEB. O Programa Se Liga, além de subtrair o papel do CEE e suprimir Deliberação 007/99-CEE e a Instrução 15/2017–SUED/SEED, provoca a violação da LDB na medida em que se configura um exame final realizado durante a vigência do calendário letivo. Sendo assim, o Se Liga, em especial, provoca a revogação da avaliação escolar realizada pelas(os) docentes no decorrer do período letivo, visto que a implantação ocorreu de forma antidemocrática.

A combinação desses dois programas incide diretamente no controle do trabalho docente e da gestão escolar.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

“A anatomia do ser humano é a chave para a anatomia do macaco”. (Marx, 2011a, p. 58). A máxima registrada por Marx indica que seu método pressupõe entender a organização mais complexa do objeto de estudo para chegar à unidade na totalidade. Nesse sentido, para estudar o sistema de avaliação estadual, inicio pela compreensão do Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica, seu histórico e suas relações a fim de traçar um paralelo ao sistema de avaliação estadual e compreender suas singularidades.

Nesse sentido, compreende-se que a totalidade impõe a compreensão do sistema capitalista, para tanto, o estudo tem como aporte teórico Marx e Engels (2016); Gramsci (1981); Harvey (2014; 2017); Cury (1989); Wallerstein (2001); Dale (2004); Gentili (1995); Netto (2011); Lessa e Tonet (2011); Oliveira e Duarte (2011); Ball (2014) Dardot e Laval (2016); Freitas (2018); Saviani (2011; 2016); Montanõ (2014); Freitas (2007); Freitas (2018); Casimiro (2018); Lima (2012); Uczak (2014); Srnicek (2018); Afonso (2009), entre outros, que dialogam com essa investigação e serão referenciados ao longo do texto conforme exposição da pesquisa bibliográfica que se revela em forma e conteúdo para toda a tese.

Nossa compreensão acerca da contemporaneidade é fundamentada nos estudos e pressupostos teóricos dos autores citados anteriormente com destaque ao que Wallerstein (2011) conceituou sobre o capitalismo, como um sistema histórico social: “no mundo real do capitalismo histórico, quase todas as

cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos Estados” (Wallerstein, 2001, p. 29). Nesse sentido, Saviani (2016) alerta que, na medida em que a sociedade capitalista tem como elemento regulador um estado, tendo em vista impulsionar a política econômica, “favorecerá os interesses privados sobre os interesses da coletividade” (Saviani, 2016, p. 1). Essas contradições provocam o movimento histórico e a luta de classes enquanto categoria pugnativa no sistema social histórico em curso.

Discutir programas ou a política educacional leva a dimensões da política social, Saviani (2016) ensina que a necessidade de haver políticas sociais revela que as demais políticas na sociedade capitalista não são sociais, principalmente a política econômica: “mais do que isso: **a necessidade de formulação de uma política social decorre do caráter antissocial da economia** e, portanto, da política econômica nas sociedades capitalistas” (Saviani, 2016, p. 232, grifos meus). Em consequência e com o avanço do neoliberalismo na virada do século XX para o século XXI, trabalhar e pesquisar a educação pública aproxima rotineiramente com os desafios da luta de classes. Assim,

[...] considerar a educação na unidade dialética com a sociedade capitalista é considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção. **Do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante e tenta a direção sobre o conjunto da sociedade,** através do consenso (CURY, 1989, p. 13, grifos meus).

Isso posto, vale salientar acerca das contradições latentes que compõem a conjuntura da pesquisa, trata-se de uma investigação que focaliza um recorte de uma política social (educação), unidade dialética no movimento histórico do sistema capitalista que, embora também seja um sistema social, como pressupõe a mercadorização de tudo, é por essência antissocial. Conforme, Filippi (2018), o financiamento e as políticas públicas educacionais no Brasil são tratados pela trilogia “custo-aluno-ano” e movidos pela composição educacional: reprovação, evasão. Esse dado aponta alguns dos meandros de investigação para entender os programas que atualmente impactaram no IDEB do Paraná.

Investigar as políticas públicas educacionais pressupõe delimitar a concepção de Estado em que estão pautadas estas análises. Compreendemos o movimento das atuais políticas educacionais a partir da Reforma do Estado

dos anos 1990. De acordo com Sousa (2003), há uma mudança do Estado-Executor para Estado-Regulador e Estado-Avaliador. Assim, “o Estado é resultado das atividades humanas e, portanto, possui uma historicidade definida pela forma como seres humanos se constituem e entram em relação” (Martins, 2016, p. 16).

A alteração da relação entre educação, Estado e sociedade civil tem sido objeto de reflexão. Ao fim, está se tratando da complexificação da esfera pública na medida em que novos protagonistas passam a intervir nas decisões políticas, reduzindo o espaço democrático dessas decisões (Felipe, 2020, p. 86).

Desse modo, compreendo o fenômeno estatal como uma construção social em movimento, portanto, passível de transformação. Conforme Peroni e Lima (2020), em relação às políticas educacionais, ocorre a privatização da educação via capitalização. Do mesmo modo: “esse Estado, guiado pelos novos princípios da ação pública, fica conhecido por definir as grandes perspectivas e avaliar, a posteriori, os resultados de uma gestão mais autônoma, com a ajuda de um sistema estatístico rigoroso” (Laval, 2004, p. 13).

Barroso (2005), em seu estudo sobre o processo de intervenção do Estado na educação, por meio das avaliações externas, em diferentes países (França, Hungria, Portugal, Inglaterra e Bélgica), revela que as políticas educativas estudadas podem ser caracterizadas, de modo geral, como políticas de um Estado-Avaliador. Todavia: “o grau de intensidade das políticas postas em prática e a dosagem entre os diversos modelos são muito variados” (Barroso, 2005, p. 740).

Conforme Barroso (2005), não é possível transferir os resultados da experiência de outros países de modo literal, há que se considerar a historicidade de cada país, bem como as diferentes manifestações dos sujeitos sociais que vivenciam essas realidades. No entanto, consideramos extremamente pertinente ponderar quanto aos retrocessos políticos e sociais resultantes da experiência relatada e disseminar esse conhecimento a fim de lutar por experiências diferentes em relação à implantação dos sistemas de avaliação. Isso porque,

Não se pretende, com as considerações esboçadas, desprezar o valor da avaliação externa, na qual se situa a apreciação do trabalho escolar pelas instâncias administrativas do sistema que, no entanto, **não deve ser traduzida na aplicação de testes de rendimento escolar.** Potencializar a dimensão educativa/formativa da avaliação, supõe

certamente, a **promoção da autonomia pedagógica e didática da escola e não sua conformação**, que ocorre ao se delimitar o conhecimento que deve ser legitimado pela escola, cujo cumprimento é condição para sua premiação (Sousa, 2003, p. 181, grifos meus)

Em relação à Prova Paraná, considero pertinente retomar a premissa de que esse tipo de avaliação gera competição. Ao acessar a página da SEED/PR, a notícia com data de 15/09/2020, na matéria intitulada “Educação no Paraná tem a maior evolução desde 2005 no IDEB”, é possível constatar o processo competitivo em vários argumentos, a saber:

- Os dados mostram que o desempenho das turmas do 6º ao 9º ano fez a nota do Paraná subir de 4,6 (2017) para 5,1 (2019). São Paulo e Goiás, obtiveram 5,2. No Ensino Médio a evolução foi de 3,7 para 4,4. Com o salto, o Paraná fica com a mesma nota de Pernambuco e próximo de Goiás (4,7) e Espírito Santo (4,6).
- O Ideb de 2019 mostra que colégios de 90% dos municípios do Paraná alcançaram alta no desempenho de alunos do Ensino Médio. Das 399 cidades do Estado, houve melhora na nota em 359 cidades. Destas, 336 (80%) atingiram a meta estipulada pelo INEP. A qualidade do ensino evoluiu também entre os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Houve alta em 336 municípios, e 140 atingiram a meta projetada.
- **Veja os 10 municípios com as melhores notas do Ideb 2019:**
 - **Ensino Médio:** Maripá - 5,8; Mercedes - 5,7; Bom Sucesso do Sul - 5,4; Serranópolis do Iguaçu - 5,4; Virmond - 5,4; Missal - 5,3
 - **Ensino Fundamental - Anos Finais:** Maripá - 6,3; São José da Boa Vista - 6,3; Virmond - 6,3; Iguatu - 6,1; Novo Itacolomi - 6,1; Verê - 6,1; Entre Rios do Oeste - 6,0; Jaboti - 6,0; Planalto - 6,0; Quatro Pontes - 6,0 (SEED, 2019 - <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educacao-do-Parana-tem-maior-evolucao-desde-2005-no-Idib#>).

Deste modo, “[...] são as avaliações que, invariavelmente, operam em favor da hierarquização das instituições educacionais e dos sistemas de ensino, motivando a taxonomia e as classificações dos atores sociais”. (Azevedo, 2023, p. 8). A SEED disponibiliza na página referenciada os colégios estaduais com melhores desempenhos no Paraná e atribui os avanços às seguintes estratégias: 1) Fortalecimento do trabalho dos professores em sala de aula; 2) Criação de programas de redução da evasão escolar (Presente na Escola e Escola Paraná); 3) Criação de programas de redução de reprovação (Mais Aprendizagem, Prova Paraná, Se Liga!); e 4) Melhorias na gestão das escolas. Nesta pesquisa, busco

aprofundar os que estas estratégias, para além da aparência significam, uma vez que,

Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos **são os homens, não em qualquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real**, empiricamente observável sob determinadas condições (Marx; Engels, 2016, p. 94- grifos meus).

Diante das estratégias anunciadas pela SEED como eficazes para alavancar o índice da Educação Básica do Paraná, busca-se, por meio dessa pesquisa, averiguar as relações dos programas implementados e o aumento do IDEB no estado do Paraná neste período. Além disso, a análise se estende aos indicadores e variáveis da qualidade educacional bem como demais dados disponibilizados e/ou coletados no percurso da pesquisa.

Busca-se analisar para além da aparência fenomênica do objeto que se apresenta composto por dois programas principais como combinados indutores que visam impactar nos resultados do IDEB do estado. Para tanto, elege-se o método numa perspectiva epistemológica do materialismo histórico-dialético que: “implica uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (Netto, 2011, p. 53). Diante disso, conduzo o percurso metodológico pelo estudo bibliográfico e análise documental.

1.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

Para desenvolver a tese, propõe-se a abordagem crítica, uma vez que: “diferentes concepções de realidade determinam diferentes métodos. Os diversos métodos podem ser agrupados em formas de abordar (abordagens), os problemas, ou de colocar os pontos de partida” (Gamboa, 2011, s/p).

No intuito de garantir a validação e o devido tratamento ético da pesquisa, em tempo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL), visto que, inicialmente, a pretensão era realizar uma análise documental e entrevistas em cinco escolas estaduais do Núcleo Regional de Educação de Londrina (NRE-Londrina).

Contudo, problemas de ordem pessoal envolvendo doença de familiar impossibilitaram a realização das entrevistas consentidas pelas escolas, definidas na ocasião da elaboração do projeto desta pesquisa. Os termos de consentimentos foram assinados pela direção de cada escola com a devida anuência da Secretaria de Estado da Educação, representada pela Chefia do NRE referenciado. Também houve anuência do projeto naquela ocasião quando autorizou a realização da pesquisa conforme termo de concordância do NRE, anexo VI da Resolução n. 406/2018-GS/SEED, datado em 31/05/2022.

Desse modo, contamos com a autorização da pesquisa, inclusive para realizar análise de documentos, conforme desenvolvimento posteriormente. O parecer de aprovação pelo CEP-UEL está registrado pelo n. 5.545.537, de 26/07/2022, disponível no Anexo A.

Ao discutir o objeto de estudo, destaca-se que as políticas educacionais estão situadas na dimensão das políticas públicas, considerando as “distintas abordagens que norteiam os estudos sobre as políticas públicas, para nelas situar o tratamento que é reservado à educação nesta dimensão: como uma política pública de corte social” (Azevedo, 2004, p. 3).

Nesse sentido, Oliveira (2011) apresenta como recursos para as análises em educação a partir das seguintes categorias teóricas: *governance*, ação pública e regulação. Assim, “as análises de políticas públicas sociais tem revelado relações muito próximas entre grupos de interesse (sindicatos, associações etc.) e funcionários do Estado, implicados na administração das mesmas” (Oliveira, 2011, p. 81).

Conforme a autora estas categorias revelam questões próprias das mutações do Estado neste momento particular do capitalismo histórico. O termo “*governance*” surge como oposição ao termo “governo”, que pode ser associado ao adjetivo estatal. Nesse sentido, essa categoria [hegemônica] teve dois grandes difusores: Banco Mundial e Terceira Via. A ação pública: “é o resultado de estratégias emaranhadas de atores e sistemas de ação que seguem um esquema decisório que reflete uma acumulação de regulações negociadas” (Oliveira, 2011, p. 85).

Nessa perspectiva, o termo “regulação” não pressupõe uma hierarquia, pois esta categoria: “constitui uma fonte para analisar a ação pública, pois considera que outros dispositivos além do Estado contribuem para ordenar a

sociedade” (Oliveira, 2011, p. 86).

Diante da complexidade das mudanças e do processo histórico, a tese dialoga com a análise das políticas públicas alicerçada pela pesquisa bibliográfica e pela análise documental no intuito de atingir os objetivos da pesquisa: “em termos gerais, a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados” (Richardson, 1999, p. 230).

A pesquisa investiga e aprofunda a mensagem dos documentos. Desse ponto de vista, o método é absolutamente fundamental, pois implica uma determinada forma de tratar, analisar, contrapor, desconstruir ou construir uma interpretação dos documentos e, por essa via, dar acesso às várias ‘realidades’ que incorpora (Evangelista, 2012, s/p).

Pretende-se implementar um estudo qualitativo por meio de análise dos seguintes documentos inventariados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Série histórica documental encaminhada às escolas sobre a aplicação da Prova Paraná (2019-2022).

DOCUMENTO	ASSUNTO
Ofício Circular n.002/2019 SEED/SUED	Convite à UNDIME e Dirigentes Municipais para participarem da Webconferência sobre a Avaliação Diagnóstica Prova Paraná.
Ofício Circular n. 007/2019 SEED/SUED	Implementação da Prova Paraná na rede pública de ensino do Estado.
Orientação SEED/DEDUC	Orientação para aplicação da Prova Paraná (13/03/2019).
Orientação n. 06 /2019 DEEIN/SEED	Orientações para aplicação da Prova Paraná para estudantes da Educação Especial.
Ofício Circular n. 31/2019	Orientação para aplicação da Prova Paraná – 2ª Edição.
Orientação	Orientações para Aplicação da Prova Paraná 11/06/2019.
Ofício Circular n.º 001/2020 – DEDUC/SEED	Orientações sobre a 1ª Edição da Prova Paraná 2020 e Matriz de Referência da Avaliação.
Ofício Circular n. 014/2020 – DEDUC/SEED	Orientações complementares sobre a aplicação da Prova PR – 1ª Edição.
Ofício Circular n. 045/2020 – DEDUC/SEED	Alteração de cronograma referente a 2ª edição da Prova Paraná 2020.

Ofício Circular n. 064/2020 – DEDUC/SEED	Alteração do cronograma referente às avaliações do SAEP – 2020.
Ofício Circular n. 082/2020 – DEDUC/SEED	Projeções para a aplicação da Prova Paraná em 2021.
Ofício Circular n. 001/2021 – DEDUC/SEED	Guia Informativo das Revistas do Saep – Prova Paraná Mais 2019.
Ofício Circular n.025/2021 – DEDUC/SEED	Realização de Atividade Paraná - Diagnóstica 2021.
Ofício Circular n. 029/2021 – DEDUC/SEED	RETIFICAÇÃO do Ofício Circular n.º 025/2021, que trata da realização de Atividade Paraná - Diagnóstica 2021.
Nota de Esclarecimento CAED_09/06/2021	Trata da interrupção da Aplicação da Atividade por meio digital, devido a um incidente que afetou a qualidade dos serviços prestados e provocou a interrupção da Aplicação da Atividade Diagnóstica Paraná.
Orientação SEED/DEDUC	Orientações para Aplicação da Atividade Paraná 11/08/2021
Ofício Circular n. 055/2021 – DEDUC/SEED	Aplicação da 1ª Edição da Prova Paraná 2021.
Ofício Circular n. 012/2022 – DEDUC/SEED	Orientações sobre a Prova Paraná 2022.
Ofício Circular n. 021/2022 – DEDUC/SEED	Informações atualizadas sobre a Prova Paraná.
Ofício Circular n. 032/2022 – DEDUC/SEED	Organização do Dia de Estudo e Planejamento - 27/05/2022 (Abordagem dos resultados da 1ª. Edição da Prova Paraná 2022).
Ofício Circular n. 036/2022 - DEDUC/SEED	Material de Apoio ao Professor - RCO+aulas e Prova Paraná 2º edição.
Ofício Circular n. 057/2022 – SEED/DEDUC	Estratégias referentes aos resultados da 2ª edição da Prova Paraná 2022.
Ofício Circular n. 063/2022 - DEDUC/SEED	Material 3ª edição da Prova Paraná 2022 – RCO+Aulas.
Ofício Circular n. 064/2022 – DEDUC/SEED	Simulado Prova Paraná Mais 2022.
Ofício Circular n. 065/2022 – DEDUC/SEED	Organização do Dia de Estudo e Planejamento (Abordagem dos dados do BI Escola Total, referentes aos resultados do desempenho escolar dos estudantes durante o 1º e 2º trimestres e os resultados da Prova Paraná).

Ofício Circular n. 077/2022 – DEDUC/SEED	Orientações sobre a 3ª Edição da Prova Paraná 2022 para o Ensino Regular.
Ofício Circular n. 078/2022 – DEDUC/SEED	Orientações sobre a 3ª Edição da Prova Paraná 2022 para a Educação Especial.
Ofício Circular n. 079/2022 – DEDUC/SEED	Orientações sobre a 3ª Edição da Prova Paraná 2022 para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Fonte: Elaboração própria.

Todos esses ofícios foram encaminhados por e-mail para as equipes gestoras da rede estadual, publicizados em vários grupos institucionais via WhatsApp, além disso, alguns estão disponíveis no sítio eletrônico Prova Paraná. Sob esse olhar,

[...] trata-se de encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas **dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história** (Evangelista, 2012, s/p, grifos meus).

Desse modo, busco estabelecer as relações explícitas nos documentos com as agendas nacionais e transnacionais para as políticas educacionais, bem como seu alinhamento político e projeto societário a que corresponde. Intenta-se verificar se respondem ao problema desta pesquisa e em quais dimensões políticas e sociais estão fundamentadas.

Nesse sentido, o trabalho com os documentos enviados para a escola busca elucidar como tem acontecido esse processo de hegemonia que propicia a naturalização das avaliações externas como vetores da organização e direcionamento do trabalho docente e da gestão escolar.

Refiro-me à hegemonia como “a direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, exercida sobre o conjunto da sociedade civil, articulando seus interesses particulares com os das demais classes de modo que venham a se constituir em interesse geral” (Cury, 1989, p. 48). Por isso, procuramos desvelar,

Esse processo de difusão ideológica e materialização institucionalizada de determinados pressupostos produz – com ações deliberadas e outras espontâneas e até inconscientes de parte da sociedade – uma aparência de “verdade” socialmente aceita e reproduzida como *doxa*¹³ (Casimiro, 2018, p. 25).

A seguir, o Quadro 2, que lista os documentos classificados sobre o Programa Se Liga para serem analisados e discutidos no decorrer da tese.

Quadro 2 - Série histórica documental encaminhados às escolas sobre o Programa Se Liga (2019-2022).

Documento	Assunto	Período de Vigência	Abrangência
Ofício Circular n. 126/2019 – DEDUC/SEED	Ações pedagógicas do “Se liga! É tempo de aprender mais”	26/10/2019 a 18/12/2019	Elaboração e aplicação de novos instrumentos avaliativos (mínimo um [por componente curricular] para recuperação das notas e trimestre anteriores.
Ofício Circular n. 083/2020 – DEDUC/SEED	Se Liga! É tempo de aprender mais!	30/11/2020 a 22/12/2020	Elaboração e aplicação de novos instrumentos avaliativos para recuperação das notas de todos os trimestres e revisão das notas anteriores; Validação da frequência por meio de entrega de atividades impressas (valorizar o esforço dos estudantes) que melhoraram seu rendimento no período de implementação do “Se Liga”; Liberação de um campo específico no Livro de Registro de Classe Online (LRCO) para lançamento das notas no 1º., 2º. e 3º. trimestres;
Ofício Circular n. 076/2021 – DEDUC/SEED	Se Liga! É tempo de aprender mais!	22/11/2021 a 17/12/2021	Elaboração e aplicação de novos instrumentos avaliativos para recuperação das notas de todos os trimestres e revisão das notas anteriores;

¹³ Doxa significa opinião, isto é, o saber próprio do senso comum, o conhecimento espontâneo ligado diretamente à experiência cotidiana, um claro-escuro, misto de verdade e de erro (Saviani, 2013, p. 14).

			<p>Validação da frequência do período das aulas não presenciais por meio de entrega de atividades impressas (Considerar as condições excepcionais de ensino e aprendizagem para validar a frequência e avaliar as atividades entregues durante todo o percurso do ano letivo;</p> <p>Atendimento organizado por nível de desenvolvimento (aprofundamento, reforço e recuperação);</p> <p>Liberação de um campo específico no Livro de Registro de Classe Online (LRCO) para lançamento das notas no 1º., 2º. e 3º. trimestres;</p>
Ofício Circular n. 081/2022 – DEDUC/SEED	Se Liga! É tempo de aprender mais!	28/11/2022 a 19/12/2022	<p>Elaboração e aplicação de novos instrumentos avaliativos para recuperação das notas de todos os trimestres e revisão das notas anteriores;</p> <p>Atendimento organizado por nível de desenvolvimento (aprofundamento, reforço e recuperação);</p> <p>Liberação de um campo específico no Livro de Registro de Classe Online (LRCO) para lançamento das notas no 1º., 2º. e 3º. trimestres;</p> <p>Recursos potencializadores da aprendizagem: Prova Paraná e as Plataformas: Inglês Paraná; Redação Paraná; Matific;</p>

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, consideramos as categorias que não explicam antecipadamente o movimento da realidade, mas constituem as lentes para o processo da pesquisa: “Totalidade”, ‘Contradição’, ‘Mediação’, ‘Causação’, ‘Classes Sociais’, ‘Exploração’, ‘Hegemonia’, entre outros, são importantes e precisam ocupar o lugar da inquirição para serem concretizados” (Evangelista, 2012, s/p). Por isso,

Esse campo é bastante diversificado e abrange uma variedade de práticas; contudo, [...] ainda que a pesquisa sobre as políticas possa apresentar diversas facetas, globalmente **várias particularidades a diferenciam dos outros tipos de pesquisa**: ela tem um **objeto multidimensional**; ela é de orientação empírico-indutiva; ela se reporta ao futuro, bem como ao passado; ela é sensível aos utilizadores dos seus resultados; ela reconhece explicitamente os valores que vincula (Deslauriers; Kérisit, 2019, p. 132, grifos meus).

Num movimento dialético, considero necessário mapear a realidade, analisá-la criticamente e elaborar propostas superação, decorrentes do aprofundamento teórico pelo estudo dos autores consultados e pelo tratamento dos dados. Nesse movimento,

O método da investigação compreende três graus: 1) **minuciosa apropriação da matéria**, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis disponíveis; 2) **análise de cada forma** de desenvolvimento do próprio material; 3) **investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento**. Sem o pleno domínio de tal método de investigação, qualquer dialética não passa de especulação vazia (Kosik, 1995, p. 37, grifos meus).

Por conseguinte, pensamos que os procedimentos de pesquisa poderão ser aprimorados com o avanço do estudo, o mais importante já temos, o método, haja vista, amparado em uma teoria densa, mas que encoraja ao aprofundamento, pois nos aponta possibilidades de transformações da realidade. De acordo com Wood (2011),

Em oposição [a] tendência dominante, proponho partir da premissa de que a crítica ao capitalismo é urgentemente necessária, que o materialismo histórico ainda oferece a melhor base sobre o qual é possível construí-la e que o elemento crítico do marxismo está acima de tudo em sua insistência na especificidade histórica do capitalismo – com ênfase tanto na especificidade **de sua lógica sistêmica quanto na sua historicidade** (Wood, 2011, p. 14, grifos meus).

Ao considerarmos a historicidade, ou seja, o capitalismo histórico em si: “a crítica do capitalismo exige não apenas adaptações a todas as transformações do sistema, mas uma crítica renovada dos instrumentos analíticos desenvolvidos para compreendê-lo” (Wood, 2011, p. 15). Por essa perspectiva, compreendo o capitalismo histórico como um sistema político de relações sociais e constante movimento e transformações, portanto, passível de superação.

“A teoria deve estar aberta para favorecer o pensar e repensar a empiria,

as fontes, os documentos, e a repor-se a si própria como instrumento de inteligência” (Evangelista, 2012, s/p). Concordo com essa autora ao afirmar que pesquisador e semeador se assemelham, desse modo, no trabalho no campo da pesquisa, será possível avaliar as possibilidades de fecundação e colheita, sem perder de vista a relação dos limites históricos impostos. Contudo, apostamos nas contribuições cotejadas no processo deste estudo, daí a necessidade e empenho com esse objeto.

1.3 BALANÇO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

O balanço de produções acadêmicas é um procedimento de pesquisa que realizados de modo contínuo e processual. Nesse movimento, pesquiso grande parte do que existe sobre o fenômeno. Assim, elaborei um levantamento preliminar no sítio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com o intuito de avaliar o número de pesquisas realizadas nos últimos cinco anos sobre o IDEB e se há menção do Se Liga ou indução da aprovação para elevar o índice. Com o objetivo de relacionar o tempo e as exigências equivalentes para a pesquisa, optou-se por filtrar apenas trabalhos relacionados aos descritores elencados.

Tabela 1 – Número de pesquisas levantadas por descritores (2017-2021).

Descritores	N. de pesquisas
IDEB	299
IDEB <i>and</i> APROVAÇÃO	11
IDEB <i>and</i> BNCC	8
IDEB <i>and</i> NOVA GESTÃO PÚBLICA	23
IDEB <i>and</i> TERCEIRO SETOR	5
IDEB <i>and</i> PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	2
IDEB <i>and</i> PROVA PARANÁ	0
IDEB <i>and</i> “SE LIGA”	0
IDEB <i>and</i> PARANÁ	39
MÁXIMO DE TRABALHOS ENCONTRADOS	299

Fonte: Elaborada pela Autora, com base na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Ao utilizar o buscador IDEB no intervalo temporal de 2017 a 2021, encontrei 299 produções que de algum modo mencionavam esse indicador da educação. Todavia, a busca em bases de dados não é uma tarefa simples e algumas vezes o buscador “mistura termos” como “Prova” e “Paraná”, fato que num levantamento apressado dá a impressão de que há pesquisas sobre o objeto Prova Paraná, contudo, uma leitura atenta aos títulos dos resultados constata que não há até o mês de outubro de 2023 pesquisa catalogada na plataforma. Alguns trabalhos discutem a Prova Brasil no estado do Paraná, assim como, da mesma forma, também não há trabalhos que relacionam o IDEB e o Programa Se Liga.

Considerando o ineditismo do objeto de estudo, selecionei trabalhos na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações encontrados na busca avançada pelo filtro em duas palavras-chaves combinadas: IDEB *and* NOVA GESTÃO PÚBLICA, no período de 2017 a 2021. Este critério foi elaborado a partir do entendimento que essa seleção é a que mais se aproxima da tese que estamos para defender. Por esse caminho metodológico, encontramos um total de 23 trabalhos, com leitura de todos os resumos. Após essa etapa, classifiquei 6 trabalhos¹⁴ para estudos apresentados sumariamente a seguir.

Quadro 3 – Trabalhos selecionados para estudo.

AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	ANO
SILVA	AS TENSÕES E CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS DOS GOVERNOS DE LULA E DILMA ROUSSEFF: O IDEB E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	DOUTORADO	UFMG	2019
ALVIM	UMA ANÁLISE DO IDEB EM QUATRO ESCOLAS PÚBLICAS DO DF COMO SUBSÍDIOS PARA AS AÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	MESTRADO	UNB	2020
DORNE	RELAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE NOVA GESTÃO PÚBLICA DO CENTRO	MESTRADO	UNIOESTE	2020

¹⁴ Considerando o universo de plataformas com catalogação de trabalhos disponíveis na rede mundial de computadores, intuimos que os textos apresentados neste balanço, certamente, não esgotam a produção do período. Desconfiamos que outras produções igualmente importantes podem não ter sido referenciadas neste trabalho. Contudo, esta condição relaciona-se ao processo e aos prazos estabelecidos para a pesquisa.

	LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (CLAD) E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO NO BRASIL.			
SANTOS	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E A CULTURA DA REPETÊNCIA: DESAFIOS AO PNE E IDEB	MESTRADO	UFJF	2019
MESQUITA	A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM “MUNDIAR” COMO COMPONENTE DO “PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ”	MESTRADO	UFPA	2018
BASSO	USO DOS RESULTADOS DO SAEB/PROVA BRASIL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS ESTADUAIS	MESTRADO	UNB	2017

Fonte: Elaboração própria com dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

O estudo dessas produções acadêmicas contribuiu para conhecimento e ampliação da temática correspondente às investigações próprias do *stricto sensu*, de modo que qualquer tentativa de síntese pode ser arriscada e até mesmo simplificar discussões rigorosas que devem ser conhecidas em sua totalidade. Posto isso, apresento a seguir excertos de anotações pessoais para sinalizar as ideias principais de cada pesquisa. As contribuições em si serão acrescidas na forma e conteúdo dos capítulos da tese.

Silva (2019) articula em sua tese os movimentos recorrentes de rupturas e permanências entre a concepção de justiça social propagada pelas intenções de governo à implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB e Programa Mais Educação. Expõe por meio de excertos de documentos e diálogos com autores que a criação do IDEB aconteceu dentro de um contexto de reforma transnacional de educação, conforme as recomendações dos organismos internacionais.

Alvim (2020) apresenta um estudo realizado acerca dos resultados do IDEB em quatro escolas dos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal no período de 2013 a 2017. A autora destaca que os gestores estão sobrecarregados de atividades e ações administrativas e estas estão sobrepondo-se às ações pedagógicas. Conclui que há necessidade de avançar em propiciar condições para que seja possível maior consonância entre o Projeto Político Pedagógico e as avaliações externas.

Dorne (2020) apresenta evidências por meio de um estudo qualitativo que a avaliação em larga escala no Brasil converge com as orientações

gerencialistas do CLAD. A pesquisa debate de forma aprofundada as diversas concepções de qualidade da educação e os limites do IDEB como único significativo da qualidade da educação.

Santos (2019) discute a problemática da distorção idade/ano nos anos finais do ensino fundamental em uma escola de Sardoá (MG). Os indicadores educacionais daquela escola foram coletados no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), que reúne os dados das avaliações internas da escola. Os dados referentes às avaliações externas foram coletados nas plataformas: Fundação Lemann e Meritt. O estudo relaciona o índice de distorção idade/ano com o índice de reprovação da escola. Propõe uma intervenção por meio de um plano de ação para a gestão e conclui que, para diminuir os índices de reprovação na escola, é necessário privilegiar todos os avanços apresentados pelos alunos, devendo a avaliação qualitativa se sobrepôr à avaliação quantitativa.

Mesquita (2018) analisa o processo de implantação do programa de Aceleração da Aprendizagem “Mundiar” no Pará. Nesse estudo, a autora conclui que o projeto foi implantado de forma verticalizada com objetivo de cumprir as metas prevista pelo IDEB, constatando que projetos dessa perspectiva reforçam as desigualdades sociais.

Basso (2017) conclui que os dados do SAEB são de fato utilizados de forma direta e indireta na formulação de políticas educacionais. Esse trabalho apresenta uma investigação detalhada acerca dos usos dos resultados das avaliações em cada unidade da federação.

Saliento que há uma produção acadêmica considerável sobre a relação IDEB e qualidade da educação¹⁵. Apesar dessa pesquisa considerar extremamente relevante o aprofundamento da temática, uma vez que o IDEB pretende medir a qualidade da educação ofertada pelas escolas públicas, o tema não será abordado na pesquisa bibliográfica por entender que a qualidade é uma expressão polissêmica, conforme visões de mundo e projetos societários.

Todavia faz-se necessário esclarecer minha perspectiva contrária ao

¹⁵ A qualidade da educação não era o foco principal desta tese no início do trabalho, mas, sim, o aumento do IDEB. Contudo, durante a pesquisa entendemos que este conceito é atrelado ao IDEB, deste modo, o termo qualidade da educação permeou a discussão no texto em razão do recorte do objeto estar relacionado ao IDEB.

conceito de qualidade defendido pelos reformadores empresariais, a saber: uma “ ‘Qualidade da educação’ [que] equipara-se a demanda econômica de mão de obra para o trabalho simples, barato, atrativa para investimentos externos”. (Evangelista, 2017, p.1). A qualidade da educação defendida nessa tese fundamenta-se por uma concepção de qualidade socialmente referenciada, conforme Silva (2009), Enguita (2015), Costa (1995) e todas as demais que coadunam com a premissa de que: “não existe um critério absoluto que permita estabelecer a que atribuir ou não o termo ‘qualidade’, exceto se considerarmos essa como uma característica compartilhada por todos os produtos e processos” (Enguita, 2015, p. 107). Ou por outra: “**a qualidade já existe** – qualidade de vida, qualidade de educação, qualidade de saúde. **Mas apenas para alguns**. Nesse sentido, qualidade é apenas sinônimo de riqueza e, como riqueza, trata-se de um conceito relacional” (Silva, 2015, p. 20, grifos meus). Para tanto,

Defende-se aqui que a qualidade da escola básica pode ser conquistada e entende-se que, para que isso ocorra, faz-se necessário retomar estratégias políticas de participação e cobrança por uma educação coerente com os princípios constitucionais (Czernisz; Ruiz, 2014, p. 78).

Nesse sentido, a qualidade da educação é compreendida pela sua dimensão política, essencialmente democrática e democratizante, absolutamente contrária a qualquer princípio que vincule os processos educativos à lógica excludente e/ou meritocrática. No decorrer do texto, retomo às proposições controversas que o conceito de qualidade da educação vai assumindo na sociedade atual, tendo em vista os projetos societários em disputa.

Com essa apresentação da temática e abordagem epistemológica expõe-se, brevemente, a complexidade e as tramas que envolvem o estudo do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica e suas implicações para o IDEB do estado do Paraná no período em questão. A seguir, aprofunda-se a discussão por meio da tessitura da tese em diálogo com demais pesquisadores da temática e apresentação de excertos dos documentos analisados.

O trabalho ficou estruturado em quatro capítulos, considerando a apresentação do tema. Na sequência, no segundo capítulo, há um breve histórico tecendo alguns acontecimentos internacionais, principalmente a partir

do Consenso de Washington (1989) e, a partir dele, o avanço do neoliberalismo na orientação das pautas das políticas públicas para América Latina. Desse modo, apresenta-se uma retomada sucinta dos governos vivenciados no processo de Reforma do Estado no Brasil e urdidura das políticas educacionais a fim de situar historicamente o objeto de pesquisa delimitado.

No terceiro capítulo, o foco é o contexto histórico e os acontecimentos que propiciaram o desenvolvimento dos Programas Prova Paraná e Se Liga. O período foi atravessado pelo acometimento da pandemia mundial causada pelo vírus SARS-Cov-2 (Covid-19), bem como a aceleração e inserção dos aplicativos e plataformas digitais para realização, vigilância e controle do trabalho docente. Nessa seção, prioriza-se a compreensão e aprofundamento sobre os programas, assim como seus impactos na educação, gestão escolar e trabalho docente.

No quarto e último capítulo, perpasso a discussão da qualidade da educação, em razão dos programas selecionados para o estudo se remeterem de forma direta e indireta ao IDEB, sendo esse um indicador social que pressupõe verificar a qualidade da educação brasileira. Por essa razão, retomo documentos e agendas políticas (Desconectados: Habilidades, educação e emprego na América Latina – BID (2012); Determinantes do aumento da escolaridade e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico paranaense – IPARDES (2022); Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – IBGE (2023), entre outros, uma vez que tais documentos interferem, impactam e explicam a realidade da gestão escolar e do trabalho docente no período de 2019 a 2023, bem como as intencionalidades políticas, econômicas, culturais e sociais dos programas selecionados para o estudo.

No decorrer do texto, a tese é reafirmada a partir da constatação de que o neoliberalismo como programa ideológico, econômico e social desencadeou um estado antidemocrático, que é a forma e o conteúdo dos programas estudados atualmente. Portanto, considerando que o desenvolvimento histórico, proponho a tecnorresistência, entendida uma mobilização em rede, via plataformas e aplicativos a exemplo da mobilização “Plataforma Zero” iniciada pela APP-sindicato, esta, pode vir a ser uma das possibilidades, de mobilização para o resgate de uma nova democracia e, conseqüentemente, uma gestão democrática da educação pública.

2 AGENDAS, REDES POLÍTICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

*No novo tempo, Apesar dos perigos
Da força mais bruta, Da noite que assusta
Estamos na luta, pra sobreviver
(Ivan Lins)*

Com o objetivo de identificar o movimento histórico no qual se consolidaram as avaliações externas nacionais, apresenta-se um panorama político, econômico, cultural e social desencadeado após a segunda metade do século XX. Constata-se naquele período a organização e mediação de agendas estruturadas para a educação global por meio dos organismos internacionais, expondo, ainda, o neoliberalismo como a ideologia que fundamenta e direciona as agendas das políticas educacionais no Brasil até os dias atuais. Neste processo, identifiquei a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e o alinhamento de grupos empresariais aos governos no intuito de induzir a criação de sistemas estaduais de avaliação de modo hegemônico por todo o território nacional. Ao levantar a historicidade do objeto, depara-se com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF) como sujeito coletivo de uma rede política relacionada aos processos de terceirização privada da formação docente, gestão e avaliação da educação pública.

Desse modo, inicio nossa investigação em meio aos acontecimentos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. Países ocidentais se reorganizaram; em um processo contínuo, criaram organismos multilaterais que passaram a induzir e/ou direcionar as agendas de políticas públicas, principalmente, aquelas relacionadas aos direitos sociais, inclusive para a educação. A década dos anos 1990 trouxe mudanças, muitas delas provocadas por resistências ou disputas da classe dominante em relação aos movimentos pela democratização dos direitos sociais, em especial na América Latina, ocorridos na década anterior.

As mudanças foram direcionadas pelos preceitos do neoliberalismo, organizadas em compromissos registrados em eventos por meio de agendas internacionais e nacionais a partir do Consenso de Washington (1989), processo que culminou com a Reforma do Aparelho do Estado. Nesse sentido, discuto as

feições do Estado e as parcerias público-privadas no Brasil. Em destaque, o Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB) e, a partir dele, uma discussão acerca da qualidade da educação que viria a justificar a criação de Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica.

A partir da criação do IDEB em 2007, as agendas por implantação de Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica foram intensificadas, neste processo, surgem sujeitos coletivos, organizados em parcerias, que se destacaram na implementação destes sistemas, a saber: Todos pela Educação (TPE); Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED); e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF). Discute-se adiante os resultados dessas agendas e parcerias no interior da Reforma do Estado, bem como a centralidade da avaliação da educação nessa conjuntura desde a criação do Programa de Reformas Educacionais na América Latina (PREAL) até a configuração do Sistema Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP).

2.1 O CONSENSO ACERCA DA REFORMA DO ESTADO NA AGENDA MUNDIAL

A segunda metade do século XX é um marco para compreender as profundas mudanças no processo civilizatório e no sistema do capitalismo histórico: “essas mudanças nas formas de organização do capitalismo são acompanhadas de alterações substantivas nas suas estruturas de poder” (Bruno, 2001, p. 11). Após o término da Segunda Guerra Mundial, a criação da ONU e diversos organismos internacionais, as potências que se destacaram ao término da grande guerra articularam-se em processos de reconstrução e disputa pela hegemonia planetária acerca da supremacia do modo de produção. De acordo com Lessa e Tonet:

O modo de produção capitalista tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: do trabalhador, a burguesia compra a força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de, empregada adequadamente, produzir um valor maior do que ela própria vale, o burguês que comprou a força de trabalho tem, ao final do mês, um valor maior do que aquele que paga

ao trabalhador sob a forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia (Lessa; Tonet, 2011, p. 63).

“Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo” (Marx, 2012, p. 32). Essa realidade cria duas classes sociais basilares na organização da sociedade imbricadas por muitas contradições que desencadeiam a luta de classes. Para abrandar o movimento da luta de classes, faz-se necessária uma ideologia que fundamente a naturalização da “ordem” estabelecida, nessa conjuntura, surge o neoliberalismo, qual seja: “o Neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo **o princípio universal da concorrência**” (Dardot; Laval, 2016, p. 17, grifos meus). De acordo com Harvey:

O Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido **liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais** no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (Harvey, 2014, p. 12, grifos meus).

Segundo Srnicek (2018): “há três momentos na história relativamente recente do capitalismo que contribuíram para a conjuntura atual: a resposta a recessão de 1970; a ascensão e queda dos anos 1990 e a resposta à crise de 2008” (Srnicek, 2018, p. 15, tradução minha).

Nesse sentido, o Estado é um elemento central para impulsionar os compromissos que serão organizados em forma de agendas para organizar todas as ações que alavancam a continuidade do sistema histórico. Melhor dizendo:

O Estado moderno, no qual tanto o “assunto universal” quanto o ato de ocupar-se com ele são um monopólio, e no qual, em contrapartida, os monopólios são assuntos universais reais, realizou o estranho achado de apropriar-se do “assunto universal” como uma mera forma. (A verdade é que apenas a forma é assunto universal). Com isso, ele encontrou a forma correspondente ao seu conteúdo, que somente na aparência é o assunto universal real. O Estado constitucional é o Estado em que o interesse estatal, enquanto interesse real do povo, existe apenas formalmente, e existe como uma forma determinada ao lado do Estado real; o interesse do Estado readquiriu aqui formalmente, realidade como interesse do povo, mas ele deve, também, ter apenas essa realidade formal. Ele transformou numa formalidade no [requinte]

da vida do povo, numa cerimônia. O elemento estamental é a mentira sancionada, legal, dos estados constitucionais: que o Estado é o interesse do povo ou o povo é interesse do Estado. **Essa mentira será revelada no conteúdo** (Marx, 2013, p. 89, grifos meus).

Isto significa “considerar o Estado como um conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo¹⁶” (Hofling, 2001, p. 31). Desse modo,

O Estado está imerso nos conflitos de classe porque, por um lado, ele próprio é um instrumento essencial da dominação de classe, e, por outro, porque tem que mediar os conflitos intrínsecos à não homogeneidade de interesses no interior da própria classe dominante (Afonso, 2009, p. 96).

Esta realidade gera mudanças permanentes na disputa pela hegemonia e consenso pela continuidade do capitalismo histórico. Nesse contexto, após o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido entre duas perspectivas de organização social, política e econômica, ou seja, capitalismo ou socialismo. Um período bastante complexo que não é possível abordar nos limites deste trabalho: “com o passar do tempo, a inviabilidade [de algumas] tentativas revolucionárias conduziria, como ocorreu na antiga União Soviética, ao retorno ao que eles afirmam ser a melhor sociedade possível, o capitalismo” (Lessa; Tonet, 2011, p. 101). Como resultado, nesse movimento,

Tornou-se comum relacionar a crise ao “novo regime de acumulação financeira”, caracterizado por uma instabilidade crônica que assiste à formação sucessiva de “bolhas especulativas” e a seu estouro, mas é raro que se diga que financeirização do capitalismo em escala mundial é apenas um dos aspectos de um conjunto de normas que envolveram progressivamente todos os aspectos da atividade econômica, da vida social e da política dos Estados desde o fim dos anos 1970 (Dardot; Laval, 2016, p. 28).

Na conjuntura da crise, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Inglaterra e Estados Unidos iniciaram um programa de reformas, fundamentadas no Neoliberalismo: “a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-

¹⁶ Conforme a mesma autora, “Governo, [pode ser entendido] como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume as funções de Estado por um determinado período. (Hofling, 2001, p. 31).

guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação mudou tudo” (Anderson, 2012, p. 12).

Em suma, a saída encontrada pelos neoliberais foi cada um a seu modo, em cada país do mundo, cortar gastos com benefícios e projetos sociais e investir no mercado produtivo: “com efeito, as ditas reformas neoliberais foram avassaladoras a partir da década de 1980, embora diferentes países as tenham adotado em tempos e velocidades distintas” (Araújo, 2023, p. 4).

Nesse sentido, as pautas principais dessa nova rota para o momento histórico eram as reformas: trabalhista, previdenciária, na educação, dentre outras. Evidentemente, cada país tem suas especificidades e nomenclaturas, mas a ideia principal para se resolver as crises econômicas e sociais geradas pelo capitalismo, geralmente, miram em diminuir o orçamento para as áreas sociais, conquistado por meio de muitas lutas e movimentos sociais para e pela classe trabalhadora.

Conforme o balanço, dito provisório, elaborado por Anderson:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. **Socialmente**, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. **Política e ideologicamente**, todavia o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, **disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas**. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia¹⁷ (Anderson, 2012, p. 23, grifos meus).

Nessa perspectiva, destaca-se um evento significativo para as agendas e orientações das políticas neoliberais que continuam em pauta até nossos dias. Em Washington (EUA), novembro de 1989, reuniram-se junto aos funcionários do governo norte-americano e dos organismos internacionais ali sediados, diversos economistas de países latino-americanos para proceder uma avaliação das reformas empreendidas naqueles países. Este acontecimento ficou

¹⁷ Termo elaborado por Gramsci, presente em diversos volumes de sua produção escrita. “No que diz respeito ao significado que deve ser atribuído a ‘hegemonia’ [...] Gramsci oscila entre um sentido mais restrito de “direção” em oposição a ‘domínio’, e um sentido mais amplo e compreensivo de ambos (direção e domínio). (COSPITO, 2017, p. 365-366).

conhecido como “Consenso de Washington”. Em suma, tratou-se de avaliar “o grau de efetivação das políticas já recomendadas em diferentes momentos por diferentes agências. Um consenso que se estendeu, naturalmente, a conveniência de se prosseguir, sem esmorecimento, no caminho aberto”. (Batista, 1994, p. 6). “Assim, os direitos sociais conquistados a duras penas pelo povo brasileiro hoje são classificados como ‘custo-Brasil’” (Saviani, 2016, p. 4). Em vista disso, coloco-me a entender na sequência do texto como esse fenômeno se manifestou no Brasil e, por conseguinte, no Paraná, no qual o estudo está circunscrito.

2.2 A RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA E A INVESTIDA NA AMÉRICA LATINA: OS ACONTECIMENTOS NO BRASIL

O final da década dos anos 1980 foi marcado pelo processo de redemocratização do Brasil, conquista marcada por forte mobilização dos movimentos sociais que conseguiram remover a ditadura militar instalada como regime político, uma vez que “o mundo capitalista estava atravessando uma grande crise econômica, e a América Latina estava lutando para sair dos regimes de ditadura militar, buscando a redemocratização” (Uczak, 2014, p. 81).

Neste contexto,

A ascensão dos anos 1990 chegou até a fatídica comercialização que havia sido, até esse momento havia uma Internet majoritariamente comercial. Foi uma época ancorada na especulação financeira. Quando o setor industrial estadunidense começou a estagnar-se depois dos efeitos do Acordo Plaza¹⁸, o setor das telecomunicações se transformou na opção preferida do capital financeiro, a partir da segunda metade da década dos anos noventa. Era um setor novo, grande e imperativo para obter lucros e abria as possibilidades para articular pessoas e negócios online (Srnicek, 2018, p. 24 – tradução minha).

¹⁸ O Acordo Plaza foi um acordo celebrado em 1985 entre as nações do G-5 (França, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e Japão) para manipular as taxas de câmbio através da depreciação do dólar americano em relação ao iene japonês e ao marco alemão. “Em setembro de 1985 no Plaza Hotel de Nova Iorque. Foi um evento importantíssimo por diversos ângulos, não somente para o Japão, mas para a economia interestatal capitalista de forma geral”. Adaptado pela autora a partir da monografia de (Soares, 2023, p. 30) e leituras realizadas no hipertexto da rede mundial de computadores.

Todavia, o Banco Mundial¹⁹, atuando com seus demais organismos e/ou grupos, coordenava uma agenda reformista para toda a América Latina. Isso porque: “os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise de democratização, mas uma crise gerencial. (Gentili, 1996, p. 17). Em resumo:

O objetivo primordial do modelo gerencial é a redução dos custos do setor público e o aumento da produtividade. Isto orientou as privatizações de empresas nacionalizadas e/ou criadas no pós-guerra, a desregulamentação e a transferência de atividades governamentais para o setor privado ou para a chamada comunidade; na realidade, a população trabalhadora, que utiliza os serviços do Estado, especialmente, no campo da saúde e da educação (Bruno, 2001, p. 14).

No que tange ao nosso de estudo, Uczak (2014) acrescenta uma importante contribuição em relação ao movimento e aos sujeitos que implementam estas agendas. Numa investigação cuidadosa sobre o Programa de Reformas Educacionais para a América Latina e o Caribe (PREAL), a autora esclarece que o PREAL é “um programa criado pelas agências internacionais para garantir a execução das agendas políticas acordadas nas cúpulas no âmbito da OEA²⁰” (Uczak, 2014, p. 173). “O PREAL, criado em 1995 é uma parceria entre organizações do setor público e privado que procura identificar problemas, promover e implementar políticas educacionais” (Shiroma, 2011, p. 22). Na realidade, “as recomendações do PREAL indicam que os países devem elaborar avaliações nacionais, observando o modelo proposto para a OCDE (PISA)²¹ e o da IEA (TIMSS)²²” (Uczak, 2014, p. 173).

A partir de uma orientação de diminuição do aparelho do Estado, da continuidade dos programas iniciados ainda na década dos anos 1960, pautados na Teoria do Capital Humano, desenvolvida na escola de Chicago em síntese propõe transformar ‘anos de escolaridade’ em ‘renda’.

¹⁹ O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) “[...] criado em 1944, após a conferência Internacional Monetária de Bretton Woods para atuar na reconstrução dos países após a Segunda Guerra. Progressivamente o Banco transformou-se, no organismo com maior visibilidade no cenário educativo mundial, acabou por ocupar espaços antes conferidos `Unesco. (Canan, 2016, p. 51-54).

²⁰ Organização dos Estados Americanos.

²¹ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico/ *Programme for International Student Assessment*

²² Associação Internacional para Avaliação do Aproveitamento do Ensino/ *Trends in International Mathematics and Science Study*

Apesar da força e relevância dos movimentos sociais pela disputa pela democratização do Brasil nos anos 1980, que resgataram a organização social para um estado democrático, a partir da Conferência Mundial da Educação para Todos em Jomtien (Tailândia/1990), os atos (legislação e programas) das políticas públicas educacionais começam a mudar de forma contínua por governos com diversas plataformas e projetos políticos. Todavia, ritmos e formas correspondem às filiações partidárias e os respectivos programas, bem como arranjos políticos de cada governo.

Sob o risco de cometermos alguma simplificação, apresento alguns destaques dos governos e programas de forma sintetizada para contextualizar um pouco mais o movimento e o período histórico em questão.

Após a conquista de abertura democrática, o primeiro presidente da república eleito foi Fernando Collor de Mello: “a entrada em cena do governo Collor/Itamar (1990-1992 e 1992-1994) marcou o arranjo da conciliação orquestrada para a gestão do primeiro presidente eleito pós-ditadura militar”. (Deitos, 2022, p. 16). Conforme o mesmo autor o governo Collor foi marcado por um movimento demagógico “o caçador de marajás” que, na realidade, estava ancorado em um **neoliberalismo de extrema direita**. Perante o risco iminente de impeachment, Collor renunciou e Itamar Franco assumiu a presidência (1992-1994). Em resultados, observa-se um movimento de conciliação e reconfiguração para uma plataforma de **centro-direita**. Assim,

A grande conciliação promovida pela coalizão que levou a vitória Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente por dois mandatos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), consagrou o projeto ancorado na plataforma programática econômica e ideológica com a implementação do Plano Real em 1994 (Deitos, 2022, p. 18).

Enquanto isso, “as bases políticas e ideológicas para a educação lançadas na Conferência Mundial de Educação para Todos começam a fertilizar a mentalidade brasileira, inspirando a publicação do Plano Decenal de Educação para Todos em, 1993” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011, p. 52). Neste período:

Ainda em campanha para o primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso apontava a educação como uma das cinco prioridades de seu programa de governo, destacando seu papel econômico como base do novo estilo de desenvolvimento. O dinamismo e a sustentação dessa base viriam da verdadeira parceria que deveria ser construída entre o setor privado e o governo, entre universidade e indústria. As propostas

derivadas dessa concepção de educação, e que guardam extrema similaridade com as dos organismos multilaterais já referidas, dariam o tom da LDBEN aprovada em 1996 (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011, p. 65).

Nesse contexto, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante os mandatos de (1995-2002), é conhecido pela estabilidade política decorrente do Plano Real e diversas reformas que removeram direitos e garantias conquistados pela Constituição Federal de 1988. Na educação e acompanhando o movimento do capitalismo histórico:

O conjunto de reformas implantadas na educação brasileira nesse período resultou na reestruturação do ensino no Brasil nos seus aspectos relativos à organização escolar, à redefinição dos currículos, à avaliação, à gestão e ao seu financiamento. Especialmente na educação básica, as mudanças realizadas redefiniram sua estrutura. As alterações na legislação educacional brasileira consumaram essa nova reconfiguração, tendo como expressão maior a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, lei m. 9.394/96 (Oliveira, 2009, p. 199-200).

Neste panorama histórico, “tanto os militares, quanto os governos Collor e FHC, apenas atualizaram a tara oligárquico-político do Estado brasileiro, dando-lhe um verniz moderno” (Alves, 2016, p. 151). Certamente, o governo de FHC lapidou esse processo que, em linhas gerais, será lembrado por: “os anos FHC legaram um pacto com a burguesia que envolvia juros altos, liberdade de movimento de capitais e contenção do gasto público” (Singer, 2009, p. 97).

A partir de 2003, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um desafio se coloca concretamente para a plataforma política do presidente eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a saber: “Como construir uma hegemonia pós-neoliberal tão predominante no mundo? Como agir diante do legado devastador deixado pelos governos neoliberais?” (Sader, 2013, p. 1).

De acordo com Antunes (2005): “foi pesaroso ver que a primeira ‘reforma’ do Governo Lula foi agendada pelo FMI, imposição que o governo aceitou sem resistência, desestruturando um setor importante da classe trabalhadora brasileira, composta pelos funcionários públicos” (Antunes, 2005, p. 2). Brevemente,

O presidente vocalizou, o discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a “prudência de uma dona de casa”. Se ao fazê-lo estabelecia um hiato em relação ao seu próprio partido, em troca criava uma ponte ideológica com os mais pobres (Singer, 2009, p. 97).

Apesar de inúmeras críticas em relação às ambiguidades concretizadas durante as duas gestões do Governo Lula (2003-2006/2007-2010): “o governo democrático-popular iniciado por Lula reverteu significativamente o processo de desinvestimento social que tinha caracterizado o governo neoliberal de seu antecessor” (Gentile; Oliveira, 2013, p. 254).

Dentre os feitos do Governo Lula, destacam-se: a ampliação do Programa Bolsa Família, um programa de redistribuição de renda condicionado à frequência escolar; a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, que ampliou a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para pessoas entre 4 e 17 anos; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); a instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); instituiu o piso salarial do magistério; Plano Nacional para Formação de Professores da Educação Básica (Parfor); e Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário).

Na Educação Superior, vale destacar o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Todos estes programas “[foram] originados em processos complexos, às vezes ambivalentes ou mesmo contraditórios” (Gentili; Oliveira, 2013, p. 254). Isso porque,

Ao mesmo tempo em que assiste, na matéria educativa à tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988, adotam-se políticas que estabelecem nexos entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e crescente competitividade internacional (a referência do IDEB justificada nos padrões de desempenho educacional dos países da OCDE é um exemplo). A naturalização de políticas que vinculam as capacidades de escolha e ação individual à transformação institucional, **traduzida na ideia do estabelecimento do compromisso de todos com a educação, como se os baixos níveis de desempenho fossem resultados da falta de compromisso e não de outras carências**, atribui à educação certo voluntarismo que é contrário à noção de direito público assegurado (Oliveira, 2009, p. 208, grifos meus).

Vale lembrar que o segundo mandato do presidente Lula e, na sequência da sua indicada para sucessão, a presidente Dilma Rousseff, ambos foram atrasados no plano histórico internacional pela crise financeira de 2008, suas consequências econômicas, políticas e culturais. Conforme Tonello (2019),

Esse processo de transformação da dinâmica do capitalismo começa com o *crash financeiro* de 2008, mas vai paulatinamente implicando em metamorfoses no próprio capital, no mundo do trabalho, em conflitos políticos e sociais e mudanças ideológicas que marcam o período interregno entre 2008 e 2016. A partir desse ano, então, se acentuam os determinantes no sentido de que entramos em uma nova dinâmica, ou dito em termos mais simples, em uma nova fase, distinta da neoliberal, mas carregando a contradição da impossibilidade do capital de encontrar um padrão de acumulação internacional que ofereça estabilidade a esse novo momento. Assim, o período pós-2016 aponta para uma dinâmica mais conflituosa, de nacionalismo econômico, protecionismo, corrida tecnológica (sendo a última expressão as tecnologias de 5G), um novo quadro expresso sobretudo pela ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e a guerra comercial com a China (Tonelo, 2019, s/p).

Este processo resultou: ~como projeto de classe destinado a continuar a privatização e redução do Estado, a palavra “**austeridade**” tornou-se o lema das nações capitalistas avançadas (Srnicek, 2018, p. 30, tradução e grifos meus).

Em nosso entendimento, o contexto internacional reflete determinantes que atingiram e repercutiram nos mandatos da presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2014/2015-2016). O Governo Dilma prosseguiu com os programas educacionais iniciados no Governo Lula, entretanto, “as forças [políticas] foram dilatando para o centro-direita e para a extrema-direita de maneira que foram sedimentando pragmaticamente o pacto de classe em que sempre estiveram posicionados historicamente” (Deitos, 2022, p. 145). Ramina e Proner (2016) analisaram a agenda do ocorrido golpe parlamentar que resultou no impeachment da presidente Dilma,

Na agenda inconfessável dessa elite, entre tantos retrocessos, está o desejo de reimplantar o projeto neoliberal renunciando ao patrimônio nacional se for preciso, reservas naturais, empresas públicas, estabilidade política, democracia, em suma, uma agenda que nos devolve ao lugar da subserviência diante dos interesses hegemônicos internacionais (Ramina; Proner, 2016, p. 217).

Após a destituição da presidente Dilma, Michel Temer, vice-presidente filado ao Partido pelo Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), assumiu a presidência da república e efetivou a agenda política que o legitimou de forma antidemocrática para a presidência. Em um processo bastante conflituoso, Temer assumiu interinamente e apresentou o programa: “Uma ponte para a futuro”. Conforme estudos anteriores, “o referido documento foi apresentado como um programa de governo destinado a preservar a economia

brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, acabando com a vinculação de recursos constitucionais” (Ruiz; Bufalo, 2017, p. 54).

Com esse movimento, foi aprovada no mesmo ano a Proposta de Emenda à Constituição, a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitava os gastos públicos por 20 anos, com saúde, educação, desindexando salários e reforçando as parcerias entre o setor público e o setor privado: “[...] mas essa Constituição se declarou favorável à minoria e considerou a sua decisão como válida” (Marx, 2011b, p. 119). Sucintamente,

No Brasil, a face mais radical do neoliberalismo foi retomada a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), que, entre outras coisas, realizou uma ampla reforma trabalhista (Justen; Gurgel, 2021), aprovou uma rígida regra fiscal na forma da Emenda Constitucional n.º 95 (que estabelece um teto para a despesa primária do governo central), e encaminhou ao Congresso Nacional uma reforma previdenciária (Araújo, 2023, p. 5).

No curso da história, as eleições de 2018 foram marcadas pela intensificação de forças políticas de centro-direita e extrema-direita: “este fenômeno de mobilização e articulação, distinto das formas organizativas tradicionais que até então vigoravam, representa uma estratégia de atualização dos mecanismos de dominação no Brasil” (Casimiro, 2018, p. 17).

Em consequência, em 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito como presidente da república para governar o Brasil no período de 2019 e 2022. Impossível deixar de registrar que este político, na ocasião do julgamento de impeachment [golpe parlamentar] da presidente Dilma, declarou seu voto da seguinte forma

Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra²³, **o pavor de Dilma Rousseff**, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim – foi o trecho final do discurso de Bolsonaro, em meio a vaias e aplausos²⁴ (grifos meus).

A impunidade diante de um ato de terror realizado publicamente em rede

²³ Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um coronel da ativa do Exército Brasileiro, ex-chefe dos centros de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura militar, o DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no Brasil.

²⁴

Disponível

em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb

nacional do então deputado federal Jair Bolsonaro possibilitou a escalada para se tornar presidente na sucessão de Temer. Além de realizar um neoliberalismo radical conciliado com pragmatismo na economia e conduzir a crise sanitária provocada pelo vírus Sars-Cov-2 (Novo Coronavírus) que provocou a pandemia mundial de covid-19 de forma bastante questionável, uma vez que há várias reportagens do período que registram as acusações de crime de genocídio. Conforme dados oficiais, durante a pandemia 2019, o Brasil registrou 693.853 óbitos por covid-19. Na realidade,

Em um conjunto selecionado de países, o Brasil registrou número absoluto de mortes por Covid-19 inferior apenas ao dos EUA, que, sob o governo Donald Trump, também não coordenou medidas de isolamento social, cabendo aos governos estaduais a execução de políticas deste tipo (Araújo, 2023, p. 11).

Em relação às políticas educacionais, Deitos (2022) destaca a movimentação de Bolsonaro e seus aliados pela implantação do Projeto Escola Sem Partido²⁵, o incentivo ao Projeto de Militarização das Escolas, bem como ao *homeschooling*²⁶. As nomeações dos Ministros da Educação daquele governo mereceriam um capítulo à parte e extrapolam os limites desta pesquisa. Porém:

O que era aparentemente e é, até o momento, uma falta de projeto de gestão da política educacional nacional, nada mais é do que a efetivação de uma gestão de um órgão central do aparato estatal reveladora de um projeto político neoliberal fundamentalista centrado no rompimento gradual de direitos sociais e educacionais democráticos e liberais progressistas estabelecidos na Constituição de 1998 que vão sendo aos poucos destruídos e os eixos centrais rompidos. No lugar desses eixos vão sendo expostos e impostos condutas antidemocráticas e antissociais que vão sendo operacionalizadas pelo aparato estatal central na consumação de um pragmatismo fundamentalista ancorado por frações políticas de extrema-direita como um projeto de sociedade, obviamente que de uma sociedade altamente estratificada, estrutural e socioeconomicamente desigual e violenta (Deitos, 2022, p. 152-153).

²⁵ Também conhecido como Lei da Mordaça, este projeto de Lei, em resumo, visa censurar a prática docente determinando que o professor no exercício de suas funções: "não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. (Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3410752&disposition=inline>).

²⁶ Proposta de validação de educação realizada pelos pais, sem obrigatoriedade de frequência escolar.

Esta breve revisão do processo histórico relacionado aos determinantes políticos, econômicos e sociais que impactaram nas políticas educacionais do Brasil após o processo de reabertura democrática contribui para fundamentar a historicidade do nosso objeto de pesquisa, principalmente acerca de suas origens e relações. É possível observar desde os governos Collor (1990-1992); Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso; Lula; Dilma; e recentemente Bolsonaro, guardadas as devidas filiações e plataformas partidárias de cada governo, que a agenda das políticas educacionais apresenta diferenças em ritmos e formas muito diferentes, contudo, o neoliberalismo tem se mantido e, em alguns momentos, avançado de forma agressiva e anticivilizatória.

Tonelo (2019) indica que estamos entrando em uma nova fase, sua tese destaca vários processos revolucionários desencadeados pelo mundo desde 2010 (Primavera Árabe; Indignados/Espanha-2011; Vidas negras importam/Estados Unidos-2013) e defende que o movimento histórico propicia as possibilidades de novas revoluções sociais. Em concordância com esta e outras teses que defendem as possibilidades revolucionárias e a superação de políticas e regimes autoritários, esta pesquisa intenta aprofundar e contribuir com o debate e a busca por melhores perspectivas para a educação sob a lógica da emancipação humana por meio da educação pública e democrática. Sendo a avaliação uma categoria estratégica nesse campo em disputa, a saber a educação pública e democrática, sigo recuperando os acontecimentos históricos que desencadearam este objeto em estudo.

2.3 SAEB, IDEB A EDUCAÇÃO DE “TODOS”

Pelas discussões apresentadas até então, elenco algumas unidades da totalidade histórica em movimento a fim contextualizar e expor metodologicamente os fundamentos da tese. Com esse intuito, há uma breve exposição das articulações a partir dos anos 1990, em relação à criação do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica e os elementos relacionados. Porém, no intuito de enfatizar o processo e as conversões do Estado neste período, apresento também uma adaptação do estudo de Afonso (2009) sobre as tendências e mudanças do papel do Estado em relação às avaliações educacionais a partir das reformas transnacionais: “alguns estudos

de caráter comparativo têm vindo a demonstrar que países diferentes, ocupando lugares distintos no sistema mundial, estão a percorrer caminhos bastantes semelhantes no desenvolvimento das políticas de avaliação” (Afonso, 2009, p. 62).

Nessa perspectiva, concordo com a teoria de Dale (2004) acerca de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), “que é uma nova forma de força supranacional [que] afeta os sistemas educativos nacionais” (Dale, 2004, p. 454), assim como Ball (2014), que define esse fenómeno como “Movimento Global de ‘Agenda Globalmente Estruturada (GERM)”. De forma resumida:

A partir da década de oitenta, o interesse demonstrado pela avaliação sobretudo por parte dos governos neoconservadores e neoliberais, começou a ser traduzido pela expressão “Estado-avaliador”. [isto quer dizer] o Estado vem adotando um *ethos* competitivo, *neodarwinista*, passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos. [...] A avaliação aparece assim como um pré-requisito para que seja possível a implementação [da lógica livre mercado, para que seja possível] criar indicadores e medir as *performances* dos sistemas numa época que se caracteriza pela necessidade de manter e criar padrões de inovação científica e tecnológica (Afonso, 2009, p. 49).

Nessa conjunção, apresento ainda uma síntese dos estudos de Afonso (2013), que contribui com disseminação de resultados de pesquisas internacionais sobre uma das feições do Estado no movimento do capitalismo histórico. Nesse processo, o Estado (enquanto sujeito coletivo) encadeou a Reforma do Aparelho do Estado, dentre suas características, identifica-se a de “Estado-avaliador”:

Quadro 4 - Fases e Tendências do Estado-avaliador.

Estado-avaliador 1ª. Fase (1980/1990)	Estado-avaliador 2ª. Fase (Final dos anos 1990 e atuais 2000)	Pós-Estado-avaliador (TENDÊNCIAS)
<p>i) Autonomia relativa do Estado-nação na definição de políticas públicas;</p> <p>ii) Estreita vinculação ideológica neoliberal e neoconservadora com as políticas avaliativas de</p>	<p>i) Retração crescente da autonomia relativa do Estado-nação e maior direção de instâncias internacionais e transnacionais;</p> <p>ii) Prioridade do Estado ao</p>	<p>i) Estado-nação crescentemente inseridos em contraditórios processos de <i>governance</i> e confronto com a crise e regulação da economia mundial, paralelamente à</p>

<p><i>accountability</i>;</p> <p>iii) Emergência de avaliação externa da Educação Superior em países sem esta tradição;</p> <p>iv) Empréstimos e Aprendizagem com principais mecanismos de transferências das políticas;</p>	<p>processo de acumulação: expansão dos processos de globalização cultural, política e econômica;</p> <p>iii) Consenso transideológico em relação à necessidade de avaliação;</p> <p>iv) Consolidação de agências autônomas ou de direito privado para a avaliação;</p> <p>v) Protagonismo de agências internacionais para a qualidade;</p> <p>vi) Regulação pelo conhecimento, definição de indicadores e adesão a políticas baseadas em resultados e evidências;</p> <p>vii) Participação mais frequente e regular em avaliações comparativas internacionais, com indução de rankings (PISA, OCDE);</p> <p>viii) Harmonização, disseminação, estandarização, imposição, entre outros mecanismos de transferência de políticas;</p>	<p>emergência de uma sociedade civil mundial (que poderá ser mais afirmativamente contra-hegemônica face àquelas agendas).</p> <p>ii) Manutenção do ensino básico público e universal como preocupação do Estado-nação, principalmente em países periféricos;</p> <p>iii) Exacerbação de processos de transnacionalização da educação e aumento da mercadorização e mercantilização no âmbito do ensino superior;</p> <p>iv) Referenciação a acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outras organizações similares;</p> <p>v) Novo ímpeto do Banco Mundial na promoção de políticas de privatização da educação;</p> <p>vi) Expansão da oferta educativa (superior e não superior) em regime de <i>franchising</i> e maior tendência para a modulação e estandarização curricular;</p> <p>vii) Ampliação da privatização dos sistemas e das agências de avaliação e sua conexão internacional e/ou incremento no âmbito de blocos regionais como a União Européia ou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL);</p>
--	--	---

Fonte: Adaptação própria a partir do estudo de Afonso (2013, p. 278).

Do exposto pelo autor referenciado, destaco que a delimitação é didática, uma vez que, em nossa perspectiva epistemológica, compreende-se que essas fases e tendências não são estanques, tão pouco, os marcos temporais. Ainda para compreensão didática:

De acordo com o autor, na primeira fase havia uma autonomia relativa do estado-nação na definição das políticas. A segunda fase corresponde à intensificação das agendas nacionais de avaliação, em paralelo à consolidação do protagonismo das agências internacionais, na articulação das políticas de avaliação. Infere que há indícios de uma terceira fase, com a inserção de agências como a Organização Mundial do Comércio [OMC], entre outras, que induzem e articulam processos de liberalização e de mercadorização²⁷ da educação (Bufalo; Ruiz, 2021, p. 2).

As características das fases e tendências do Estado-avaliador naquela adaptação em quadro têm o intuito de ressaltar as principais linhas de ações das redes políticas²⁸, que envolvem a educação e as disputas para ser plenamente democratizada ou tornar-se propriedade privada.

Shiroma (2011), por meio de suas pesquisas, ampliou a discussão ao destacar a necessidade de identificarmos a “redes tecno-econômicas”, qual seja:

Um conjunto coordenando de atores heterogêneos (empresas, organizações financeiras, laboratórios públicos, centros de pesquisa tecnológicas, usuários e governos) que participam coletivamente na concepção, desenvolvimento, produção, distribuição ou difusão de procedimentos para produzir bens e serviços, alguns dos quais levam a transações no mercado (Shiroma, 2011, p. 21).

Considerando o movimento histórico, bem como as tendências dos movimentos dos Estados-nação em relação à AGEE, a fim articular a totalidade com a aparência fenomênica do nosso objeto de pesquisa, especificamente, os programas Prova Paraná e Se Liga, retomo brevemente o movimento de implantação do Sistema de Avaliação Nacional. “Nesta perspectiva, o caminho analítico é complexo porque as reformas educacionais, em curso no Brasil, são de natureza global, o que requer cautela para não produzir interpretações nomotéticas” (Felipe, 2020, p. 80). Uma vez que o sistema mundial não funciona harmonicamente e cada nação, estado, município e unidade escolar contém sujeitos diferentes e especificidades. Conquanto,

O que há de comum na agenda global é que as soluções para problemas da educação estão sendo enfrentadas sob a lógica da

²⁷ Entende-se “mercadorização da educação” como um fenômeno em curso que tende a tratar bens públicos, dentre eles educação, como se fossem mercadorias e como tal estando sujeitos a leis de mercado.

²⁸ Redes políticas [ou redes sociais] são um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos. Eles constituem comunidades políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas. (BALL, 2014, p. 29).

racionalidade econômica, que pressupõe mecanismos formais de controle sobre as aprendizagens dos alunos ao tempo que define o que é importante aprender e que resultados devem ser valorizados. Da maior confluência entre educação e mercado decorrem reformas educativas de feição pragmática baseadas em referências universais de desempenho educacional como estratégia privilegiada de enfrentamento de problemas globais como fome, desemprego, violência, crises ambientais etc. É nesse contexto que a Nova Gestão Pública, com diferenciações segundo as características próprias dos sistemas educacionais de cada país, tem sido o instrumento articulador dessas reformas por via de um modelo gerencial que combina valorização da avaliação com responsabilização dos atores educacionais pela eficiência dos sistemas educativos (Felipe, 2020, p. 81).

Durante o processo contínuo de pesquisa por estudos acerca do Sistema de Avaliação Básica brasileiro, identificou-se uma vasta produção: Souza (1997); Bonamino (2016); Freitas (2007); Basso (2017), dentre outros. A obra *A avaliação da Educação Básica no Brasil* (2007), de Dirce Nei de Freitas, apresenta de forma profunda e cuidadosa as dimensões: normativa, pedagógica e educativa dos processos de implantação do Sistema de Educação Básica no país. A autora aponta que, desde os anos 1930, havia iniciativas de prática de avaliação educacional na dimensão estatal.

Ainda segundo Freitas, “a avaliação educacional ficou implícita no texto constitucional de 1988 e, assim, se impôs como uma tarefa pública que supõe a atuação do Estado” (Freitas, 2007, p. 65). A referência é o Artigo 206 sobre os princípios da Educação da Constituição Federal de 1988, que prevê no inciso VII “garantia de padrão de qualidade” (Brasil, 1988).

Naquele estudo, referenciando vários autores, Freitas (2007) observa que a Legislação Constitucional favorecia a preservação de uma função estratégica para o Governo Federal. Entretanto, com a ofensiva neoconservadora e neoliberal a partir dos anos 1990, o projeto reformista do Governo FHC propiciou “condições que seriam propulsoras de modificações do pacto federativo [...] a agenda dessas reformas representa, em grande medida, uma desconstrução da agenda que balizou os trabalhos da Constituinte de 1987-1988” (Freitas, 2007, p. 67). “É precisamente nesse contexto que se vai processando, por iniciativas governamentais, o delineamento da política educacional que se busca implementar” (Saviani, 2016, p. 2). Naquela ocasião,

Com medidas provisórias o Executivo abriu caminho para criar e regulamentar o SAEB, que desde 1990 estava em operação. [...] A

insuficiência da norma legal vigente, todavia, não impediria a realização de dois ciclos de levantamento de informações do SAEB, em 1990 e 1993. **A lei n. 9.131/95 – como se sabe – antecipou a solução de questões em debate no processo de formulação da nova LDB**, entre elas a relativa ao papel da União e de suas estruturas político-administrativas e normativa (MEC e CNE) na formulação de políticas educacionais. Seu papel foi estratégico na antecipação de questões mais tarde estabelecidas com a emenda constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996. Vê-se que a lei n. 9131/95 centraliza a avaliação no MEC e retira do CNE incumbências relacionadas a essa via de regulação. Em grande parte, esse movimento ficou assegurado já na medida provisória reeditada sob o n. 967, de 13 de abril de 1995, e teve desdobramento a posterior redefinição do papel do INEP. Assim, propiciou a articulação da medida, avaliação e informação educacional no país (Freitas, 2007, p. 84-87).

Observa-se, então, nos estudos desses e outros autores, uma estratégia recorrente na disputa pelas políticas, manobras, retiradas de direitos, sequestro de conceitos socialmente referenciados, entre outras ações para manutenção da classe hegemônica na direção do sistema histórico social. Desse modo,

A ideologia, os valores e normas burgueses devem ser incorporados pelo conjunto da população como “cultura oficial”, o que obriga a classe hegemônica a dois artifícios: a *naturalização* e o *ocultamento* ou até a *fetichização* daqueles. Os valores e normas “*naturalizados*” e “*fetichizados*” são, então, *desistoricizados*; nesse sentido, são vistos como naturais e incompreensíveis ou indecifráveis, portanto, imutáveis. A forma de fazer isso é desenvolvendo um tipo de racionalidade que seja ao mesmo tempo segmentadora e manipuladora do real (Montanõ, 2014, p. 26-27).

No que tange à política de avaliação da educação nacional, a aparência é que o SAEB foi criado em caráter de urgência para atender as necessidades da sociedade e obter informações sobre a qualidade da educação pública ofertada. Na realidade, “o SAEB colocava-se como mecanismo de mobilização intra-sistema educacional e social e de possibilidade efetiva de se fazer a regulação e de possibilidade efetiva de se fazer a regulação da gestão e do ensino” (Freitas, 2007, p. 87).

Concomitante à Reforma do Estado, foi criado SAEB com o objetivo de apresentar os indicadores acerca da qualidade da educação. No entanto, muitas pesquisas se dedicam a discutir o conceito de qualidade desenvolvido por esse sistema e apontam: “as avaliações constataram o óbvio, isto é, problemas de qualidade e, em vez de proporcionar políticas públicas para elevá-la, o poder público buscou o setor privado para comprar “pacotes de qualidade” para a

Educação Básica” (Peroni, 2016, p. 15).

Neste sentido, diversos estados da federação investem na implementação de sistemas estaduais de avaliação da educação no intuito de fortalecer a gestão educacional na perspectiva do mercado: “o princípio é o de que a avaliação gera competição e a competição gera qualidade. Nesta perspectiva assume o Estado a função de estimular a produção dessa qualidade” (Sousa, 2003, p. 188). Então,

O argumento principal para a justificativa dos sistemas de avaliação é fornecer um indicador de qualidade do ensino que possa ser apropriado pela sociedade, a fim de permitir a mobilização dos diferentes agentes para que as práticas sejam ajustadas com o objetivo de melhorar os resultados. **Mas, quais são esses resultados e para que eles servem? Quem define os conhecimentos que devem ser ensinados?** (Oliveira, 2020, p. 96-97, grifos meus).

Em relação às tendências e perspectivas dos sistemas de avaliação estadual, Sousa (2003) discute a confiabilidade dos resultados, a descontinuidade das propostas, a ênfase na responsabilização das escolas, a terceirização das atividades e a associação dos resultados a incentivos e premiações. Ainda segundo a autora, “observamos propostas e práticas que, para além da avaliação do aluno, voltam-se para a avaliação do desempenho docente, avaliação de curso, avaliação institucional, avaliação do sistema educacional” (Sousa, 2003, p. 178).

Ravitch (2011), em sua análise crítica sobre os efeitos da política estadunidense implementada desde 2002, pautada em avaliações externas estaduais, destaca a responsabilização das escolas pelos resultados abaixo das metas estabelecidas, os currículos foram reduzidos aos conteúdos mensuráveis nos testes e as crianças deixaram de ser educadas e passaram a ser treinadas. A autora contribui para a reflexão sobre a intensificação das testagens e a qualidade da educação:

A falta de atenção à história, ciências e artes **diminuiu a qualidade da educação, a qualidade da vida** das crianças, a qualidade da vida diária na escola e até mesmo a performance nos testes. **Ironicamente, a preparação para os testes nem sempre é a melhor preparação para realizar os testes** (Ravitch, 2011, p. 129, grifos meus).

Isso porque:

Comparações de resultados educacionais **são importantes para a competitividade econômica, mas pouco produtivas para os**

problemas vitais da vida, comuns e diversos diante da pluralidade de possibilidades de ser e estar no mundo, com o mundo e com os outros. Fortalecer o que é comum, sob o discurso de justiça social e identidade nacional, é o cerne das reformas educacionais recentes. Fazê-lo sob forma de competências e habilidades gerais, consideradas essenciais às novas demandas do século XXI, mais que uma escolha pedagógica é uma escolha política de projeto de nação e de horizonte civilizatório, com enormes consequências sobre a democracia, portanto, sobre os processos de participação e decisão em relação aos valores que devem orientar a vida coletiva (Felipe, 2020, p. 95, grifos meus).

Em um estudo sobre o SAEB e a série de relatórios contextuais disponibilizados, Bonamino (2016) faz ponderações que confirmam as premissas por nós elencadas até aqui. A autora conclui que há: “tendência das avaliações nacionais, como o Saeb, e também das estaduais, a colocarem ênfase excessiva nas medidas cognitivas em detrimento das medidas sociais, escolares e pedagógicas” (Bonamino, 2016, p. 123-124). Há um predomínio das avaliações externas destacarem a medida e, de certa forma, ofuscar os dados contextuais, essa tendência revela o ajustamento gerencial dos sistemas de avaliação.

Soma-se a esta problemática o próprio indicador social criado para aferir a qualidade da educação. O IDEB, criado em 2007, é um indicador social, sintético que, em linhas gerais²⁹, é o resultado do índice de proficiência obtido pelos estudantes na (Prova Brasil ou SAEB) e a taxa média de rendimento (aprovação) dos estudantes na etapa de ensino.

Estudiosos da temática da avaliação educacional consideram a importância da criação deste indicador. Contudo, o IDEB tem se apresentado bastante controverso, pelo que se propõe: “mensurar a qualidade da educação”. De acordo com Bonamino (2016), o levantamento dos dados contextuais do IDEB³⁰ apresentam descontinuidades em sua divulgação, bem como a utilização, por isso, esse indicador ainda não alcança e/ou contribui para melhorar a qualidade da educação. Em consequência,

Em vista do desinteresse em relação às medidas contextuais, não é

²⁹ A Nota Técnica que explica a metodologia de cálculo para este indicador está disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf

³⁰ Além da Prova Brasil, o SAEB coleta dados contextuais como: Indicador do Esforço Docente; Indicador da formação do docente da educação básica; Indicador da Complexidade da gestão da escola; Indicador do Nível Socioeconômico de Educação Básica.

surpreendente que haja milhares de professores e de diretores no Brasil para os quais apenas a divulgação dos resultados do desempenho dos alunos, ou de indicadores sintéticos, não seja capaz de induzir a reflexão e o conhecimento das características das escolas em que trabalham e sua relação com o aprendizado de seus alunos (Bonamino, 2016, p. 124).

Não é exagero dizer que o IDEB tem mensurado a quantidade e não a qualidade da educação, instigante é saber que há elementos contextuais que poderiam chegar em avaliações significativamente qualitativas sobre a educação pública ofertada. Para tanto, bastaria considerar os indicadores socioeconômicos, complexidade da gestão escolar; esforço e formação docente, entre outros que deveriam ser elaborados como: adequação do financiamento público; fatores socioculturais; condições dos estudantes para realizar o trajeto para a escola etc.

Sendo assim, verifica-se que a controvérsia denota que as dificuldades podem ser desveladas se observar as prioridades destas políticas. Basso (2017) apresentou um infográfico muito significativo no que diz respeito ao uso dos resultados do SAEB/Prova Brasil na formulação de políticas educacionais estaduais.

Figura 1 - Dimensões dos usos dos resultados do SAEB/Prova Brasil na formulação de políticas.



Fonte: Adaptação própria a partir de Basso (2017, p. 113).

A imagem da figura anterior converge com análises e estudos de muitos

pesquisadores das políticas públicas de avaliação educacional. Os resultados, em sua maioria, têm sido convertidos em ações que impactam na formação e na gestão do trabalho e da profissão docente.

Ao que parece, a questão central nesta proposta não é a de buscar subsídios para intervenções mais precisas e consistentes do poder público, mas instalar mecanismos que estimulem a competição entre escolas, responsabilizando-as, em última instância, pelo sucesso ou fracasso escolar (Sousa, 2013, p. 279).

Em vista disso, faz-se necessário registrar as ações públicas, sujeitos sociais e normativas que envolveram a criação e a divulgação do IDEB. A criação do IDEB em 2007 coincide uma mobilização “quase” simultânea de um grupo muito particular da sociedade civil, o Todos pela Educação. Desde a Conferência Mundial da Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia/1990), o empresariado brasileiro organizava-se em uma movimentação de cumprimento da agenda das reformas.

Cabe ressaltar que o pronome “Todos” foi muito bem pensado, porque **aparenta igualdade**: “as palavras hoje têm mais utilidade de esconder do que desvelar. As palavras, oriundas das esquerdas, escondem e legitimam os projetos da direita” (Montanõ, 2014, p. 30).

Nas tramas do movimento histórico,

Em junho de 2006, as cinco metas orientadoras do movimento foram apresentadas por Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau) na Conferência “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, evento realizado na Bahia, com a parceria da Fundação Lemann, da Fundação Jacobs, do Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e do Caribe (PREAL) e do Grupo Gerdau. Como produto desse evento, que contou com diversas personalidades e representantes de empresas brasileiras, além de integrantes de 14 países da América Latina, foi lançado o documento intitulado “Compromisso Todos Pela Educação” (Silva, 2019, p. 131).

Do “compromisso”, sinônimo de “agenda” pela educação, o movimento do empresariado transformou-se em Todos pela Educação³¹, em relação à pauta

³¹ Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento, constitui-se, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educacar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil

da avaliação educacional:

A partir dessa configuração, o TPE passou a integrar os processos decisórios da educação brasileira, fomentando o estabelecimento de políticas baseadas em resultados e centradas em sistemas de avaliação, responsabilização e no cumprimento de metas a serem cumpridas em um determinado tempo. Corroborando com as recomendações da OCDE, em especial com a logística do PISA. A definição da agenda educacional, o estabelecimento de metas, prioridades e estratégias resultantes da influência da OCDE/PISA, bem como da articulação do TPE com o governo brasileiro teria influenciado na elaboração em 2007 do Plano de Desenvolvimento da Educação, acarretando na reorganização da educação pública, incorporando princípios por vezes contraditórios (Silva, 2019, p. 131).

Em outras palavras, os reformadores do Estado estão realizando um processo complexo de empresariamento da educação, em que, ao mesmo tempo que definem os conteúdos, por meio do movimento e reforma curricular da BNCC, da formação do trabalhador oriundo da educação pública, agenciam e vendem entre si pacotes de insumos para as escolas públicas, promovendo um rateio do financiamento da educação, além disso, definem os critérios por meio das matrizes de referências e o sistema de avaliação da educação básica em si. A seguir, elementos que ratificam esta síntese.

2.4 OS SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AGENDA CONSED E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA

Em um estudo recente (Bufalo; Ruiz, 2021), realizamos uma análise documental de um relatório do seminário de avaliação do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), encontramos também evidências da continuidade da articulação dessa rede técnico-política na construção de uma agenda de avaliações nos sistemas estaduais de modo que venham a transformar em uma política de estado. O relatório CONSED apresenta dados com identificação dos estados que possuem sistemas estaduais de avaliação e ainda indica a criação de consórcios regionais para economizar com os custos

Voluntários, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. (SAVIANI, 2009b, p. 32).

destas avaliações. Por isso, apresento a seguir um quadro para ilustrar o panorama dos sistemas estaduais de avaliação. Localizei as unidades da federação que já implantaram o sistema, o ano de início e a instituição responsável por elaborar as avaliações.

Quadro 5 - Sistemas Estaduais de Avaliação por unidade da Federação.

Estado	Sistema Próprio	Nome/Sigla	Ano de criação	Instituição vinculada
Acre (AC)	Sim	Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE)	2009	UFJF/CAEd
Alagoas (AL)	Sim	Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (SAVEAL)	2012	UFJF/CAEd
Amapá (AP)	Sim	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá (SisPAEAP)	2019	UFJF/CAEd
Amazonas (AM)	Sim	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM)	2008	UFJF/CAEd
Bahia (BA)	Sim	Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE)	2007	UFJF/CAEd
Ceará (CE)	sim	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)	1992	UFJF/CAEd
Espírito Santo (ES)	sim	O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES)	2000	UFJF/CAEd
Goiás (GO)	sim	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO)	2011	UFJF/CAEd
Maranhão (MA)	sim	O Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA)	2019	UFJF/CAEd
Mato Grosso (MT)	sim	Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso (AVALIA MT)	2021	UFJF/CAEd
Mato Grosso do Sul (MS)	sim	Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS)	2003	UFJF/CAEd
Minas Gerais (MG)	sim	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE)	2000	UFJF/CAEd
Pará (PA)	sim	Sistema Paraense de Avaliação Educacional	2013	UFJF/CAEd

		(SisPAE)		
Paraíba (PB)	sim	Sistema de Avaliação da Educação Básica da Paraíba (Siave)	2023	UFJF/CAEd
Paraná (PR)	sim	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP)	2012	UFJF/CAEd
Pernambuco (PE)	sim	Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE)	2000	UFJF/CAEd
Piauí (PI)	sim	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI)	2011	UFJF/CAEd
Rio de Janeiro (RJ)	sim	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Rio de Janeiro (SAERJ)	2000	UFJF/CAEd
Rio Grande do Norte (RN)	sim	Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (SIMAIS)	2016	UFJF/CAEd
Rio Grande do Sul (RS)	sim	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)	2005	UFJF/CAEd
Rondônia (RO)	sim	Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO)	2012	UFJF/CAEd
Roraima (RR)	Não identificado			
Santa Catarina (SC)	Não identificado			
São Paulo (SP)	sim	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp)	1996	UFJF/CAEd
Sergipe (SE)	sim	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (SAESE)	2019	UFJF/CAEd
Tocantins (TO)	sim	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins (SAETO)	2012	UFJF/CAEd
Distrito Federal (DF)	sim	Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF)	2020	UFJF/CAEd

Fonte: Elaboração própria a partir de buscas pelos sistemas estaduais na rede mundial de computadores (2023).

Observa-se pelo quadro exposto que a agenda da avaliação educacional tem sido cumprida. Não identifiquei até o momento sistemas próprios de avaliação estadual apenas em Santa Catarina e Roraima, isso não quer dizer

que não haja monitoramento dos resultados educacionais, uma vez que localizei nas buscas que Santa Catarina tem uma Gerência de Estatísticas e Avaliação (GAEBE). Houve dificuldade de encontrar informações sobre o estado de Roraima, dado que a página do endereço eletrônico governamental estava em manutenção no período de levantamento dos dados.

No entanto, considerando o histórico de datas de implantação dos sistemas, constata-se que a agenda continua ser cumprida e o quadro atualiza o levantamento realizado pelo CONSED em 2017, posto que, naquele período, “das 27 UFs apenas dez não realizaram avaliações em 2014 e 2015, e apenas quatro dentre estas nunca realizaram uma avaliação. Ademais, o número de UFs que não realizam avaliações vem caindo” (CONSED, 2017, p. 19). Esse documento inicia as discussões acerca dos sistemas estaduais de educação com o título “Repensando os Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica”. Relembrando Evangelista (2012), “as palavras importam”, ou seja, há uma intenção clara de intensificar as mudanças no processo de regulação da educação por meio das avaliações estaduais. Entre os caminhos abertos, o Relatório CONSED (2017) apresenta:

Nas últimas décadas, o governo federal, quase todos os governos estaduais e alguns governos municipais implantaram um vigoroso e moderno sistema de avaliação da educação básica. O desenho, o desenvolvimento e a implantação de um sistema dessa natureza é - requisito legal: **de acordo com o Inciso VI do Artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB "A União incumbir-se-á de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino", Além disso, a possibilidade e a importância da parceria entre as unidades federadas nessa questão ficam claras no § 5º do Artigo 11º do Plano Nacional de Educação: "A avaliação de desempenho dos(as) estudantes em exames, poderá ser diretamente realizada pela União ou, mediante acordo de cooperação, pelos estados e pelo Distrito Federal, nos respectivos sistemas de ensino e de seus municípios, caso mantenham sistemas próprios de avaliação do rendimento escolar, assegurada a compatibilidade"** (CONSED, 2017, p.13, grifos meus).

Na articulação da legislação, os espaços são criados e a hegemonia, arquitetada e construída. Conforme nossos estudos anteriores, o CONSED é: “uma instituição de direito privado cuja missão é promover a integração das redes estaduais de educação por meio de promoções de regime de colaboração

entre as unidades federativas” (Bufalo; Ruiz, 2021, p. 4). Sob tal ponto de vista:

[...] podemos identificar na página oficial do CONSED os seguintes parceiros institucionais: Fundação Roberto Marinho; Embaixada Americana; Ministério da Educação; Fundação Itaú Social; Unesco; Instituto Unibanco; Fundação Victor Civita; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação [UNDIME]; Bristish Council no Brasil; Instituto Natura; Fundação Santillana; Todos pela Educação [TPE]; Fundação Itaú para Educação e Cultura; Fundação Lemann; Pro-Futuro; Fundação Telefônica Vivo; Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]; Coordenação de Pessoal de Nível Superior [CAPES]; Senado Federal; Câmara dos Deputados; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE]; Instituto Ayrton Senna; Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]; Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura [OEI]; Universidade Virtual do Estado de São Paulo [UNIVESP]; Bett Educar Brasil e Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas [SEBRAE] (Bufalo; Ruiz, 2021, p. 4).

É válido evidenciar essas conexões a fim de apontar as relações público-privada, bem como suas implicações e ameaças ao processo de democratização da educação, uma vez que “para a sobrevivência do público, é preciso que se distinga radicalmente entre o público e privado” (Freitas, 2018, p. 54). Nesse entendimento, Shiroma (2011) destaca o papel dos intelectuais das instituições privadas como:

Formadores de opinião, [que] influenciam os tomadores de decisão fazem a consultoria para UNIDIME, CONSED, estão articulados a organismos multilaterais e prestam assessoria para a formação de professores e gestores em vários estados do país (Shiroma, 2011, p. 35).

A respeito da agenda em curso sobre a implantação, elaboração e tratamento dos dados das avaliações externas nos sistemas de ensino estaduais, fica evidente a predominância de um sujeito coletivo que merece um pouco mais de atenção em nossas análises, a saber, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), que é responsável ou já prestou serviços de avaliação educacional para a maioria dos sistemas estaduais das UFs. No meu entendimento, um objeto que deve ser acompanhado, principalmente, pelos pesquisadores da temática do financiamento da educação pública em razão do: “CAEd [ser] um núcleo acadêmico da Universidade Federal de Juiz de Fora, de caráter interinstitucional, subordinado aos dispositivos do Regimento [...] da

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF” (Brasil, Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais: Relatório nº 2013/14714, p. 3). Neste relatório de auditoria, constatou-se que,

A pesquisa avaliação conduzida pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) é bastante complexa, envolvendo atividades realizadas pela Universidade e pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fadep/JF). **A ausência de formalização deste projeto, elencando o papel de cada um dos atores, trouxe dificuldades para avaliar o devido enquadramento** do Convênio nº 782.617/2013 aos preceitos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 8.958/1994. Em face dos exames realizados, constatou-se que o Convênio nº 782.617/2013 caracteriza-se como convênio "guarda-chuva", não sendo possível definir os quantitativos das metas de forma adequada em seu Plano de Trabalho. Foram identificadas atividades de coordenação sendo realizadas por funcionários da Fadep atuando **como se fossem servidores** da Universidade (Brasil, 2016, p. 108, grifos meus).

Ressalto a importância de acompanhar melhor o sujeito coletivo CAEd em suas dimensões: institucional, política, econômica e acadêmica, na medida em que esse sujeito tem conquistado soberania na implantação e assessoria dos sistemas de avaliação das UFs. No painel de parceiros do CAEd, foram localizadas alianças nacionais e internacionais, tais como: Ministério da Educação de Angola (MED), por meio do Programa Aprendizagem para Todos (PAT); Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação de Moçambique (INDE), que realizou a capacitação de técnicos moçambicanos da área de avaliação educacional com a mediação do Banco Mundial; em 2019, o CAEd/UFJF ingressou no Consórcio Internacional FLIP, que reúne os países da França, Luxemburgo, Itália, Portugal e Brasil no intuito de desenvolver pesquisas e produção de tecnologias de instrumentos avaliativos em plataformas de avaliação digitais. Nas divulgações de suas parcerias internacionais, o CAEd, associa-se ao PISA/OCDE, devido ao fato de assessorar o INEP em diversas edições das testagens com participação no planejamento, aplicação e correções dos testes: “apesar de se constituir um centro de pesquisa vinculado a universidade pública, a venda de serviços educacionais, administrada por uma fundação de apoio privada, confere ao CAEd/UFJF caráter privado” (Garcia; Silva, 2023, p. 477).

Pela constatação registrada no relatório da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (2016), que identificou a complexidade deste

sujeito social, o CAEd, e a ausência da identificação dos atores do projeto e suas respectivas atribuições, por isso, iniciou-se uma busca na página da Fundação CAEd³², com a pesquisa dos nomes de seus membros, funcionários, entre outras informações análogas, reconhecendo que a tarefa é desafiante. Observou-se documentos, estatutos, ofícios e os únicos dois nomes registrados são da diretora executiva e a diretora superintendente, Prof. Dra. Lina Kátia Mesquita de Oliveira e Prof. Dra. Eleuza Maria Rodrigues Barboza, respectivamente. Essas são as assinaturas mais frequentes nos documentos publicados na seção de transparência do CAEd. Contudo, a leitura atenta a algumas publicações, uma busca pela fundação na plataforma *LinkedIn* e, mais recentemente, o acesso ao documento “Relatório de Gestão de 2020”, possibilitaram identificar alguns atores desse complexo sujeito social que monopoliza as avaliações em larga escala do país. Na sequência, um quadro com os nomes de algumas pessoas que trabalham e/ou trabalharam no CAEd.

Quadro 6 - Coordenadores, conselheiros e intelectuais do CAEd.

NOME	OCUPAÇÃO ATUAL	HISTÓRICO
Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo	Presidente do INEP	Criou o Laboratório de Avaliação e Medidas Educacionais (Lame) da Faculdade de Educação da UFJF em 1997; foi fundador e primeiro coordenador do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) em 2001. foi secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), em 2015 e 2016. Também já ocupou, no período de 2004 a 2007, os cargos de diretor de Políticas da Educação Superior, de Desenvolvimento da Educação Superior, além de ter sido secretário interino da Secretaria de Educação Superior do MEC.
Lina Kátia Mesquita de Oliveira	Diretora executiva da Fundação Centro de	De 2006 a 2019 foi coordenadora geral do CAED

³² Disponível em: fundacaocaed.org.br/#!/pagina-inicial.

	Políticas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd), vice-diretora da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave) e membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.	
Eleuza Maria Rodrigues Barboza	Diretora Superintendente	Secretária Municipal de Educação de 1993-1996 de Juiz de Fora (MG).
Tufi Machado Soares	Professor Titular do Departamento de Estatística e do Programa de Doutorado e Mestrado em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).	Tem assessorado diversos órgãos públicos e instituições privadas no país como CAEd-UFJF, SEE- MG, SEE-CE, SME-SP, INEP, INADE/Kroton, Instituto Unibanco, Fundação Paulo Montenegro (IBOPE), Ação Educativa, Movimento do Todos Pela Educação, entre outras. Foi membro do conselho científico da ABAVE, membro do conselho científico do ENEM e Coordenador da Unidade de Pesquisa do CAEd.
Wagner Silveira Rezende	Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFJF	Pesquisador associado ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd/UFJF
Fernando Palacios Carvalho da Cunha e Melo	Supervisor de logística do Caed	Supervisor de logística do Caed
Carlos Palacios Carvalho da Cunha e Melo	Assessoria técnica	Assessoria técnica
Roberta Palacios Carvalho da Cunha e Melo	Coordenação de gestão de informação	Coordenação de gestão de informação
Benito José Delage Junior	Coordenador de Logística dos Projetos de Avaliação do Centro de Avaliação e Políticas Públicas da Educação (CAEd/UFJF)	Coordenador de Logística dos Projetos de Avaliação do Centro de Avaliação e Políticas Públicas da Educação (CAEd/UFJF)
Murílio de Avelar Hinge	Presidente do Conselho Curador	Falecido – ex Ministro da Educação governo Itamar Franco
Edna Rezende de Alcântara	Conselheira Desde 2010 coordena o projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de	Coordenação de projetos de divulgação e apropriação dos resultados.

	<p>tecnologias para o aprimoramento das estratégias de comunicação com as escolas no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF, atuando nos projetos de divulgação e apropriação de resultados da avaliação em larga escala em vários estados brasileiros e na formação continuada dos profissionais da educação.</p>	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Dada a dificuldade de encontrar dados históricos com as origens e respectivos membros do CAEd, selecionei alguns nomes, que foram identificados em algumas publicações e documentos do CAEd. A partir deles, foram pesquisadas as atividades profissionais e a formação destas pessoas. Há outros nomes para pesquisar em momentos futuros, visto que identifica-se a necessidade de num futuro próximo traçar a rede política desse sujeito coletivo.

Conforme o quadro do CAEd, foi observada a “atuação de intelectuais nesse processo [...] integram redes de formulação de políticas públicas na arena internacional, participam da elaboração de políticas globais e locais, constroem mercados e pautam agendas” (Shiroma; Evangelista, 2015, p. 233). Patentemente,

Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais e setor governamental. Algumas instituições têm fins lucrativos e outras não, ou não claramente, mas é importante destacar que entendemos as redes como sujeitos (individuais e coletivos) em relação, com projeto de classe (Peroni; Caetano, 2015, p. 338-339).

O CAEd é destaque e desperta interesse nessa pesquisa, pois é o atual vínculo de monitoramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná, objeto da pesquisa, com exposição adiante.

A vinculação do CAEd à UFJF lhe confere várias particularidades em relação aos demais institutos, fundações e empresas privadas que atuam no “mercado especializado de avaliação externa”. Essa condição assegura-lhe vantagens competitivas, como isenções e imunidades tributárias, além de usufruir da estrutura institucional, física e de pessoal da UFJF (Garcia; Silva, 2023, p. 477).

Dentre as variadas áreas de atuação do CAEd, destacam-se a tendência de associar além da formulação e execução das políticas de avaliação a vinculação do CAED com o processo de formação dos gestores e docentes da educação. Assim, “o CAEd/UFJF está contribuindo para reconversão dos profissionais da educação e da própria função da escola pública, atuando como um aparelho privado de hegemonia” (Garcia; Silva, 2023, p. 483). Retomando o quadro intelectual exposto anteriormente, os dados históricos levam ao fato do atual presidente do INEP ser um dos fundadores do CAEd, e isso não é coincidência, mas resultado de um projeto de classe que tem avançado na direção do controle e empresariamento da educação pública.

Até aqui, destaquei o contexto relacionado ao processo histórico, bem como as mudanças do Estado direcionadas pela ofensiva do neoliberalismo, os acontecimentos, agrupamentos e opções políticas que possibilitaram o desenvolvimento do fenômeno estudado neste trabalho, isto é, Prova Paraná e Se Liga. Na sequência, prossegue-se com o surgimento do fenômeno no contexto histórico delimitado para o estudo.

3 PROVA PARANÁ E PROGRAMA SE LIGA: O AUMENTO DO IDEB NO PARANÁ E AS MUDANÇAS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO E NA GESTÃO ESCOLAR

*Mentiram-me. Mentiram-me ontem
e hoje mentem novamente. Mentem
de corpo e alma, completamente.
E mentem de maneira tão pungente
que acho que mentem sinceramente.
(Afonso Romano de Sant'Anna)*

O objetivo deste capítulo é explicitar por meio da análise documental e pesquisa bibliográfica os pressupostos políticos e ideológicos, que subjazem os documentos e o arcabouço jurídico normativo que possibilitam o desenvolvimento dos Programas Prova Paraná e Se Liga no estado do Paraná no período de 2019 a 2023. Nesta perspectiva, discutem-se os vínculos e o alinhamento do Plano de Governo do empresário Carlos Roberto Massa Junior (Ratinho Junior), com fundamentação neoliberal e tendências neoconservadoras para a educação pública do estado do Paraná. Destaco também o compromisso político de aumento do IDEB do estado e a implementação dos programas em questão como potenciais indutores de mudanças nos resultados do IDEB do estado, uma vez que eles correspondem a ações estratégicas que estão diretamente relacionadas com os indicadores do cálculo do IDEB, isto é, número de acertos na prova SAEB e taxa de rendimento do fluxo escolar (aprovação).

A discussão é perpassada pela ocorrência da eclosão da pandemia da covid-19 e todas as mudanças políticas, econômicas, sociais, em especial, no mundo do trabalho que foram potencializadas por ela. Nesse sentido, o processo de digitalização do trabalho escolar foi acelerado, fato que naturalizou o processo de captação de dados e controle do Estado por meio de plataformas de gerenciamento do trabalho docente, assim como estabelecimento de metas semanais, tanto para o trabalho do conteúdo da sala de aula por meio da plataforma RCO+Aulas quanto pela frequência escolar dos estudantes por meio da Plataforma B.I. Presente na Escola, é mencionada uma diversidade de programas, como ferramentas de gestão educacional utilizadas para colaborar com o processo de treinamento para realização da prova SAEB, que se efetiva com a aplicação trimestral da Prova Paraná e a correção do fluxo escolar realizada anualmente desde 2019 por meio do Programa Se Liga, um

experimento pedagógico que foi implantado no Paraná sem parecer de autorização do Conselho Estadual de Educação, portanto, de forma arbitrária e antidemocrática.

3.1 A CONJUNTURA E O ALINHAMENTO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO PARA AUMENTO DO IDEB DO PARANÁ

Pelo estudado até aqui, parto do pressuposto de que o conteúdo do monitoramento da educação não é algo exclusivo do Governo Ratinho Junior. Esse período está em recorte por ser até o momento a apresentação mais recente desse processo histórico no que tange à política educacional do Paraná. Concordo com Souza (2001), que destaca o “papel central que a avaliação assume na formulação das políticas educacionais, como expressão de um movimento mais amplo de redefinição do papel do Estado” (2001, p. 69). Todavia, nos interessa neste momento histórico em particular, desvendar e compreender a forma como essa política é implementada como programa e Política de Governo. Desse modo, é preciso registrar informações biográficas dos dirigentes com maior autoridade e poder de decisão na condução da agenda política da educação do Paraná, a saber: Carlos Roberto Massa Junior (Ratinho Junior), eleito Governador do Estado do Paraná (2019-2022), e Renato Feder, nomeado Secretário de Estado da Educação do Paraná no mesmo período.

Carlos Roberto Massa Júnior, popularmente conhecido como Ratinho Junior, é herdeiro da popularidade de seu pai, apresentador do Programa do Ratinho e do Grupo Massa, a saber:

O Grupo Massa é um dos maiores grupos de comunicação do país, com 5 emissoras de televisão, a Rede Massa | SBT, única a cobrir os 399 municípios do Paraná, a Massa FM, segunda maior rede de rádio do Brasil, com 65 afiliadas espalhadas por 10 estados, o portal de notícias *Massa News* e a Massa FUN, uma das maiores empresas de eventos do sul do país. O Grupo Massa também atua em outros setores, com negócios nos ramos imobiliário, construção civil, hotelaria, agronegócios, alimentos, *marketplace*.³³

Apesar de ocupar cargos políticos desde muito jovem, em seus perfis,

³³ Disponível em: [linkedin.com/company/grupo-massa](https://www.linkedin.com/company/grupo-massa). Acesso em: 12 mai. 2023).

sobre a ocupação profissional, **Carlos Roberto Massa Júnior identifica-se como empresário** com graduação em Marketing e Propaganda e pós-graduação em Direito e Administração Tributária. Atualmente, é filiado ao Partido Social Democrático (PSD), partido que apresenta como princípios e valores: “defesa das liberdades de expressão e opinião e ao direito do cidadão à informação. Somos, por convicção e princípio³⁴, contra qualquer tipo de censura, controle, restrição ou regulamentação da mídia”.

Ao considerarmos a filiação política, a condução e implementação de seu mandato, principalmente pelas ações em prol dos programas de Militarização da Escolas, apoio declarado ao candidato Bolsonaro³⁵ nas eleições de 2022, entre outras situações, identifica-se nele um perfil neoliberal com alinhamento às tendências neoconservadoras. Seu programa de governo já anunciava esta opção: “um governo que será orientado pela ética e pelas relações honestas entre o Estado, o cidadão, as empresas e as instituições” (Ratinho Junior, 2018, p. 10). Acerca disso, Harvey (2014) destaca que o neoconservadorismo preza pela ordem como uma resposta ao caos de interesses individuais e com a manutenção do corpo político.

Em relação ao tipo de gestão de seu governo, o plano é politicamente bem definido, por exemplo: “o governo vai estabelecer uma política de metas e resultados para os gestores públicos, profissionais com notória capacidade técnica e política, que implementarão modelos de gestão colaborativa entre o governo e a sociedade” (Ratinho Junior, 2018, p. 13), isso significa uma gestão gerencial. Nesse sentido,

E, como veremos, há na posição neoliberal [e/ou neoconservadora] contradições suficientes para tornar as práticas neoliberais em desenvolvimento (com respeito a questões como poder de monopólio e falhas de mercado) irreconhecíveis diante da aparente pureza da doutrina neoliberal. Por conseguinte, merece cuidadoso exame a tensão entre a teoria do neoliberalismo e a pragmática concreta da liberalização (Harvey, 2014, p. 30).

A análise será com cuidadoso rigor, porém, em tempo, vale destacar a

³⁴ Disponível em: <https://psd.org.br/principios-e-valores/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

³⁵ Jair Messias Bolsonaro, presidente eleito no Brasil no período (2019-2022). Político alinhado à extrema direita “cuja pregação, propostas e valores antagonizavam abertamente os valores e as propostas que conformavam a “Nova República” (Reis, 2020, p. 6). O alinhamento a estas ideias políticas ficaram popularmente conhecido como bolsonarismo.

proposta registrada no plano em questão para a educação. Opto por salientar três excertos que ilustram a discussão dessa pesquisa:

Todos os esforços serão aplicados para criar as condições necessárias para elevar o Índice de Desenvolvimento Educacional (IDEB) e reduzir a evasão no Ensino Médio (Ratinho Junior, 2018, p. 30).

A conjuntura e a intensidade das mudanças implantadas no início de 2019 ilustram em que essa pauta se traduziu. Destacam-se algumas ferramentas políticas criadas para induzir os resultados: programas cotidianamente apresentados e intensificados semanalmente nas escolas, notadamente: Presente na Escola, Tutoria Pedagógica, Prova Paraná e Se Liga, os quais serão detalhados mais adiante nessa seção. Nesse sentido, o programa de governo ainda pautava:

Será criado um índice de qualidade da educação que levará em conta a combinação de diferentes indicadores. **Por meio de mecanismos de competição e colaboração será possível o reconhecimento das melhores escolas**, que serão parceiras na condução das outras escolas a um patamar mais elevado (Ratinho Junior, 2018, p. 31, grifos meus).

Com data de 10/06/2019, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED-UFJF)³⁶ publicou uma Nota Técnica apresentando o Índice de Desempenho Escolar do Paraná (IDEPR), divulgada no portal SAEP. Entretanto, o indicador não se diferenciou em relação às variáveis do IDEB, uma vez que: "o IDEPR, assim como o IDEB, é o produto do desempenho padronizado pelos limites em Língua Portuguesa e Matemática e o inverso do tempo médio" (CAEd, 2019, p. 1)³⁷, portanto, o indicador criado no Paraná utiliza procedimentos e variáveis idênticas ao IDEB com o intuito de propiciar simulações e previsões dos resultados do Estado antes da realização dos exames. Os mecanismos criados para competição entre as escolas foram inúmeros, como prêmios em

³⁶ Oliveira e Clementino (2020) apresentam uma síntese acerca da prestação de serviços realizada pelo CAEd na região nordeste que descreve com exatidão o mesmo pacote de serviços realizados para o estado do Paraná "O CAEd/UFJF é o responsável pela implantação do Sistema desde sua criação, desenvolvendo ações de planejamento, elaboração, correção, divulgação dos resultados e oferta de cursos de formação continuada para técnicos e gestores da [SEED] e para docentes" (Oliveira; Clementino, 2020, p. 153).

³⁷ Disponível em: avaliacaoemmonitoramentoparana.caeddigital.net/resources/arquivos/biblioteca/NOTA%20TECNICA%20IDEPR.pdf. Acesso em: mai. 2023.

diversas categorias: Escola Diamante, Professor Diamante, Concurso Agrinho, Concurso Ganhando o Mundo (para alunos e professores) e incentivos financeiros para gestores que atingirem as médias estipuladas pela Secretaria de Educação, legitimados pela Lei nº 20935, de 17 de dezembro de 2021:

Art. 1º Cria a **Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal – GIEM** e a **Gratificação de Resultado de Aprendizagem – GRAP**, a serem pagas ao servidor estatutário, em efetivo exercício na função de Diretor e Diretor Auxiliar de instituição de ensino da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná (Paraná, 2021, grifos meus).

Destaco que há um incentivo para cada variável do cálculo do IDEB, “§ 2º O índice de aprendizagem será apurado em avaliação oficial anual e dará direito à Gratificação de Resultado de Aprendizagem – GRAP, em parcela única, paga no ano subsequente ao período de apuração” (Paraná, 2021, s/p). A GRAP é uma bonificação que a direção recebe pelo desempenho da escola nas avaliações externas, porém, há também a gratificação mensal (GIEM), relacionada ao índice de frequência que impacta do resultado da aprovação anual:

Art. 2º Serão concedidas as gratificações que trata o art. 1º desta Lei ao Diretor e Diretor Auxiliar das instituições de ensino que preencherem os seguintes requisitos:

I - Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal – GIEM:

- a) número de estudantes matriculados superior a 150 (cento e cinquenta), cumulativamente com;
- b) frequência de estudantes maior ou igual a 85% (oitenta e cinco por cento).

II - Gratificação de Resultado de Aprendizagem – GRAP:

- a) **resultado de avaliação externa referente ao ano letivo**, segundo critérios estabelecidos nos atos regulamentares, a depender do sistema de avaliação elegido, a ser pago no mês subsequente ao mês de apuração do resultado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.
- b) avaliação elegível, para fins de percepção da GRAP, poderá ser a do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP; do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB; ou outro instrumento oficial de avaliação, a ser determinado por ato do Chefe do Poder Executivo (Paraná, 2021, s/p, grifos meus).

De acordo com Freitas (2014a), há uma extensa literatura que expõe todos os efeitos deletérios dessa proposta de política pública para a educação. O clima de competição instalado na escola contraria todos os princípios constitucionais de uma educação como direito de todos e de gestão democrática, isso porque:

Premidos pela necessidade de assegurar um salário variável na forma de bônus, os professores pressionarão seus alunos aumentando a tensão entre estes. Premidos pela necessidade de apresentar sua escola como uma boa escola à comunidade, reproduzirão práticas que tenderão a afastar de suas salas e de suas escolas alunos com dificuldades de aprendizagem (Freitas, 2014a, p. 55).

Esse processo é conceituado nas pesquisas de políticas educacionais como sistemas de responsabilização³⁸. Em razão desse processo, nesse Governo, para a maioria dos educadores da rede estadual paranaense, não é raro ouvir de alguns gestores argumentos como: “precisamos equilibrar o registro de frequência”, em dias de chuva, frio, próximos a feriados e/ou recesso e, mais recentemente, em dias em que ocorrem situações de violência em alguma escola do país, quando as redes sociais são bombardeadas por fake news e muitos estudantes faltam à escola. De modo particular, observo ações que podem levar à cultura de fraudes decorrente da gestão por resultados, discutidas por Ravitch (2011) e Freitas (2018). A frequência tem sido manipulada ora para atender as metas estipuladas, ora por questões financeiras, ora por medo de perder a função entre outras situações. Na realidade: “o diretor da escola se transforma em um animador que controla metas previamente ‘comunicadas aos colaboradores’ com processos bem definidos e controlados ‘passo a passo’, de forma a ‘premiar, punir e corrigir desvios’” (Freitas, 2014b, p. 1103).

A referida Lei de Incentivos é clara em relação aos percentuais dos bônus:

Art. 3º O valor da Gratificação de Incentivo, Escalonada e Mensal – GIEM será gradativo, de acordo com o número de estudantes da instituição de ensino, e corresponderá a, no mínimo, R\$ 108,00 (cento e oito reais) e, no máximo, R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais) ao Diretor, e de, no mínimo, R\$ 92,00 (noventa e dois reais) e, no máximo, R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais) ao Diretor Auxiliar, conforme escalonamento de que trata o Anexo Único da presente Lei³⁹ (Paraná, 2021, s/p).

Em alguns casos, o incentivo pode ser maior do que o valor da gratificação por direção, valor este que é o mesmo para função, independentemente do número de alunos. A discussão do incentivo por meio de gratificação tem muitas

³⁸ Por sistema de responsabilização, é possível designar o conjunto de políticas e práticas que o Estado usa para medir e responsabilizar escolas por elevar o desempenho dos alunos e para estimular e apoiar a melhoria quando necessário (Oliveira; Clementino, 2020, p. 147).

³⁹ Anexo B para conhecimento do escalonamento dos valores.

implicações que extrapolam o limite desse trabalho, contudo, é válido lembrar que as demandas de uma escola são as mesmas, não há alterações de atendimento e trabalho a ser realizado pela escola em relação ao número de alunos matriculados; a ideia de que o número de alunos diminui ou aumenta a complexidade de uma escola é reducionista, uma vez que há escolas pequenas que têm suas demandas diminuídas (porte de funcionários) em razão do número de alunos e todas as atividades ficam mais difíceis de cumprir a exemplo: segurança interna, atendimento de contraturno, participação em projetos etc. Logo, o discurso de proporcionalidade não cabe para referenciar a atividade de uma escola.

No movimento de observar o plano de governo e as políticas implementadas, alinhado a perspectiva de resultados, ainda sobre as propostas para a Educação, o plano de governo ressaltava:

Vale destacar que o IDEB é composto pelos indicadores de aprendizagem (representados pelo desempenho dos alunos na Prova Brasil - Língua Portuguesa e Matemática) e de fluxo (taxas de aprovação). O Paraná ainda possui altos índices de reprovação e abandono escolar que somados aos resultados educacionais indicam que há espaço para melhorias em várias etapas do processo de aprendizagem (Ratinho Junior, 2018, p. 44).

Conforme discuto a seguir, foram criados programas específicos para induzir esses resultados, por exemplo, a Prova Paraná de aplicação trimestral, nas palavras do Governador do Estado: “Prova Paraná, que é [para] **treinar o nosso aluno de forma constante**, um milhão de alunos sendo treinados de forma constante no nosso estado”⁴⁰.

Percebe-se então a concepção pragmática e comportamental de educação⁴¹. Além da avaliação externa Prova Paraná, conforme declarado pelo mandatário do Estado, como um programa que tem como objetivo se configurar

⁴⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZEhzXu-iGHs> (Coletiva de Educação, fala transcrita inicia em 10:20).

⁴¹ Do ponto de vista pedagógico, retorno ao que Saviani (1983) definiu como “tecnicismo”, no início dos anos 1980 [...] tecnicismo volta completamente reformulado, ainda que conceitualmente seja o mesmo [...]. Ele volta fazendo uso de novos (alguns nem tão novos [a exemplo do treinamento]) desenvolvimentos científicos da Psicologia, Neurociência, Administração, Informação, entre outras, reinserido em uma nova proposta de política educacional que potencializa seu poder de penetração no sistema público de ensino pela via da accountability meritocrática e da privatização, e com nova base tecnológica que permite o desenvolvimento de formas de interatividade do aluno com o conteúdo escolar jamais pensadas antes (Freitas, 2018, p. 104-105).

em um processo de treinamento para os estudantes apresentarem um bom desempenho na avaliação externa nacional (SAEB), em outros termos, a Prova Paraná é uma estratégia para condicionamento dos resultados do IDEB, atrelada a outros programas instituídos nas escolas da rede estadual: Presente na Escola, para controlar a frequência, e o Se Liga, conforme os ofícios encaminhados um programa de recuperação das aprendizagens do ano letivo, mais adiante discutiremos cada um deles.

Os destaques acerca dos referidos programas exemplificam e explicam as vivências de estudantes, professores, gestores e agentes educacionais nos últimos quatro anos, por isso, vale apurar em que, efetivamente, os cumprimentos dessas metas de governo resultaram para a educação pública do Paraná.

De início, o governador eleito nomeou como Secretário de Estado da Educação um empresário, com graduação em Administração e mestrado em Economia, Renato Feder, herdeiro da Elgin indústria de eletrônicos e tecnologia, essa empresa iniciou com produção de:

[..] máquinas de costura, [a empresa] diversificou sua atuação no mercado brasileiro, e hoje conta com uma enorme variedade de produtos para uso comercial e residencial nos segmentos de Ar-Condicionado, Automação Comercial, Energia Solar, Escritório, Iluminação, Mídias, Informática, Pilhas e Carregadores, Refrigeração, Segurança e Telefonia.⁴²

Ainda sobre sua atividade de empresário, vale lembrar que Feder é sócio-proprietário da Multilaser, mais conhecida anteriormente como Multilaser, empresa brasileira de capital aberto no segmento de eletroeletrônicos e informática. Feder foi filiado ao Partido NOVO (2016-2020), partido neoliberal: “é importante não esquecermos que o neoliberalismo é uma junção entre liberalismo econômico e autoritarismo social” (Freitas, 2018, p. 116). Contudo, a partir de 2020, há a observação de ‘independente’ acerca da filiação partidária. Sobre isso, vale lembrar que Renato Feder foi convidado para assumir o Ministério da Educação durante o mandato do Presidente Jair Bolsonaro, contudo, a indicação foi questionada por aliados do então presidente. Há variedades de reportagens sobre esse movimento e até uma nota de

⁴² Disponível em: elgin.com.br/SaibaMais/GrupoElgin.

esclarecimentos dele [Feder], no site da CNN-Brasil, acerca das repercussões do convite à época. Renato Feder é coautor de uma publicação conhecida por difundir as propostas de privatização da educação no Brasil, sua tese para a educação brasileira consiste em:

Privatizar todas as escolas e universidades públicas, implantando o sistema de vouchers. Para cada aluno matriculado em ensino fundamental, o governo paga uma bolsa diretamente à escola. Cada escola pode optar se receberá apenas a verba do governo ou se cobrará uma taxa extra (Ostrowiecki; Feder, 2008, p. 96, grifos meus).

As propostas defendidas por Feder e Ostrowiecki na referida publicação recomendam que a privatização ocorra primeiramente na Educação Superior e, progressivamente, avance para o Ensino Fundamental, isso porque “a empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação da riqueza. **Os neoliberais são particularmente ativos na promoção da privatização de ativos**” (Harvey, 2014, p. 75, grifos meus). No segmento educacional, este movimento é denominado por autores nacionais e internacionais, por exemplo: Freitas (2012, 2014a; 2014b; 2018); Leme, Ruiz e Garcia (2019); Peroni e Adrião (2018) Adrião e Domiciano (2020); Ravitch (2011); Ball (2014), entre outros, como reforma empresarial, empresariamento e/ou privatização da educação. Nesse sentido,

Um ataque à escola pública de gestão pública é um ataque à democracia. A ideia de que a educação para ser emancipadora deve ficar fora do Estado definida por Marx, precisa ser devidamente contextualizada no presente momento histórico. Hoje ficar fora do Estado é ficar diretamente nas mãos dos empresários e da filantropia (Freitas, 2018, p. 54).

À frente da SEED-PR, as ações de Renato Feder⁴³, no sentido de atender a implementação do Plano de Governo Ratinho Junior, atingiram uma velocidade nunca vivenciada na educação pública do estado. Ao ler o livro de coautoria de Feder e o Plano de Governo Ratinho Junior (2019-2022), o alinhamento das propostas são bastante evidentes. Considerando a delimitação de nosso objeto, nossas discussões estão balizadas pelas ações e impactos dessas propostas no

⁴³ A partir de 2023, Renato Feder assumiu a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo. No Paraná, o professor de história, da rede estadual, Roni Miranda assumiu a Secretaria de Estado da Educação do Paraná com um discurso no mínimo contraditório: “Aberto ao diálogo para dar continuidade ao projeto do governador”.

âmbito da rede estadual de educação básica. Dessa forma, nossos esforços se concentram em registrar e analisar os elementos, etapas e consequências para a gestão escolar nesse período em relação ao movimento de empresários envolvidos na elaboração e condução de políticas públicas para a educação.

Todavia, falar de gestão pública no governo Ratinho Junior (2019-2022) implica mencionar o acordo, realizado com a Fundação Lemann, anunciado antes mesmo do governador eleito assumir o mandato. Em 12/12/2018, Ratinho Junior e Feder registraram publicamente o encontro com o empresário Jorge Paulo Lemann, na época dono da 26ª maior fortuna do mundo. Segundo as notícias, a reunião do futuro governador cumpria uma etapa do planejamento dos projetos de gestão para a educação. Conforme noticiado: “Lemann apresentou à equipe paranaense as melhores práticas e materiais pedagógicos utilizados no mundo e experiências que deram certo em outros países”⁴⁴. Isso significa que o empresário, dirigente do bloco no poder, apresentou a agenda global previamente organizada para a educação e a rede política acerca do empresariamento da educação.

Em 09/01/2019, foi instituído pelo despacho do Governador do Estado nº 15.527.113-2/18, o acordo de cooperação chamado “**Programa de Gestão Pública**” com a Fundação Lemann: “Chamar a reforma de nova gestão pública’ remete às formas de gestão e ao mesmo tempo permite a ocultação dos reais promotores da ‘reforma’: empresários compromissados com a agenda neoliberal do livre mercado e seus aliados” (Freitas, 2018, p. 55). Conforme os estudos de Farias (2021; 2022; 2023): “O estado do Paraná (PR) foi laboratório para a primeira experiência estadual do Programa Aliança⁴⁵, assim como para os Programas e os Projetos da Fundação Lemann e seus parceiros” (Farias, 2023, p.12). Em síntese, essas parcerias deslocam o caráter público da gestão para gestão empresarial.

⁴⁴ Além da Fundação Lemann, o grupo visitou Wilson Risolia Rodrigues, ex-Secretário da Educação do Rio de Janeiro, que desenvolveu um projeto que tirou o estado da 25ª. Posição do *ranking* da educação e o colocou em quarto lugar. Atualmente, Risolia faz parte do Instituto Roberto Marinho. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/geral/ratinho-junior-se-reune-com-paulo-lemann-para-debater-o-impacto-da-educacao-no-crescimento-do-pib-regional/>
Acesso em: mai. 2023.

⁴⁵ O Programa Aliança Líderes de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor, articulado desde 2017, é um dos investimentos da Fundação Lemann no mercado de gestão pública educacional (Farias, 2023, p. 7).

Ao assumir o Governo do Estado, Ratinho Junior implementou a agenda previamente estruturada em redes políticas e empresariamento da educação; tendências dessas práticas estão registradas nas pesquisas de vários autores, entre eles: Dale (2004), Ball (2014), Ravitch, (2011); Freitas (2012) e Peroni, (2007) com reformulação, renomeação, intensificação e acréscimo de diversos programas, intitulados neste governo como ferramentas de gestão.

No início da gestão (2019-2022), diretores e diretoras das escolas foram convocados para participarem de um seminário em Curitiba que, durante o desenvolvimento do governo, manteve-se como formação semestral intitulado: “Gestão em Foco”, evento cuja atividade principal resume-se em cada gestor analisar o boletim da escola, discutir os resultados e traçar novas metas de aumento dos índices, desse modo, [os reformadores empresariais]: “ênfatisam a formação do gestor de forma a torná-lo um controlador dos profissionais da educação no interior da escola responsabilizando-o pelos resultados esperados nos testes” (Freitas, 2014b, p. 53).

A formação descentralizada na escola, firmada desde o início desse milênio como Semana Pedagógica, foi transformada em Estudo e Planejamento, título que anunciava o retrocesso e o deslocamento de uma perspectiva acadêmica para uma perspectiva tecnocrática, tendo em vista que o termo “pedagógica” remete à Ciência da Educação, a redefinição para Estudo e Planejamento indica a perspectiva do Neoprodutivismo⁴⁶ atrelado ao Neotecnicismo vivenciado.

O SAEP, implementado em 2012 em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd-UFJF), foi reformulado para **Prova Paraná**, o Livro Registro de Classe, implantado em 2016, foi reformulado para o **RCO 2.0** e, em seguida, **para RCO+ Aulas**, com aulas preparadas (módulos e/ou apostilamento do planejamento das aulas), com links para aulas no You Tube, como estratégia de garantia de um processo formativo para a padronização. Gradativamente, foram incluídos na plataforma RCO+Aulas links que direcionam os estudantes em plataformas educacionais on-line para

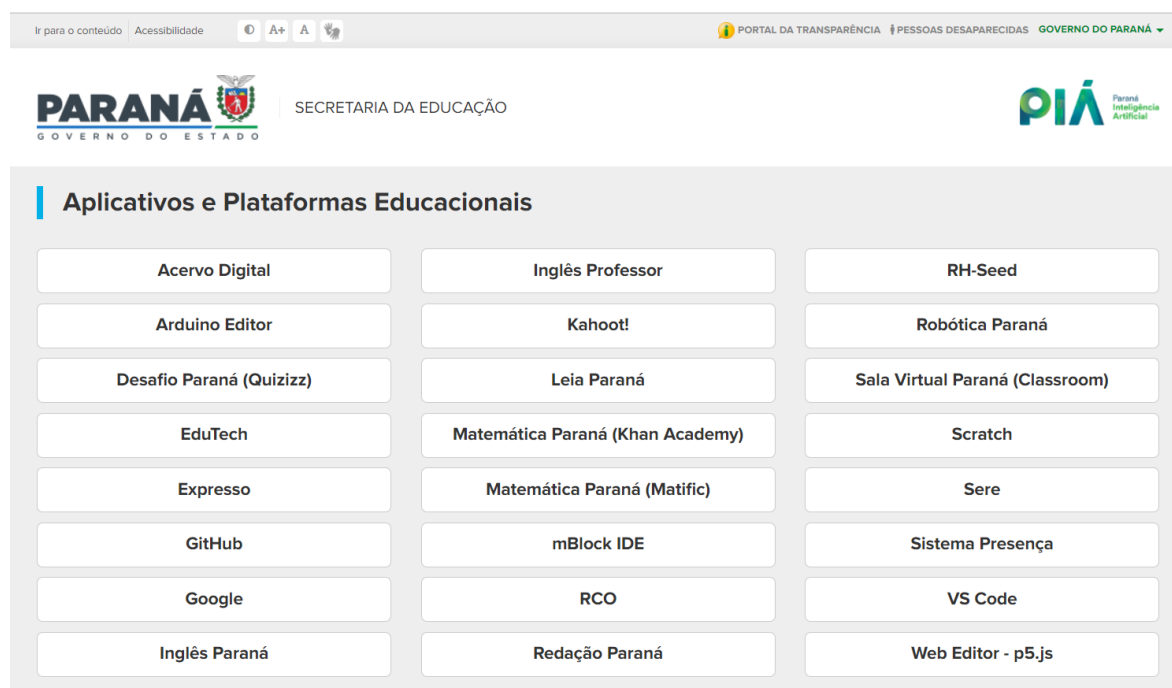
⁴⁶ A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis [...] o objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas (Saviani, 2011, p. 430-437).

realização das atividades. O deslocamento do planejamento, organização e realização das atividades elaboradas pelos docentes ocorre de forma muito rápida, assim, essa imposição de materiais previamente planejados “contribui para que o professor fique dependente de materiais didáticos estruturados retirando dele a qualificação para fazer a adequação metodológica segundo requer cada aluno” (Freitas, 2014a, p. 56). Além do mais,

Essa avidez das plataformas digitais por dados tem assim alguma coisa de semelhante à ânsia de acumulação capitalista. Talvez por isso se possa considerar também como capitalismo digital a fase em que a economia de mercado é impulsionada e dinamizada por plataformas digitais (Afonso, 2021, p. 5).

Atualmente, estão disponíveis os seguintes aplicativos e plataformas educacionais, os quais devem, obrigatoriamente, ser inseridos cotidianamente na organização do trabalho pedagógico das escolas da rede estadual:

Figura 2 - Página inicial: Aplicativos e Plataformas Educacionais SEED-PR.



Fonte: <https://www.educacao.pr.gov.br/iniciar/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Neste contexto,

[...] é fundamental destacar que tais recursos digitais são propriedade de corporações globais compostas por investidores financeiros e empresas de tecnologia, que desenvolvem ferramentas, produtos e

serviços apoiados na captura privada de bilhões de dados de “usuários”, os quais valorizam em termos mercantis na medida que geram “fidelidades” e criam demandas (Adrião; Domiciano, 2020, p. 674).

Possivelmente, ao término dessa pesquisa, outras plataformas e/ou parcerias terão sido incorporadas no sistema estadual de ensino do Paraná. A utilização das plataformas educacionais pelos docentes é monitorada semanalmente, todas elas foram implementadas sucessivamente e potencializadas a partir do ano de 2020 no período das aulas não presenciais, implantadas durante a pandemia da covid-19. Nessa conjuntura,

A divisão do aprendizado, assim como a divisão do trabalho, é sempre conformada por disputas sobre as seguintes questões: Quem participa, e como? Quem decide quem participa? O que acontece quando a autoridade falha? Na esfera do mercado, o texto eletrônico e o que se pode aprender a partir dele nunca foram nem podem ser “coisas em si”. Eles estão sempre já constituídos pelas respostas a essas questões. Em outras palavras, eles já estão incorporados no social, e suas potencialidades estão circunscritas pela autoridade e pelo poder (Zuboff, 2018, p. 22).

É válido observar a partir de estudos como o de Zuboff (2020) que o processo de controle do trabalho e da educação pelos meios digitais já estava em desenvolvimento, contudo, a ocorrência da pandemia em 2020 intensificou os elementos na esfera social do capitalismo de vigilância. Isto significa,

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a **experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais**. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde. Por fim, esses produtos de predições são comercializados num novo tipo de mercado para predições comportamentais que chamo de mercados de comportamentos futuros (Zuboff, 2020, p. 18-19-grifos meus).

Ainda que não seja tema desse trabalho, o acontecimento da pandemia ocorreu durante o período delimitado para estudo, sendo assim, é inevitável mencionar o impacto desse evento histórico para a humanidade e, em particular, na condução adotada pela SEED-PR neste período. De forma geral,

A realidade da educação brasileira sempre foi precária, porém o país [enfrentou] diversos novos problemas na educação em função das paralisações por conta do novo coronavírus, Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19 (LUIGI; SENHORAS, 2020; MARANHÃO; SENHORAS, 2020), tornando o status precário da educação ainda mais evidente. Além de todas as dificuldades já existentes, os alunos [tiveram] de enfrentar um sistema de educação **que não tem estrutura suficiente para ampará-los** frente a essa nova realidade (Avelino; Mendes, 2020, p. 57, grifos meus).

Saviani e Galvão fazem uma análise que contribui significativamente para entender esse acontecimento e citam algumas das múltiplas determinações do período: “entre elas os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, **a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo**, a precarização e intensificação do trabalho para docentes e demais servidores das instituições”. (Saviani; Galvão, 2021, p. 38, grifos meus).

A **ausência de democracia foi vivenciada** principalmente em relação à supressão da Deliberação 01/2020, do Conselho Estadual de Educação, que recomendava que, para adesão e/ou reorganização das aulas do ensino emergencial, era necessária uma ampla discussão com a comunidade da escola e deliberação do Conselho Escolar de cada escola. A esta instância, caberia, então, a decisão de adesão ou não às aulas não presenciais, bem como a reorganização do calendário letivo. Na realidade, as poucas escolas que ousaram tentar resistir às orientações encaminhadas de forma padronizada para toda a rede estadual, principalmente no momento do retorno presencial, a resposta convencionada foi:

[...] **não sendo uma decisão que cabe ao diretor da Instituição de Ensino, dos professores da Instituição e aos membros do Conselho Escolar** a decisão de retornar ou não as atividades presenciais híbridas. Ao contrário, esta decisão cabe a Secretaria de Estado da Educação junto com os Núcleos Regionais de Educação (SEED, Despacho: Protocolo 17.666.614-5, 24/05/2021, grifos meus).

O excerto do despacho em questão registra a opção autoritária para manejo da crise instalada durante a pandemia, porém, destaco que tais encaminhamentos revelam a opção política em curso, bem como o alinhamento com o autoritarismo, no entanto:

É preciso ter em mente que as políticas públicas criadas nesse contexto de crise devem contemplar as diferentes realidades

brasileiras. Para isso, [...] mesmo que em caráter de urgência, em função da necessidade de se chegar o quanto antes a efetivação de estratégias, os debates [deveriam] ser intensificados com todos os envolvidos no processo (Oliveira; Souza, 2020, p. 22).

Apesar da pandemia, durante este período, predominou a cobrança pelo cumprimento das metas de frequência nas aulas on-line a despeito de tudo que acontecia nas famílias dos estudantes impactados pelas consequências da exposição ao vírus e as desigualdades sociais da população: familiares hospitalizados, óbitos, falta de internet, estudantes que ficaram órfãos sob cuidados dos avós que, muitas vezes, não tinham condição alguma de acompanhar o estudantes para aprenderem a participar das aulas *online*. Havia, naquele período, absoluta falta de conhecimento dos processos de *login* e acesso aos aplicativos e plataformas, equipamentos incompatíveis com as configurações mínimas necessárias para utilizar os recursos das aulas não presenciais etc.

Professores da rede estadual eram convocados a todo tempo: não havia jornada de trabalho. Diversas *lives* às 8h, às 10h, às 12h, às 15h e às 19h eram rotina, com diferentes setores, chefes, coordenadores, tutores e diretores da SEED, NRE e/ou escola. Os atendimentos individuais aos colegas professores, estudantes e às famílias pelo aplicativo *WhatsApp*, que não conseguiam acessar a sala virtual *Classroom* e/ou a sala de reuniões *Google Meet*, eram simultâneos a tudo isso. Para Silva e Nascimento (2020), a missão do professor foi ampliada para uma dimensão que está além da sala de aula a fim de que [fosse] garantida uma articulação entre comunidade e escola (Oliveira; Santos, 2021, p. 391-97).

Um dos principais desafios, causador de muito estresse, era entender a configuração do equipamento daqueles usuários para descobrir uma orientação sobre o tutorial correto, entender a distância, equipamentos com configurações diferentes que não funcionavam com o tutorial padrão divulgado, normalmente, feito com prints de equipamentos modernos, bem diferentes dos equipamentos utilizados pelas famílias da maioria dos estudantes. É preciso registrar que, além dos impactos educacionais, a pandemia afetou significativamente a saúde das(os) docentes, uma vez que:

Mesmo antes da pandemia, pesquisas como as de Diehl e Marin (2016) e Tostes (2018) apresentavam dados preocupantes acerca do adoecimento mental nos professores, em virtude das diversas

modificações ocorridas na profissão docente, como a fragilização de vínculos empregatícios (Oliveira; Santos, 2021, p. 391-95).

Não havia horário e limite para servidores da rede estadual nesse período, de modo geral, as equipes escolares compartilhavam: “atendíamos enquanto estávamos acordadas(os)”, não havia turno de trabalho, o limite era a exaustão física, muitas(os) de nós desenvolveram transtornos mentais. Há muitas pesquisas que referendam o quadro exposto, contudo, a fim registrar e indicar um deles, e as referências relacionadas, destaco:

[...] a pandemia então, escancara uma nova conjuntura de trabalho que acentua quadros de adoecimento mental nos professores. Contexto que apresenta intensas instabilidades nas relações humanas e rupturas para a educação. Uma vez que, o ritmo do trabalho virtual se torna mais intenso do que nas aulas convencionais, exigindo dos professores mudanças de práticas que resultam em sofrimento e possivelmente o adoecimento mental (Oliveira; Santos, 2021, p. 391-95).

É necessário registrar a falta de respeito e reconhecimento pelo trabalho realizado, em destaque pelo mandatário do Estado na época. Em novembro de 2021, a SEED divulgou a nova Resolução Normativa nº 5247/2021-GS/SEED, que alterou (sem aviso e/ou transição) a forma de pontuação para promoção na carreira das(os) servidores estáveis. Essa resolução legitimou a condicionalidade de promoção à participação do Grupo de Estudos Formadores em Ação, uma formação trimestral de ação modelar que funciona como um laboratório com implementação das boas práticas⁴⁷ orientadas pela SEED.

Na realidade, todas as formações realizadas em universidades são desvalorizadas por essa normativa, uma vez que há um limite muito rígido para utilização de certificação externa. Vários títulos de formações com conteúdo para da educação básica realizadas em universidades públicas foram considerados vinculados à educação superior, portanto, invalidadas para à progressão na carreira: “neste particular, **caminha-se na direção de afastar as universidades do processo formativo dos profissionais da educação**, redirecionando-os para instituições cuja base teórica é restrita” (Freitas, 2014a, p. 1103, grifos meus).

⁴⁷ Este termo: “é utilizado como argumento retórico para referenciar o que deve ser feito para a melhoria da prática dos professores ou pelas escolas que são consideradas ‘boas’ sem que sejam explícitos os critérios que permitem tal avaliação” (Barroso, 2011, p. 110).

Ao fim e ao cabo, a Resolução nº 5247/2021-GS/SEED configurou-se como um golpe para muitos profissionais que, após trabalhar e participar intensamente das *lives* e diversas reuniões *on-line*, diariamente, enquanto simultaneamente orientavam os estudantes e famílias que não conseguiam conectar-se às aulas não presenciais. Ao final de 2021, quando deveriam minimamente receber a progressão funcional pelo trabalho realizado, **constataram em diário oficial que não progrediram na carreira**. Não foi considerado o período de excepcionalidade e o trabalho realizado durante o período das aulas não presenciais, tampouco as formações realizadas em universidades foram validadas como formação continuada e não serão enquanto vigorar a normativa em questão.

O trabalho de Souza, Gonçalves e Moreira (2022) identificou as estratégias do empresariamento em meio à crise pandêmica. Em um estudo acerca de alguns contratos disponíveis no portal da transparência a pesquisa constatou:

A contratação de quatro serviços para oferta de aulas remotas, no trimestre de abril a julho custou R\$ 24.735.000,00 – (vinte e quatro milhões, setecentos e trinta cinco mil reais) e o total mensal de R\$ 8.245.000,00 – (oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil reais). (Souza; Gonçalves; Moreira, 2022, p. 188).

Outros contratos são mencionados no estudo, o destaque anterior visa contrapor a lógica da privatização do público por meio de parcerias e contratos terceirizados, ao mesmo tempo em que a escola e os professores da educação pública são invisibilizados quanto às suas necessidades, principalmente, em relação às condições de trabalho e estudo durante a pandemia.

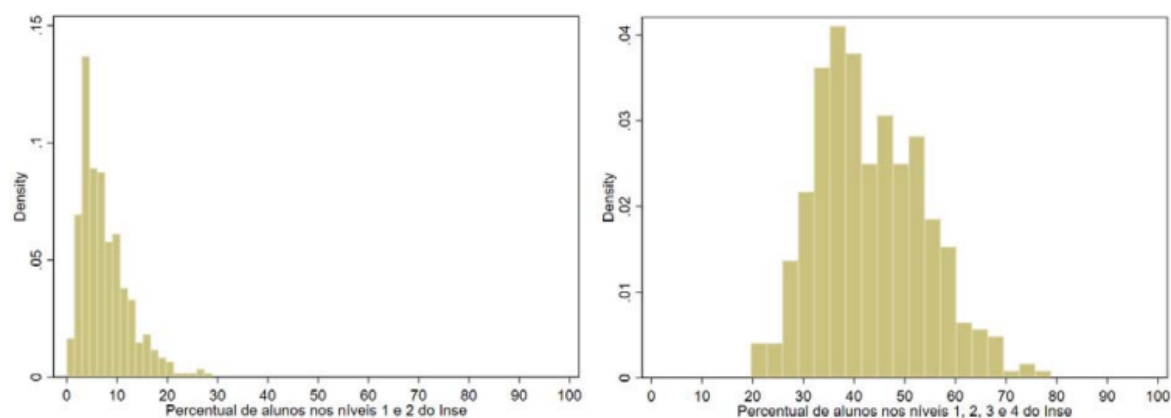
A crise pandêmica possibilitou acelerar o projeto neoliberal em curso, desvelado por Evangelista (2017) como faces da tragédia docente, caracterizadas pela **reconversão; desqualificação; responsabilização e eadeização** dos docentes. Em síntese:

Professores públicos são chamados a pagar a conta dos acordos espúrios com o Capital: redução salarial, parcelamento de proventos, precarização e intensificação do trabalho, entrega da escola pública às Organizações Sociais. Evidencia-se a posição do Capital como educador de professores e de alunos, substantivamente da classe trabalhadora. (Evangelista, 2017, p.1-2)

Evidentemente que uma decisão de contratar os serviços divulgados como substitutivos das aulas presenciais, em meio à crise sanitária, deveria considerar a realidade socioeconômica dos estudantes da educação pública. A imagem a seguir apresenta um panorama das condições materiais dos estudantes em todos os municípios do estado.

Figura 3 - Indicador do nível socioeconômico dos estudantes do Paraná.

FIGURA 10 - HISTOGRAMA PERCENTUAL DE ALUNOS DOS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO NOS NÍVEIS 1 E 2 E 1, 2, 3 E 4 DO INDICADOR DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO DO INEP



FONTE: Software STATA

Fonte: Imagem selecionada (IPARDES, 2022, p. 21).

Conforme a nota técnica do indicador do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (INSE) e a discussão apresentada no texto do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), **os níveis de 1 a 4 representam as condições de maior vulnerabilidade social**, isto é:

A distribuição, segundo a figura 10, tem uma grande variabilidade, principalmente quando se trata dos níveis 1, 2, 3 e 4 no INSE. Analisando por quartis, metade dos municípios da amostra tem até 41,74% dos alunos nos níveis 1, 2, 3 e 4. **Analisando os níveis socioeconômicos mais baixos, 1 e 2, 90% dos municípios tem até 13,95% dos alunos nesse nível** (Paraná, 2022, p. 22, grifos meus).

Entrelaçadas ao acontecimento da crise pandêmica, as plataformas digitais foram naturalizadas como melhorias da educação e, rapidamente, substituíram as elaborações autorais e intelectuais dos planejamentos das aulas pelos docentes. Neste sentido: “o Livro Registro de Classe Online (LRCO), instituído pela Resolução Nº 3550/2022 GS/SEED, [é compreendido] como documento eletrônico para o registro online de frequências,

conteúdos/planejamentos e avaliações dos estudantes”⁴⁸.

Além disso, foi implantado o Programa de Tutoria Pedagógica, de acordo com Primo (2021), uma ação modelar baseada em pesquisas de psicologia behaviorista com o intuito principal de modelar as ações de gestores e docentes. Em outras palavras: “o controle gerencial verticalizado nas escolas” (Freitas, 2014^a, p. 1103).

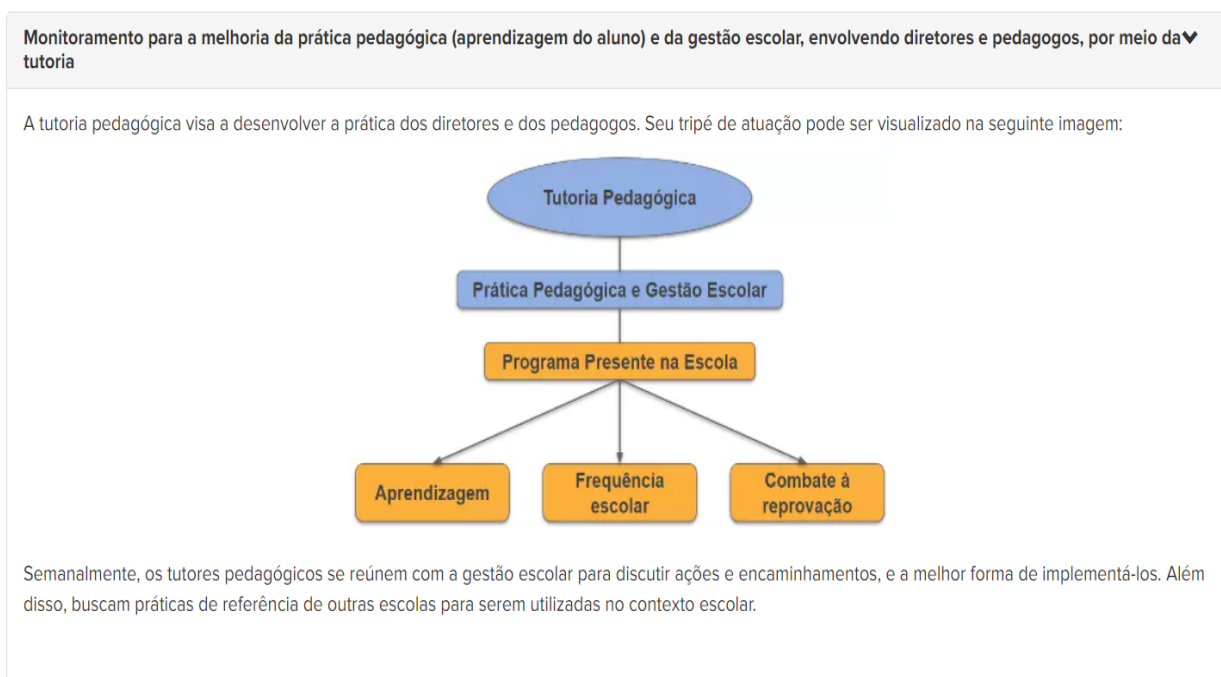
Vinculado ao RCO, foi criado o Programa Presente na Escola, um sistema eletrônico de captação e computação de dados que emite relatórios diários sobre a frequência e identificação dos alunos ausentes em cada turno e turma da escola. Em 2020, os relatórios eram gerados e enviados automaticamente à 0h para o *e-mail* da direção de cada unidade escolar respectivamente. A análise semanal desses dados com a utilização da ferramenta *B.I.*⁴⁹ é realizada pela direção, na medida do possível, com a presença da equipe pedagógica, mediada pelo(a) tutor(a) da escola, um membro externo da equipe escolar enviado pelo Programa de Tutoria Pedagógica⁵⁰.

⁴⁸ Disponível em: professor.escoladigital.pr.gov.br/rco_mais_aulas.

⁴⁹ O termo Business intelligence surgiu na década de 80 no Gartner Group e faz referência ao processo inteligente de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoração de dados contidos em Data Warehouse/Data Mart, gerando informações para o suporte a tomada de decisões no ambiente de Negócios (Primak, 2008, p. 2).

⁵⁰ Conforme Primo (2021) “O Programa é definido como uma metodologia [ação modelar] de formação em serviço e, por sua vez, caracteriza um imediatismo das propostas de responsabilização na busca de metas e implementação das ações definidas para a equipe gestora” (Primo, 2021, p. 288).

Figura 4 - Fluxo do Programa Presente na Escola.



Fonte: Disponível em: presentenaescola.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao. Acesso em: jun. 2023.

A imagem acima ilustra nossa compreensão de **gestão verticalizada no Paraná no período estudado**. No trabalho de Primo (2021), foi encontrado um trecho da entrevista com a Coordenadora do Programa de Tutoria Pedagógica do NRE de Londrina, à época, o trecho em destaque ilustra a continuidade uma agenda política e a intensificação no governo em questão:

Sobre o *B.I.*, entendido como uma ferramenta de gestão para a SEED-PR, NRE e escolas, [a Coordenadora A] esclarece que o sistema sofreu muitas mudanças desde o seu surgimento no governo anterior. Relatamos que este sistema, a priori, foi desenvolvido para o gerenciamento e integração das diferentes secretarias do governo, quando poucos tinham acesso, no caso do NRE, somente a chefia e a coordenação da equipe de ensino e do setor SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar). Já na gestão de Feder na SEED-PR, o sistema *B.I* foi reconfigurado e estendido (Primo, 2021, p. 269-270).

A compreensão das dimensões e centralidade dos Programas Presente na Escola e Tutoria Pedagógica são fundamentais para o desvelamento das questões anunciadas como problemáticas dessa pesquisa, isto é, a compreensão das relações dos Programas Prova Paraná, Se Liga e o aumento do IDEB no período delimitado.

Todos esses programas estão imbricados e são engrenagens do

Gerencialismo⁵¹ imposto nesse momento histórico como conteúdo e forma de gestão das políticas públicas no curso da reforma empresarial. Isso porque a tutoria é a gerência imediata da escola; a direção geral tornou-se uma subgerência, explícito no desenho do fluxo do programa exposto anteriormente. Nesse contexto: “é que se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores. As [mudanças] em curso tendem a retirar deles a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho” (Oliveira, 2004, p. 1132).

Essa foi uma dinâmica própria inserida no Governo Ratinho Junior, o Tutor discute semanalmente os índices de frequência na escola e socializa os roteiros de ações determinadas pela Mantenedora⁵² em consonância com o Guia de Tutoria Pedagógica⁵³. O Programa Presente na Escola, monitorado semanalmente pelo Programa Tutoria Pedagógica, tem como objetivo principal elevar ao máximo o índice de frequência escolar, visto que as faltas dos estudantes podem gerar resultados de reprovação por frequência, e esse resultado impacta diretamente no resultado do IDEB da escola e no índice geral do Estado.

Importa, então, ressaltar que não me coloco contrária às ações de acompanhamento da frequência escolar e busca ativa das crianças e jovens que evadem da escola. Contudo, as formas em que essas ações estão ocorrendo na escola são discutíveis e têm provocado distorções e manipulações de dados da realidade escolar; em muitas ocorrências, têm provocado também uma inversão, com prioridade para os evadidos (por inúmeras situações de vulnerabilidade social, que podem extrapolar as condições de intervenção da escola). Ademais, as metas de frequência estipuladas pela SEED-PR são questionáveis em razão

⁵¹ [...] o gerencialismo é uma estrutura calculista que organiza o conhecimento sobre as metas organizacionais e os meios para alcançá-las. Usualmente está estruturado em torno de um cálculo interno de eficiência (entradas-saídas) e um cálculo externo de posicionamento competitivo em um campo de relações de mercado. Contudo, o gerencialismo também é uma série de discursos superpostos que articulam proposições diferentes – até mesmo conflitantes – a respeito de como gerir e do quê deve ser gerido. Assim, diferentes formas de gerencialismo enfocam liderança, estratégia, qualidade e assim por diante (Newman; Clarke, 2012, p. 359).

⁵² Mantenedora: pessoa jurídica que provê os recursos necessários ao funcionamento da instituição de ensino e a representa legalmente. (Brasil, Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, p. 30). Nesse texto, quando uso o termo mantenedora me refiro à Secretaria Estadual de Educação e do Esporte do Estado do Paraná - SEED/PR (SEED-PR).

⁵³ O Guia de Tutoria Pedagógica é um documento “desenvolvido em 2010 pelo grupo Itaú Social que rege algumas diretrizes do programa Tutoria Pedagógica implantado pela SEED em 2019” (Primo, 2021, p. 263).

da diversidade da realidade social.

Ainda que a bonificação para diretores seja considerada a partir da média mensal de frequência igual ou acima de 85%, atualmente, a meta estipulada pela SEED é de frequência escolar igual ou superior a 95% em todas as turmas da escola. A meta imposta sugere uma margem de segurança em relação ao percentual exigido pela Lei nº9394/96, que estabelece uma frequência escolar mínima de 75% para aprovação de cada estudante no ano letivo.

Em razão do recorte do objeto de estudo, não estenderei a discussão que o Programa Presente na Escola demanda, até porque ele está em expansão continuamente, entretanto, vale citar alguns elementos a ele relacionados que merecem estudos, a saber: a inserção recente de monitoria pelo reconhecimento facial, as aulas extracurriculares e as bonificações para diretores que atingirem as metas estipuladas pela Mantenedora, conforme quadro a seguir:

Quadro 7 - Metas de frequência escolar.

META	PERCENTUAL EXIGIDO
Meta 1	Frequência maior ou igual a 85 e menor que 90%
Meta 2:	Frequência maior ou igual a 90 e menor que 95%
Meta 3	Frequência maior ou igual a 95%

Fonte: Elaboração própria. Lei nº 20935, de 17 de dezembro de 2021.

O índice de frequência escolar, por se constituir uma variável do cálculo IDEB, tornou-se tão prioritário que, desde 2019, o diretor da escola pode ser advertido pela Tutoria e até pela Chefia do NRE se alguma turma ficar sem registro de frequência em algum dia, nenhuma intercorrência como falta de internet, falta de energia elétrica na escola e falta de professores é aceita como justificativa para que, até a 0h do mesmo dia, todos os registros de frequência de todas as turmas da escola tenham sido realizados.

Desse modo, quando há falta de professores (situação muito mais frequente e intensificada após a pandemia em razão de todas as sequelas geradas por esse acontecimento), a equipe pedagógica e/ou diretor precisam conferir e/ou registrar a chamada de todas as aulas. Esses registros são documentados como **aula extracurricular**, uma situação que, no meu entendimento, considerando a disponibilidade de acesso a esses dados, deveria

ser exposta, apresentada e discutida nas reuniões com o Conselho Escolar, acompanhada por instituições estatais e movimentos sociais que exercem o papel de controle e justiça social no atual regime democrático, **quicá venha a ser um ponderador ou variável a ser considerada em outras pesquisas sobre a garantia e cumprimento das aulas curriculares na escola e indicador da qualidade da educação socialmente referenciada**. Conforme a normativa vigente:

10.2 Quanto ao preenchimento na ocorrência de falta de professores:
a) quando ocorrer falta do professor e a turma tiver atendimento pedagógico, registrar: - a frequência; - nos campos “Conteúdos Estruturante e Básico”: **“Aula extracurricular”**; - no campo “Conteúdo Específico”: atividades pedagógicas desenvolvidas (Paraná, 2017, p. 7, grifos meus).

Talvez um levantamento sobre o número de atividades extracurriculares realizadas por turma e estudante durante o ano letivo seja uma variável muito significativa para considerar e avaliar os resultados e fragilidades da qualidade da educação pública ofertada, uma vez que interfere significativamente e não pode ser verificada diretamente por meio das provas com descritores ditos essenciais. Sabemos que há um indicador educacional para esse fim, desenvolvido pelo INEP, chama-se: “média de horas-aula diária”, destaco que esse indicador precisa ser compreendido, acompanhado e considerado acerca da garantia da qualidade da educação pública.

Todavia, é claro que uma redução no número de aulas realizadas certamente irá impactar no desempenho dos estudantes nas provas e ainda no índice de frequência, uma vez que não é raro estudantes justificarem as ausências na escola justamente por saberem antecipadamente que estariam sujeitos a alguma atividade extracurricular como as avaliações externas ou até mesmo **quando é público que há um professor com licença médica e ainda não há um substituto contratado**.

Além das ocasiões em que há falta de professores para as aulas, nas datas em que são aplicadas a Prova Paraná (1ª, 2ª e 3ª edição), Simulados (Prova Paraná Mais e SAEB), SAEB, Olimpíada da Matemática (OBMEP) e Olimpíada Paranaense de Matemática (OPRM) também são registradas como aulas extracurriculares. A exemplo disso, a normativa vigente estabelece:

As instituições de ensino que desenvolveram atividades pedagógicas (ex: feira de ciências, festivais) para o cumprimento da carga horária conforme o Calendário Escolar aprovado pelo NRE, devem registrar: - a frequência;

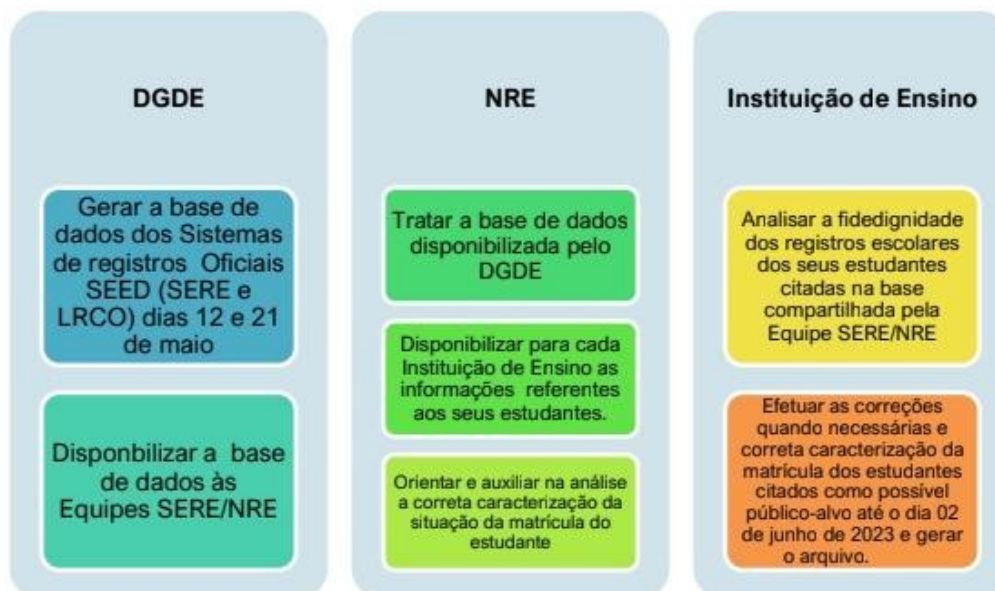
- nos campos “Conteúdos Estruturante e Básico”: **“Aula extracurricular”**;
- no campo “Conteúdo Específico”: atividades pedagógicas desenvolvidas (Paraná, 2017, p. 6-7, grifos meus).

Ainda como estratégia de controle sobre os resultados do SAEB, nesse governo, a secretaria escolar é orientada pelo NRE e supervisionada pela direção da escola para **“excluir por erro”** estudantes maiores de idade que apresentam baixo índice de frequência escolar no período anterior ao Censo Escolar⁵⁴. Para os estudantes menores de idade, a orientação da nota técnica n.21/2023 – SEED/DPGE/DGDE é registrar o estudante com baixo índice de frequência como **“sem frequência”** para que ambos não sejam contabilizados como estudantes matriculados e sejam computados no Censo Escolar. Há normativas internas e orientações orais encaminhadas via NRE para esse procedimento. Considero necessário demonstrar documentos oficiais como esse, exposto na imagem a seguir, uma vez que é possível observar uma razão economicista que contraria a perspectiva de inclusão social que defendo como entendimento da educação pública. A figura a seguir ilustra esse processo:

⁵⁴ O Censo Escolar é realizado anualmente e a declaração é obrigatória para todas as escolas públicas e privadas do país. Além disso, é regulamentado por instrumentos normativos que instituem a obrigatoriedade, os prazos, os responsáveis e suas responsabilidades, bem como os procedimentos para realização de todo o processo de coleta de dados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar#:~:text=O%20Censo%20Escolar%20%C3%A9%20realizado,p%C3%BAblicas%20e%20privadas%20do%20pa%C3%ADs.>

Figura 5 - O resumo técnico dos procedimentos para inserção da matrícula “sem frequência”.

3. Resumo Técnico –



AV. Água Verde, 2140 | Vila Izabel | 80240 – 900 | Curitiba /PR | 41 33401500

www.pr.gov.br

Fonte: Nota Técnica 21/2023 - SEED/DPGE/DGDE.

Esse cadastro de “sem frequência” foi orientado pela Nota Técnica nº 21/2023 - SEED/DPGE/DDDE. Nesses termos:

O **Departamento de Governança de Dados Educacionais** – DGDE/DPGE/SEED está disponibilizando a relação de estudante, que a partir dos registros inseridos pelos docentes no LRCO até maio de 2023, apresentaram infrequência igual ou superior a 25%, portanto estudantes consideráveis com perfil para caracterização de matrícula “Sem frequência”.

Ressaltamos que tal iniciativa **visa maximizar a fidedignidade da realidade escolar**, declarada pelas Instituições de Ensino, no ato da Coleta do Censo Escolar, no Dia Nacional do Censo Escolar e, **não tem caráter excludor do direito ao acesso à Educação garantindo ao estudante a continuidade/retomada da rotina escolar a qualquer momento** (Paraná, 2023, p. 225, grifos meus).

Destaco a contradição posta diante do destaque registrado na Nota Técnica da SEED e a realidade vivenciada pelos estudantes com dificuldades de frequentar a escola que ficam ainda mais desmotivados diante dos constrangimentos e contradições vivenciadas, uma vez que o cadastro “sem

frequência” realmente não impede o/a estudante de frequentar a escola, **contudo, esta pessoa fica invisibilizada e bloqueada pelo sistema**, é uma situação consideravelmente cerceadora do direito à educação. Esse é um dos exemplos do governo dos números: “tais números são produzidos tendo em vista seu uso pelas práticas de auditoria e avaliação para verificar o **alcance das metas estabelecidas**” (Traversini; Bello, 2009, p. 148, grifos meus).

O processo é sutil, o estudante que está com dificuldades de frequentar as aulas pode assisti-las quando comparece, entretanto, enquanto o levantamento estatístico estiver acontecendo, essas pessoas serão invisíveis pelo sistema, assim como suas dificuldades.

A grande questão é que, em razão do resultado da avaliação externa, estudantes estão sendo invisibilizados na rede estadual paranaense. Observa-se na realidade profissional estudantes constrangidos por serem “excluídos por erro no início do ano letivo” e da mesma forma os estudantes em situação registrada como “sem frequência” que ficam com todos os logins de acesso a todas as plataformas e aplicativos bloqueados por estarem cadastrados dessa forma. O ponto é que muitos estão e/ou querem frequentar a escola. Por diversas razões sociais, eles frequentam de forma irregular, mas comparecem conforme suas condições, porém ficam ainda mais desmotivados quando, no início do segundo trimestre letivo, vivenciam o bloqueio para acesso às plataformas e aplicativos. Na sequência, outro excerto da referida nota técnica com detalhamento do processo de caracterização da matrícula “sem frequência”:

Figura 6 - Etapas da inserção da matrícula “sem frequência” pela instituição de ensino.

2.4.1. Analisar a partir dos critérios propostos abaixo, os dados existentes nas planilhas compartilhadas pela Equipe SERE/NRE.

Situação do Estudante no Relatório SEED	Resultado da Análise da Gestão Escolar	Caracterização da Matrícula no SERE
O estudante tem registrado até o momento no LRCO, 25% ou mais de faltas e a média das suas notas são inferiores a 4,0.	Os registros estão corretos	Sem Frequência
	Existem correções a serem realizadas	Reanalisar a nova situação do estudante após a correção
O estudante tem registrado 25% ou mais de faltas, porém as médias de suas notas são maiores que 4,0 e menores que 6,0.	Os registros estão corretos	Analisar se deve ser caracterizado como Sem Frequência ou mantido como ativo.
	Existem correções a serem realizadas	Reanalisar a nova situação do estudante após a correção
O estudante tem registrado menos de 25% de faltas, porém as médias de suas notas estão inferiores a 4,0.	Os registros estão corretos	Analisar se deve ser caracterizado como Sem Frequência ou mantido como ativo.
	Existem correções a serem realizadas	Reanalisar a nova situação do estudante após a correção.
O estudante tem registrado menos de 25% de faltas, porém as médias de suas notas são maiores que 4,0 e menores que 6,0.	Existem correções a serem realizadas	Reanalisar a nova situação do estudante após a correção.
	Os registros estão corretos	Ativa, por não é público-alvo da caracterização “Sem Frequência”

Fonte: Nota Técnica 21/2023 - SEED/DPGE/DGDE.

Uma vez registrada no sistema de matrícula como “sem frequência”, o/a estudante, mesmo frequentando as aulas, não consegue realizar as atividades das plataformas digitais (obrigatórias): “Isso poderá fazer com que as escolas avancem para um novo patamar de exclusão: em vez de excluir o estudante durante a realização da prova, **passarão a criar formas de excluir o aluno da própria escola**” (Freitas, 2018, p. 119, grifos meus).

Ainda sobre o controle de frequência, a inserção da biometria por reconhecimento facial é uma ferramenta que desafia as discussões éticas em nosso momento histórico: “fome de informação do Estado estatístico” (Afonso, 2021, p. 5). Há vários casos de estudantes que se recusam a participar dessa modalidade de registro de frequência e até faltam à aula por essa imposição. No período que escrevo este texto, o percentual obrigatório de reconhecimento

facial estipulado pela SEED é de 50% dos estudantes matriculados por turma em cada aula, ou seja, este é o percentual mínimo que o professor tem que capturar por aula; o restante do percentual, pode ser registrado manualmente. Isso tem sido o recurso para negociar com estudantes que se recusam a serem fotografados a cada aula. O reconhecimento facial está disponível apenas para a plataforma conhecida como Novo RCO, disponibilizada exclusivamente para professores regentes, dado que a equipe gestora⁵⁵ não realiza chamada por reconhecimento facial pois estes profissionais têm acesso apenas à versão Clássica do RCO.

LRCO e *B.I.* são plataformas diferentes, o *B.I.*, importa os dados registrados pela equipe docente na plataforma RCO, em razão disso, são recorrentes situações em que ocorrem divergências entre os dados do *B.I.* e os dados do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE). Embora o Sistema SERE seja o sistema oficial acerca dos dados (número de alunos matriculados, transferências, turmas da escola entre outras informações, as decisões e planejamentos da gestão escolar, são realizadas a partir dos dados gerados pelo *B.I.* “O *big data*⁵⁶ tem origem no social, e é ali que devemos encontrá-lo e estudá-lo [...] é, acima de tudo, componente fundamental de uma lógica de acumulação profundamente intencional e com importantes consequências” (Zuboff, 2018, p. 18).

Somam-se às nomeadas ferramentas de gestão, neste governo, o

Aplicativo Escola Paraná:

Este aplicativo, destinado, principalmente, aos estudantes da rede pública de ensino do Paraná e a seus pais, reúne diversos recursos, como boletim, agenda, grade horária, eventos, entre outros. O objetivo dele é, além de possibilitar o acesso a conteúdos e informações escolares, facilitar o acompanhamento do desempenho e desenvolvimento escolar do aluno.⁵⁷

O aplicativo Escola Paraná é uma das ferramentas mais discrepantes nesse processo, tem o objetivo de propiciar o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, contudo, diante da legislação vigente que estabelece

⁵⁵ Denominada neste governo como equipe diretiva e equipe pedagógica.

⁵⁶ O termo *Big Data* é utilizado para definir um conjunto de dados tão grande e complexo cujas técnicas tradicionais de banco de dados, ferramentas e *softwares* já não são mais eficientes. Portanto, o escalonamento destes dados, a diversidade e a complexidade exigem novas técnicas, arquiteturas e algoritmos para seu gerenciamento e análise (Igarashi; Sartorelli; Lima; 2019, p. 1).

⁵⁷ Disponível em: alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php.

que os estudantes devem ter no mínimo 75% de frequência para serem aprovados, em relação à meta estabelecida pela SEED para as escolas, que cada estudante deve ter percentual de frequência de no mínimo 95% de frequência. Repetidamente, a equipe escolar vê-se constrangida diante das recomendações e apelações para ampliação da frequência escolar dos estudantes; as famílias, por sua vez, apresentam justificativas diversas para as ausências e as legitimam por meio do aplicativo Escola Paraná, com argumentos: “está tudo sob controle, estamos acompanhando [ele/ela] está com o percentual mínimo para aprovação etc.”.

Dentre tantos programas, plataformas, aplicativos, concursos (competições) e premiações implementados e/ou intensificados nesse período, vale destacar o Programa Aluno Monitor, contemplado na Instrução Normativa 002/2023 - SEED/DEDUC, que dispõe sobre as atividades de ampliação de jornada escola. Contudo, o PARECER CEE/CP nº 02/19 revela as arbitrariedades realizadas na implantação deste programa, isso porque:

[...] a configuração apresentada pela Consultante *in casu*, **não seguiu os procedimentos constantes da legislação**, necessitando de adequações, pois na forma apresentada, a solicitação não atende aos requisitos aptos a ensejar o seu deferimento [...]. O Projeto Aluno-Monitor **ainda carece de informações mais precisas e detalhadas, tendo em vista que a explanação apresentada está bastante genérica**, principalmente quanto ao Item referente à Implementação, quando faz referência que “serão consideradas as escolas que forem contempladas pelo Programa Mais Aprendizagem, posteriormente será estendida a toda rede” (Paraná, CEE, 2019, p. 3, grifos meus).

Observa-se no excerto do parecer um movimento da SEED no processo de implantação dos programas que se repetiu na implantação do Se Liga, conforme discutido adiante. Esse programa é constantemente lembrado nas reuniões de Tutoria, quando são mencionadas as problemáticas de falta de recursos humanos para trabalhar as questões de dificuldades de aprendizagens e as defasagens geradas pela pandemia. Recorrentemente, a equipe gestora é questionada: “Quantos alunos monitores vocês têm matriculados?”. Conforme a instrução normativa referenciada, esse programa tem como objetivo propiciar a ampliação de jornada dos estudantes na escola. Assim, a monitoria:

[...] oportuniza aos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e aos estudantes do Ensino Médio a atuarem como monitores auxiliando

estudantes, por meio da orientação e condução de grupos de estudo e no desenvolvimento de atividades de reforço escolar, objetivando a melhoria da aprendizagem e a valorização do protagonismo dos estudantes (Paraná, 2023, p. 8).

A recomendação para mobilização do Programa Aluno Monitor pela equipe gestora faz parte da pauta semanal das reuniões de Tutoria Pedagógica, a adesão do estudante deve ocorrer de forma voluntária no contraturno escolar, embora seja realizada uma matrícula de cada estudante participante do programa no Sistema SERE, o controle de frequência é realizado pela escola e o estudante fica com um registro dessa participação no histórico escolar. Em síntese, a monitoria deve ser incentivada e organizada pela equipe gestora e as atribuições dos alunos monitores consistem em:

Sob a supervisão de professores das diversas disciplinas, as ações do Aluno Monitor compreendem desde a revisão de conteúdos até estudos preparativos para avaliações, a fim de auxiliar na aprendizagem de estudantes que apresentam dificuldades na leitura, produção escrita e interpretação, bem como possibilitar o levantamento de hipóteses, a percepção de diferentes pontos de vista na resolução de problemas e no entendimento dos desafios propostos dentro das disciplinas (Paraná, 2023, p. 9).

O Aluno Monitor é uma estratégia alinhada à desobrigação do Estado em assumir demandas essenciais para educação, como a ampliação de docentes para atender as dificuldades de aprendizagens e defasagens de conteúdos pós-pandemia, recorre-se ao voluntariado.

Nas reuniões semanais da Tutoria Pedagógica, são repassadas as ações e metas definidas pela Mantenedora para a semana de trabalho, os pontos de atenção são: percentual de frequência dos estudantes nas turmas; percentual de acertos nas provas e retomadas dos descritores com menores índices, percentual de utilização das plataformas educacionais Redação Paraná; Inglês Paraná; Matific; *Khan Academic*; Alura; Leia Paraná; Desafio Paraná (*Quizizz*)⁵⁸ etc. Continuamente, os números de estudantes monitores frequentando o contraturno e participando das ações pedagógicas da escola são confirmadas; números de inscrições e participações nos concursos instituídos e/ou

⁵⁸ O *Quizizz* foi criado pelos indianos Antik Gupta e Deepak Joy Cheenath em 2015 e começou a ser aplicado em uma escola na Índia. Em 2018, o CEO da *Quizizz*, Antik Gupta, afirmou que alcançou 10 milhões de usuários ativos. No mesmo ano, nos Estados Unidos, quase metade das escolas estava usando o *Quizizz*. Desde então, essa ferramenta tem sido utilizada mundialmente em contextos escolares (Braz, 2022, p. 40).

conveniados com a SEED (Concurso de Redação Agrinho; Concurso Ganhando o Mundo; Olimpíadas etc.), além do número de observações de sala de aula realizadas respectivamente pela direção. Desse modo:

Essas regularidades estão na ordem do saber estatístico e não respondem, necessariamente, a grandes modelos –explicativos-comportamentais próprios das ciências empíricas sobre os modos de ser e agir das populações. Diferente disso a ideia que parece ser fabricada é que as regularidades são necessárias à prática social da gestão das populações e, portanto, deverão ser produzidas na ordem do saber, atreladas a condições políticas, sociais e econômicas do seu tempo. As regularidades assim fabricadas e dispostas são centrais para a tomada de decisão e em alunem torno das populações (Traversini; Bello, 2009, p. 149).

Nesse sentido, a observação de sala de aula passou a ser pauta cotidiana das reuniões organizadas pelas pessoas que ocupam a função de preposto da gestão verticalizada da reforma empresarial, a saber: chefia do NRE; tutores pedagógicos do NRE e, em algumas escolas, alguns membros das equipes gestoras).

No contexto da sua instituição, no Governo Ratinho Junior, a observação de sala de aula foi implantada por meio da Resolução nº 2.857/2021, que estabelece as atribuições e competências do Diretor e do Diretor Auxiliar da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, em especial sobre a **observação em sala de aula**, a normativa estabelece:

§1º Quanto à **Observação de Sala de Aula, metodologia de formação em serviço** que possibilita ao professor e à equipe gestora refletirem sobre o processo de ensino e aprendizagem a partir de questões propositivas, construída com base em combinados para o desenvolvimento de aulas com qualidade pedagógica:
I. O Diretor e o Diretor Auxiliar devem utilizar o instrumento de observação constante no Anexo I da presente Resolução para documentar o acompanhamento pedagógico que tem como propósito valorizar as boas práticas de ensino, identificar e aprimorar o que necessita ser melhorado e apoiar o professor sempre que necessário para que ofereça aos estudantes aulas que potencializem sua aprendizagem.

II. **O Diretor e o Diretor Auxiliar devem observar a sala de aula e documentar no instrumento de observação, com o propósito de apoiar o professor**, quais são suas potencialidades e fragilidades, como está o clima da sala de aula e como este interfere na aprendizagem, bem como se os estudantes interagem com o professor, com o conhecimento e com os colegas.
III. **A observação de sala de aula subsidiará** o Diretor e o Diretor Auxiliar na definição das necessidades pedagógicas evidenciadas no alinhamento com o pedagogo **das ações a serem desenvolvidas** durante o acompanhamento da hora-atividade dos professores,

conforme instrumento de observação, o qual deve ser acompanhado e monitorado pelo Diretor e Diretor Auxiliar. IV. Após a observação de sala de aula é imprescindível ao Diretor ou Diretor Auxiliar construir o feedback formativo com o professor, para destacar os pontos positivos e pontos de melhoria, valorizar os avanços e as boas práticas, as quais serão documentadas no instrumento de observação (Paraná, 2021, p. 2 -grifos meus).

A normativa em questão é bastante minuciosa em relação às atribuições da direção da escola, divide as competências da direção em três dimensões, quais sejam: Gestão Pedagógica; Gestão Administrativo-Financeiro e Gestão Democrática, certamente é um documento que merece um estudo aprofundado, no entanto, em relação à observação de sala de aula, considero importante destacar a sequência de ações esperadas e ponderar quanto de neoprodutivismo todo o processo está engendrado.

A estratégia de observação de sala de aula é bastante polêmica, principalmente no contexto da sua implementação de modo autoritário. Soma-se a este fato a determinação de que a observação de aulas deve ser realizada prioritariamente pela direção da escola, chama atenção para uma perspectiva que desloca a equipe pedagógica de sua função de formação. Isso faz pensar em algumas hipóteses. A de que Mantenedora sabe que a Equipe Pedagógica passa a maior parte da jornada escolar atendendo as atividades extracurriculares em razão da falta de professores na escola (na maioria das vezes justificada por questões de saúde). Além disso, considerando a conjuntura neoconservadora como um todo, é possível observar uma tendência autoritária pela imposição da presença da direção na sala de aula, criando um clima de desconfiança entre os envolvidos e lembrando o retrocesso do período da ditadura militar.

Atualmente, há um campo específico no LRCO para que a direção geral e a direção auxiliar registrem semanalmente as observações realizadas e os feedbacks realizados, estes números devem ser correspondentes, ou seja, conforme o número de observações deverá haver um número equivalente de registros de feedbacks de modo a corresponder minimamente à recomendação da SEED de realizar uma observação de aula por dia. A agenda organizada pela direção para desenvolvimento destas atividades, geralmente, é apresentada e acompanhada em reuniões de Tutoria Pedagógica. Assim, “introduzem nas redes e escolas processos de gestão verticalizados que permitem elevar o grau

de controle sobre os profissionais da educação, a título de garantir a obtenção de metas e índices nas avaliações externas” (Freitas, 2014a, p. 1092).

Diante das dificuldades da direção de cumprir esta atribuição com as demais inerentes ao cotidiano escolar, a Mantenedora passou a orientar que as observações sejam de 10 a 15 minutos. Ou seja, apenas os números importam, a qualidade das observações que, em nossa perspectiva, poderiam agregar para uma contribuição formativa ao docente e à aprendizagem dos estudantes, a depender da forma a ser conduzida e realizada, não é priorizada. Tendo em vista que não é possível fazer uma observação significativa com o acompanhamento necessário para uma boa devolutiva, a qual a SEED exige que seja definida como feedback formativo com uma observação de no máximo 30% do que aconteceu durante toda a aula. Parece, então, que a prioridade neste contexto é apenas o cumprimento da meta, sem comprometimento com a qualidade da ação.

Nesse contexto, é possível traçar um paralelo com a análise da aplicação das políticas de responsabilização no sistema educacional norte-americano: “o que fora um esforço para melhorar a qualidade da educação se transformou em uma estratégia de contabilidade, depois puna ou recompense” (Ravitch, 2011, p. 32).

Do exposto aqui, espera-se que os programas e a conjuntura elencada possibilitem uma contextualização para os programas que serão apresentados a seguir. Amparadas por Harvey (2014) e outros citados anteriormente, o objetivo é aprofundar as leituras dos documentos encaminhados pela SEED no intuito de desvelar como esses programas estão articulados ao cumprir o plano de governo divulgado e seus impactos para a gestão escolar e o trabalho docente.

3.2 PROVA PARANÁ: PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA O SAEB

No Estado do Paraná, é possível afirmar que há um processo de implantação do Sistema Estadual de Avaliação desde 1995, entretanto “não tem havido continuidade na sistemática inicialmente concebida” (Sousa; Oliveira, 2010, p. 811). No entanto, segundo a publicação SAEP - Gestão Escolar (2017),

o SAEP foi criado em 2012 e, no mesmo ano, conseguiu aplicar testes de Língua Portuguesa e Matemática para todos os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, com 72,9% de participação. Em 2013, o Governo do Estado repetiu a aplicação da Prova SAEP aos estudantes do último ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com um índice de participação de 76,2% de participação. A Prova SAEP é uma avaliação externa com o intuito de monitorar a Educação Básica e a qualidade da educação da rede pública: “a problemática da qualidade esteve sempre presente no mundo da educação e do ensino, mas nunca havia alcançado antes esse grau de centralidade” (Enguita, 2015, p. 96).

Constatou-se um lapso temporal entre a primeira edição da avaliação SAEP (2012) até a terceira edição registrada em 2017, afinal, “as políticas não são, pois, uma transposição mecânica dos modelos de governança sem recontextualização em função de imposições materiais políticas ou simbólicas dos sistemas nos quais são aplicadas” (Maroy, 2011, p. 38). Em 2015, ocorreu a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE-PR) 2015-2025, Lei nº 18.492, de 24 de junho de 2015. Esse documento elenca entre suas diretrizes a “melhoria da qualidade da educação e a promoção do princípio da gestão democrática”. Prevê em seu art. 5º que “a execução do PEE-PR e o cumprimento de suas metas serão objeto de **monitoramento contínuo e de avaliações periódicas**”. Por meio de pesquisa e acompanhamento das políticas educacionais da educação pública paranaense, observa-se o empenho e cumprimento da meta de monitoramento, lamentavelmente, o princípio da gestão democrática tem sido suprimido.

A partir de 2019, com o início da gestão do Governo Ratinho Junior, observa-se uma intensificação em relação a proposta de monitoramento e avaliação da educação pública. De imediato, foram inseridos programas e ações (ferramentas de gestão) no intuito de propiciar o alinhamento da gestão dos resultados da escola e monitoramento da gestão escolar com inserção de Tutores nas escolas, a criação do Presente na Escola, que é uma ferramenta de monitoramento da frequência dos estudantes com **metas diárias de cumprimento para as escolas, condicionadas a manutenção e abertura de novas turmas**. Também foi implantado o Se Liga, com o intuito de diminuir o número de reprovações e contribuir para atingir a meta estipulada de avanço no

IDEB do Paraná.

Associado a esse conjunto de programas, durante o ano de 2019, foram intensificadas as avaliações relacionadas ao SAEP com a aplicação da avaliação externa Prova Paraná em periodicidade trimestral. Conforme citado anteriormente, o Governador do Estado, em uma coletiva à imprensa, definiu a Prova Paraná como um treinamento para melhorar o índice do IDEB. Em novembro de 2019, a Secretaria Estadual de Educação informou à rede escolar que a aplicação da prova SAEP foi renomeada para **Prova Paraná Mais**.

Esses programas, bem como as orientações da aplicação das edições das avaliações externas, foram encaminhados para as escolas da rede estadual por meio de ofícios, enviados pelos NREs, porém, “todos os documentos são importantes, em graus diferenciados, e **expressam determinações históricas** que estão no cerne do *corpus* documental” (Evangelista, 2012, s/p, grifos meus).

Atualmente, há um sítio eletrônico, disponível no endereço provaparana.pr.gov.br, com parte das orientações e informações encaminhadas às escolas. No item Biblioteca/Material de Apoio/Orientações Enviadas, estão disponíveis o histórico de ofícios enviados em 2019 e 2020. Contudo, há uma falta de continuidade de documentos enviados em 2021 e 2022 respectivamente.

A apresentação da Prova Paraná como avaliação diagnóstica e ferramenta de gestão escolar por evidências foi registrada no Ofício Circular nº 002/2019, de 06 de fevereiro de 2019 SEED/SUED, esse documento informa que todos os estudantes de 6º, 9º, 1º e 3º anos iriam participar da avaliação externa Prova Paraná, além disso:

A Seed oferecerá sem ônus para as secretarias municipais que aderirem a proposta, os instrumentos de avaliação impressos para o 5º ano e também um aplicativo de celular para correção dessas provas, reduzindo o trabalho manual, que irá gerar relatórios para professores, gestores, escolas e secretarias municipais (Ofício Circular nº 002/2019, s/p).

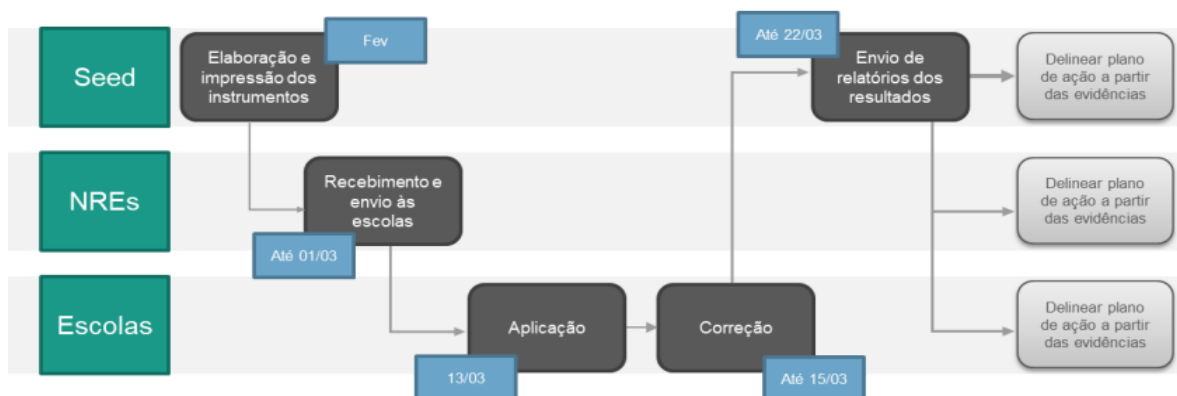
Vale lembrar que a agenda previamente organizada para a Educação prevê tal disponibilidade e colaboração entre os entes federados, uma vez que: “os ganhos de aprimorar a conectividade e cooperação entre os sistemas estaduais – incluindo o envolvimento dos municípios - entre os sistemas estaduais e o sistema federal são enormes” (Senna; Henrique; Dannemann, Consed, 2017, p. 7).

Destaco o Ofício Circular nº 007/2019, de 15 de fevereiro de 2019-SEED/SUED, porque esse documento apresenta a Prova Paraná como uma avaliação diagnóstica que servirá ao corpo docente e equipe gestora como uma ferramenta que apontará evidências sobre o processo de ensino e aprendizagem. A primeira edição da Prova Paraná, agendada para 13/03/2019, determinava as seguintes orientações:

Nesta primeira edição, que ocorrerá em 13/03, participarão os alunos dos 5º, 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª e 3ª séries do Ensino Médio. A Seed oferecerá para as escolas da rede estadual, os instrumentos de avaliação impressos e também um aplicativo de celular para correção dessas provas, reduzindo o trabalho manual, que irá gerar relatórios para professores, gestores, escolas e Núcleos Regionais (Paraná, 2019, s/p.)

Além de agendar uma Webconferência pela plataforma *YouTube*, com orientações detalhadas sobre a aplicação da prova, a Mantenedora apresentou um infográfico com o delineamento das ações por cada instância do sistema de educação da rede estadual, destaca-se que, em todos os infográficos divulgados, a gestão verticalizada fica evidente.

Figura 7 - Fluxo do processo de aplicação da Prova Paraná.



Fonte: Ofício Circular nº 007/2019 SEED/SUED.

A figura anterior ilustra o processo que perpassa cada trimestre escolar. Observa-se na imagem com a datação dos meses que do envio de orientações e preparação para SEED, à aplicação e correção pela escola, encaminhamento do relatório de resultados até o retorno para a escola para delinear novo plano de ação a partir das evidências detectadas pelo teste. O processo todo atravessa o trimestre envolvendo a escola em razão da avaliação durante o trimestre e,

quando esse ciclo termina, inicia-se outro, envolvendo o planejamento e agenda escolar.

A definição do ritmo de fora para dentro expropria as decisões pedagógicas do professor em relação às dificuldades que percebe em seus estudantes e estabelece uma velocidade de avanço que o obriga a postergar para momentos futuros os processos de recuperação do aluno para dar conta do ritmo externo imposto à escola (Freitas, 2014a, p. 1100, grifos meus).

As escolas passam os trimestres preparando ações e mobilizando a comunidade escolar para realização da Prova Paraná a cada trimestre, quando chegam os relatórios, inicia-se a avaliação interna e a elaboração de novo plano de ação para melhorar os resultados.

Os ofícios encaminhados são verdadeiros tutoriais de como a equipe gestora deverá proceder em cada aplicação das edições destas avaliações e desde o primeiro até o último que temos disponível em 2023 a mobilização para engajamento e participação da comunidade é reforçada oficializada em cada edição.

Na primeira edição de 2019: “salientamos a importância do incentivo à mobilização dos nossos estudantes com a Prova Paraná, através das mais diversas estratégias, como por exemplo, criação de paródias, vídeos entre outros”. Na segunda edição de 2019:

Definir com os professores mecanismos de incentivo à participação dos estudantes. A escola tem total liberdade para definir estratégias mais adequadas para esta mobilização, tais como: - Explicar os objetivos da prova e a importância da participação dos estudantes; conscientizar os estudantes das turmas avaliadas e integrantes do grêmio sobre a importância da prova, entre outros. A escola poderá avaliar com os professores se é viável **atribuir nota extra ou que componha a nota regular com o resultado da prova** (Paraná, s/p, grifos meus).

Desde a segunda edição da aplicação da Prova Paraná, a inclusão da nota de participação da avaliação na composição da nota trimestral foi induzida na cultura escolar. **Atualmente, esta orientação já é uma norma, todas as escolas estaduais trabalham com no mínimo 20% da composição da nota trimestral dos estudantes pela participação na avaliação externa Prova Paraná.**

A partir do ano de 2020, os ofícios encaminhados reforçam o trabalho por

matrizes de referências:

A ampliação da aplicação para outras disciplinas/áreas, bem como, a garantia da aplicação trimestral favorecerá a produção de dados consistentes capazes de diagnosticar o nível de apropriação dos conteúdos considerados essenciais para cada etapa de ensino avaliada, durante o ano letivo de 2020. A Matriz de Referência com os Descritores a serem avaliados nas disciplinas de língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática nas três aplicações previstas para ocorrer em 2020 encontram-se disponíveis em: encurtador.com.br/chyCW. As matrizes das demais disciplinas que serão avaliadas a partir da 2ª Edição da Prova PR serão encaminhadas posteriormente (Paraná, 2020, Ofício Circular nº 001/2020 – DEDUC/SEED).

De acordo com Apple (2008): “o controle das escolas, do conhecimento e da vida cotidiana pode ser, e é, mais sutil, pois admite até situações aparentemente inconsequentes” (Apple, 2008, p. 38). Apesar da inclusão progressiva de matrizes de referências para todas as disciplinas que, neste momento da reforma, foram transmutadas em componentes curriculares, a orientação das avaliações por matrizes de referências revela a uma visão de educação pública que está relacionada ao campo de disputa pelo currículo, pela formação do trabalhador e uma sonogação do direito à educação de forma integral. De acordo com os dirigentes da pauta da reforma e empresariamento da educação, a BNCC considera que a cada ano letivo um estudante do ensino fundamental precisaria dominar cerca de 200 habilidades, assim:

[...] no 9º. Ano do Ensino Fundamental, a BNCC considera que um estudante deve adquirir mais de 200 habilidades, no conjunto dos 8 componentes curriculares (disciplinas) a que são expostos. E, se a intenção da avaliação ao fim do 9º. Ano é averiguar o domínio de todo conteúdo programático dos anos finais do ensino fundamental, o número de habilidades que o aluno precisaria demonstrar seria de aproximadamente 800 habilidades. [...] **nenhuma avaliação em escala seria capaz de avaliar o desempenho dos estudantes em todas essas 200 habilidades. Existe, portanto, a necessidade de limitar a avaliação a apenas uma parte do currículo.** É com base na Matriz de Referência da avaliação que essa escolha se torna explícita, permitindo que os resultados da avaliação possam ser propriamente interpretados (CONSED, 2017, p. 55, grifos meus).

A parcialidade, a limitação e a sonogação do conhecimento na oferta do direito de aprendizagem em contraposição ao direito à educação é evidente: “o vínculo entre os currículos excludentes e a avaliação competitiva é muito estreito” (Connell, 1995, p. 34). Vianna, na obra *Avaliações em debate* (2003), revela quanto a decisão de utilizar apenas matrizes de referências, ou seja, uma parte do currículo, é passível de questionamento quanto às dimensões do que

está sendo avaliado, portanto:

Isso significa **que não temos um quadro avaliativo completo, descritivo das diferentes dimensões do alunado**, como seria desejável, mas **uma simples métrica do que se supõe medir. É possível concluir, desse modo, que muitas competências e habilidades importantes no mundo atual não são efetivamente avaliadas**, ficando implicitamente comprometida a definição do quadro educacional a ser configurado (Vianna, 2003, p. 13, grifos meus).

A utilização das matrizes de referências está alinhada à adoção da Teoria de Resposta ao Item⁵⁹ (TRI) na composição do sistema de testes, teoria esta que atende às demandas pragmáticas da perspectiva da padronização e elaboração de Banco de Itens.

A cultura instalada em razão da realização do planejamento a partir das matrizes de referências provoca o que muitos autores denominam de estreitamento curricular. Como exemplo, destaco um excerto de um dos ofícios encaminhados:

[...] a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED elaborou um Material de Apoio, para subsidiar o trabalho em sala de aula, com atividades que contemplem os conteúdos retratados nos descritores das matrizes de referência da 2ª edição da Prova Paraná 2022. Neste Material de Apoio encontram-se os conteúdos relacionados com cada descritor. Os professores têm autonomia para fazer suas adequações nas aulas, desde que os objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa sejam preservados, haja vista que se constituem como saberes essenciais a serem alcançados pelos estudantes e são avaliados por meio da Prova Paraná (Paraná, Ofício Circular nº 036/2022 - DEDUC/SEED).

O trecho acima valida as críticas das pesquisas progressistas acerca dos riscos do estreitamento curricular em razão da focalização do trabalho pedagógico nas matrizes curriculares e, por conseguinte, a realização de

⁵⁹ A Teoria de Resposta ao Item (TRI) é um modelo matemático que permite estimar a capacidade dos indivíduos em determinada área ou disciplina a partir da premissa de que é unidimensional. Vale dizer: presume-se, por exemplo, que os alunos tenham uma capacidade ou competência para a matemática que define a probabilidade de que determinado aluno realize adequadamente as diferentes atividades incluídas no banco de questões. Ela tem algumas vantagens sobre o enfoque clássico, pois permite pôr questões e alunos em uma mesma escala; fazer estimativas mais precisas das mudanças ao longo do tempo, mediante equiparação das pontuações; estimar uma medida da capacidade dos alunos que leva em conta a dificuldade das questões, isto é, as questões mais difíceis têm peso maior na determinação da pontuação individual. Nas pontuações de TRI, o SAEB adota a média de 250 pontos, o que corresponde à média nacional de alunos da 8ª. série em 1997. A partir das premissas da TRI, é possível construir uma escala única de pontuações para populações de distintos níveis de escolaridade [...] isso permite comparar as médias de proficiência em cada disciplina entre os diversos níveis do sistema educativo, entre as regiões do país e entre os vários anos, situando todos os níveis em uma mesma escala (Bonamino; Sousa, 2012, p. 376-377).

simulados e avaliações externas: “a educação é também um ponto de conflito sobre o tipo de conhecimento que é que deve ser ensinado e sobre como o ensino e a aprendizagem devem ser avaliados” (Apple, 2008, p. 7). Espero, com esta breve exposição, demonstrar as variadas possibilidades de questionar e duvidar das evidências demonstradas por estas avaliações acerca da qualidade da educação pública. Observo, ainda, orientações com predomínio da racionalidade técnica, consolidando o neotecnicismo e retirando da atividade docente sua especificidade de refletir sobre a condução das aulas, conforme o contexto e as especificidades de cada turma.

A Prova Paraná⁶⁰, conforme vem sendo executada nas escolas da rede estadual do Paraná, tem sido um dos instrumentos de controle da atividade e da profissão docente, tema esse que será aprofundado no decorrer da tese.

3.3 PROGRAMA “SE LIGA”: UMA CORREÇÃO DE FLUXO ANUAL

A despeito do exposto até aqui, há um programa e ainda mais contraditório e com notório destaque, o Se Liga, é tempo de aprender mais. Conforme noticiado pela Agência Estadual de Notícias:

O Se Liga é destinado tanto aos alunos que têm dificuldades em conteúdos específicos quanto àqueles que apenas desejam melhorar as notas e o rendimento. “As escolas têm autonomia para organizar os seus horários de aula, decidir quais disciplinas e conteúdos precisam de aprofundamento e como as atividades vão acontecer (Paraná, 2020).⁶¹

Na realidade, Se Liga se tornou uma recuperação final anual e alterou significativamente a cultura escolar, de modo a rescindir todo o processo

⁶⁰ Em 2023, o governo do estado firmou um convênio de parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE que prevê a vinculação do Programa Prova Paraná com o ingresso de estudantes que participaram das avaliações externas Prova Paraná durante o ensino médio (Edital nº 181/2023-GRE).

⁶¹ Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Programa-Se-Liga-oferece-intensificacao-da-aprendizagem-para-alunos-da-rede-estadual#:~:text=O%20Se%20Liga%20%C3%A9%20destinado,como%20as%20atividades%20v%C3%A3o%20acontecer.>

avaliativo realizado durante o ano letivo, uma vez que a abrangência do Se Liga tem a prerrogativa de sobrepor todas as notas e recuperações realizadas durante os trimestres letivos.

Além corrigir as notas do ano letivo, o Se Liga também foi utilizado para validar a frequência dos estudantes que não participaram e/ou não entregaram as atividades impressas do período das aulas não presenciais (2020/2021) conforme: Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED e Ofício Circular nº 076/2021 - DEDUC/SEED, respectivamente.

Temos notícias de práticas similares em outras redes de ensino. A título de exemplo, na rede municipal de Londrina, a fim de corrigir as reprovações por frequência que também interferem no índice a aprovação da escola, desde 2020, o sistema de educação municipal lançou o Plano Individual de Atividade Pedagógica Complementar (PIAPC), com indicação de aplicar aos alunos que ultrapassem 20% de ausências do total de aulas dadas em cada trimestre do ano letivo. Desse modo:

Todos os alunos com frequência inferior à 75% no cômputo geral das horas letivas, têm direito a serem atendidos pelo **Plano Individual de Atividade Pedagógica Complementar – PIAPC** (vide normativa do plano), sendo assim, os registros de atendimento devem ser considerados e analisados no conselho final, para fim de promoção dos alunos que tenham alcançado critérios para aprovação (Londrina, 2020, p. 15- grifos meus).

Uso o exemplo do programa municipal para alertar que há muitas mudanças acontecendo na “corrida pelo melhor IDEB” e todas essas mudanças são postas “na conta da qualidade da educação”, contudo, ao aprofundar um pouco mais, muitas dessas mudanças são ações relacionadas aos **programas de aceleração de estudos**, programas esses que têm predomínio de objetivos econômicos em detrimento de objetivos pedagógicos. Portanto, o saldo da educação de qualidade tem sido negativo.

Antes de retomar o Se Liga, é necessário voltar às origens do Programa de Aceleração de Estudos (PAE), no estado do Paraná, a fim de entender se há relação com o Se Liga. Essa associação foi iniciada pelo estudo dos pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE) na busca pelo parecer de autorização do Se Liga.

Naquela ocasião, não localizei um parecer específico do Se Liga, contudo,

ao analisar o parecer 05/2023, encontrei uma informação que fez associar ambos os programas. Ocorre que o referido parecer trata da regularização dos atos escolares dos estudantes que participaram do PAE no ano letivo de 2020. No parecer em questão, a relatora Gilmara Ana Zanata esclarece que a SEED se manifestou pela descontinuidade do Programa de Aceleração de Estudos, uma vez que:

[...] a Seed ressaltou que se manifesta a favor da descontinuidade do Programa de Aceleração de Estudo PAE, **tendo em vista que outros programas estão sendo ofertados** pela mantenedora com a finalidade de sanar as dificuldades e recompor a aprendizagem, sendo estes: **Programa Mais Aprendizagem; Se Liga, Programa Desafio Paraná e a inclusão e uso das plataformas digitais educacionais** (Paraná, 2023, p.15, grifos meus).

Ao verificar que a SEED considera que o Se Liga está relacionado aos programas que substituem o PAE, volto a entender melhor o PAE e buscar as possíveis relações com o objeto Se Liga.

Segundo Garbúggio (2005), é possível considerar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) do final da década dos anos 1960 como um dos marcos dos programas de aceleração de estudos no Brasil.

No Paraná, o Programa Adequação Idade-Série Correção de Fluxo ou Programa de Aceleração de Estudos (PAE) foi implantado em 1997. Conforme Luck e Parente (2007), o programa foi criado com recursos especiais do Programa Qualidade de Ensino (PQE), financiado pelo Banco Mundial.

O objetivo principal era organizar um programa de aulas para estudantes que apresentavam um atraso de dois anos ou mais em relação à série que estava matriculado. Para definição de base legal “Uma proposta para a tomada de medidas dirigidas ao problema foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação para aprovação de uma lei estadual reguladora do programa a ser implantado nas escolas” (Luck; Parente, 2007, p. 15). O destaque sobre a legislação é justificado por entender que:

[a legislação constitui] síntese de múltiplas determinações, visto que expressam projetos políticos e de civilização carregados de sonhos, desejos, direitos, deveres, preconceitos, interesses públicos e privados, enfim trazem em si as contradições presentes na sociedade (Castanha, 2011, p. 309).

Observa-se que naquela época havia uma preocupação com minimamente atender a legislação vigente. Cientes de que “o conceito de lei foi construído historicamente, da mesma forma que a ideia de direito” (Castanha, 2011, p. 313). A fim de entender o processo de legitimação da aceleração de estudos no período histórico de vigência do PAE no estado do Paraná, apresento o quadro a seguir com as normativas de autorização pelo CEE.

Quadro 8 - Pareceres de Autorização do Programa de Aceleração de Estudos no estado do Paraná.

PARECER	EMENTA	VIGÊNCIA	GOVERNO
001/96	Fica autorizada a criação, pela SEED, do programa Adequação Idade-série	Anos de 1996, 1997 e 1998	Jaime Lerner (PFL)
729/97	Alterações no parecer 001/96	Supressão do caráter temporário	Jaime Lerner (PFL)
14/2014	Orienta procedimentos para o trabalho com a distorção idade-ano nos anos finais do ensino fundamental	Não especificada	Beto Richa (PSDB)
19/2015	Pedido de Autorização de Programa de Aceleração de Estudos – PAE	5 anos	Beto Richa (PSDB)

Fonte: Conselho Estadual de Educação.

Importante observar que é a partir da aprovação da LDB que é possível autorizar programas como o PAE na realidade escolar. Em um trabalho intitulado “LDB e políticas de correção de fluxo escolar”, Prado (2000) destaca:

A LDB abriu o espaço para que iniciativas dessa natureza pudessem ser legitimadas (...). Nesse sentido, a parceria do MEC com o Instituto Ayrton Senna (IAS) tem sido exemplar [as ações do programa têm sido acompanhadas] por meio do projeto Acelera Brasil do IAS (Prado, 2000, p. 54-55).

Observando os estudos anteriores sobre o programa de aceleração de estudos, constata-se que esse é um recurso criado no contexto da reforma gerencial do estado, no intuito de economizar com a realidade inconveniente das desigualdades sociais que impactam nos resultados educacionais. Para atenuar, alguns justificam: “os custos da repetência no ensino fundamental são muito altos, não somente em termos financeiros, mas também sociais, pessoais e educacionais” (Luck; Parente, 2007, p. 7). Na realidade:

[...] o fenômeno da repetência tem sido objeto de estudo e análises realizados por diversos especialistas da área, representantes das mais variadas tendências. Tanto estudos etnográficos como as sofisticadas análises do fluxo escolar, do rendimento do financiamento e dos custos da educação têm chegado a resultados similares: gasta-se muito. (Prado, 2000, p. 49).

O problema da distorção idade-série acompanha a história da educação pública, certamente, por isso, uma das variáveis do IDEB é representado pelo índice de aprovação.

Se o/a estudante está fora da idade/série significa que ele foi reprovado, a forma de economizar com o financiamento da educação pública é aprovar/ acelerar os estudos, ao invés de prover meios e tempo de estudos para os estudantes se apropriarem democraticamente do conhecimento, a opção política é a exclusão dessa possibilidade por meio da aceleração.

Sendo assim, penso que há muito a ser estudado e aprimorado no processo de promoção dos estudantes de forma a preservar e garantir o direito à educação de qualidade social, conforme defendo no decorrer da pesquisa, porém, medidas meramente econômicas e excludentes não garantem o direito à educação.

Concordo que a reprovação, além de indicar uma dificuldade significativa de aprendizagem, impacta nas dimensões sociais e emocionais do estudante, todavia, é preciso destacar que o critério econômico tem decidido as políticas educacionais.

No intuito de ter uma dimensão do quantitativo de pessoas mencionadas nesta desigualdade educacional, apresento a seguir, o número de estudantes matriculados em salas de aceleração de estudos no período de 2015 a 2020, segundo a SEED:

Figura 8 - Estudantes matriculados no PAE de 2015 a 2020 no estado do Paraná.

CÓD NRE	NOME NRE	ANO LETIVO						TOTAL GERAL:
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1	APUCARANA	61	38	25	32	44	51	251
2	AREA METROP.NORTE	595	370	221	148	355		1.689
3	AREA METROP.SUL	394	318	226	155	28		1.121
4	ASSIS CHATEAUBRIAND		85	42	21	14		162
5	CAMPO MOURAO		20	21	37	45		123
6	CASCADEL	15	13	17	46	61		152
7	CIANORTE	209	118	29	28	29		413
8	CORNELIO PROCOPIO	348	184	124	87	27		770
9	CURITIBA	619	333	175	87	88	15	1.317
10	DOIS VIZINHOS	38	18					56
11	FOZ DO IGUACU	149	119	99	90	129		586
12	FRANCISCO BELTRAO	109				15		124
14	GUARAPUAVA	17	58	19				94
15	IRATI	74	56	15	18	35		198
16	IVAIPORA	33			34	35		102
17	JACAREZINHO	52			36	40		128
18	LONDRINA	921	335	222	209	236		1.923
19	MARINGA	68	264	213	155	123		823
20	LOANDA	71	18			13	20	122
21	PARANAGUA	441	126	99	231	190		1.087
22	PARANAVAI	231	163	54	47	23		518
23	PATO BRANCO	28	12	94	44	38		216
24	PITANGA	31						31
25	PONTA GROSSA	463	177	136	145	157		1.078
26	TELEMAGO BORBA	66						66
27	TOLEDO	128	94	82	67	62		433
28	UMUARAMA	20			10			30
29	UNIAO DA VITORIA	31	18		15			64
30	WENCESLAU BRAZ		8	13				21
31	LARANJEIRAS DO SUL	17						17
32	IBAITI	27	39	22	12	47		147
Total Geral		5.256	2.984	1.948	1.754	1.834	86	13.862

Fonte: SEED/DPGE/DGDE/CIE - Dados Educacionais - Sistema SERE - Base gerada em 07/03/2022.

Fonte: Paraná (2023, p. 4).

Esses são os números de estudantes matriculados em turmas de aceleração de estudos de 2015 a 2020 segundo a SEED. Considerando todo o processo de autorização e organização das turmas em salas de aulas específicas, condição essa que diversas escolas não podem corresponder, é possível supor que o quantitativo de estudantes em distorção idade-série é muito maior. Isto posto, é importante destacar quanto a realidade da desigualdade social impacta na realidade educacional e produz esse tipo de resultado. Basta

observar há quanto tempo esses programas estão em vigência e como os índices de distorção persistem.

A seguir, em uma imagem, conforme os dados do INEP de 2019, destaco a taxa de distorção idade/série no ano em que o Se Liga foi implantado no estado do Paraná.

Figura 9 - Taxa de distorção idade-série no Estado do Paraná em 2019.

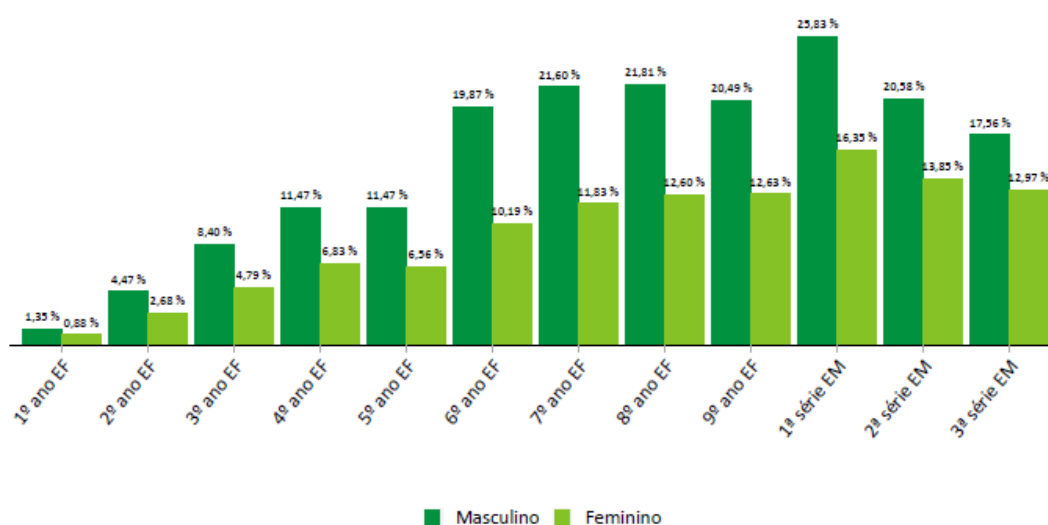


GRÁFICO 3

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO SEGUNDO O SEXO - PARANÁ - 2019

Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Fonte: INEP (2019, p. 18).

Destaca-se que as proporções de estudantes em situação caracterizada como distorção idade-série são significativas com o avanço dos anos de escolaridade, e esse era o painel da educação em 2019. Vale destacar que de acordo com os dados organizados segundo o gênero: “a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que do sexo feminino em todas as etapas”. (INEP, 2019, p. 17). Essa é uma evidência que indica a necessidade de aprofundamento sobre este dado nas escolas, assim como em outras pesquisas acadêmicas.

Em estudo recente, o IPARDES (2022) apresenta a seguinte proposição a respeito das taxas de distorção idade-série: “**a taxa de distorção idade-série é a única variável do modelo com significância em termos de sua**

magnitude. Uma redução de 10% na distorção idade-série está associada a um aumento de 1,7% no desempenho médio municipal no IDEB” (IPARDES, 2022, p. 30-grifos meus).

Diante da indicação do estudo, pode-se concluir que programas de correção de fluxo no intuito de conter a taxa de distorção idade-série são correspondentes a uma importante engrenagem na reengenharia da qualidade da educação na perspectiva do Estado Gerencial. Nesse sentido, a tendência da progressão continuada é anunciada “a distorção idade-série está relacionada a níveis piores de desempenho corrobora a evidência da literatura **em defesa do programa de progressão continuada**” (IPARDES, 2022, p. 57, grifos meus).

Essa é uma das chaves para a resposta inicial desta pesquisa: “quais as relações entre a Prova Paraná, a implantação do Programa Se Liga e o aumento do IDEB na gestão (2019-2023)?”.

Pelo exposto até aqui, evidencio que a Prova Paraná é um treinamento para o SAEB (uma das variáveis do IDEB), e o Se Liga é uma aceleração de estudos, correção de fluxo e/ou progressão automática. Assim, o Se Liga possibilita a correção da variável do IDEB, que é a aprovação. Nas palavras de SEED:

É de extrema importância que se compreenda que essa proposta [Se Liga] em hipótese alguma têm por objetivo a aprovação do estudante que não tem condições de acompanhar a série/o ano seguinte. A aprovação é importante, mas precisa acontecer com a aprendizagem. Porém, a reprovação precisa ser discutida e repensada (Paraná, 2019, s/p, grifos originais).

Vale ressaltar que o Se Liga prevê a retomada de todos os conteúdos “essenciais” do ano letivo nas três últimas semanas do calendário escolar. A partir de 2022, incluiu a indicação de trabalhar com diferentes níveis de aprendizagem: aprofundamento, reforço e recuperação de estudos, induzindo a organização de horários diferentes conforme os níveis de cada “classe” de estudantes a fim de garantir o mínimo de 200 dias letivos para todos os estudantes: “cabe ressaltar que **nenhum estudante pode ser dispensado das aulas durante o “Se Liga!”**. Assegurando-se o cumprimento de, no mínimo, 800 horas de efetivo trabalho escolar com todos os alunos” (Paraná, 2022, p. 447, grifos do autor).

Nessa mudança de turmas organizadas em níveis de dificuldade de

aprendizagem reproduz e reforça ainda mais a organização competitiva e elitizada na escola: “o atendimento desses diferentes grupos pressupõe uma organização diferenciada das turmas, organizando-os por série, componente curricular/área do conhecimento, dificuldades de aprendizagem” (Paraná, 2023, s/p).

Desconfia-se da qualidade social de todo esse processo. Garbúggio (2005), no intuito de descobrir se os estudantes que participaram do programa de aceleração de estudos (na atualidade corresponde ao Se Liga), investigou se estudantes que participaram do PAE conseguiram acessar a educação superior e concluiu: “pode-se concluir que das pesquisas realizadas em duas instituições de ensino superior **nenhum dos alunos que participaram do programa de correção de fluxo chegaram ao 3º grau**” (Garbúggio, 2005, p. 138- grifos meus). Essa é uma das formas excludentes desse tipo de programa.

Há uma contradição em termos legais que chama muita atenção em relação à inserção do Se Liga no calendário e no processo avaliativo do período letivo. Conforme o Quadro 2 (página 36) , na coluna período de vigência, observa-se que o programa atravessa o calendário e a organização escolar em média nas últimas três semanas do ano, suprime a avaliação processual e formativa ocorrida durante os trimestres letivos e configura-se um uma recuperação final, tendo em vista que:

No Livro de Registro de Classe Online (LRCO) há um campo específico para lançamento das notas no 1º., 2º. E 3º. Trimestres do “Se Liga! É tempo de aprender mais”, disponível para o preenchimento pelos professores, conforme desenvolvimento da proposta. Será validada a maior nota apresentada no período avaliativo e computada automaticamente (Paraná, 2022, p. 453).

Isso leva a pensar em um descumprimento da Lei nº 9394/96, no Art. 23 que trata da organização comum da Educação Básica, em relação ao cumprimento da carga horária, estabelecendo: “I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, **excluído o tempo reservado aos exames finais**, quando houver” (Brasil, 1996, s/p, grifos meus).

Pela realidade vivenciada nos últimos anos, é possível dizer que o Se Liga provocou uma mudança da cultura avaliativa escolar pela prerrogativa de mudar

todas as notas registradas durante o ano letivo. **Na realidade, é um exame final, entretanto, esse exame acontece durante a vigência do período letivo e contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Também, invalida a Deliberação 007/99 que estabelece o tempo adequado para avaliações com o objetivo do Se Liga, qual seja “ Art. 14 - A recuperação, **após o encerramento do período letivo**, destina-se a corrigir as deficiências que ainda persistam, **apesar dos estudos de recuperação realizados durante o período letivo**”. (Paraná, 1999, s/p.).

Evidencia-se que o abuso de executar o “Se Liga” durante a vigência do período letivo está diretamente relacionada com a opção política e econômica envolvendo o custo de pessoal para manter a escola funcionando por mais tempo para os estudantes que mais necessitam. Nestes termos, trata-se de uma nítida sonegação do direito à educação.

Vale destacar que não defendo a ideia de associar avaliação à punição e, nesse sentido, referendar as possíveis reprovações em questão. No entanto, identifiquei muitas arbitrariedades no processo de implementação desse programa e todas elas impactam na disputada qualidade social da educação. Recorrendo ao Parecer 02/2019 do CEE, constata-se uma lacuna em relação à sua legitimidade em razão de:

De acordo com a Deliberação n.º 03/13 – CEE/PR, de 04 de outubro de 2013, que trata das Normas para a Regulação, Supervisão e Avaliação da Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, **programas são permitidos pela legislação e concedida a sua autorização mediante análise das condições pelos órgãos competentes da Seed/PR e após parecer do CEE/PR**, cujos atos estabelecerão prazos e condições de:

Art. 32. **A autorização para funcionamento de curso, programa e experimento pedagógico é ato indispensável**, mediante o qual o poder público estadual, após processo específico, permite o funcionamento de atividades escolares em instituição de ensino, integrada ou a integrar o Sistema Estadual de Ensino (Paraná, CEE, p. 2, grifos meus).

Nesse sentido, foi realizada uma varredura em todos os pareceres emitidos pelo Conselho Estadual de Educação no período de 2018 a 2023, não sendo localizado nenhum que mencionasse a solicitação de autorização do Se Liga. Diante dessa constatação, no movimento da pesquisa, encaminhei um e-mail ao endereço eletrônico do Conselho solicitando informações sobre essa matéria. Nessa ocasião, as respostas enviadas aos questionamentos foram:

Sobre o parecer de autorização”: **Considerando que se trata de uma ação da Secretaria de Estado de Educação do Paraná - SEED/PR, sugerimos o encaminhamento da solicitação à Diretoria de Educação da SEED, email: deduc@educacao.pr.gov.br . “Insistimos em entender a razão de não haver nenhum parecer na página do CEE”: **Não há nenhum documento disponível em nosso site sobre essa matéria, pois a mesma não tramitou no Conselho, nesse sentido, orientamos solicitar maiores informações à SEED** (Gabinete Conselho Estadual de Educação, 2023).**

Esse episódio fez repensar acerca dos rumos dos demais capítulos dessa pesquisa, visto que a categoria antidemocrática se manifestou de modo latente.

Além da lacuna na dimensão da legalidade, há questões obscuras sobre a fundamentação pedagógica e até mesmo a origem do Se Liga. Esse é, no mínimo, homônimo a um serviço ofertado pelo Instituto Ayrton Senna, ainda que os ofícios encaminhados pela SEED, não há menção de tal parceria. As orientações registradas nos ofícios do Se Liga estão bem alinhadas com a divulgação desse serviço e/ou estratégia, divulgado no site dessa empresa:

O Se Liga propõe uma estratégia de intervenção tanto na dimensão pedagógica quanto de gestão. Formação, planejamento e mecanismos sistemáticos de execução, de acompanhamento e de avaliação garantem a eficiência do programa e a aprendizagem efetiva dos alunos. Surgiu em 2001 em função da necessidade de atender uma grande parcela de estudantes com distorção idade-série que estavam em turmas da solução educacional Acelera Brasil, mas que não conseguiam acompanhar o programa pois não sabiam ler e escrever. Em 2009, o MEC incluiu o Se Liga no Guia de Tecnologias Educacionais, uma seleção de programas inovadores que promovem educação de qualidade nas diversas etapas da educação básica. A solução educacional oferece um modelo viável e de baixo custo para ser implementado em larga escala, o que permite o alcance de um número maior de estudantes. O Instituto Ayrton Senna utiliza o conceito de aliança estratégica para articular apoios técnicos e financeiros de outras instituições, públicas ou privadas, e de empresas para que as redes de ensino possam implantar o programa e garantir a correção de fluxo.⁶²

Reiteradamente, deparo-me com o predomínio da racionalidade técnica e suas estratégias de gestão para melhorarem os números dos resultados, entretanto, esses parecem fabricados para atender uma agenda de metas incompatíveis ou que carecem de reavaliações ou até mesmo discussões que

⁶² Disponível em: institutoayrtonsenna.org.br/o-que-fazemos/componentes-educacionais/se-liga/.

urgem acontecer, visto que:

A racionalidade técnica vem sendo aplicada na política educacional brasileira, desde o período da ditadura militar, e vem se adaptando a cada contexto político-econômico, estabelecendo novas estratégias de ação. Entre elas, a atenção aos resultados, recomendados pelo Banco Mundial (BM), recebe destaque e a qualidade do ensino é aferida mediante a combinação dos resultados cognitivos (desempenho) com os de fluxo (aprovação, reprovação, evasão) no íterim da política educacional brasileira. Ela está associada a um modelo de gestão consubstanciado em parcerias, tanto no plano intergovernamental quanto na intersecção entre o setor público e o privado, como nos casos de parceria entre o Instituto Ayrton Senna e as secretarias municipais de educação do país afora (Silva, 2010, p. 436).

Amparada nos trabalhos referenciados neste texto e no aprofundamento em documentos e legislações relacionadas durante o processo de pesquisa, analiso mais à frente, as tendências e opções políticas pelos resultados divulgados.

Até então, o panorama apresentado procurou destacar os acontecimentos históricos, a fundamentação ideológica pelo neoliberalismo, bem como os movimentos políticos, sociais e econômicos relacionados ao desenvolvimento dos programas Prova Paraná e Se Liga. Identifiquei a intenção política publicizada de treinar educandos para atender as habilidades ditas pelos reformadores empresariais como essenciais, o treinamento por meio das avaliações periódicas visa também impactar no resultado do IDEB. Da mesma forma, a segunda variável do indicador educacional, o índice de aprovação, tem sido manipulado por metas inalcançáveis de frequência escolar e um programa de correção de fluxo que viola toda a legislação estabelecida para avaliações educacionais até o momento. No próximo capítulo, aprofundo nossas análises, estabelecendo relações entre documentos orientadores de políticas públicas educacionais e as ações direcionadas para o sistema de educação estadual em prol da qualidade da educação pública. Qual é parâmetro para tal qualidade?

4 4 PROVA PARANÁ E PROGRAMA “SE LIGA”: A REENGENHARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PELO CONTROLE DA GESTÃO ESCOLAR E DO TRABALHO DOCENTE

*Senhoras e senhores, olhai-nos.
Repensemos a tarefa de pensar o mundo.
[...] A Ideia, meus senhores
E essa é mais brilhosa
Do que o brilho fugaz de vossas botas.
(Hilda Hilst)*

Neste capítulo, busco relacionar as agendas e documentos orientadores das políticas educacionais de avaliação da educação com as orientações para a gestão escolar, bem como para o trabalho docente no sistema estadual de educação nos últimos cinco anos. Observo também a intensificação das parcerias público-privadas e do gerencialismo na educação pública de forma constante, avançando com mecanismos de responsabilização das equipes gestoras e professores pelos resultados das avaliações externas, assim como medidas autoritárias que em síntese expressam a total revogação do princípio da gestão democrática na organização do trabalho escolar.

As análises realizadas indicam que os programas Prova Paraná e Se Liga confirmam a hipótese de que, na realidade, são estratégias engenhosas para manobrar os resultados do IDEB, portanto, não garantem nem o direito à educação, tampouco a todos. Visto que o Se Liga tem se revelado um programa de correção de fluxo, realizado de modo arbitrário que invalida as avaliações realizadas pelas(os) docentes durante o ano letivo.

Proponho uma análise relacionando documentos, a saber: Desconectados: Habilidades, educação e emprego na América Latina (Bassi *et al.*, 2012); Determinantes do aumento da escolaridade e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico paranaense (IPARDES, 2022); Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2023). Compreende-se que esses documentos, entre outros, orientam, fundamentam e possibilitam as tomadas de decisões políticas que encaminham e implementam programas como os que estão em discussão.

Como horizonte a ser empreitado, diante dos processos antidemocráticos em curso que visam limitar a formação do trabalhador por meio do controle do trabalho docente, indicam-se as tecnorresistências como possibilidades para mobilizações que visem à superação da atual realidade em busca de uma nova

democracia.

4.1 A RELAÇÃO DAS PARCERIAS INTERNACIONAIS E O CONTROLE DO TRABALHO E DA PROFISSÃO DOCENTE

Parto, então, do pressuposto da Agenda Globalmente Estruturada pela Educação (AGEE), Dale (2004), desse modo, entendo a globalização como: “um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores” (Dale, 2004, p. 436). Portanto,

No contexto da globalização – necessidade aparentemente iniludível – e da ampla circulação internacional de modelos educacionais, O BM (2010) lida com o conceito de “educação de nível mundial” (world class education). Trata-se de um conceito operacional para justificar a necessidade de avaliação da educação do planeta. Sua aparente universalidade oculta as particularidades das políticas e processos educativos em diferentes países assentados nos interesses econômicos e políticos que balizam a divisão internacional do trabalho (Shiroma; Evangelista, 2015, p. 320).

Desse modo, os organismos internacionais, em especial, o Banco Mundial, buscam manter a hegemonia do sistema e utilizam a educação como um dos eixos estruturantes neste projeto societário, ou melhor, a educação passa a ser central. O currículo torna-se um campo de disputas camufladas em tons universalistas nas agendas políticas que ditam: “a definição de conhecimento legítimo para ser ensinado nas escolas e a seleção e organização hierárquica desses corpos de conhecimento são assim claramente prescritos ‘externamente’” (Dale, 2004, p. 435).

São essas definições encontradas nas agendas e acordos internacionais que nos interessam. De modo especial, o interesse é entender como se efetivam na realidade escolar. Nesta pesquisa, a tentativa é realizar o movimento investigativo de desvelar as intencionalidades das agendas para as políticas educacionais, bem como planos e relatórios de cada etapa realizada para após a descoberta identificar a tendência deste movimento histórico e abrir possibilidades para as mudanças e novos rumos.

Em vista disso, na consolidação do capitalismo de vigilância e plataformas, retoma-se uma agenda estudada ainda na época do mestrado para relembrar quais eram as habilidades definidas para a educação da América

Latina, registrada na publicação “Desconectados: habilidades educação e emprego na América Latina”, divulgada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 2012.

Importante ressaltar que este documento não foi retomado aleatoriamente, esta agenda já constava na trajetória de estudos que, por aquele estudo inicial (buscando as políticas públicas para a leitura), relacionava esta agenda com muitas situações relacionadas ao objeto de estudo. Reaver este documento foi importante, a realidade em 2024 está muito mais desenvolvida e as pautas da década passada ficam mais visíveis, assim, foram tomando formas pelas decisões e ações humanas.

Considerando a data da publicação, 2012, é provável que alguns elementos apresentados naquele documento já tenham sido explorados em outros trabalhos até mesmo a partir de agendas mais atualizadas relacionadas aos organismos internacionais. Todavia, o movimento do real pela manifestação no fenômeno e o recorte do objeto de pesquisa, “a relação Prova Paraná e Se Liga”, propiciam a retoma do estudo. Além do impacto da agenda política definida naquele tempo e registrada no texto, veiculado pelo BID (Desconectados), a retomada permite aprofundar o estudo e encontrar ações e processos em suas formas mais desenvolvidas por meio do aprofundamento na dimensão das políticas de avaliação externa.

No prólogo assinado pelo presidente do banco à época, Luis Alberto Moreno, diplomata e empresário colombiano, o discurso hegemônico da economia globalizada baseada em conhecimento e a educação como chave para competir e criar novas oportunidades, prossegue justificando as mudanças aceleradas que afetam a economia mundial: “por razões da sua própria dinâmica e pela crise recente” – crise de 2008, as avaliações externas são citadas, em razão das comparações dos resultados entre as nações e a constatação pode ser resumida em “habilitar os jovens para o processo produtivo”.

A referida publicação é apresentada como resultado de uma pesquisa empírica que indica objetivamente:

[...] além do problema mais geral da qualidade, existe também um **descompasso entre habilidades que o sistema educacional está formando** atualmente e as que o mercado de um grupo específico e majoritário na região exige: os jovens que transitam da escola para o trabalho após a conclusão do ensino médio. Mediante pesquisas

originais sobre trajetórias e habilidades realizadas com jovens do Chile e da Argentina, e sobre a demanda de habilidades conduzidas entre as empresas da Argentina, Brasil e Chile, **verificou-se que existe uma lacuna entre o que as escolas formam e o que o mercado exige atualmente daqueles jovens que se vinculam ao mercado de trabalho após a conclusão do ensino médio**. O estudo mostra que, além das habilidades cognitivas que a escola vem formando tradicionalmente, os empregadores buscam nesses jovens uma série de habilidades socioemocionais relacionadas ao comportamento (Bassi, 2012, p. 12-14, grifos meus).

Tendo como pressuposto, as duas variáveis do IDEB (taxa de aprovação e índice de acertos nas provas), pressupõe-se que, talvez, sejam entendidas como “problema mais geral da qualidade”. Contudo, a palavra “descompasso” merece atenção, porque está diretamente relacionada ao ritmo da formação. Assim, leva à interpretação de que os pressupostos da maioria das escolas têm como princípios educativos a formação integral do ser humano, porém, o BID não coaduna com essa perspectiva de educação, uma vez que argumenta sobre a questão da qualidade da educação a partir dessa premissa: “em particular, não se analisa até que ponto existe uma desconexão entre as habilidades que o mercado de trabalho demanda e as oferecidas pelos jovens saídos das escolas médias da América Latina” (Bassi *et al.*, 2012, p. 18). Por isso, o título do documento em estudo: “Desconectados: habilidades, educação e emprego na América Latina”.

Desse modo, o BID se coloca como “sujeito” responsável pela orientação das **novas formas de ‘transformação’ do trabalho escolar**: “em sua qualidade de organismo de apoio técnico ao desenvolvimento da região, **é responsabilidade do Banco Interamericano de Desenvolvimento dar uma contribuição a esse processo de transformação da escola para responder às exigências atuais** (Bassi *et al.*, 2012, p. 13, grifos meus).

Por isso, atento-me para compreender em que consiste a qualidade da educação que o mercado exige? Ainda que a educação não deve existir para atender as exigências do mercado, concordo com Silva (1996), acerca da concepção de qualidade da educação: “está baseada numa concepção sociológica e política da educação e sua noção de qualidade está estritamente vinculada ao combate às desigualdades, às dominações e às injustiças de qualquer tipo” (Silva, 1996, p. 170).

No terceiro capítulo da publicação do BID, a qualidade da educação é

abordada inicialmente a partir da Teoria do Capital Humano, referenciada a Gary Becker, que: “sugere que a educação é o produtor mais importante de capital humano, conhecimento e das habilidades possibilitam o desenvolvimento da pessoa” (Bassi *et al*, 2012, p. 49). Toda a discussão aborda a educação básica como um todo, mas ressalta os baixos índices relacionados ao ensino médio como ponto de atenção e foco na intensificação para elaboração das políticas públicas.

Após expor alguns índices dos sistemas educacionais em relação com os investimentos econômicos despendidos na América Latina, a austeridade é revelada,

Dessa maneira, **as cifras confirmam o fato de que os sistemas educacionais na América Latina ainda não conseguem traduzir em taxas de conclusão significativas o esforço realizado em termos de recursos financeiros**, humanos e institucionais que permitiram incrementar o acesso à educação (Bassi *et al*, 2012, p. 54, grifos meus).

Apesar de apropriar-se do termo desenvolvimento humano e demonstrar com séries históricas o processo de escolarização dos estudantes dos sistemas educacionais de vários países, a conclusão é estritamente econômica, desconsiderando tanto o desenvolvimento (biopsicossocial) quanto os seres humanos, dado que (cerca de 54% naquele período) conseguiram concluir a educação básica, e este contingente não é considerado importante para o banco. No entanto:

As políticas do lado da oferta — com uma forte ênfase na infraestrutura educacional e salários dos docentes —, complementadas pelas transferências condicionadas de renda à educação no caso de vários países, não foram suficientes para acelerar o incremento nos níveis de conclusão, principalmente no ensino médio. Em outras palavras, esses investimentos contribuíram para aumentar o acesso à educação na região, mas não conseguiram impedir que se registrassem enormes taxas de evasão escolar entre os que entram no ensino médio. Isso também poderia sugerir um desequilíbrio entre as políticas educacionais que privilegiaram o financiamento de insumos (infraestrutura e salários dos docentes e aquelas que insistem em resultados concretos, como as taxas de conclusão do ensino médio, por exemplo. O fato de que somente a metade dos jovens da região consiga completar o ensino médio cria, além do mais, uma enorme interrogação sobre a capacidade competitiva dos países da América Latina quanto a prepará-los para confrontar os desafios de uma sociedade globalizada (Bassi *et al*, 2012, p. 54).

Este é o tom e o sentido das políticas públicas atuais, chamam de

“resultados concretos” índices inalcançáveis na realidade do capitalismo, considerando a heterogeneidade histórica, social e cultural de cada população. O que há de pior é que se desconsidera o impacto das desigualdades sociais nos resultados das testagens, visto que, ao discutirem os resultados do ensino médio, observa-se a seguinte inferência:

Se a maioria dos alunos da região estivesse na escola, a situação da qualidade poderia, inclusive, ser pior, como foi explicado anteriormente. Por isso, é necessário destacar que **nos países da América Latina há uma fração significativa dos jovens de 15 anos que se encontra fora do sistema escolar (...)**. Isso sugere que a brecha de pontuação das avaliações do PISA poderia ser, inclusive, mais acentuada entre a região e os países da OCDE se a proporção de estudantes matriculados no sistema educacional aos 15 anos de vários países da América Latina fosse maior. **Isto se explica porque os alunos que estão fora do sistema são os mais pobres e, portanto, no caso de serem incluídos nas avaliações, provavelmente fariam a média baixar** (Bassi *et al.*, 2012, p. 73, grifos meus).

Reforçando o princípio de uma educação mercantil, ao discorrer sobre a qualidade educacional no Brasil, o IDEB: “parece ter sido um elemento catalizador da melhoria do aprendizado por meio de **um sistema efetivo de prestação de contas**” (Bassi *et al.*, 2012, p. 61, grifos meus).

Vale lembrar e relacionar a data das orientações registradas no documento BID, em 2012, pois essas orientações manifestavam as consequências, bem como as novas formas de formulação das políticas públicas a partir da crise financeira de 2008, conforme apontado no segundo capítulo da tese.

As mudanças indicam reformas, um refazer mantendo a forma, ou seja, as reformas atendem as necessidades para a manutenção do sistema capitalista, mas pelo movimento histórico, o sistema se transforma continuamente e as reformas carregam as características desse processo. Na década dos anos 1990, estudiosos das políticas educacionais e da Gestão da Qualidade Total (GQT) analisaram o que vem a ser a “reengenharia”:

Nessa perspectiva, a sociedade e a educação são retiradas da esfera da política e remetida para a esfera da manipulação tecnocrática e instrumental. Uma consequência imediata disso é que a qualidade deixa de ser um elemento substantivo e fundamentalmente político para ser tornar um elemento instrumental e técnico. **Nessa perspectiva a qualidade consiste em seguir os procedimentos corretos e apropriados e não em decidir democraticamente sobre os objetivos e finalidades da educação** (Silva, 1996, p. 182-183,

grifos meus).

Nesse sentido, o discurso de ‘desinvestimentos sociais’ passou a fundamentar as orientações e maior focalização em incrementar o sistema de avaliação para gerar dados longitudinais no intuito de reduzir o descompasso entre a demanda do mercado de trabalho e o que a escola produz (Bassi *et al*, 2012, p. 179-180).

Todas as orientações convergem **no sentido de monitoramento e ampliação do controle pelo BID para manutenção da hegemonia do modo de produção capitalista**. De acordo com Nagase e Azevedo (2021), a avaliação é compreendida como controle social e o ritmo deste controle é gerado pela métrica da performatividade: “[que] é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança” (Ball, 2005, p. 543). Nesta pesquisa:

Aplicada à educação, a performatividade representa **o valor de indivíduos ou instituições** que, no âmbito da avaliação com base objetivista, mede, compara, hierarquiza e divulga performance, que é “a medida de produtividade e desempenho” (Ball, 2010, p. 37) dos agentes educacionais, das escolas, das redes e até de países. A avaliação subordinada às exigências da performatividade **umenta a força econômica e diminui a força política** (Nagase; Azevedo, 2021, p. 260, grifos meus).

Nesse sentido, acrescentaria que a performatividade aumenta a força econômica e política da classe dominante e diminui a força econômica e política do proletariado. Nesta atualização da ‘reengenharia neoliberal’, as finalidades da educação são voltadas para a formação e desenvolvimento de habilidades, a exemplo disso:

Durante várias décadas, a literatura econômica tentou explicar os fenômenos observados no mercado de trabalho em função do que ocorre — ou não — no sistema educacional. Em particular, diversos estudos mostraram como o aumento da oferta de trabalhadores jovens com educação de nível médio pode se traduzir em uma deterioração de suas condições de trabalho (Katz e Autor, 1999, e Manacorda, Sánchez Páramo e Schady, 2010 para a América Latina). (...) Mediadas pelas condições institucionais, as forças do mercado geram então uma associação natural entre o desempenho dos jovens no trabalho e “o que é produzido” pelo sistema educacional. [surge] uma nova evidência dessa associação natural, mas de um ângulo distinto: o da relação entre habilidades, educação e mercado de trabalho (Bassi *et al*, 2012, p. 97-98).

O desenvolvimento de habilidades e a performatividade são conceitos relacionados. Ao analisar as habilidades necessárias para o atendimento ao

mercado o documento, BID ressalta a importância do desenvolvimento e monitoramento das habilidades socioemocionais neste momento particular do capitalismo. Desse modo:

A evidência internacional confirma o papel das habilidades cognitivas e socioemocionais não só no desempenho acadêmico dos indivíduos como também na sua vida de trabalho. Em muitos casos, as habilidades socioemocionais são inclusive melhores indicadores que as cognitivas (Bassi *et al*, 2012, p. 98).

Segundo Silva Junior (2018): “competências socioemocionais são traços relacionados a motivação, disciplina, criatividade, resiliência e autoestima”. (Silva Junior, 2018, p.1). Conforme este autor, estudos recentes em economia enfatizam que pessoas com habilidades cognitivas medianas e atributos de habilidades socioemocionais satisfatórios tendem a ser mais produtivos e melhor sucedidos na atividade profissional.

No Brasil, o conceito de competências socioemocionais começou a ser difundido sistematicamente pelo Instituto Ayrton Senna (IAS) em 2011, no Seminário “Educação para o Século 21”, realizado em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e com a UNESCO. (...) Desde então o IAS tem fomentado a inserção de objetivos de formação de competências socioemocionais nas políticas educacionais brasileiras, e para isso patrocinou a criação de um instrumento de avaliação em larga escala dessas competências, testado nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, que recebeu o nome de SENNA (Social Emotional or Noncognitive Nationwide Assessment). Além disso fez parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para lançar o “Programa de apoio à formação de profissionais no campo das competências socioemocionais”, que inicialmente iria financiar dez projetos de pesquisa (CAPES, 2014) (Silva, 2021, p. 3).

No mesmo sentido, o documento BID (2012) apresenta um panorama econômico na América Latina em relação às necessidades de aprofundamento quanto às habilidades socioemocionais.

Figura 10 - Panorama das dificuldades na América Latina.

Dificuldade para encontrar habilidades			
(%)			
	Socioemocionais	Conhecimento	Específicas
Países			
Argentina	22,7	8,6	3,6
Brasil	29,8	12,8	5,9
Chile	16,2	4,8	3,8
Setor			
Automotivo	20,8	10,4	14,0
Varejista	28,6	9,3	2,4
Hotelaria	24,4	7,1	4,4
Financeiro	25,4	11,5	1,1
Alimentos	16,3	7,8	3,3
Porte da empresa			
0 a 9	15,0	4,2	1,5
10 a 49	19,0	6,7	3,2
50 a 499	22,0	8,8	6,4
500 ou mais	27,0	10,6	3,5
Tipo de salário			
Baixo	20,5	6,9	2,5
Médio	23,3	8,8	3,2
Alto	26,0	9,1	3,8

Fonte: Bassi *et al* (2012, p. 161).

Diante do painel numérico levantado, o documento BID defende:

[...] ao contrário do desenvolvimento cognitivo, cujo lapso de intervenção se reduz à primeira infância, a formação das habilidades socioemocionais ou “brandas”⁶³ ocorre durante um período mais prolongado que, provavelmente, abrange todo o trajeto educacional até o ensino médio (Bassi *et al*, 2012, p. 14).

Grosso modo, o que essa perspectiva de política educacional pautada em habilidades socioemocionais intenta é: “que a escola forme pessoas capazes de regular suas próprias emoções para continuar lutando pela própria sobrevivência sem perturbar a ordem social, algo que está presente em todos os documentos”.

(Silva, 2021, p. 13). Em nossa perspectiva:

As propostas de formação de competências socioemocionais, ao contrário do que afirmam, ao invés de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos buscam promover tão somente a desumanização completa de cada um pela submissão não só do seu pensamento, mas também das suas emoções ao controle externo, pois somente assim é possível garantir a manutenção do sistema capitalista (Silva, 2021, p. 17).

Ciente de que estou discutindo projetos societários diferentes, a saber: o

⁶³ Habilidades socioemocionais, por sua vez, são “[...] aquelas que pertencem à área do comportamento ou que surjam de traços de personalidade e que usualmente são consideradas ‘brandas’” (Silva, 2021, p. 8).

projeto neoliberal dominante converte o discurso para a formação numa perspectiva de adaptabilidade/passividade, antagônico às pautas de uma educação progressista que promova a emancipação humana; cabe o alerta sobre a tendência da classe dominante em defender continuamente e induzir num curto espaço de tempo, a ampliação dos sistemas de avaliação com resultados do desenvolvimento das ‘brandas’ habilidades socioemocionais. Dito de outro modo:

Afirmar que a aprendizagem do aluno — particularmente de habilidades e competências que possa utilizar em sua vida produtiva — deve ser a preocupação central das reformas educacionais na América Latina e no Caribe parece uma obviedade. **No entanto, muitas das intervenções, políticas e programas realizados na região no campo da educação não têm se concentrado nela. A prova é que ainda não há um sistema eficaz para medir o progresso dos alunos nesse aspecto**, e o que existe se limita a medir as habilidades acadêmicas em que as escolas tradicionalmente se concentram, deixando de lado outros **resultados que adquirem cada vez mais importância no local de trabalho atual, como aqueles relacionados ao comportamento** (Bassi *et al*, 2012, p. 173, grifos meus).

“A realidade é agora subjugada à mercantilização e à monetarização e renasce como comportamento” (Zuboff, 2018, p. 56), assim, a formação para a passividade é preconizada por meio do desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Em uma crítica bastante fundamentada sobre as reais intenções e consequências das habilidades socioemocionais para a educação, Silva (2021) retoma os trabalhos de Saviani e associa as habilidades socioemocionais como pertencentes às teorias não-críticas⁶⁴ que, em linhas gerais, colaboram com o uma ação hegemônica que:

[...] afirma que a causa da desigualdade social não é a falta de recursos materiais ou financeiros, mas a privação de afeto e seu impacto na formação de competências socioemocionais, e que a solução desse problema estaria na escolarização das crianças desde a primeira infância. (HECKMAN, 2013). Desse modo **a educação escolar é reduzida a um processo de adestramento** que deve produzir reações individuais em conformidade com as expectativas sociais, portanto reações estereotipadas, tanto no que se refere ao desempenho intelectual quanto no âmbito das reações emocionais e relações interpessoais (Silva, 2021, p. 6, grifos meus).

⁶⁴ Em síntese as teorias não críticas atribuem a escola a função de equalizar todos os problemas da sociedade capitalista. A escola organiza-se como uma agência centrada no professor. (Saviani, 2009a, p.5-6).

Além disso, o repertório cultural é empobrecido devido ao estreitamento curricular, ao mesmo tempo que exigem soluções de problemas, estudos de casos e propostas criativas como resultado da aprendizagem dos estudantes, submetidos às estas condições: “munidas/os apenas dos conhecimentos requisitados pelas práticas cotidianas, rotineiras, torna-se quase impossível ser criativa/o, já que nessa situação o processo imaginativo carece de conteúdo para operar” (Silva, 2021, p. 11).

Na racionalidade neoliberal, por meio da modelagem da subjetividade pela empresa, a formação do sujeito humano deve produzir,

[...] o sujeito que necessita ser ordenando os meios para governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. (Dardot; Laval, 2016, p. 328).

Do exposto até este momento, entendo que o conceito de qualidade da educação foi ampliado num processo de reengenharia que visa atender às demandas de formação do “neossujeito” deste período histórico. Esse novo tipo humano que não perde, uma vez que é responsável por suas próprias decisões, portanto, não há perdas, apenas escolhas, o neossujeito é o “empreendedor de si”: “oscilando entre depressão e perversão, o neossujeito é condenado a ser duplo: mestre em desempenhos admiráveis e objeto de gozo descartável.” (Dardot; Laval, 2016, p. 374).

Em busca de entender como as diretrizes das pautas internacionais foram e são encaminhadas neste contexto, de modo partir no estado do Paraná, no período delimitado para este estudo (2019-2023), na sequência, há a análise dos dados e o contexto.

4.2 O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PARANÁ: A QUESTÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL SEGUNDO O IPARDES

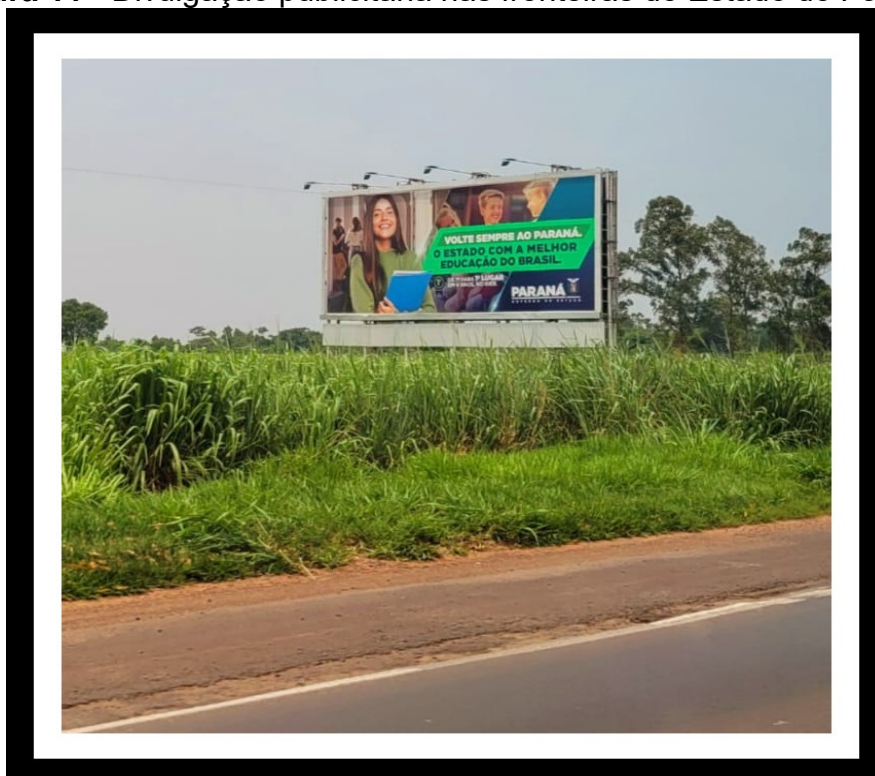
De acordo com o estudo: “Determinantes do aumento da escolaridade e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico paranaense”, publicado pelo IPARDES, “a qualidade educacional é um **fenômeno multidimensional**”. (Paraná, 2022, p. 3, grifos meus). Esse conceito é a frase inicial do texto publicado que expõe “evidências empíricas que [podem] embasar a tomada de decisão quanto às políticas públicas associadas a um melhor desempenho escolar” (Paraná, 2022, p. 5).

Ao conceituar a qualidade educacional, a contradição se apresenta uma vez que, diante de todo conhecimento acumulado acerca da educação e dos processos educativos este conceito está consolidado por meio da produção acadêmica divulgada (Gentili; Silva, 2015; Silva, 2009; Czernisz; Ruiz, 2017 entre outros). No entanto, ressalto que a contradição se impõe ao observar a composição do indicador da qualidade da educação (IDEB) que apresenta uma medida balizada em apenas duas dimensões do contexto escolar e da aprendizagem dos estudantes, bastante controversa conforme nossa discussão nas sessões anteriores. Por este motivo:

A contradição como realidade e expressão da realidade é capaz de indicar à educação não apenas seu momento de integração no projeto de dominação, exercido pela ação e políticas existentes, mas também seu momento possível de negação e resistência (Cury, 1989, p. 121).

Entendo que esses são os espaços de discussão e resistências, os pontos em comum, como chaves para resistências e definição de novas políticas educacionais. Nesse sentido, foi encontrada uma imagem que leva a aprofundar as análises.

Figura 11 - Divulgação publicitária nas fronteiras do Estado do Paraná.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2022).⁶⁵

No anúncio, lê-se: “Volte sempre ao Paraná. O estado com a melhor educação do Brasil”. Ao confrontar os dados oficiais, observa-se que a propaganda não representa a realidade em sua multidimensionalidade. Em relação aos anos médios de escolaridade, pela lógica da Nova Gestão Pública, oficializada pelo governador ainda no seu primeiro mandato, tem-se que considerar apenas números absolutos e, sob esta perspectiva, o IBGE apresenta um quantitativo diferente, porque: “considerando a população de 18 a 29 anos, a escolaridade média paranaense em 2019 foi de 11,9 anos” (Paraná, 2022, p. 7).

Em contraposição, o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), aferiu que o melhor resultado em anos de escolarização, em consonância com a meta 8 estabelecida no Plano Nacional de Educação (2014-2024), é o Distrito Federal com média de 12,6% anos de escolarização, seguido do estado de São Paulo com 12,4% anos de escolarização para a população de 18 a 29 anos, conforme demonstra o quadro a seguir.

⁶⁵ Foto: Prof. Dr. Mario Luiz Neves de Azevedo. Imagem cedida para discussão desta pesquisa.

Quadro 9 - Proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil – 2022.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 18 a 29 anos de idade	
	Número médio de anos de estudo	Proporção de pessoas com no mínimo 12 anos de estudo (%)
Brasil	11,7	71,3
Norte	11,2	65,0
Rondônia	11,4	66,1
Acre	11,3	66,0
Amazonas	11,3	69,6
Roraima	11,8	73,0
Pará	11,0	60,0
Amapá	11,6	67,9
Tocantins	11,9	73,6
Nordeste	11,1	64,5
Maranhão	11,1	65,8
Piauí	11,3	63,4
Ceará	11,6	71,1
Rio Grande do Norte	11,1	62,6
Paraíba	11,1	62,2
Pernambuco	11,2	68,3
Alagoas	10,9	60,8
Sergipe	10,7	56,1
Bahia	10,9	60,9
Sudeste	12,1	77,5
Minas Gerais	11,7	69,5
Espírito Santo	11,7	70,0
Rio de Janeiro	12,0	74,7
São Paulo	12,4	82,8
Sul	11,9	70,2
Paraná	11,9	71,8
Santa Catarina	11,9	72,2
Rio Grande do Sul	11,8	66,9
Centro-Oeste	12,0	72,6
Mato Grosso do Sul	11,6	65,9
Mato Grosso	11,7	67,2
Goiás	12,0	73,3
Distrito Federal	12,6	82,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre (IBGE, 2022).

No panorama internacional, as projeções para a educação do estado apresentam a seguinte estimativa:

[...] os resultados da previsão feita a partir do modelo para os anos médios de escolaridade considerando pessoas de 25 anos ou mais de idade, entre 2020 e 2035. Seguindo a tendência atual, para 2035 o

estado do Paraná sairá de 8,13 anos médios de escolaridade (padrão internacional) para 10,20, considerando um erro padrão de 0,063, o que resulta em um intervalo entre 10,07 e 10,32. Uma diferença de 2,07 anos em 16 anos de evolução. Considerando-se os dados de 2019 para 186 países, o avanço estimado para o Paraná seria equivalente a avançar do quinto ao sétimo decil em termos de realização escolar; neste ano, a Alemanha apresentava a melhor performance neste indicador, com média de 14,2 anos de estudo para a sua população de 25 anos e mais anos de idade. **O valor esperado para o Paraná em 2035 ainda o situaria, na América do Sul, abaixo da média apresentada por Chile, Argentina e Venezuela em 2019** (Paraná, 2022, p. 11, grifos meus).

Evidentemente, não concordo com um raciocínio tão simplista para indicar qual é o estado da federação que oferta a melhor educação, principalmente porque para avaliar é preciso considerar as múltiplas determinações, por exemplo: dimensões socioeconômicas; dimensões socioculturais; dimensões do financiamento público adequado; dimensões da gestão democrática que impactam na qualidade; e no desenvolvimento educacional de cada país, estado, cidade e/ou escola.

Ademais, também não concordo com uma avaliação que induza a competição, **nossa perspectiva é de avançar na qualidade social da educação** para o país quiçá para o mundo: “a qualidade social na educação não se restringe a fórmulas matemáticas, tampouco a resultados estabelecidos a priori e a medidas lineares descontextualizadas” (Silva, 2009, p. 223). A apresentação do quadro anterior foi necessária para evidenciar quanto as informações e comparações numéricas são limitadas, por isso, não devem ser propagadas de modo a reduzir o processo social-histórico da educação.

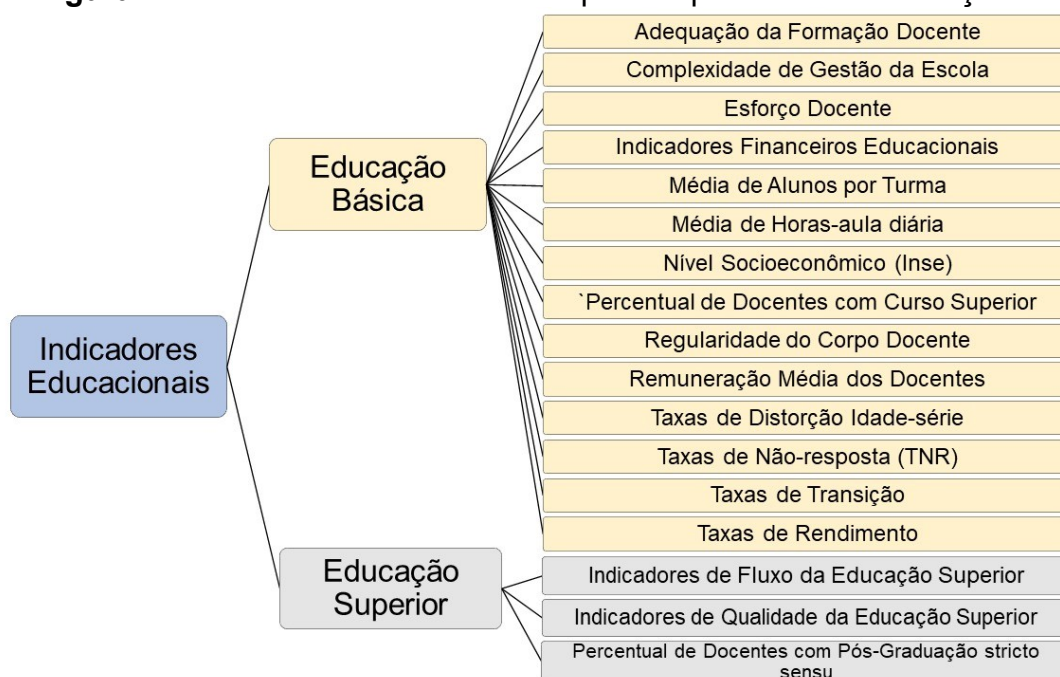
Em relação à multidimensionalidade da qualidade social da educação, desconfio de que os elaboradores das políticas públicas educacionais sabem, entretanto, não assumem que a qualidade não pode ser medida unicamente pelo desempenho nos testes e pelo índice de aprovação das escolas, tendo em vista que o INEP, em sua página, disponibiliza uma variedade de indicadores educacionais que correspondem ao monitoramento e acompanhamento da educação no país.

Recorro, então, à categoria da contradição novamente para questionar a elaboração de um índice tão sintético como IDEB, composto de apenas duas variáveis (desempenho nos testes e taxa de aprovação), quando já se tem conhecimento das múltiplas dimensões que repercutem no desenvolvimento

educacional.

É justo registrar que alguns servidores do INEP em várias ocasiões de apresentação dos resultados do IDEB destacam a importância dos demais indicadores assim chamados “contextuais” para se avaliar a qualidade da educação, talvez essa seja alguma ação de resistência à composição do índice, no entanto, isto não é suficiente, é preciso mudar, transformar essa avaliação e, principalmente, a forma de divulgação de seus resultados a fim de que números descontextualizados não sejam confundidos com a qualidade da educação.

Figura 12 - Indicadores Educacionais para a qualidade da educação.



Elaboração própria

Fonte: INEP, 2024.

Para cada indicador relacionado no infográfico, há uma nota técnica emitida pelo INEP apresentando a forma de elaboração e compreensão de cada indicador. Considero elaborar pesquisas futuras que aprofundem e discutam especificamente esses indicadores, bem como propostas de utilização para ampliar as possibilidades de avaliação a partir do conhecimento desenvolvido até então. Nota-se o monitoramento e o controle detalhado acerca da educação básica e, aparentemente, há pouco interesse pelo desenvolvimento da educação superior. A ausência de interesse também é um dado relevante neste contexto. No entanto, para os fins da pesquisa, há a discussão de excertos de estudos em modelos exploratórios de alguns dos indicadores educacionais disponibilizados pelo INEP a partir da publicação do IPARDES (2022). No que se refere ao

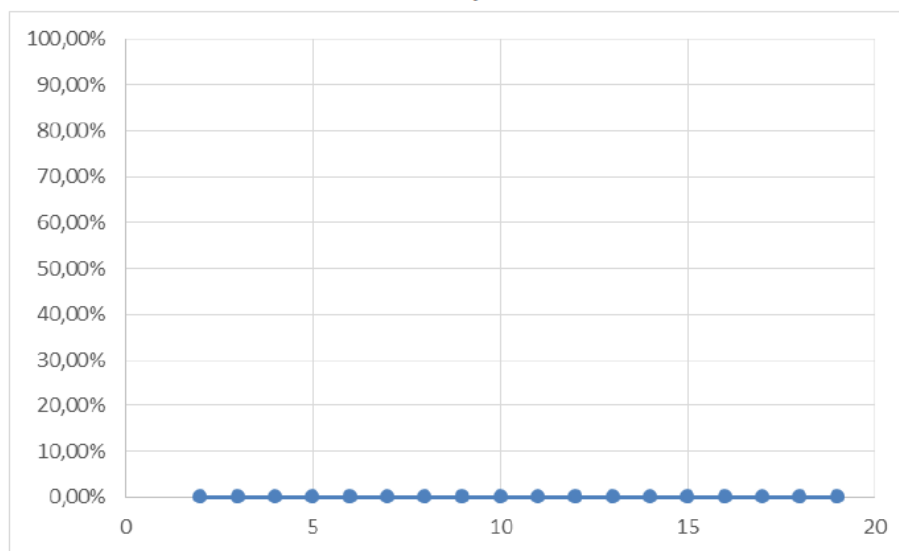
Indicador de Nível Socioeconômico:

A partir dos resultados dos modelos exploratórios levando em consideração as variáveis dependentes “Ideb” e “Taxa de Aprovação”, a situação socioeconômica medida pelo Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) do Inep **só parece apresentar relevância no ensino médio**. Esse resultado corrobora a evidência do aumento do custo de oportunidade de estudar dos alunos nesta etapa do ciclo educacional, uma vez que nesta idade os alunos enfrentam um trade-off entre estudar e trabalhar. **No entanto, para os modelos com variável dependente “Desempenho em Português” e “Desempenho em Matemática”, o nível socioeconômico resultou relevante em termos de significância e magnitude em todos os níveis da educação básica** (Paraná, 2022, p. 58, grifos meus).

Compreendo que este dado precisa ser aprofundado em pesquisas futuras, uma vez que há elementos da contradição latente: “como o indicador pode ser considerado “relevante” em todos os níveis da educação, contudo, em relação a taxa de aprovação só impacta no ensino médio?” Assim, há muito para ser pesquisado sobre isso. Todavia, os incentivos para a pesquisa estão estagnados conforme o mesmo documento.

Figura 13 - Investimentos estaduais para a Ciência e Tecnologia.

FIGURA 19 - PERCENTUAL DE DESPESAS PARANAENSES DE AÇÕES VOLTADAS PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS ESTADUAIS



FONTE: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Fonte: IPARDES (2022, p. 43).

A figura anterior apresenta a evolução temporal do percentual de despesas voltadas para a ciência e a tecnologia no período de 2002 a 2019. A figura mostra que os investimentos para este setor não tiveram relevância no

estado. Em relação às despesas e ações destinadas à educação, o mesmo trabalho conclui que, no mesmo período (2002-2019), há: “uma estabilidade nos investimentos, com média de 22,5% das despesas totais” (Paraná, 2022, p. 42).

O relatório IPARDES (2022) destaca a importância de considerar a heterogeneidade das escolas no que tange à discussão da qualidade educacional e aponta contradições acerca da correlação entre produtividade total dos fatores (PTF) e anos médios de estudos no Paraná. Em destaque,

[...] a baixa contribuição do capital humano para o crescimento econômico do Brasil mesmo diante da elevação da escolaridade média, **corroborando o argumento de que esses aumentos na quantidade educacional devam vir acompanhados de política de aumento da qualidade educacional**. Esses resultados reforçam o discutido (...). A heterogeneidade das escolas paranaenses em termos da qualidade **sugere a necessidade de investigar esses impactos heterogêneos**, ainda que a relação entre os investimentos em educação e o crescimento seja reconhecidamente relevante (Paraná, 2022, p. 55, grifos meus).

O texto acima revela que os educadores anteriormente referenciados têm exposto abundantemente sobre os limites da padronização e que esta não corresponde a um processo formativo que propicie qualidade social para a educação, a padronização corresponde à lógica da exclusão. Por isso, nossa insistência em ampliação dos investimentos, incentivo para realização de pesquisas científicas que possam contribuir com mudanças que possibilitem a aprendizagem de qualidade social para todas as pessoas, na medida em que: “são os menos vulneráveis que mais se beneficiam das políticas públicas educacionais brasileiras” (Paraná, 2022, p. 48).

Destaco com alguns excertos que há muito para analisar no referido documento, embora bastante técnico, o documento IPARDES (2022) apresenta muitos elementos que, como o próprio título indica, são determinantes para o aumento da escolaridade, todavia, para que haja um ganho real, é necessário aumentar as pesquisas e ampliar um o debate de forma verdadeiramente democrática, certamente, numa dimensão da democracia que ainda não foi alcançada. Tudo isso em busca de uma qualidade da educação socialmente referenciada.

Os dados indicam que a “terra prometida” de evolução da produtividade apenas pelo aumento dos anos de escolarização não garante mudanças significativas. O documento aborda os indicadores relacionados diretamente aos

professores, desse modo, organizei uma sessão para discutir tema de forma correspondente.

4.3 A REENGENHARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO POR MEIO DO CONTROLE DA GESTÃO E DO TRABALHO DOCENTE NO PARANÁ

Conforme a discussão até este momento, este trabalho está fundamentado em estudos a partir da perspectiva da compreensão do desenvolvimento do capitalismo histórico (Wallerstein, 2001); no que tange à educação, concordo como autores que discutem a totalidade dos movimentos e tendências educacionais permeados pela AGEE. No intuito de confirmar esta perspectiva epistemológica de estudo e análise, fiz buscas de documentos, bem como acordos internacionais que demonstrassem a validade dos nossos argumentos e fundamentação teórica. Nesse sentido, a seguir, destaco excertos dos documentos: Modelo lógico Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem elaborado pelo IPARDES em 2012; Relatório de Monitoramento 1º semestre/2014 – acordo de empréstimo nº 8201-BR do Projeto Multissetorial entre Governo do Estado do Paraná e Banco Mundial (IPARDES, 2014); Relatório de Monitoramento 2º semestre/2019 – acordo de empréstimo nº 8201-BR do Projeto Multissetorial entre Governo do Estado do Paraná e Banco Mundial (IPARDES, 2019).

Deste modo, para a discussão de algumas diretrizes desses documentos em relação com o documento Desconectados (Bassi *et al*, 2012), enquanto orientação específica para a América Latina, tal como alguns excertos dos ofícios sobre a implantação e aplicação da Prova Paraná nas escolas das redes estaduais. Assim, o objetivo é comprovar as análises acerca do objeto e recorte de pesquisa: Prova Paraná e Se Liga no período (2019-2023).

Inicialmente, é necessário destacar o processo de mudança do fenômeno em análise, a saber: a retomada das avaliações e consequente implantação do sistema de avaliação estadual são evidenciados no estado do Paraná, a partir de 2018, na gestão Richa, entretanto, conforme as agendas estudadas, este processo foi organizado em 2012, após crise financeira de 2008.

Sendo assim, pode-se afirmar que, no estado do Paraná, o processo em

curso foi iniciado ainda na gestão Richa e intensificado na gestão Ratinho Júnior. Todavia, cada gestão pode ser relacionada com a plataforma política e características de cada governo, dado que até mesmo os relatórios referenciados ressaltam.

O estudo dos relatórios do projeto multissetorial do acordo de empréstimo n. 8201-BR, revela:

O financiamento firmado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 teve sua efetividade obtida em 13 de janeiro de 2014, e adota uma modalidade setorial ampla denominada de *Sector Wide Approach*⁶⁶ (SWAp em inglês). Constitui **um tipo de financiamento inédito** para Estado, em que há o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que **promovam o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas do Componente 1** foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015 e no de 2016 a 2019. Esta modalidade de empréstimo exige do mutuário um esforço de articulação, coordenação, monitoramento e avaliação junto às instituições executoras. **Neste contexto, práticas de monitoramento e de avaliação adquirem maior relevância no âmbito do Projeto ao combinar a mensuração de metas** físicas e financeiras por programa como condição para os desembolsos previstos no âmbito do Acordo de Empréstimo (IPARDES, 2019, p. 6, grifos meus).

Neste contexto, a reengenharia da qualidade da educação é considerada uma dimensão ou na linguagem dos organismos internacionais **um componente que precisa ser monitorado para promover nesta ordem: desenvolvimento econômico e social**. A fim de apresentar a complexidade desse novo tipo de arranjo financeiro, destaco o modelo lógico estabelecido.

Observa-se na figura que os programas que impactam diretamente na escola, estão relacionados ao Componente 1: Promoção justa e ambientalmente sustentável do desenvolvimento econômico e humano; localizado no setor 3 ou subcomponente 1.3 (Educação). O acordo prevê os seguintes programas:

- 1.3.1) Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED);
- 1.3.2) Programa Formação em Ação (SEED);
- 1.3.3) Programa Renova Escola (SEED).

⁶⁶ Tradução: Abordagem Setorial Ampla.

Figura 14 - Componentes do Projeto Multissetorial - Acordo n. 8201-BR/Banco Mundial.

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ	
COMPONENTE 1: PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO	COMPONENTE 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ
<p>SETOR 1 OU SUBCOMPONENTE 1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</p> <p>1.1.1 Programa Desenvolvimento Econômico e Territorial - Pró-Rural (SEAB, EMATER e ITCG)</p> <p>1.1.2 Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias (SEAB, EMATER e AGUASPARANÁ)</p> <p>SETOR 2 OU SUBCOMPONENTE 1.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES</p> <p>1.2.1 Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEMA, IAP e AGUASPARANÁ)</p> <p>1.2.2 Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEMA, IAP, AGUASPARANÁ e DEFESA CIVIL)</p> <p>SETOR 3 OU SUBCOMPONENTE 1.3 EDUCAÇÃO</p> <p>1.3.1 Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED)</p> <p>1.3.2 Programa Formação em Ação (SEED)</p> <p>1.3.3 Programa Renova Escola (SEED)</p> <p>SETOR 4 OU SUBCOMPONENTE 1.4 SAÚDE</p> <p>1.4.1 Programa Rede de Urgência e Emergência (SESA)</p> <p>1.4.2 Programa Mãe Paranaense (SESA)</p>	<p>SETOR 5 GESTÃO DO SETOR PÚBLICO</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.1 Qualidade Fiscal (SEPL e SEFA)</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.2 Modernização Institucional (SEPL, SEAP, IPARDES e CGE)</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.3 Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos (SEPL e SEAP)</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.4 Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (SEPL e SEAB)</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.5 Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEPL, SEMA, ITCG, AGUASPARANÁ e IAP)</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.6 Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEPL, SEMA, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL, IAP e AGUASPARANÁ)</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.7 Educação (SEPL e SEED)</p> <p>SUBCOMPONENTE 2.8 Saúde (SEPL e SESA)</p>

Fonte: IPARDES (2014, p. 3).

Os resultados parciais desses programas foram registrados em relatórios semestrais organizados pelo IPARDES e podem ser acessados na página do Projeto Multissetorial do Paraná⁶⁷, com título: Monitoramento e avaliação. Foram usados neste trabalho o primeiro e o último relatório. Todavia, próprio do movimento histórico, assim como da minha concepção epistemológica de pesquisa, antes de discutir os resultados dos programas registrados nos relatórios e nos documentos encaminhados para as escolas, é importante referenciar e apresentar o processo de estudo para implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem produzido pelo IPARDES (2012).⁶⁸

Em consonância com os pressupostos da Nova Gestão Pública, discutidos no capítulo 2 desta pesquisa, o IPARDES produziu em 2012 **um modelo lógico do desenho da reengenharia da qualidade da educação na perspectiva neoliberal**. O documento é fundamentado na racionalidade técnica

⁶⁷ Disponível em: planejamento.pr.gov.br/Pagina/Projeto-Multissetorial-Banco-Mundial.

⁶⁸ O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) é considerado uma Agência de Verificação Independente (IVA) nos contratos estabelecidos com o Banco Mundial.

e intenta organizar: “diagramas que explicitam a teoria do programa para a construção de indicadores de acompanhamento e monitoramento, fornecendo as bases de avaliação da política pública” (IPARDES, 2012, p. 3). Dessa forma:

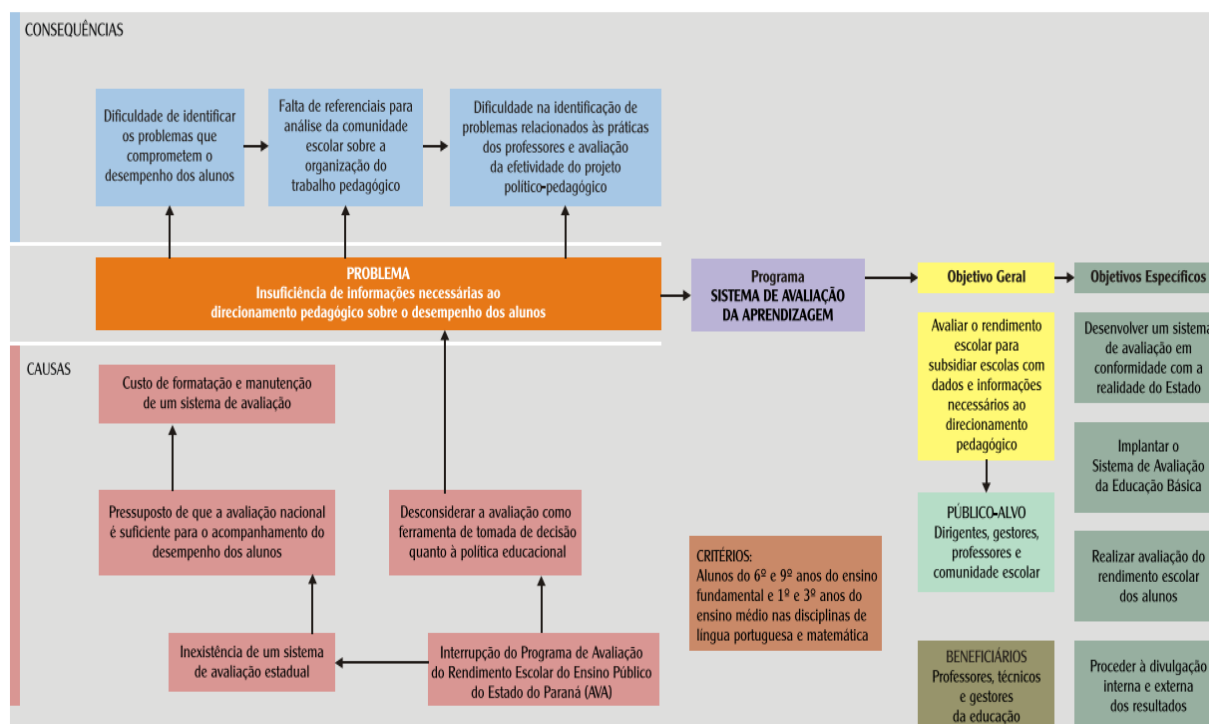
Entende-se que o monitoramento e avaliação de programas e projetos no âmbito da administração pública devem ser tomados como instrumentos para alcançar a racionalidade administrativa (considerando as questões: o quê, onde, quando, quanto e por quanto tempo) e, no âmbito da sociedade civil, como um produto devido à população. Nesse sentido, avaliar programas e projetos possibilita melhorar a confiança pública na gestão governamental (IPARDES, 2012, p. 4)

Assim, as mudanças vivenciadas mais intensamente, a partir de 2019, com a implantação do Prova Paraná, estavam projetadas desde 2012 no estudo do modelo lógico. Em relação à educação, o desenho do projeto estabelecia como questão central: **a insuficiência de informações necessárias ao direcionamento pedagógico sobre o desempenho dos alunos**. Observa-se que esta é a questão central e está indicada como problema no modelo lógico do projeto conforme a imagem a seguir.

Figura 15 - Referências básicas para o Sistema de Avaliação conforme IPARDES.

Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná

DIAGRAMA 2 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



FONTE: IPARDES, com base em Modelo Lógico IPEA

NOTA: A consolidação deste trabalho contou com a participação efetiva da equipe técnica do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem, tendo respaldo, também, nos documentos PPA 2012-2015 e Metas de Governo 2011-2014.

Fonte: IPARDES (2012, p. 8).

A imagem anterior representa o argumento fundamental desta tese, a partir de reengenharia da qualidade da educação na perspectiva neoliberal, o objetivo principal da **implantação do Sistema de Avaliação da Educação: Prova Paraná, é captar dados para direcionamento do trabalho do professor, isto é, controlar a forma e o conteúdo do trabalho docente** e, ainda, ao associar programas de formação continuada, a exemplo do Formadores em Ação, este projeto em sua totalidade visa também controlar o trabalho docente.

Verifica-se por meio das análises dos documentos que essas ações dialogam com o cumprimento da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação, uma vez que conforme o documento BID (2012):

[...] os esforços poderiam se voltar para a seguinte direção: **professores bem preparados**; sistemas de medição e avaliação que gerem boa informação para abastecer o sistema com o objetivo de detectar suas deficiências e corrigi-las; **incentivos adequados que visem à qualidade da formação**; e um sistema educacional sólido e **conectado ao seu entorno por meio do qual se veiculem adequadamente os conhecimentos e as habilidades pertinentes**. (Bassi *et al*, 2012, p.177 – grifos da autora).

Sendo assim, ao ser implantada no sistema de ensino da rede estadual, as orientações iniciais foram:

A Prova Paraná é uma avaliação diagnóstica que tem a finalidade de fornecer informações sobre os conhecimentos dos estudantes. A partir dos resultados, professores, equipe pedagógica, equipe gestora, NRE e SEED devem redirecionar as ações educacionais para atender as fragilidades apontadas pelo processo diagnóstico.

A análise e discussão dos resultados, bem como a divulgação junto à comunidade escolar é fundamental. A partir dos resultados, a definição de ações e do plano de trabalho na escola contribuirá para superação das dificuldades identificadas na prova. O ponto mais importante de um processo avaliativo é o uso de seus resultados. A avaliação diagnóstica só é efetivada quando seus resultados são utilizados pela equipe pedagógica e professores no intuito de melhorar a processo de ensino e aprendizagem (PARANÁ, 2019, p.1- grifos da autora).

Poderia apresentar essas informações inúmeras vezes, trocando apenas a data do ofício, a edição de aplicação da prova e o ano no período compreendido de 2019 a 2023, contudo, compreendo que isso não é necessário, uma vez que os documentos estão todos relacionados na apresentação desta

pesquisa, alguns deles até mesmo disponível no site oficial⁶⁹, na aba Biblioteca, Item: Orientações Enviadas.

Contudo, opto por evitar a redundância (que no cotidiano escolar tem sido bastante intenso) e relacionar essas orientações com as demais ações que garantem a efetivação do controle do trabalho docente.

Evangelista (2017) esclarece que se trata de uma tragédia que impacta a profissão docente, fenômeno iniciado nos anos 1980 que desencadeou o processo de reconversão docente. “A reconversão, a responsabilização e a avaliação estão no âmbito da profissionalização docente, posto que todos significam que o professor deve atingir metas e produzir altos escores nos testes em larga escala”. (Evangelista, 2017, p. 11).

Além de orientações constantes para o uso dos resultados da Prova Paraná para replanejar as aulas a partir da retomada das aulas pelos descritores das habilidades com índices de menor acertos nas provas, ao mesmo tempo, outras ações em atendimento ao objetivo de redirecionar o trabalho e a profissão docente têm sido executadas, dentre elas: condução da formação continuada dos docentes por meio do Programa Formadores em Ação, vinculando-o à classificação para distribuição de aulas e à progressão no plano de carreira, além dos incentivos aos gestores com implantação de programa de bônus. Todas essas ações podem ser consideradas à altura das orientações internacionais, quais sejam:

A importância dos **incentivos econômicos** reside no fato de que eles **permitem que se transmita com maior clareza ao educador quais são os objetivos que se espera** que ele obtenha em termos de educar os alunos e que compensação terá com isso. Em um sistema no qual os salários estão fortemente comprimidos e a variabilidade na capacidade de obter resultados é muito ampla, um mecanismo que reconheça tais diferenças **dará um sinal inequívoco sobre as habilidades requeridas dos docentes** (Bassi *et al*, 2012, p. 181, grifos meus).

Na realidade, essa é uma ação inequívoca do capital, que tem aumentado sua ofensiva, posto que: “por certo que a luta de classes não é um passeio no parque no domingo pela manhã [...] Lutar contra o capital é lutar contra aquilo que talvez seja o fenômeno social mais poderoso que a humanidade já criou” (Duarte, 2016, p. 33). Isso porque “o fato de que o conhecimento é parte

⁶⁹ Disponível em: <https://www.provaparana.pr.gov.br/Pagina/OrientacoesEnviadas>.

constitutiva dos meios de produção que, nesta sociedade, são de propriedade do capital e, portanto, não podem ser socializados” (Saviani; Duarte, 2012, p.11).

Em uma exposição sobre a ofensiva do capital nas políticas educacionais desde o início dos anos 1990, a partir da reforma empresarial do Estado, Shiroma e Evangelista (2015) nomearam este processo de mudanças acerca da formação e trabalho docente de “reconversão docente”, destacando alguns eixos centrais desse processo anunciados nas agendas internacionais:

[...] seria implementado ao ‘longo da carreira’ por três vias principais: 1) pela melhoria da qualidade da educação; 2) pela política de formação e reconversão docente; 3) pela contratação de temporários e paraprofessores; e 4) pelas práticas de monitoramento do trabalho docente (Shiroma; Evangelista; 2015, p. 323).

Conforme discutido no capítulo 3, a partir de 2019, pode-se observar no estado do Paraná a aplicação de todas estas medidas simultaneamente com o início do governo de Ratinho Júnior. Cabe ressaltar que, além da continuidade da agenda de implementação das recomendações, somam-se os organismos multilaterais para a educação pública, com ênfase para as/os “professoras(es)”, ou melhor: “esse intento tão estratégico para o capital – controle da formação e do trabalho docente” (Shiroma; Evangelista, 2015, p. 322).

Em vista disso, dentre as recomendações e estratégias utilizadas, a observação de sala de aula tem sido considerada estratégia essencial para promover a mudança na qualidade da educação que o mercado necessita, uma vez que, conforme o estudo publicado pelo IPARDES, 2022:

De acordo com Leithwood et al. (2004), entre os principais fatores intraescolares que afetam o aprendizado dos alunos está a ação dos professores. Em segundo lugar está a gestão escolar que, no Brasil, se concentra na figura do diretor. Dada a evidência apresentada por Robinson, Lloyd e Rowe (2008) da importância dos gestores não só na gestão pedagógica, mas também no desenvolvimento profissional dos professores, essas duas dimensões, professores e diretores, têm uma importância ímpar quando se trata de melhorar os indicadores e, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem (IPARDES, 2022, p.3, grifos meus).

Estudos como aqueles citados no excerto acima denotam “reformas que depauperam a qualidade da formação dos profissionais da educação enquanto alegam o contrário” (Garcia; Silva, 2023, p. 474). Este projeto responsabiliza tanto a equipe docente quanto a equipe diretiva da escola pelos resultados

insatisfatórios verificados nas avaliações externas. O documento IPARDES, de 2022, menciona um estudo acerca das boas práticas do estado do Ceará, assim como os resultados satisfatórios nas avaliações externas que resumidamente consistem:

[combinação de] feedbacks baseados na observação em sala de aula, mentoria de alta qualidade e disponibilidade de materiais de autoajuda para os professores na tentativa de melhorar e reduzir a variação das práticas dos professores em sala de aula. Este relatório apresenta evidência de que formação dos professores e regularidade docente estão associados a um melhor desempenho (IPARDES, 2022, p. 4).

Na perspectiva de uma teoria não-crítica que visa à manutenção do capitalismo histórico e o projeto político a ele vinculado, o neoliberalismo, relatórios como este em questão determinam e reduzem a qualidade da educação pública à métrica das matrizes de referência dos testes padronizados e os índices de taxa de aprovação.

Desse modo, indicam a observação de sala de aula como estratégia para extração de dados e controle do trabalho docente. Para tal tarefa, elegem a direção da escola como responsável por este processo de vigilância e controle da atividade docente. Com esta estratégia, ao mesmo tempo, a direção deixa de ser a liderança escolhida pela comunidade que representa o projeto político pedagógico da escola e passa a ser mantida ou indicada a partir de critérios escolhidos pela Mantenedora, no caso do estado do Paraná, pela SEED, por meio de um programa intitulado Banco de Talentos, o qual explico adiante.

A esse conjunto de ações a exemplo de Shiroma; Evangelista (2015); Garcia e Silva (2023), identifico os programas e normativas implementados no estado do Paraná no período delimitado como um complexo processo de 'reconversão docente', pois "envolvem, entre outros, a formação inicial e continuada, além de mudanças profundas na escola e em sua atuação profissional" (Garcia; Silva, 2023, p. 466).

Nesse sentido, a gestão durante o governo Ratinho Júnior lançou uma série de resoluções e programas que foram implementados para alterar o trabalho e a profissão docente. Da mesma forma, implementou uma série de programas e normativas que alteraram a gestão escolar para a forma gerencialista. Essas ações têm revelado uma opção política antidemocrática alinhada à forma e conteúdo da extrema direita. O quadro a seguir é uma tentativa de apresentar estas ações de modo processual:

Quadro 10 - Estratégias para controle da gestão escolar e do trabalho docente no estado do Paraná (2019-2023).

FORMA (LEI/ PROGRAMA/ NORMATIVA/ RECOMENDAÇÕES)	CONTEÚDO	I IMPACTOS IMEDIATOS
Programa de Tutoria Pedagógica - 2019	Ação formativa dos técnicos pedagógicos do NRE junto às equipes diretivas e pedagógicas das escolas estaduais. Guia: Tutoria Pedagógica da Fundação Itaú Social	A equipe diretiva perde o comando e o poder de decisão junto à comunidade escolar sobre a condução e organização do trabalho pedagógico da escola. Acompanhamento semanal das metas estipuladas para a escola pelos resultados do <i>B. I.</i>
Implementação do Prova Paraná - 2019	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná	Responsabilização da equipe docente e equipe diretiva pelos resultados obtidos pela escola nas avaliações externas;
Implementação do Programa “Se Liga” – é tempo de aprender mais- 2019	Denominado pela SEED como período de intensificação das aprendizagens;	Processo de “correção de fluxo” e/ou aceleração de estudos que ocorre nas últimas três semanas do ano letivo. Avaliação final com valor de 0,0 a 10,0 em cada componente curricular da série cursada em cada um dos três trimestres letivos. De maneira geral, esta avaliação final suprime todo o processo avaliativo realizado durante o ano letivo.
Curso de Gestão Escolar e Políticas Educacionais do Paraná -Modalidade EaD/UEPG - 2020	1) Liderança na Prática de Gestão Escolar, Gestão de Pessoas e de Tempo; 2) Gestão de Processos e Resultados; 3) Acompanhamento do Ensino, da Frequência e da Aprendizagem dos Estudantes; 4) Gestão Administrativa e Financeira	O curso é obrigatório para servidores interessados em se candidatar para as funções de diretor e diretor auxiliar nas escolas estaduais.
Curso: Grupo de Estudos Formadores em Ação - 2020	Formação continuada em serviço que oportuniza a realização de trocas de experiências e aprendizados entre pares. Todos os módulos exigem	Vinculação do desta formação como primeiro critério para gerar a classificação docente para distribuição de aulas. O curso tem caráter

	implementação e produção de materiais pelos docentes (portfólios, fotos e vídeos) conforme o conteúdo de “boas práticas” exigido pela SEED.	obrigatório com mínimo de 80 horas anuais.
Resolução n. 2857/2021 – GS/SEED	Estabelece os procedimentos complementares referentes à atuação, atribuições e competências do Diretor e do Diretor Auxiliar das instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.	Obrigatoriedade de realização de observação de sala de aula semanalmente conforme roteiro estabelecido pela SEED. Exigência de monitoramento da utilização pelo docente Plataforma Redação Paraná; Implementação do Programa Aluno Monitor, entre outras coisas.
Lei n. 20935 - 17 de Dezembro de 2021	Institui a Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal e a Gratificação de Resultado de Aprendizagem para Diretores e Diretores Auxiliares das instituições de ensino da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná.	Intensificação do processo de competição entre escolas/equipes diretivas;
Resolução n. 5247/2021 –GS/SEED	Dispõe sobre os critérios de pontuação dos eventos de formação, atualização e aperfeiçoamento profissional, produção didática e técnico científica e avaliação de desempenho para efeitos de progressão funcional do Professor e Professor Pedagogo da rede pública estadual de educação.	Invalidação de formação continuada externa à rede estadual para progressão funcional e classificação para atribuição de aulas.
EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 02/2022/ n. 03/2022	Credenciamento para prestação de serviço de assistência gerencial das unidades escolares do sistema educacional do estado do paraná – projeto parceiro da escola.	Iniciativa de transferir a gestão escolar para entidades privadas. Nessa ocasião vinte sete escolas foram indicadas para um processo de consulta pública para aderir a gestão terceirizada, destas duas escolas aceitaram: Colégio Estadual Anibal Khury Neto, em Curitiba e Colégio Estadual Anita Canet, em São José dos

		Pinhais.
EDITAL N.º 97/2023 – GS/SEED “Banco de Talentos”	Credenciamento de servidores públicos para composição do banco de talentos para a função de diretor escolar nas instituições de ensino em tempo integral e colégios cívico-militares.	Na realidade, todas as diretoras e diretores foram ‘aconselhados’ a participar do processo de credenciamento, haja vista que, várias escolas no estado do Paraná estão sendo convertidas em escola de tempo integral ou colégio cívico-militar. Nesta perspectiva a função da direção está condicionada a realização do credenciamento.
EDITAL N.º 4/2023 DG/SEED Programa Estágio Probatório	Edital que regulamenta o processo interno de seleção para Professor ou Pedagogo do Quadro Próprio do Magistério QPM da Secretaria de Estado da Educação SEED, para suprir, substituir e compor cadastro de reserva, a fim de atuar na formação dos professores em estágio probatório.	Treinamento de professores e pedagogos em estágio probatório, para o alcance dos objetivos educacionais da instituição de ensino e do processo de ensino-aprendizagem, a partir da proposta de trabalho desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação.
Lei 21.847 - 14 de Dezembro de 2023 Bônus de Resultado de Aprendizagem	Institui o Bônus de Resultado de Aprendizagem aos servidores que exerçam atividades nas instituições de ensino, nos Núcleos Regionais de Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas.	Precarização de todas as dimensões das relações sociais e atividades escolares, mediadas pela premiação e meritocracia.

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos e notícias divulgados na *internet*.

O quadro anterior expõe de forma cronológica o processo de revogação do princípio da gestão democrática na escola, da imposição gerencialista, transformando professores e gestores em operadores de programas de metas: “a violação da legalidade não é fato surpreendente. Ao longo da história, e Marx já havia percebido isso, a legalidade esteve (quase) sempre a serviço do poder, e sua função se limitava a legitimar ‘a lei do mais forte’” (Casara, 2020, p. 21).

A escola pouco a pouco perdeu o direito de escolher as lideranças emanadas da comunidade. Dentre as principais metas para os diretores, destaca-se as observações de sala de aula, situação análoga ao relato das

reformas gerenciais da educação ocorrida nos Estados Unidos, no início deste século:

Os diretores deveriam ser líderes, deveriam ser líderes de ensino e exigia-se que passassem pelo menos duas horas de cada dia visitando salas de aula, observando professores e certificando-se de que eles usavam o método (Ravitch, 2011, p. 67).

Os diretores nesse quadro perverso de competição entre escolas por resultados, gratificações e recentemente por bonificações tornam-se observadores a fim de garantir a preparação para as provas. Sou contrária a esta lógica, pois há pesquisas que alertam: “a preparação excessiva para o teste distorce o propósito do teste que é avaliar o aprendizado e o conhecimento, não apenas produzir escores mais altos” (Ravitch, 2011, p. 183).

A combinação do treinamento para provas, provocando um estreitamento curricular e a correção de fluxo por meio do Se Liga, constituem a reengenharia da qualidade da educação reduzida ao direito de aprender para a adaptabilidade ao trabalho, por isso, retira-se o currículo por conteúdos e, em vez disso, ensina-se por competências e habilidades.

A forma mais eficaz de garantir esta redução da educação é por meio do controle das ações dos docentes, por isso, o levante das observações de sala de aula e os condicionantes de gratificações, bonificações e até mesmo destituição de diretores que não atingirem as metas: “a condição do trabalhador docente vem se alterando. A proletarização é real. Isso, em termos de possibilidades, pode apontar para uma tendência de unificação na luta pela educação nessas diferentes categorias de trabalhadores” (Ruiz, 2014, p. 177). Em uma época onde a plataformação é a forma de trabalho no capitalismo histórico, inclusive do trabalho docente, a resistência deve acontecer nesse ambiente, apesar de toda a vigilância e exposição que isso significa, talvez essa possa ser a melhor vantagem para uma resistência propositiva a esse reducionismo fraudulento que ameaça o direito à educação.

Conforme destacado anteriormente, a APP-Sindicato realizou um movimento de tecnoressistência⁷⁰ em 30/08/2023, intitulado Plataforma Zero, que

⁷⁰ Há uma grande diversidade interna entre os coletivos tecnoativistas. Quando observamos suas posições com relação à maneira como as tecnologias reconfiguram entre informação pública e privada, percebemos diferentes entendimentos sobre a relação entre tecnologia e sociedade (Parra, 2018, p. 343). Em meu entendimento, utilizamos tecnoressistências para significar o arranjo político e coletivo na luta pela educação, usando os recursos digitais.

alcançou repercussão nacional. **Intento por esse caminho. Parar as plataformas e aplicativos, mobilizar, resistir em coletivos organizados, paralisando o “produtivismo improdutivo”⁷¹ das plataformas digitais.** Conforme Casara (2020), em tempos de ultraneoliberalismo, vivencia-se um Estado sem limites rígidos ao exercício do poder: “um Estado cada vez mais forte no campo do controle social e voltado à consecução dos fins desejados pelos detentores do poder econômico. Fins que levam à exclusão social de grande parcela da sociedade” (Casara, 2020, p. 25). Assim,

O mundo hoje é um excepcional laboratório para compreender tanto [a] tendência de precarização intensificada do trabalho, que amplia exponencialmente as modalidades cada vez mais intermitentes e desprovidas de direitos, quanto a nova era de lutas sociais que acompanham essa processualidade complexa em expansão de escala global (Antunes, 2020, p. 67).

A tecnorresistência é uma concepção de luta contra esse processo utilizando a forma mais desenvolvida da mediação capitalista: as plataformas. Por esse olhar, saber que esse capitalismo digital coloca o trabalho docente em condições de extrema vigilância, sendo um fato da realidade os algoritmos estão cada vez mais sofisticados para prever nossas reações: “o controle e o armazenamento de dados pessoais, que têm sido chamados de novo petróleo, significam um poder econômico significativo que afeta a economia global e, conseqüentemente, as relações sociais” (Evangelista et al., 2018, p. 407).

Nós, professores, sabemos que somos monitorados e, isto não pode nos inibir, ao contrário, é preciso mobilizar um movimento forte, transparente, em uma ampla plataforma social: “a experiência histórica mostra que no fundo da opressão e do desespero surgem, sempre, movimento sociais de diferentes formas que mudam as mentes e as instituições” (Castells, 2018, p. 147).

Constato, neste estudo, amparada nos autores referenciados, que os programas em curso, em síntese:

[...] estão baseados em noções de qualidade, eficiência, avaliação e accountability, **visando à crescente regulação da educação; regulação que ergue as demandas do mercado** como balizas cruciais para a constituição da identidade do professorado, das políticas curriculares e das práticas de gestão (Hipólito; Vieira; Leite, 2012, p.11, grifos meus).

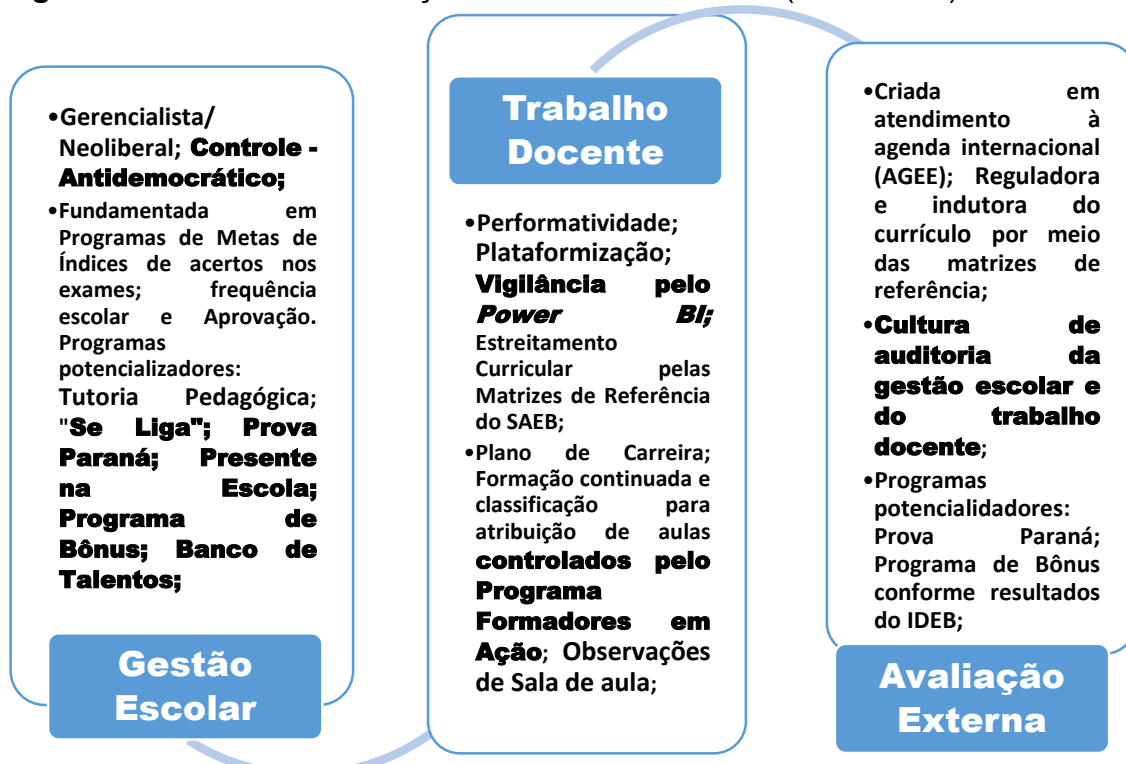
⁷¹ Referência à obra de Gaudêncio Frigotto, *A produtividade da escola improdutiva*.

O cenário em tela representa um momento de grande retrocesso no movimento pela democratização da educação. Pelo estudado até aqui, pensamos que para que haja mudança, mobilizações, luta e tecnorresistências serão necessárias. Ao considerar a totalidade histórica, segundo Castells (2018), a humanidade, em cada país, cada um conforme sua especificidade vivencia, a crise das crises: “A crise da democracia liberal”. Contudo, o mesmo autor, pondera:

[...] se as coisas são assim no âmbito mundial, mesmo ressaltando as diferenças, talvez seja esse o destino de qualquer instituição humana. E também da democracia liberal. Continuamos nos referindo frequentemente à célebre frase de Churchill em 1947, segundo a qual “a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras formas que foram experimentadas de tempos em tempos (Castells, 2018, p. 16).

Em sua maioria, é sobre a falta de democracia que temos demonstrado nesta pesquisa, acerca do aparecimento de diversos programas na escola, encaminhados de forma autoritária que mudaram significativamente a realidade escolar no período delimitado. A figura a seguir pretende elencar as relações estabelecidas a partir deste estudo.

Figura 16 - Gestão da educação no estado do Paraná (2019-2023).



Fonte: Elaboração própria conforme os dados apresentados nesta pesquisa (2024).

A gestão escolar foi progressivamente transformada de uma gestão pretensamente democrática para uma gestão totalmente gerencialista, regida pelo Programa de Tutoria Pedagógica, orientada pelo programa político de aumento do IDEB do estado.

Para tanto, programas vinculados às projeções e cálculos para atingir a meta do indicador (IDEB) foram iniciados: Presente na Escola, para monitorar a frequência e evitar reprovações por infrequência; Prova Paraná, que foi implementado para garantir o treinamento trimestral de realização dos testes do SAEB e para melhorar o índice de aprovação em todas as escolas; a partir de 2019, entrou em vigor o Se Liga, chamado de período de intensificação da aprendizagem, em síntese, esse programa realiza uma correção de fluxo de forma tão arbitrária que urge um debate ampliado sobre esta prática e seu caráter excludente, portanto, antidemocrático.

O trabalho docente é estrutural neste processo, portanto, tem sido fortemente monitorado pelo *software Power BI* e condicionado por meio das atividades obrigatórias de formação continuada (Formadores em Ação); observações de sala de aula realizadas pela direção da escola. A Prova Paraná, o Se Liga e a plataformização atravessam e regulam o currículo do sistema estadual. Esses dispositivos têm paralisado a mobilização e promovido o controle total do trabalho docente. Nesse processo, as avaliações externas promovem uma cultura de auditoria da escola pautada apenas em números que não garantem, muito menos expressam a qualidade da educação socialmente referenciada, ou seja, inclusiva e democrática.

4.4 O DESAFIO DE RESGATAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Diante do exposto, identifico a forma mais desenvolvida do Estado neste período histórico. Essa forma de Estado foi definida por Casara (2020) como pós-democrático,

[...] para dar nome à hipótese de que o Estado Democrático de Direito foi superado, vai ao encontro da afirmação de Pierre Dardot e Christian Laval, de que “o neoliberalismo está levando à era pós-democrática”.

De fato, o “Pós-Democrático” é o Estado compatível com o neoliberalismo, com a transformação de tudo em mercadoria. Um Estado que, para atender ao ultraliberalismo econômico, necessita assumir a feição de um Estado Penal (Casara, 2020, p. 25).

O desafio está posto, é preciso superar as barreiras da opressão que mudaram o direito à educação para o direito de aprendizagem. Nesta condição, o trabalho docente está sob rígido controle por meio de programas, resoluções, premiações e chantagens. Assim:

Impõe-se, diante desse quadro, concretizar a Constituição da República e **resgatar a virtude da coragem como condição para a imposição de limites ao arbítrio e à opressão**. Caso contrário, derrubadas ilegais de governos democraticamente eleitos, violações do processo legislativo, prisões desnecessárias, chantagens processuais, provas ilícitas, decisionismos e outros fenômenos autoritários encontrarão campo para expandir (Casara, 2020, p. 224-grifos meus),

Então, é sobre tudo isso que se trata a implantação dos Programas Prova Paraná e Se Liga no sistema de ensino da rede estadual do Paraná neste momento particular do capitalismo histórico. São ações em atendimento a um projeto societário em que o neoliberalismo de extrema-direita ultrapassou todas as barreiras constitucionais em nome da manutenção do capitalismo, é na realidade: “um governo autoritário com notas democráticas” (Casara, 2020, p. 16).

Os diretores, se fizerem os cursos obrigatórios, talvez possam continuar na função que antes era decidida pela comunidade escolar.

Os docentes até poderão adequar o planejamento de suas aulas, que estão determinadas no RCO conforme as matrizes de referência do SAEB, se, utilizarem as metodologias ativas definidas pelas agendas nacionais e internacionais e se também priorizarem os descritores com índices de menor acerto nas testagens. No final do ano letivo, se algum estudante precisar de mais tempo para se apropriar dos conteúdos escolares, ele não fará curso de férias ou aulas de contraturno Se Liga. Estamos no capitalismo, não é possível “perder” o valor pago por um ano de escola. Nessa situação, em duas ou três semanas, o estudante simultaneamente se apropriará de todos os conteúdos que não conseguiu aprender durante os três trimestres letivos.

No Brasil, esta prática cultural tem um nome bem específico no “mercado”,

chama-se liquidação. É por esta razão que faço oposição a esta lógica. Estamos falando de pessoas em desenvolvimento que, por diversos motivos, talvez precisem de mais tempo para aprender, suprimir o tempo necessário, é uma estratégia de exterminar suas possibilidades de superação.

E qual é a saída? A antítese de todas essas categorias empíricas determinantes em nosso objeto de pesquisa: autoritarismo; controle do trabalho docente; estreitamento curricular; gestão gerencial; privatização da educação etc. Para todas essas categorias ou determinantes empíricos, há uma categoria epistemológica que pode gerar uma nova síntese e uma nova prática social, qual seja: **democracia**.

[...] o desafio é virar o jogo e desconstruir o Estado Pós-Democrático. Ressimbolar o mundo, desmercantilizar a vida e resgatar os direitos e as garantias fundamentais considerados empecilhos intransponíveis ao exercício do poder, de qualquer poder. O poder ilimitado, e exemplos históricos não faltam, leva à destruição tanto da sociabilidade quanto da própria vida. [...] Por fim, é necessário ter coragem para redescobrir a “liberdade”, não como fim em si mesmo, não como liberdade de empresa ou liberdade de ter, mas como meio de exercer as potencialidades da pessoa humana (Casara, 2020, p. 228-229).

Wood (2011), ao propor que necessitamos descobrir uma forma de democracia que talvez não tenhamos experimentado na história, alerta sobre uma das contradições da nossa realidade: “nossas atuais condições econômicas e políticas é que um capitalismo humano, “social” e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo” (Wood, 2011, p. 250). Vale dizer que a necessidade de mudança é para hoje, porque agora não cabe nesta tese o chamado às futuras gerações. O desafio está posto neste tempo histórico, portanto, para cada um de nós. Não podemos aguardar o futuro: “se não pudermos recorrer a uma força externa àquilo que somos e vivemos para além de nossa cotidianidade?” (Castells, 2018, p. 147).

O começo desse longo processo exige o resgate da educação pública com qualidade social e gestão democrática da escola pública e do trabalho docente. A luta pelo resgate da educação pública de gestão democrática deve continuar. Azevedo (2023) contribui para este movimento retomando o conceito de avaliação formativa,

[...] com “voz” ativa da comunidade e **de todos os atores sociais** dos campos específicos, seriam processos críticos e autocríticos de apreciação democrática e da efetividade do processo do ensino-aprendizagem de qualidade, cuja consecução e apreensão são parte dos pressupostos da via para

a emancipação cultural, social, econômica e política. (Azevedo, 2023, p. 16 – grifos meus).

Nesta perspectiva, retomar os espaços para debate e participação são ações estratégicas para resistir e lutar pelo resgate da educação pública. A tecnorressistência por meio das redes e movimentos sociais digitais constitui-se um meio plausível, as redes políticas estão sendo muito utilizadas pelo empresariado tanto nacional como internacionalmente. Enquanto trabalhadoras e trabalhadores da educação não há como escapar da luta de classes e a forma possível exige a organização de uma rede política organizada em tecnorresistência no âmbito local e global.

5 CONCLUSÃO

A realidade da implantação dos Programas Prova Paraná e Se Liga! É tempo de aprender mais anunciava um período de mudanças intensas. Provocada por essas mudanças e a desconfiança de que estávamos vivenciando um sequestro da educação, uma vez que convivíamos com termos como: engajamento; alinhamento; metas para a semana; análise dos resultados da frequência diária pelo *B.I.*; planejamento das aulas voltados exclusivamente para as matrizes do SAEB e obrigatoriedade de aplicar a Prova Paraná para todos os estudantes matriculados na escola; obrigatoriedade de realizar os cursos do Estado. Simultaneamente, a desvalorização da formação continuada realizada nas universidades, a obrigatoriedade de participar das reuniões de Tutoria e, ainda, a ofensiva Se Liga ao final do ano letivo de 2019. Todos esses acontecimentos transformaram a realidade e a intelectualidade do trabalho docente em um cativeiro, em nome do aumento do IDEB e, em nome da melhoria da qualidade da educação.

Ao refletir acerca daquela realidade elaborei o seguinte problema de pesquisa.

Quais as relações da Prova Paraná, a implantação do Programa Se Liga e o aumento do IDEB na gestão no período (2019-2023)?

Neste contexto, as hipóteses levantadas foram: primeiramente, sendo o IDEB um indicador gerado pelo resultado de rendimento (aprovação) e número de acertos nas provas, os programas Prova Paraná e Se Liga estão diretamente relacionados com os resultados atuais. Essa primeira hipótese foi confirmada, visto que, além das orientações trimestrais para aplicação das provas para todos os estudantes matriculados em cada escola, na sequência, a retomada das questões e replanejamento das aulas a partir dos descritores com índices de menor acerto. Descritores esses, segundo os documentos analisados nesta pesquisa (Desconectados/BID e Relatório CONSED), que são elaborados por matrizes de referências que foram definidas conforme as necessidades do mercado em contraposição a uma perspectiva de formação humana que contemple o conhecimento em suas formas mais desenvolvidas (Saviani, 2013). Além disso, registrei nesse período uma entrevista do mandatário do Estado que definiu o Prova Paraná como um programa de treinamento.

Desse modo, foi possível comprovar que o Prova Paraná foi implantado para treinar os estudantes a induzir o aumento dos índices de acertos no exame que compõe o IDEB. A segunda variável de índice de rendimento/aprovação tem sido impactada e/ou corrigida pelo Se Liga, que funciona como uma correção de fluxo anual. Conforme consulta realizada por essa pesquisadora ao Conselho Estadual de Educação, esse programa tem sido executado sem apreciação e, por conseguinte, parecer de autorização do Conselho Estadual de Educação. Assim, é um programa que viola a legislação educacional vigente, portanto, sua implementação aconteceu de forma antidemocrática. Ambos, Prova Paraná e Se Liga, visam atender a meta do IDEB de forma estratégica e enganosa, indicam uma intenção de intervir numericamente no resultado do IDEB, demonstrando descompromisso com a qualidade social da educação.

A segunda hipótese para esta pesquisa pressupunha: a proposta do Plano de Governo Ratinho Júnior de aumento do IDEB provoca a alteração do princípio da gestão democrática para a gestão gerencial, isso porque uma das primeiras ações deste governo foi instituir o Tutoria Pedagógica, alterando a organização do trabalho pedagógico em todas as escolas. Ao invés da escola discutir suas necessidade e metas a partir da realidade de cada comunidade escolar, os tutores chegaram nas escolas com agendas e roteiros padronizados, elaborados a partir da análise dos dados do *Power BI*, que, em síntese, monitora a frequência dos estudantes; os conteúdos das aulas; os índices de desempenho nas provas, a utilização dos aplicativos e plataformas educacionais pelos docentes, bem como o número de observações de sala de aula e conteúdo realizadas pelos diretores. Além de tentativas de terceirização da gestão, neste período, os diretores são obrigados a realizar todas as formações determinadas para continuar na função. Essas e outras práticas detalhadas nessa pesquisa confirmaram a hipótese de um governo que revogou o princípio da gestão democrática.

A terceira hipótese, vinculada ao problema e aos programas, presumia: a associação de qualidade da educação ao IDEB não contempla uma concepção de qualidade socialmente referenciada. A hipótese foi confirmada, pois a constatação da existência de programas que visam intervir e/ou falsear os resultados deste indicador coloca em discussão sua qualidade.

Todavia, esta pesquisa discute a própria composição do IDEB, uma vez

que o instituto responsável pelo acompanhamento da qualidade da educação (INEP), dispõe de meios e indicadores: Adequação da Formação Docente; Complexidade de Gestão da Escola; Esforço Docente; Indicadores Financeiros Educacionais; Média de Alunos por Turma; Média de Horas-aula diária; Nível Socioeconômico (Inse); Percentual de Docentes com Curso Superior; Regularidade do Corpo Docente; Remuneração Média dos Docentes; Taxas de Distorção Idade-série; Taxas de Não-resposta (TNR); Taxas de Transição; e Taxas de Rendimento, tudo que poderia ser utilizado para composição de uma modelagem mais qualitativa dessa escola, se isso não tem sido feito, observo que não é por falta de conhecimento e condições. Desse modo, constata-se que não é o projeto político e societário em curso avaliar e buscar a qualidade da educação socialmente referenciada. Diante disso, concluo que é possível ampliar e reelaborar a forma e a fórmula do IDEB em vista de uma educação de qualidade social, isso quer dizer, inclusiva e democrática.

No intuito de buscar a confirmação dessas hipóteses fundamentada epistemologicamente pelo Materialismo Histórico Dialético, iniciei a tese apresentando a abordagem do tema e os fundamentos teóricos metodológicos apoiada principalmente em Marx e Engels (2016); Marx (2011a, 2011b, 2012, 2013); Gramsci (1981); Harvey (2014; 2017); Cury (1989); Wallerstein (2001); Dale (2011); Ball (2014); Dardot e Laval (2016); Freitas (2012; 2014; 2018); Saviani (2011; 2013; 2016); Montanõ (2014); Freitas (2007); Casimiro (2018); Lima (2012); Uczack (2014); Srnicek (2018); Afonso (2009); Zuboff (2018), entre outros.

No decorrer do texto, utilizei as categorias epistemológicas de totalidade, hegemonia, contradição, aparência e essência, e luta de classes. Também foi apresentado um balanço das produções acadêmicas mais recentes que discutiam a Nova Gestão Pública e as avaliações externas. Selecionei os principais documentos que orientaram e publicizaram o processo de implantação de ambos (os programas delimitados na pesquisa) para análise documental em diálogo com uma revisão bibliográfica sistemática.

Os resultados desse percurso teórico-metodológico por meio da historicidade do objeto em relação com os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais levaram à delimitação do segundo capítulo que, em síntese, se propôs a identificar o movimento histórico no qual se constituiu a

avaliação externa Prova Paraná, bem como as agendas e redes políticas que a viabilizaram.

As constatações registradas revelam o movimento intenso do capital veiculado ideologicamente pelos princípios do neoliberalismo logo após o Consenso de Washington (1989). No início dos anos 1990, o Brasil passou pelo processo de mudança e Reforma do Estado e, em pleno movimento de luta pela redemocratização do país, aprisionado politicamente desde 1964 pela Ditadura Militar, o país foi acometido pela ofensiva da Reforma do Estado em todas as dimensões das políticas sociais, dentre elas, a educação.

Demonstra-se que diferentes governos em suas diversificadas plataformas políticas mantiveram as agendas internacionais neoliberalizantes e gerenciais para a educação. Em resumo, as reformas desencadearam um processo estreitamento curricular e treinamento para a adaptabilidade ao mercado de trabalho. Tudo isso no âmbito da educação pública brasileira. Esse processo se consolidou com a criação do IDEB em 2007 e com a intensificação das avaliações externas padronizadas e, em decorrência, ocorreram a criação de sistemas estaduais de avaliação na maioria dos estados da federação.

Busquei explicitar por meio do aprofundamento da análise documental os pressupostos políticos e ideológicos que subjazem os documentos e arcabouços jurídico-normativos, que possibilitaram o desenvolvimento da Prova Paraná e do Se Liga, sobre isso, apresentei a diversidade, bem como a progressiva e contínua implementação de práticas gerenciais durante o período estudado. Busquei ainda incluir uma intersecção histórica com o registro dos impactos da pandemia mundial causada pelo vírus SARS-Cov-2 nas escolas em 2020/2021, bem como as condições do trabalho escolar neste acontecimento.

Apresentei também as relações entre as agendas internacionais e a implementação dos programas (Prova Paraná e Se Liga) nas escolas, pensando que o desvelo realizado a partir dos dados apresentados correspondem com a originalidade de identificar neste momento particular do capitalismo histórico, o sequestro da educação pública pelo Estado pós-democrático. Por meio de ações antidemocráticas com supressão de direitos e violação da LDB, tanto no âmbito do princípio da gestão democrática quanto em relação à prática do Se Liga, vê-se um programa de correção de fluxo implantado no calendário letivo regular, análogo a um exame final, portanto, sem legitimidade, segundo a LDB.

Vale ressaltar que o Se Liga aconteceu durante todo o período estudado (2019-2023), **sem parecer de aprovação do Conselho Estadual de Educação**, colocando a educação pública paranaense no patamar do retrocesso da qualidade socialmente referenciada da educação.

Nesse sentido, questiono o significado do indicador social IDEB, enquanto parâmetro para medir a qualidade (técnica) da educação, em razão de não contemplar outras variáveis que se tem conhecimento que impactam e/ou determinam os resultados da aprendizagem como Índice Socioeconômico (INSE); Índice de Esforço Docente; Complexidade da Gestão, entre outros. O IDEB pode ser manipulado com programas de aprovação automática e/ou correção de fluxo conforme discutimos a partir dos dados apresentados no documento do IPARDES (2022).

Por fim, a pesquisa constata que, para além da aparência, a essência da reengenharia da qualidade da educação pública está pautada no controle da gestão escolar e do trabalho docente. Por meio de práticas antidemocráticas (como a própria determinação do Se Liga; a imposição dos Planejamento pelos descritores das provas; obrigatoriedade do uso de plataformas; obrigatoriedade de realizar a formação da SEED) para docentes e gestores que estão submetidos aos ditames da sociabilidade neoliberal, a saber: gerencialismo, performatividade, meritocracia, competição e autoritarismo.

Iniciei este trabalho esclarecendo que o intuito é potencializar a luta pela democratização da gestão da educação e pela universalização da educação pública com qualidade social.

Espero que os dados apresentados durante esse trabalho, principalmente toda a caracterização e classificação dos documentos, plataformas e programas que foram vinculados à implantação dos Programas Prova Paraná e Se Liga, possam contribuir para novas pesquisas ainda mais aprofundadas e combativas acerca dos retrocessos e cerceamento do direito à educação que todos esses programas realizam.

Penso que as análises sobre as contradições e, principalmente, as evidências do processo antidemocrático que os docentes da rede estadual paranaense estão submetidos no movimento de reconversão docente devem ser amplamente divulgados, socializados e debatidos, isso será feito com a disseminação dessa tese em todos os espaços existentes. Sabemos que a luta

de classes “não é um passeio no parque” conforme disse Duarte (2016). Por isso comecei essa pesquisa e, a partir dos resultados, busco lutar por uma nova democracia. Ciente de que este desafio não pode ser vencido individualmente, sugiro a criação de uma ampla plataforma de tecnorresistências por meio das redes digitais com mobilização de toda a classe trabalhadora, afinal as descobertas dessa pesquisa revelam as investidas do Capital de cerceamento do direito à educação de qualidade social pública e democrática.

6 REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 668-684, 2020.
- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: Regulação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, p. 267-284, 2013.
- AFONSO, A. J. Novos caminhos para a sociologia: tecnologias em educação e *accountability* digital. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 42, e250099, p. 1-15, 2021.
- ALVIM, D. C. N. **Uma análise do IDEB em quatro escolas públicas do DF como subsídios para as ações da gestão democrática e a efetivação do projeto político pedagógico**. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- ALVES, G. A pulsão golpista na miséria política brasileira. In: PRONER et al (orgs). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016, p. 146-157.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012, p. 9-23.
- ANPED, Associação nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. **A Associação nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Base Comum Curricular (BNCC)**. São Luís - MA, 2017.
- ANPED. (2017). **A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. São Luís do Maranhão: UFMA.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020.
- ARAÚJO, Victor Leonardo de. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Texto para**

discussões sobre o desenvolvimento – CICEF, Rio de Janeiro, n. 1. p. 1-31, jul. 2023.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, M. L. N. Governança algorítmica e o duplo papel do Tribunal de Contas da União: controle e regulação da educação em tempos de plataforma e sociedade métrica. **Revista Em aberto**, Brasília, v. 36, n. 116, p. 147- 166, jan-abr. 2023.

AZEVEDO, M. L. N. O campo acadêmico e a regulação métrica: autonomia, heteronomia e democracia – a ingerência economicista. **Educar em Revista**, Curitiba, v.39, p. 1-24, 2023.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set-dez. 2005.

BALL, S. J. Educação Global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BARROSO, J. Da política baseada no conhecimento às práticas baseadas em evidências. Consequências para a regulação do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. **Políticas públicas e Educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BASSI, M. et al. **Desconectados: habilidades, educação e emprego na América Latina**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.

BASSO, F. V. **Uso dos resultados do SAEB/Prova Brasil na formulação de políticas educacionais estaduais**. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Brasília, 2017.

BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **PUC Goiás**. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, p. 373-388, 2012.

BONAMINO, Alicia. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. **Em aberto**, v. 29, n. 96, 2016.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno.

Relatório de Auditoria. Belo Horizonte. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/1996.** 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRAZ, Deivyson Pablo Alencar. **Tecnologias da informação e da comunicação (TICS) na aprendizagem do estudante: experiência com o jogo quizizz.** 2022, 160f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Pernambuco, Olinda, 2022.

BRUNO, L. Reorganização econômica, reforma do Estado e educação. In: HIDALGO, A. M; SILVA, I. L. FIORELLI. **Educação e Estado: As mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90.** Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 3-19.

BUFALO, K. S; RUIZ, M. J. F. Mediações da gestão educacional por meio dos sistemas estaduais de avaliação: o relatório CONSED (2017) como 'arquitetura' da construção de uma hegemonia para uma política de Estado. **Acta Scientiarum Education.** Maringá. v. 43. e55697, p. 1-12, 2021.

CAETANO, M. R. **Os sujeitos e a proposta educacional da Base Nacional Comum Curricular:** entre o público e o privado. *Teoria e Prática da Educação.* 22 (3), 118-136, 2019.

CAETANO, M. R. A educação no contexto de crise do capital e as relações entre estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais. **Laplage em Revista,** Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 153-168, mai-ago. 2018.

CAMPOS, R. F. Conversão das almas pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011, p. 222-245.

CANAN, S. R. **Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais:** só há intervenção quando há consentimento? Campinas: Mercado de Letras, 2016.

CASARA, R. R. R. **Estado pós-democrático:** neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTANHA, A. P. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista Histedbr On-line,** Campinas, número especial, p. 309-331, abr. 2011.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COLETIVA Educação. Governo Paraná. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 6 dez. 2021. 1 vídeo (44 min. 1). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZEhZxu-iGHs>. Acesso em: 6 dez. 2021.

CONNELL, R. W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, P. (Org). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**: Petrópolis, Vozes, 1995.

CONSED. **Relatório do Seminário Internacional de Avaliação da Educação Básica**. GT-CONSED: Avaliação da Educação Básica. Recife, 2017.

COSPITO, G. Hegemonia. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; RUIZ, Maria José Ferreira. Qualidade da educação básica nas conferências nacionais de educação (1990-2004). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 16, p. 65-80, 2014.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação & sociedade**, v. 25, p. 423-460, 2004.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEITOS, R. A. **Política Educacional no Brasil (1985-2022)**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

DELORS, J; et al. **Educação**: Um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DESLAURIERS, J; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DORNE, F. C. Z. **Relação entre o Conceito de Nova Gestão Pública do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) e as Políticas de Avaliação no Brasil**. 2020. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2020.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores

Associados, 2016.

ENGUITA, M. F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P. A. A; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 15. ed.

EVANGELISTA, R. A. et al. DIO: o mapeamento coletivo de câmeras de vigilância como visibilização da informação do espaço urbano. In: BRUNO, F; CARDOSO, B; KANASHIRO, M (Orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 395-411.

EVANGELISTA, O. Faces da tragédia docente no Brasil: **XI Seminário Internacional De La RedEstrado**, 2017, p. 1-21

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional. In: ARAÚJO, R. M. de L. RODRIGUES, D. S. **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Campinas: Alínea, 2012.

FARIAS, A. M. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 2, p. 735-765, 2021.

FARIAS, A. M. O empresariamento da educação pública: Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná. **Interfaces da Educação**, v. 13, n. 38, 2022.

FARIAS, A. M. O conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 18, e20670, p. 1-27, 2023.

FAUSTINO, R. A. C. **Precarização do trabalho docente: Plano de Governo e ações para a (des)valorização do professor paranaense (2011-2018)**. 2022. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

FELIPE, E. S. Do SAEB à BNCC: padronizar para avaliar. In: UCHOA; A. M. C; LIMA, A. M; SENA, I. P. F. S. **Diálogos críticos**. v. 2, jul. 2020.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**. Niterói, v. 39. n.1, p. 27-43, abr-jul. 2020.

FILIPPI, R. C. B. **Programa de aceleração de estudos no Paraná: desafios e perspectivas para a qualidade da educação**. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: São Paulo, Cortez, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do

oprimido. 23. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, D. N. T. **A avaliação da educação básica no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, L. C. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 6, n. 1, p. 48-59, 2014a.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085-1114, 2014b.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr-jun. 2012.

FRIGOTTO, G. Os Delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional In: GENTILI, P.(org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GAMBOA, S. S. Os projetos de pesquisa: alguns fundamentos lógicos necessários. In: MIRANDA, E. y PACIULLI BRYAN, N.; (Editores). **(Re)pensar la educación pública: aportes desde Argentina y Brasil**. Córdoba: Ed Universidad Nacional de Córdoba, 2011.

GARBÚGGIO, J. **A correção de fluxo no Estado do Paraná: história e resultados (1997-2002)**. 2005. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

GARCIA, L. T. S.; SILVA, A. F. Neotecnicismo e Reconversão Docente: a atuação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). **Revista Paradigama**. Ribeirão Preto. v. XLIV, n. 4, p. 463-490, set. 2023.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-46.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HARARI, Y. N. **Notas sobre a pandemia:** e breves lições para o mundo pós-coronavírus. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo:** história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

HYPOLITO, Á. M.; VIEIRA, J. S.; LEITE, M. C. L. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-curriculum.** São Paulo, v. 8, n. 2, ago. 2012.

IGARASHI, M; LIMA, M; SARTORELLI, P. E. **Um panorama de 20 anos do Big data: definição, conceitos e aplicações na engenharia.** Disponível em: <http://lcv.fee.unicamp.br/images/BTSym-19/Papers/210.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico do Estado do Paraná: Censo da Educação Básica 2019. Ministério da Educação. **Relatório.** Brasília, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico do Estado do Paraná: Censo da Educação Básica 2021. Ministério da Educação. **Relatório.** Brasília, 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Modelo Lógico: Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Relatório.** Curitiba, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Determinantes do aumento da escolaridade e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico paranaense. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Relatório.** Curitiba, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Secretaria de Planejamento de Longo Prazo. **Relatório.** Brasília, 2007.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEME, R. B.; RUIZ, M. J. F.; GARCIA, S R. O. A Interferência do Empresariado nas Políticas para a Educação do Trabalhador. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 3, p. 87-100, 2019

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LONDRINA. GEF/GEASE/SME. **Instrução nº 0001/20 de 10 de março de 2020**. Dispõe sobre avaliação do aproveitamento escolar, recuperação contínua, recuperação paralela e promoção dos alunos das escolas de ensino fundamental da rede municipal de educação de Londrina. Jornal Oficial do Município de Londrina, Ano XXII, nº 4024, Londrina, 19 de março de 2020.

LÜCK, H.; PARENTE, M. **A aceleração da Aprendizagem para corrigir o fluxo escolar: O caso do Paraná**. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.

MAROY, C. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa?. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. **Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

MARQUES, F. G. Accountability. *In*: DI GIOVANNI, G; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 45-47.

MARTINS, A. S. Estado e políticas sociais: elementos para análises. *In*: MARTINS, A. S; SOUZA, C. E; LOPES, M. J. (Orgs.). **Megaeventos esportivos no Brasil: reflexões críticas para o trabalho educativo**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MARX, K. **Gundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. **Crítica do Programam de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MESQUITA, N. M. C . **A implantação do projeto de aceleração da aprendizagem “mundiar” como componente do “pacto pela educação do Pará”**. 2018. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MONTAÑO, C. A ilusão da autorrepresentação da Sociedade Civil: as ONGs e seu papel social e político no quadro de hegemonia neoliberal. *In*: MONTAÑO, C. (org). **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 49-52.

NAGASE, R. H.; AZEVEDO, M. L. N. Política de avaliação e performatividade:

gerencialismo, biopoder e controle social. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 248-266, jan-abr. 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, v. 37, n. 02, p. 353-381, 2012.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set-dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai-ago. 2009.

OLIVEIRA, D. A. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. **Políticas públicas e educação: regulação e reconhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 71-88.

OLIVEIRA, D. A. **Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2020.

OLIVEIRA, D. A.; CLEMENTINO, A. M. As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região Nordeste. **Revista Ibero-americana de Educação**, vol. 83 n. 1, p. 143-162, 2020.

OLIVEIRA, E. C.; SANTOS, V. M. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 39193-39199, 2021.

OLIVEIRA, H. V.; SOUZA, F. S. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 15-24, 2020.

OSTROWIECKI, A; FEDER, R. **Carregando o elefante: como transformar o Brasil no país mais rico do mundo**. Curitiba: Hemus, 2011.

PARANÁ. Lei nº 18492, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação. **Diário Oficial Executivo**. Curitiba, PR, 24 jun. 2015. ed. nº 9479.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Grupo Administrativo Setorial. **Contrato nº 932/2017 – SEED**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 29 set. 2017.

PARANÁ. SEED/SUED. **Instrução Normativa Conjunta nº 15/2017**. Dispõe sobre Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção dos (as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual de ensino do Estado do Paraná, exceto para modalidade da Educação

de Jovens e Adultos (EJA).

PARANÁ. **Programa de Governo Carlos Massa Ratinho Junior. 2019-2022.** Doc.dig, 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. **SAEP 2018.** Revista do Sistema – rede estadual. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Despacho do Governador nº 15.527.113-2/18, de 09 de janeiro de 2019. Autoriza a formalização do acordo de cooperação entre o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado de Educação - SEED e o Instituto Lemann. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba, 09 jan. 2019. Edição 10350, p. 4.

PARANÁ. **Deliberação nº 001/96.** Programa de Adequação Idade-Série. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1996.

PARANÁ. **Deliberação nº 007/99.** Normas para avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos do sistema estadual de ensino, em nível do ensino fundamental e médio. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1999.

PARANÁ. **Parecer CEE/CEB nº 12/97.** Esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96. Curitiba: Conselho Estadual de Educação do Paraná, 1997.

PARANÁ. **Parecer CEE/CP nº 19/15.** Pedido de autorização de Programa de Aceleração de Estudos – PAE. Curitiba: Conselho Estadual de Educação do Paraná, 2015.

PARANÁ. **Parecer CEE/CP nº 02/19.** Manifestação deste Colegiado em resposta ao registro da carga horária do Programa Aluno-Monitor, no histórico escolar. Curitiba: Conselho Estadual de Educação do Paraná, 2019.

PARANÁ. **Parecer CEE/CP nº 05/23.** Pedido de regularização dos atos escolares dos estudantes que participaram do Programa de Aceleração de Estudos. Curitiba: Conselho Estadual de Educação do Paraná, 2023.

PARANÁ. SEED. **Resolução nº 2.857-GS/SEED.** Estabelece os procedimentos complementares referentes à atuação, atribuições e competências do Diretor e do Diretor Auxiliar das instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

PARANÁ, **Lei nº 20.936 de 17 de dezembro de 2021.** Institui a Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal e a Gratificação de Resultado de Aprendizagem para Diretores e Diretores Auxiliares: Curitiba, 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20935-2021-parana-institui-a-gratificacao-de-incentivo-escalonada-e-mensal-e-a-gratificacao-de-resultado-de-aprendizagem-para-diretores-e-diretores-auxiliares-das-instituicoes-de-ensino-da-rede-de-educacao-basica-do-estado-do-parana>

PARANÁ. SEED. **Resolução nº 5.247/2021 –GS/SEED**. Dispõe sobre os critérios de pontuação dos eventos de formação, atualização e aperfeiçoamento profissional, produção didática e técnico científica e avaliação do desempenho para efeitos de progressão funcional do Professor e Professor Pedagoga da rede pública estadual de educação básica do Paraná: Curitiba, 2021.

PARANÁ. **Ofício circular nº 007/2019**, de 15 de fevereiro de 2019. Prova Paraná 1ª. Edição: Curitiba, 2019.

PARANÁ. **Ofício circular nº 001/2020**, de 22 de janeiro de 2020. Orientações sobre a 1ª. Edição da Prova Paraná 2020 e Matriz de Referência da Avaliação: Curitiba, 2020.

PARANÁ. **Ofício circular nº 025/2021**, de 23 de abril de 2021. Realização de Atividade Paraná – Diagnóstica 2021: Curitiba, 2021.

PARANÁ. **Ofício circular nº 012/2022**. Orientações sobre a Prova Paraná 2022: Curitiba, 2022.

PARANÁ. **Ofício circular nº 001/2023**. Prova Paraná Mais 2022 – Resultados Preliminares e Interposições de Recursos: Curitiba, 2023.

PARANÁ. **Ofício circular nº 126/2019**, de 24 de outubro de 2019. Ações pedagógicas do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”: Curitiba, 2019.

PARANÁ. **Ofício circular nº 083/2020**, de 20 de novembro de 2020. Se Liga! É tempo de aprender mais! : Curitiba, 2020.

PARANÁ. **Ofício circular nº 076/2021**, de 09 de novembro de 2021. Se Liga! É tempo de aprender mais! : Curitiba, 2021.

PARANÁ. **Ofício circular nº 081/2022**. Se Liga! É tempo de aprender mais! : Curitiba, 2022.

PARANÁ. **Ofício circular nº 069/2023**. Se Liga! É tempo de aprender mais! : Curitiba, 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Nota Técnica nº 15/2023, de 01 de março de 2023. **Auditoria de matrículas e frequência escolar**. Curitiba, 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Documentos dos programas do setor de educação. **Relatório**. Curitiba, jan. 2017. Disponível em https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/RelatoriodeMonitoramento1Semestre2017.pdf

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Relatório de Monitoramento: 2º semestre de 2019. **Relatório**. Curitiba, abr.

2020. Disponível em:

https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/relat_multissetorial_2_sem_2019_final_16042020.pdf

PARANÁ. **Edital de credenciamento nº 03/2022 (PARANÁEDUCAÇÃO)**. Credenciamento de pessoas jurídicas, legalmente constituídas da área de educação, especializadas na assistência gerencial de instituições de ensino, objetivando a execução da gestão administrativa de unidades escolares: Curitiba, 2022.

PARANÁ. **Edital nº 97/2023 – GS/SEED**. Credenciamento de servidores públicos para composição do banco de talentos para função de diretor escolar nas instituições de ensino em tempo integral e colégios cívico-militares: Curitiba, 2023.

PARANÁ. **Edital nº 4/2023 – DG/SEED**. Regulamenta o processo interno de seleção para atuar na formação dos professores em estágio probatório: Curitiba, 2023.

PARANÁ. **Lei 21.847/2023 de 14 de dezembro de 2023**. Institui o bônus de resultado de aprendizagem: Curitiba, 2023.

PERONI, V. M.V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: **Reunião Científica Regional da ANPED**, 2016, Curitiba. Anais... Curitiba: 2016, p. 1-21.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação-Projetos em disputa?. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, 2015, p.337-352.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**. v. 15, p. 1-20, 2020.

PRADO, I. G.A. LDB e políticas de correção de fluxo escolar. **Em Aberto**, v. 17, n. 71, 2000, p. 49-55.

PRIMAK, F. V. **Decisões com bi (business intelligence)**, Ciência Moderna, 2008.

PRIMO, P. **Políticas educacionais e a gestão da educação: um estudo sobre o programa de tutoria pedagógica na rede pública estadual de ensino do Paraná (2019-2020)**. 2021. 339f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2021.

RAMINA, L.; PRONER, C. A inconfessável agenda do golpe. In: PRONER, C. *et al*(orgs). **A Resistência ao Golpe de 2016**, Bauru: Canal 6, 2016, p.217-220.

RAVITCH, D. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano**: Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

REIS, D. A. Notas para compreensão do bolsonarismo. **Estudos ibero-americanos. Porto Alegre**, v. 46, n. a, p. 1-11, jan-abr. 2020.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUIZ, M. J. F. **A democratização da escola pública no Estado do Paraná (1983 a 2010)**. Londrina: Eduel, 2014.

RUIZ, M. J. F.; PERONI, V. M. V. Relação público-privada e gestão escolar: o caso da Fundação Victor Civita. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 147-163, set-dez. 2017.

RUIZ, M. J. F.; BUFALO, K. S. Uma ponte para o futuro: políticas educacionais e parcerias público-privadas. **Educação em Análise**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 37-58, jan-jun. 2017.

SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial, 2013.

SANTOS, R. K. **Desenvolvimento da educação e a cultura da repetência: desafios ao PNE e Ideb**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41^a. ed. Campinas: Autores associados, 2009a.

SAVIANI, D. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores associados, 2009b.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014 – 2024): por uma outra política educacional**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília, ano XXXI, n. 67, p. 36-49, jan. 2021.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política**

educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Formação humana ou produção de resultados. Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 314-341, jul-dez. 2015.

SHIROMA, E. O. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO; M. L. N.; LARA, A.M.B (Orgs). **Políticas para a educação: análises e apontamentos**. Maringá: EDUEM, v. 1, p. 15-38, 2011.

SILVA, A. M. C. J. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação**. 2019. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA JUNIOR, Walcir Soares. Competências socioemocionais e um novo paradigma para inteligência. **FESPPR Publica**, v. 2, n. 3, p. 20, 2018, p.1-20.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, mai-ago. 2009.

SILVA, M. M. Crítica a formação de competências socioemocionais na escola. **Revista HISTED-BR On line**, v. 22, p. 1-20, 2022.

SILVA, T.T. O projeto da nova direita e a retórica da qualidade total. In: SILVA, T.T.; GENTILI, P. **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996, p. 167-188.silva

SILVA, T. T. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. A; SILVA, T. T. da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 9-28.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**, n. 85, p. 83-102, 2009.

SOARES, M. V. **O Acordo Plaza e a trajetória das economias asiáticas entre 1980-1990: uma comparação com a América Latina**. 2023, 59f. Trabalho de conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SOARES, T.M.; FERNADES, N.S.; NÓBREGA, M.C.; MELO, M. F. P. C. A gestão do IDEB da escola. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v.1, n.1, p. 38-55, 2011.

SOUSA, M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 175-190, 2003.

SOUSA, S. Z; OLIVEIRA, R, P. Sistemas estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p.

793-822, set-dez. 2010.

SOUZA, T. G. de; GONÇALVES, L. D.; MOREIRA, J. A. S. Estratégias de empresariamento da política educacional no contexto da crise pandêmica no Estado do Paraná. **Revista Imagens da Educação**. Maringá, v. 12, n. 3, p. 172-192, jul-set. 2022.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

TONELO, I. **A crise do capital e seus efeitos: a nova dinâmica internacionaldo capitalismo pós-2008**. 2019. 351f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. E. L. **Revista Educaçãoe Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 135-152, mai-ago. 2009.

UCZAK, L. H. **O PREAL e as e as políticas de avaliação educacional para a América Latina**. 2014. 211.f. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

UNIOESTE. Edital nº 181/2023. Abertura das inscrições para o concurso vestibular 2024 para cursos de graduação na modalidade presencial, da Universidade Estadualdo Oeste do Paraná. **Cascavel**, 6 dez. 2023.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VIANNA, H. M. **Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO**. Brasília: EditoraPlano, 2003.

VIEIRA, S. L. Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista brasileira de política e administração da educação**, v. 23, n. 1, 2007. p.53-69

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico & Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

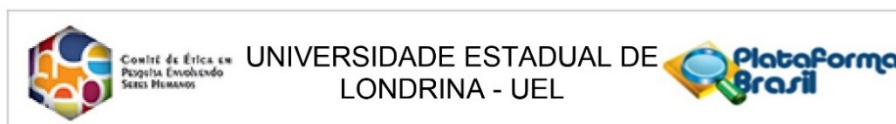
WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZUBOFF, S. *Big Other*. capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M. (Orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-60.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

7 ANEXOS

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Prova Paraná e Programa Se liga: implicações para o IDEB, no Estado do Paraná (2019-2022).

Pesquisador: KATIA SILVA BUFALO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 59275622.3.0000.5231

Instituição Proponente: CECA - Programa de Mestrado em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

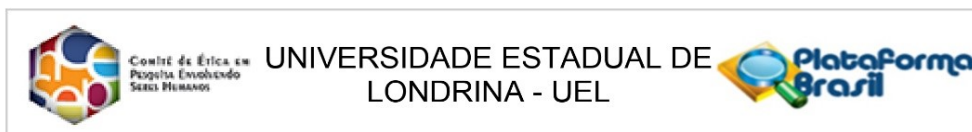
Número do Parecer: 5.545.537

Apresentação do Projeto:

Informações retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto/Resumo:

“Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) na linha Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais de Educação, núcleo 3: Políticas Educacionais, realizado no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação. O aporte teórico é fundamentado na teoria do Materialismo Histórico Dialético. O estudo objetiva compreender a relação da intensificação da aplicação de avaliações externas intituladas “Prova Paraná” no período (2019-2022) e a implementação do Programa “Se liga” e as implicações para o IDEB, no Estado do Paraná. Busca compreender o seguinte problema: Quais as relações entre a Prova Paraná, a implantação do Programa “Se liga” e o aumento do IDEB na gestão (2019-2022)? Quais as repercussões para Gestão da Educação Escolar? Mais especificamente o estudo propõe inventariar as fontes primárias (Leis, decretos, ofícios e instruções normativas etc.) que orientam o trabalho escolar para realização e utilização dos resultados da Prova Paraná e implementação do Programa “Se Liga” e como isso se propaga na gestão da educação. Propõe relacionar este processo com os resultados do IDEB neste período. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, realizada por meio de pesquisa documental em fontes primárias, pelo uso de fontes secundárias por meio de revisão bibliográfica sistemática acerca do tema em estudo e realização de entrevistas com gestores e docentes de

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário
UF: PR **Município:** LONDRINA **CEP:** 86.057-970
Telefone: (43)3371-5455 **E-mail:** cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

escolas com diferentes índices socioeconômico. A análise quantitativa será realizada por meio dos resultados dos IDEB e microdados do SAEB de escolas da rede estadual do Paraná disponibilizados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Busca apresentar resultados que apontem possibilidades de ampliar a concepção de qualidade social na educação”.

Sobre a metodologia, a autora destaca: “Para desenvolver a tese propõe-se a abordagem crítica fundamentada na teoria do Materialismo Histórico Dialético. “Diferentes concepções de realidade determinam diferentes métodos. Os diversos métodos podem ser agrupados em formas de abordar (abordagens), os problemas, ou de colocar os pontos de partida”. (GAMBOA, 2011, s/p.)

O estudo utilizará de pesquisa bibliográfica, de análise documental, e de entrevistas, (com diretoras (es); pedagogas (os) e docentes) em número e sujeitos ainda a serem definidos. A composição da amostra será definida pela identificação de escolas com diferentes localizações e, índice Socioeconômico (INSE) diferentes.

Num movimento dialético, consideramos necessário mapear a realidade, analisá-la criticamente e elaborar propostas superação, decorrentes do aprofundamento teórico pelo estudo dos autores consultados e pelo tratamento dos dados.

A entrevista será realizada com diretoras (es); pedagogas (os) e docentes que atuam em escolas da rede estadual, espera-se selecionar 15 participantes, a saber: um profissional de cada função referenciada em cinco escolas com diferentes índices socioeconômicos, no intuito de verificar os impactos das metas estabelecidas em diferentes realidades. O contato inicial com os mesmos será feito por telefone, na qual será agendada uma data e o local para realização das entrevistas.

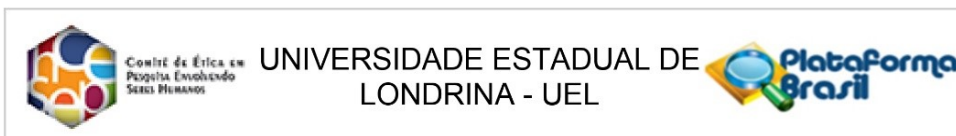
O roteiro para realização das entrevistas semiestruturadas está disponível como anexo deste trabalho. Isto porque “As informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral, professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordados através de um instrumento flexível” (LUDKE; ANDRE, 2013, p. 40).

No dia da entrevista, a/o participante receberá um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), na qual antes de assiná-lo, receberá informações sobre a natureza da pesquisa, terá a oportunidade de sanar dúvidas sobre o estudo e ficará a vontade para tomar a decisão de aceitar ou não. Será ressaltado a(os) participante(s) que os registros da entrevista não serão anônimos mas, no texto de divulgação os participantes não serão identificados.

Alguns aspectos importantes que serão considerados e, estarão no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

- O participante terá liberdade de recusa em participar;

Endereço: LABESC - Sala 14	CEP: 86.057-970
Bairro: Campus Universitário	
UF: PR	Município: LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455	E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

- O participante terá liberdade de retirar seu consentimento a qualquer fase da pesquisa;
- Todas as entrevistas serão gravadas/ presencialmente ou por videoconferência e a cópia da transcrição será entregue para cada participante, se, assim desejarem;
- As informações coletadas poderão ser utilizadas em pesquisas futuras, sem identificação dos entrevistados”.

Metodologia de Análise de Dados:

“Num movimento dialético, consideramos necessário mapear a realidade, analisá-la criticamente e elaborar propostas superação, decorrentes do aprofundamento teórico pelo estudo dos autores consultados e pelo tratamento dos dados. Nesse movimento, O método da investigação compreende três graus: 1) minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis disponíveis; 2) análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3) investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento. Sem o pleno domínio de tal método de investigação, qualquer dialética não passa de especulação vazia. (KOSIK, 1995, p. 37 – grifo nosso).

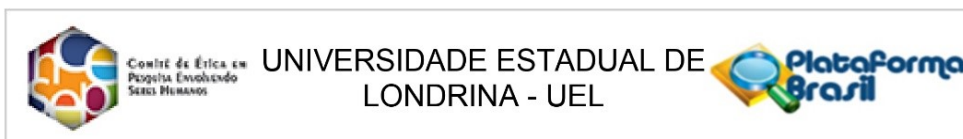
Por conseguinte, pensamos que os procedimentos de pesquisa poderão ser melhores definidos com o avanço do estudo, o mais importante já temos, o método, haja vista, amparado em uma teoria densa, mas que nos encoraja ao aprofundamento, pois nos aponta possibilidades de transformações da realidade. “A teoria deve estar aberta para favorecer o pensar e repensar a empiria, as fontes, os documentos, e a repor-se a si própria como instrumento de inteligência.” (EVANGELISTA, 2012, s/d). Concordamos com esta autora ao afirmar que pesquisador e semeador se assemelham, deste modo, após conhecer o campo de pesquisa será possível avaliar as possibilidades de fecundação e colheita, sem perder de vista a relação dos limites históricos impostos. Contudo, apostamos nas contribuições cotejadas no processo deste trabalho, daí a necessidade e empenho com esse objeto”.

Hipótese: “não há”.

Desfecho Primário:

Indução nos resultados do IDEB a partir da implantação do Programa "Se liga" na rede de ensino estadual do Paraná;

Endereço: LABESC - Sala 14	
Bairro: Campus Universitário	CEP: 86.057-970
UF: PR	Município: LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455	E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

Desfecho Secundário:

Alterações nas práticas de gestão escolar para cumprimento das metas estabelecidas para melhoria do IDEB educacional no estado;

Financiamento: próprio no valor de R\$ 100,00 valor indicado para custeio de deslocamento.

Número de participantes: 15 participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a relação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP, no período (2019 -2022), intitulado como Prova Paraná, com a implantação do Programa “Se liga” e o aumento do IBEB, neste período, bem como as implicações para a gestão da educação escolar.

Objetivos Secundários:

- Identificar o movimento histórico no qual se constituiu a avaliação externa “Prova Paraná” e as agendas e redes políticas que a viabilizaram;
- Inventariar por meio de análise documental o arcabouço jurídico normativo que possibilita o gerenciamento da Prova Paraná e do Programa “Se liga”;
- Analisar a série histórica dos resultados do IBEB de escolas estaduais antes e depois da adesão do programa “Se liga ”;
- Investigar as relações e interesses das instituições privadas na assessoria e implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP (Prova Paraná) e as pautas: direitos de aprendizagem; matrizes de referências para as avaliações e qualidade da educação;
- Verificar os impactos da combinação da Prova Paraná e do Programa “Se Liga” na gestão da educação escolar por meio de realização de entrevistas semiestruturadas com diretoras (es); pedagogas (os) e docentes da disciplina de língua portuguesa que trabalham em escolas estaduais com diferentes índices socioeconômicos;
- Contribuir com a ampliação do conhecimento com proposição de indicadores de qualidade social da educação e gestão da educação escolar.

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

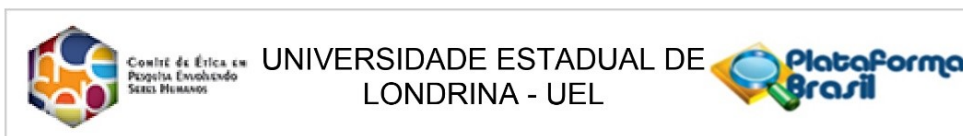
UF: PR

Telefone: (43)3371-5455

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/12, considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos contém risco. Neste caso, como se trata de uma pesquisa em educação, os riscos estão relacionados aos possíveis constrangimentos diante das perguntas realizadas pela pesquisadora, um possível desconforto quanto à exposição de ideias e à interpretação das falas dos sujeitos pela pesquisadora.

Como precaução para minimizar tais riscos, as respostas serão tratadas de forma anônima, com garantia de sigilo absoluto e respeito aos sujeitos da pesquisa.

Benefícios:

Após o cotejamento dos dados esperamos ampliar o conceito de Índice de Qualidade Social da Educação.

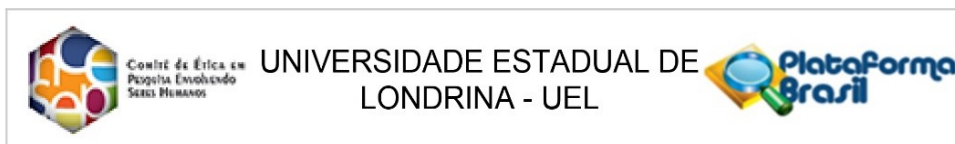
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem como foco tema relevante e atual para a área da educação, e pretende investigar a relação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEAP, no período (2019-2022), intitulado Prova Paraná com a implantação do Programa “Se liga” e o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB, no período no período de 2019-2022, visando compreender as implicações dessas propostas para a gestão da educação escolar, destacando como aspecto relevante ouvir, por meio de entrevistas, três profissionais de cinco escolas estaduais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- arquivo contendo FOLHA DE ROSTO foi preenchida com nome e assinatura da pesquisadora e docente responsável pela Coordenação do Programa de Pós Graduação em Educação;
- apresenta arquivo INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO, contendo o delineamento da pesquisa;
- apresenta arquivo contendo Projeto Completo (Brochura);
- apresenta arquivo contendo Termo de Concordância do Núcleo Regional de Educação/NRE para a

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 86.057-970
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455 **E-mail:** cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

unidade cedente;

- apresenta arquivo contendo declaração de coparticipantes de cada uma das cinco escolas onde serão realizadas as coletas de dados – cada documento se encontra com as devidas assinaturas e carimbos de cada uma das instituições;

- apresenta arquivo contendo “Termo de Autorização para realização da pesquisa” documento endereçado à Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná/Setor de articulação acadêmica – documento foi datado e assinado pela orientadora do estudo;

- apresenta arquivo contendo o modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes da pesquisa (3 profissionais de cada uma das cinco escolas - diretoras (es); pedagogas (os) e docentes) - o modelo está redigido em formato de convite, com linguagem clara e acessível;; apresenta o objetivo e justificativa do estudo, esclarece sobre a participação voluntária, menciona garantia de sigilo e privacidade, menciona os riscos e os benefícios; apresenta os dados pessoais da pesquisadora responsável pela pesquisa e do CEP/UDEL;

- o instrumento/roteiro de entrevista para a coleta de dados foi apresentado no Projeto Completo/Brochura como Anexo 1 (p. 27) – o instrumento encontra-se adequado aos objetivos da pesquisa e não apresenta óbices éticos;

- apresenta arquivo contendo Carta Resposta do Pesquisador.

Recomendações:

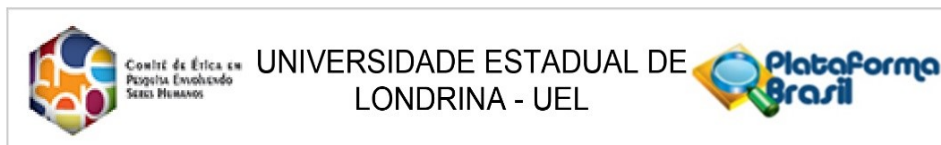
Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A – Pendências:

Tendo em vista que a pesquisadora vai lidar com dados pessoais, ou seja, a pesquisadora terá acesso a dados de telefone de contatos dos participantes entre outras informações não públicas

Endereço: LABESC - Sala 14
 Bairro: Campus Universitário CEP: 86.057-970
 UF: PR Município: LONDRINA
 Telefone: (43)3371-5455 E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

relativas as instituições coparticipantes, será necessário apresentar o Termo de Confidencialidade e Sigilo assinado pelas pesquisadoras responsáveis. Ver modelo disponível em: <http://www.uel.br/comites/cepesh/pages/documentos-para-apreciacao-etica.php>
PENDÊNCIA ATENDIDA

B – Pendências no arquivo Informações Básicas do Projeto/PB:

- necessário rever/reelaborar o Cronograma de Execução no arquivo Informações Básicas do Projeto, visto que este apresenta etapa única: Realização de entrevistas (08/08/2022 a 07/12/2022) e etapas importantes relativas a um projeto de pesquisa em âmbito de doutorado não foram mencionadas -solicita-se atenção a data de início da coleta de dados, prevendo, como data de início, a finalização/trâmite da proposta pelo CEP/UEL, a fim de que novas pendências não sejam geradas, visto que o Cep/Uel não avalia projetos de pesquisa com coleta de dados já realizadas ou em andamento; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

C- Pendências a serem atendidas no modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

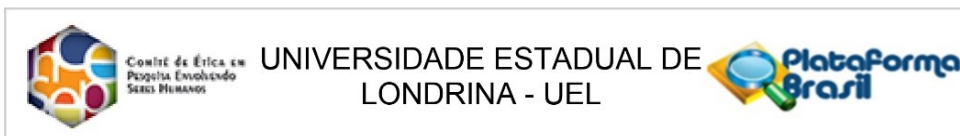
- solicita-se incluir no modelo de TCLE, o título da pesquisa; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

- solicita-se incluir no modelo de TCLE, visando atender ao disposto na Resolução 510/2016 Art. 2º "X - é necessário inserir, além do objetivo da pesquisa, também a justificativa do estudo; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

- solicita-se incluir além dos riscos, também os benefícios da pesquisa; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

- sobre a questão relativa ao sigilo a pesquisadora menciona no item 4: "[...] Importa reforçar que as tuas respostas não serão anônimas." Já no item 6 indica: "[...] as respostas serão tratadas de forma anônima" e no item 7 pontua: "[...] sem que haja a identificação particular das (os) participantes, com garantia de sigilo e privacidade" – É preciso rever a escrita tendo em vista a necessidade a sigilo e anonimato e o item 4 está contrariando a necessidade de anonimato e sigilo, sendo, portanto, necessário rever a escrita; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 86.057-970
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455 **E-mail:** cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

- informa que as entrevistas serão gravadas "Precisamos que aceite gravar a tua entrevista (de forma presencial/ gravador de voz ou de forma remota por videoconferência) [...]" - em relação aos direitos dos participantes, dispostos na Resolução CNS n. 510, de 2016, em seu Artigo 9. de terem sua privacidade respeitada: de terem garantida a confidencialidade das informações pessoais: e de decidirem, dentre as informações que forneceram, quais podem ser tratadas de forma pública, solicita se inserir opções excludentes entre si ("sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz" e "não, não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz") no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, para que os participantes possam exercer tais direitos, quanto as gravações das entrevistas; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

- solicita-se incluir no modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informações relativas a forma de coleta de dados, quando presencial - informar onde/local em que será realizada a entrevista e descrever os cuidados relativos ao distanciamento social e protocolo sanitário/Covid 19; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

- solicita-se incluir no modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) além do esclarecimento relativo ao tempo de guarda do material coletado, ou seja, necessário que a pesquisadora explicita, em conformidade ao disposto na Resolução 510/2016, Capítulo VI Do Pesquisador Responsável Art. 28, item "IV – manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa", deverá indicar a forma de descarte do material quando findado o prazo de guarda; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

- solicita-se incluir no modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em atendimento a Resolução 510/2016, Seção II - Do Registro do Consentimento e do Assentimento - Art. 17 item "VI – garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa" informação de como será feita a devolutiva dos resultados da pesquisa ao participante; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

- solicita-se incluir no modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), endereço/dados do CEP/UEL e, em atendimento a Resolução 510/2016, Art. 17, explicitar "IX- breve explicação sobre o que é o CEP"; **PENDÊNCIA ATENDIDA**

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

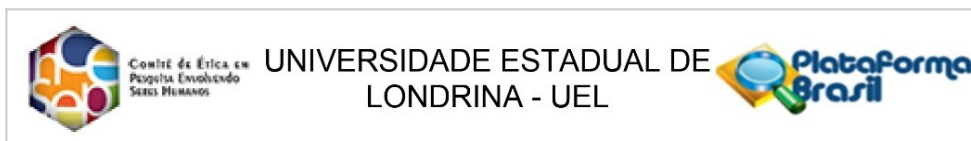
CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

- solicita-se incluir a numeração de páginas neste documento. PENDÊNCIA ATENDIDA

Obs: para a elaboração do modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sugere-se ao pesquisador buscar no portal Uel/ Comitê de Ética Envolvendo Seres Humanos/CEP/UEL, no link <http://www.uel.br/comites/cepesh/pages/documentos-para-apreciacao-etica.php>, check list para a elaboração do documento.

- solicita-se que seja apresentada Carta Resposta do Pesquisador ao Parecer Circunstanciado. PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresenta-Lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção;
- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

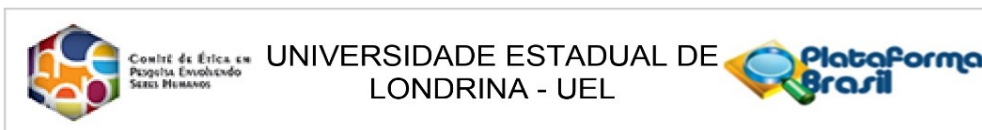
UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

Coordenação CEP/UEL.

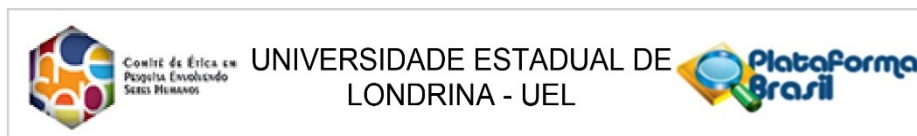
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1924954.pdf	08/07/2022 10:13:32		Aceito
Outros	termo_de_aut_SEED_CORRIGIDO.pdf	08/07/2022 10:11:51	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_katia.pdf	08/07/2022 10:04:04	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Cronograma	Cronograma_katia_corrigido.pdf	08/07/2022 09:56:54	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEKATIA_REVISADO_JULHO_22.pdf	08/07/2022 09:46:19	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Outros	respostas.pdf	08/07/2022 09:45:45	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Outros	termo_rp.pdf	02/06/2022 15:01:44	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Outros	termo_IEEL.pdf	02/06/2022 15:00:26	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Outros	termo_hs.pdf	02/06/2022 14:59:10	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Outros	Termo_afs.pdf	02/06/2022 14:58:32	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Outros	TERMO_Amg.PDF	02/06/2022 14:56:07	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Solicitacao.pdf	04/04/2022 16:32:50	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_KATIA_2022_sub_CEP_R EV_Orient_2.pdf	04/04/2022 16:21:54	KATIA SILVA BUFALO	Aceito
Folha de Rosto	F.pdf	04/04/2022 16:06:42	KATIA SILVA BUFALO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: LABESC - Sala 14
 Bairro: Campus Universitário
 UF: PR Município: LONDRINA
 CEP: 86.057-970
 Telefone: (43)3371-5455 E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 5.545.537

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 26 de Julho de 2022

Assinado por:

Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455 **CEP:** 86.057-970
E-mail: cep268@uel.br

ANEXO B

ANEXO ÚNICO

FAIXA POR ALUNOS	GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO, ESCALONADA E MENSAL - GIEM						GRATIFICAÇÃO DE RESULTADO DE APRENDIZAGEM - GRAP	
	Meta 1= frequência maior ou igual a 85 e menor que 90%		Meta 2= frequência maior ou igual a 90 e menor que 95%		Meta 3= frequência maior ou igual a 95%		Resultado de Aprendizagem	
	Gratificação - Diretor	Gratificação - Diretor Auxiliar	Gratificação - Diretor	Gratificação - Diretor Auxiliar	Gratificação - Diretor	Gratificação - Diretor Auxiliar	Gratificação - Diretor	Gratificação - Diretor Auxiliar
0 a 150	-	-	-	-	-	-	-	-
151 a 200	R\$ 108,00	R\$ 92,00	R\$ 216,00	R\$ 184,00	R\$ 324,00	R\$ 276,00	R\$ 216,00	R\$ 184,00
201 a 250	R\$ 135,00	R\$ 115,00	R\$ 270,00	R\$ 230,00	R\$ 405,00	R\$ 345,00	R\$ 270,00	R\$ 230,00
251 a 300	R\$ 162,00	R\$ 138,00	R\$ 324,00	R\$ 276,00	R\$ 486,00	R\$ 414,00	R\$ 324,00	R\$ 276,00
301 a 350	R\$ 189,00	R\$ 161,00	R\$ 378,00	R\$ 322,00	R\$ 567,00	R\$ 483,00	R\$ 378,00	R\$ 322,00
351 a 400	R\$ 216,00	R\$ 184,00	R\$ 432,00	R\$ 368,00	R\$ 648,00	R\$ 552,00	R\$ 432,00	R\$ 368,00
401 a 450	R\$ 243,00	R\$ 207,00	R\$ 486,00	R\$ 414,00	R\$ 729,00	R\$ 621,00	R\$ 486,00	R\$ 414,00
451 a 500	R\$ 270,00	R\$ 230,00	R\$ 540,00	R\$ 460,00	R\$ 810,00	R\$ 690,00	R\$ 540,00	R\$ 460,00
501 a 550	R\$ 297,00	R\$ 253,00	R\$ 594,00	R\$ 506,00	R\$ 891,00	R\$ 759,00	R\$ 594,00	R\$ 506,00
551 a 600	R\$ 324,00	R\$ 276,00	R\$ 648,00	R\$ 552,00	R\$ 972,00	R\$ 828,00	R\$ 648,00	R\$ 552,00
601 a 650	R\$ 351,00	R\$ 299,00	R\$ 702,00	R\$ 598,00	R\$ 1.053,00	R\$ 897,00	R\$ 702,00	R\$ 598,00
651 a 700	R\$ 378,00	R\$ 322,00	R\$ 756,00	R\$ 644,00	R\$ 1.134,00	R\$ 966,00	R\$ 756,00	R\$ 644,00
701 a 750	R\$ 405,00	R\$ 345,00	R\$ 810,00	R\$ 690,00	R\$ 1.215,00	R\$ 1.035,00	R\$ 810,00	R\$ 690,00
751 a 800	R\$ 432,00	R\$ 368,00	R\$ 864,00	R\$ 736,00	R\$ 1.296,00	R\$ 1.104,00	R\$ 864,00	R\$ 736,00
801 a 850	R\$ 459,00	R\$ 391,00	R\$ 918,00	R\$ 782,00	R\$ 1.377,00	R\$ 1.173,00	R\$ 918,00	R\$ 782,00
851 a 900	R\$ 486,00	R\$ 414,00	R\$ 972,00	R\$ 828,00	R\$ 1.458,00	R\$ 1.242,00	R\$ 972,00	R\$ 828,00
901 a 950	R\$ 513,00	R\$ 437,00	R\$ 1.026,00	R\$ 874,00	R\$ 1.539,00	R\$ 1.311,00	R\$ 1.026,00	R\$ 874,00
951 a 1.000	R\$ 540,00	R\$ 460,00	R\$ 1.080,00	R\$ 920,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.380,00	R\$ 1.080,00	R\$ 920,00
1001 a 1050	R\$ 567,00	R\$ 483,00	R\$ 1.134,00	R\$ 966,00	R\$ 1.701,00	R\$ 1.449,00	R\$ 1.134,00	R\$ 966,00
1051 a 1100	R\$ 594,00	R\$ 506,00	R\$ 1.188,00	R\$ 1.012,00	R\$ 1.782,00	R\$ 1.518,00	R\$ 1.188,00	R\$ 1.012,00
1101 a 1150	R\$ 621,00	R\$ 529,00	R\$ 1.242,00	R\$ 1.058,00	R\$ 1.863,00	R\$ 1.587,00	R\$ 1.242,00	R\$ 1.058,00
1151 a 1200	R\$ 648,00	R\$ 552,00	R\$ 1.296,00	R\$ 1.104,00	R\$ 1.944,00	R\$ 1.656,00	R\$ 1.296,00	R\$ 1.104,00
1201 a 1250	R\$ 675,00	R\$ 575,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.150,00	R\$ 2.025,00	R\$ 1.725,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.150,00
1251 a 1300	R\$ 702,00	R\$ 598,00	R\$ 1.404,00	R\$ 1.196,00	R\$ 2.106,00	R\$ 1.794,00	R\$ 1.404,00	R\$ 1.196,00
1301 a 1350	R\$ 729,00	R\$ 621,00	R\$ 1.458,00	R\$ 1.242,00	R\$ 2.187,00	R\$ 1.863,00	R\$ 1.458,00	R\$ 1.242,00
1351 a 1400	R\$ 756,00	R\$ 644,00	R\$ 1.512,00	R\$ 1.288,00	R\$ 2.268,00	R\$ 1.932,00	R\$ 1.512,00	R\$ 1.288,00
1401 a 1450	R\$ 783,00	R\$ 667,00	R\$ 1.566,00	R\$ 1.334,00	R\$ 2.349,00	R\$ 2.001,00	R\$ 1.566,00	R\$ 1.334,00
1451 a 1500	R\$ 810,00	R\$ 690,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.380,00	R\$ 2.430,00	R\$ 2.070,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.380,00
1501 em diante	R\$ 810,00	R\$ 690,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.380,00	R\$ 2.430,00	R\$ 2.070,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.380,00

ANEXO C


**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED**


Ofício Circular nº 007/2019

Curitiba, 15 de fevereiro de 2019.

Prezados Senhores(as)

Professores/as, Pedagogos(as) e Diretores(as) das Escolas Estaduais do Paraná;

Chefes e coordenadores/as pedagógicos de Núcleo Regional de Educação

Assunto: Prova Paraná

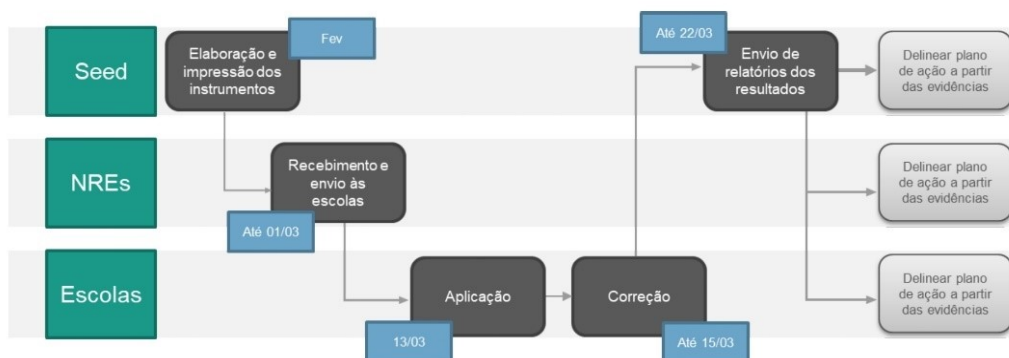
Cumprimentando-o (a) cordialmente, vimos por meio deste, informa-los sobre a implementação da Prova Paraná na rede pública de ensino do estado.

A Prova Paraná é uma avaliação diagnóstica, com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas por cada um dos estudantes e apontará as habilidades já apropriadas no processo de ensino e aprendizagem, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Será uma ferramenta para o professor, equipe gestora da escola, Núcleo Regional de Educação e secretaria elaborarem a partir de evidências, ações de melhoria da aprendizagem.

Nesta primeira edição, que ocorrerá em **13/03**, participarão os alunos dos 5º, 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª e 3ª séries do Ensino Médio.

A Seed oferecerá para as escolas da rede estadual, os instrumentos de avaliação impressos e também um aplicativo de celular para correção dessas provas, reduzindo o trabalho manual, que irá gerar relatórios para professores, gestores, escolas e Núcleos Regionais.

Para que a aplicação da Prova Paraná ocorra de forma bem-sucedida, a Seed elaborou o cronograma abaixo:



É fundamental a participação e o engajamento de todos nesse processo: diretores, pedagogos, agentes, alunos e comunidade. Nessa perspectiva, salientamos a importância do incentivo à mobilização dos nossos estudantes com a

SEED/LCP

Av. Água Verde, 2140 | Vila Izabel | CEP: 80.240-900 | Curitiba – PR | Brasil | Fone: (41) 3340-1500



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED**



Prova Paraná, através das mais diversas estratégias, como por exemplo, criação de paródias, vídeos entre outros.

No dia **21/02 às 09h00**, faremos uma **webconferência** para orientações detalhadas do processo para aplicação da Prova Paraná, que poderá ser assistida através do link: <https://youtu.be/WcnXQnsqm04>

Contamos com a participação e colaboração de todos para garantir o sucesso na aplicação da Prova Paraná!

Respeitosamente,

Raph Gomes Alves
Superintendência da Educação

SEED/LCP

Av. Água Verde, 2140 | Vila Izabel | CEP: 80.240-900 | Curitiba – PR | Brasil | Fone: (41) 3340-1500

Inserido ao protocolo 15.601.766-3 por: Joice Barbaresco em: 15/02/2019 19:07. Assinado por: RAPH GOMES ALVES em: 15/02/2019 19:08. Para mais informações acesse: <http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> e informe o código: 3c64522e4f25a7c6332cab49ce8df884

ANEXO D


**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**


Ofício Circular n.º 001/2020 – DEDUC/SEED

Curitiba, 22 de janeiro de 2020.

Assunto: Orientações sobre a 1ª Edição da Prova Paraná 2020 e Matriz de Referência da Avaliação

Prezados(as) Senhores

A 1ª Edição da Prova Paraná será realizada no dia **18 de fevereiro de 2020**, em todas as escolas da rede pública estadual de ensino e também nas escolas das redes municipais que optaram pela adesão. A 1ª Edição será realizada em apenas um dia, e não mais dois dias consecutivos como previsto inicialmente.

Serão avaliadas nesta primeira edição as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática para todos os anos/séries avaliados, e a partir do 7º ano do EF, a inclusão da Língua Inglesa no escopo dos testes, conforme pode ser visualizado no esquema a seguir:

A aplicação será realizada para os seguintes anos/séries:

Prova Paraná – 1ª Edição 2020		
Etapa de Ensino	Série/Ano	Disciplinas Avaliadas
Ensino Fundamental	5º e 6º ano	Língua Portuguesa e Matemática
	7º, 8º e 9º ano	Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática
Ensino Médio	1ª, 2ª e 3ª série	Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática
Educação de Jovens e Adultos	1º semestre - EF Fase II	Língua Portuguesa
	2º semestre- EF Fase II	Língua Portuguesa
	3º semestre - EF Fase II	Matemática
	4º semestre- EF Fase II	Matemática
	1º e 2º semestre – Ensino Médio	Língua Portuguesa
Ensino Profissionalizante	3ª/4ª série	Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática

Aos Chefes de NRE, Coordenadores Pedagógicos, Tutores, Diretores, Professores Pedagógicos e Professores.

Às Secretarias Municipais de Educação: Secretários e Equipes Pedagógicas, Diretores e Equipes Pedagógicas.

Undime: Presidente e Equipe.

Av. Água Verde, 2140 | Vila Izabel | CEP: 80.240-900 | Curitiba – PR | Brasil | Fone: (41) 3340-1500

Inserido ao protocolo 16.315.769-1 por: Eliane Cristina Depetris em: 23/01/2020 16:28. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Raph Gomes Alves em 23/01/2020 16:55. Para mais informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> e informe o código: d95ff1e651b8c6da343be8a9944bfa85



**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



Continuação do ofício circular n.º 001/2020 – DEDUC/SEED

Destaca-se que o objetivo da Prova Paraná é fornecer informações sobre o nível de apropriação dos conhecimentos, em relação aos conteúdos e habilidades considerados essenciais para a etapa de ensino avaliada, além de apoiar professores, equipes gestoras e pedagógicas na organização de ações e estratégias que contribuam para o ensino aprendizagem dos estudantes.

A 1ª Edição da Prova Paraná traz algumas novidades em 2020:

- Para o Ensino Regular: Inclusão da disciplina de Língua Inglesa nas provas a partir do 7º ano do EF;
- Para a Educação de Jovens de Adultos – EJA: os cadernos de prova serão identificados por semestre e separados pelas disciplinas avaliadas.
- O cartão-resposta virá anexado na última página do caderno de avaliação, o qual poderá ser destacado, pelo estudante, para facilitar o preenchimento.

Para a 2ª e 3ª edições, conforme cronograma apresentado no Ofício Circular nº. 138 - DEDUC/SEED de 22 de novembro de 2019, as aplicações serão realizadas em dois dias consecutivos e avaliadas as seguintes disciplinas e áreas do conhecimento:

- Ensino Fundamental – de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Língua Inglesa, História, Geografia;
- Ensino Médio – Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

A ampliação da aplicação para outras disciplinas/áreas, bem como, a garantia da aplicação trimestral favorecerá a produção de dados consistentes capazes de diagnosticar o nível de apropriação dos conteúdos considerados essenciais para cada etapa de ensino avaliada, durante o ano letivo de 2020.

- As orientações gerais para operacionalizar a aplicação da 1ª Edição da Prova PR encontram-se disponíveis em: encurtador.com.br/frvR5
- A Matriz de Referência com os Descritores a serem avaliados nas disciplinas de língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática nas três aplicações previstas para ocorrer em 2020 encontram-se disponíveis em: encurtador.com.br/chyCW

As matrizes das demais disciplinas que serão avaliadas a partir da 2ª Edição da Prova PR serão encaminhadas posteriormente.

Assinado eletronicamente
Edilson José Krupek
Coordenação de Avaliação

De acordo,

Assinado eletronicamente
Raph Gomes Alves
Diretoria da Educação

Av. Água Verde, 2140 | Vila Izabel | CEP: 80.240-900 | Curitiba – PR | Brasil | Fone: (41) 3340-1500

Inserido ao protocolo 16.315.769-1 por: Eliane Cristina Depetris em: 23/01/2020 16:28. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Raph Gomes Alves em 23/01/2020 16:55. Para mais informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> e informe o código: d95ff1e651b8c6da343be8a9944bfa85

ANEXO E



ESPORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



Ofício Circular n.º 025/2021 – DEDUC/SEED

Curitiba, 23 de abril de 2021.

Assunto: Realização de Atividade Paraná - Diagnóstica 2021

Prezados(as) Senhores(as)

A pandemia afetou o cotidiano de todos, fazendo com que nossos professores e estudantes se adequassem a um novo estilo de ensino e aprendizagem. Com mais de um ano sem aulas presenciais, necessitamos de uma avaliação diagnóstica como norte para direcionar o processo de ensino-aprendizagem e nossas práticas no segundo semestre. Por isso, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte disponibilizará para toda a sua rede estadual a Atividade Paraná – Diagnóstica, uma ferramenta de extrema importância pedagógica que servirá como um meio de identificar acertos e possíveis fragilidades durante esse período de pandemia.

A Atividade Paraná – Diagnóstica é uma avaliação **diagnóstica** que visa a identificar as habilidades e os conhecimentos que os estudantes adquiriram durante o período das aulas remotas e as lacunas de aprendizagem ainda existentes, com isso teremos a possibilidade de replanejar nossas ações pedagógicas e acompanhar a evolução dos nossos estudantes ao longo do percurso letivo.

A atividade será realizada em parceria com a Fundação CAEd, sendo aplicada para os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio e da 4ª série do curso Formação Docente e dos Cursos Técnicos Integrados, nas áreas de **Língua Portuguesa** e **Matemática**, com alunos respondendo a atividade diagnóstica *on-line* ou impressa. Os números de questões da atividade diagnóstica estão listados abaixo:

Etapa Ensino	Língua Portuguesa	Matemática	Total
6º ano	22	22	44
7º ao 9º ano do EF	26	26	52
1ª a 3ª/4ª série EM	26	26	52

A aplicação da Atividade Paraná – Diagnóstica 2021 será realizada em dois formatos: digital e impressa, a saber:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



Aos Chefes dos Núcleos Regionais de Educação

Continuação do Ofício Circular n.º 025/2021 – DEDUC/SEED

Atividade Digital:

- A escola deverá encaminhar as orientações de Acesso Digital aos Estudantes.
- O estudante deverá acessar a atividade no dia **12/05/2021**, por meio do *link* a ser disponibilizado no Google Classroom do aplicativo Aula Paraná.
- Tempo de aplicação: **2h30** (entre 8h e 21h30).

Atividade Impressa:

- A instituição de ensino providenciará a impressão do material que estará disponível na plataforma do CAEd no dia **10/05/2021**.
- Para os estudantes que fazem uso do material impresso, a retirada da atividade será no dia **12/05/2021** e a devolução deverá ocorrer até o dia **14/05/2021**.
- A transcrição das respostas na plataforma do CAEd será realizada pelo responsável cadastrado pelo Diretor no ambiente virtual da plataforma do CAEd, no período de **17 a 19/05/2021**.
- Para a Educação Especial, orienta-se que seja utilizado o material impresso e os procedimentos já adotados pela escola para o atendimento desses estudantes.
- Caso a escola encontre dificuldades na impressão das atividades, ela deverá pedir o auxílio do Núcleo Regional de Educação de sua jurisdição.

A Atividade Paraná - Diagnóstica 2021 é mais uma ação da Seed pensada em compreender a realidade de cada escola. Ela é uma ferramenta que visa a auxiliar os professores e gestores na missão de promover ensino e aprendizagem de qualidade em um contexto tão adverso como o atual.

Assim, solicitamos um engajamento efetivo com toda a rede e comunidade escolar, pois somente com a participação de todos os envolvidos conseguiremos alcançar o objetivo de fortalecer o nosso ensino.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

Yuri Michels

Coordenação de Avaliação

Assinado eletronicamente

Anderfabio Oliveira dos Santos

Departamento de Desenvolvimento Curricular



ESPORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



Assinado eletronicamente

Roni Miranda

Diretoria de Educação



ePROTOCOLO



Documento: **025_AtividadeParana_Diagnostica_2021.pdf**.

Assinado por: **Roni Miranda Vieira** em 23/04/2021 15:36, **Yuri Michels** em 23/04/2021 15:43, **Anderfabio Oliveira dos Santos** em 23/04/2021 15:55.

Inserido ao protocolo **17.258.457-8** por: **Eliane Cristina Depetris** em: 23/04/2021 14:33.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
cc007b98eb6daa25eb873b8c66af6700.

ANEXO F


**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**


Ofício Circular n.º 012/2022 – DEDUC/SEED Curitiba, *datado eletronicamente.*

Assunto: Orientações sobre a Prova Paraná 2022

Prezados(as) Senhores(as)

As datas previstas para a aplicação da Prova Paraná no ano de 2022 são:

PROVA PARANÁ 2022	
Edição	Data
1ª Edição	26 e 27 de ABRIL
2ª Edição	23 e 24 de AGOSTO
3ª Edição	22 e 23 de NOVEMBRO

A 1ª Edição da Prova Paraná está prevista para ocorrer nos dias **26 e 27 de abril de 2022**, em todas as escolas da rede pública estadual e municipal¹ de ensino. Será aplicada em dois dias, devido à organização dos componentes curriculares avaliados em áreas do conhecimento, e em dois cadernos distintos. Lembramos que a Matriz de Referência é o norte de toda avaliação em larga escala e é de suma importância seu conhecimento, por isso estamos disponibilizando a Matriz da 1ª Edição² da Prova Paraná 2022 pelo *link*: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1omalX8R0qXNgsvbxZbPsJfosqixHBUU>

Destaca-se que o objetivo da Prova Paraná é fornecer diagnósticos sobre o nível de apropriação dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais para a seriação de ensino em que o estudante se encontra, além de subsidiar todos os professores, as equipes gestoras e pedagógicas na organização de ações e estratégias que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem.

A partir desse ano de 2022, a composição dos cadernos seguirá a distribuição dos componentes curriculares em áreas do conhecimento.

¹ Somente participarão da Prova Paraná 2022, os municípios em que as prefeituras aderiram a sua aplicação.

² A Matriz de Referência da 1ª série está de acordo com o currículo do Novo Ensino Médio.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



Sendo assim, no Anexo I, deste Ofício, seguem informações sobre a divisão dos cadernos e, no Anexo II, orientações gerais para a aplicação da Prova Paraná.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente
Yuri Michels
Coordenação de Avaliação

Assinado eletronicamente
Anderfabio Oliveira dos Santos
Departamento de Desenvolvimento Curricular

De acordo,

Assinado eletronicamente
Roni Miranda Vieira
Diretoria da Educação

Av. Água Verde, 2140 | Vila Izabel | CEP: 80.240-900 | Curitiba – PR | Brasil | Fone: (41) 3340-1500

Inserido ao protocolo 18.485.809-6 por: **Tatiane Valeria Rogério de Carvalho** em: 11/02/2022 14:19. As assinaturas deste documento constam às fls. 79a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **ac03f990b1641fdd3ac4358623d9846c**.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



ANEXO I

PROVA PARANÁ - 2022						
Etapa de Ensino	Série/Ano	Cadernos	Área	Componentes Curriculares	Número de itens avaliados	Total de itens por caderno
Ensino Fundamental Anos Iniciais	5ª Ano	CADERNO 1	Linguagens	Língua Portuguesa	22	44
			Ciências Humanas	História	11	
		Geografia		11		
		CADERNO 2	Matemática	Matemática	22	33
Ciências da Natureza	Ciências		11			
Ensino Fundamental Anos Finais	6ª, 7ª, 8ª e 9ª Ano	CADERNO 1	Linguagens	Língua Portuguesa	26	60
				Língua Inglesa	8	
			Ciências Humanas	História	13	
		Geografia		13		
CADERNO 2	Matemática	Matemática	26	39		
	Ciências da Natureza	Ciências	13			
Ensino Médio/Integrado/Form	1ª*	CADERNO 1	Linguagens	Língua Portuguesa	26	65
				Língua Inglesa	13	
			Ciências Humanas	Filosofia	6	
				História	10	
		CADERNO 2	Matemática	Matemática	26	52
				Ciências da Natureza	Física	
			Química	9		
				Biologia	8	
Ensino Médio/Integrado/Form	2ª série	CADERNO 1	Linguagens	Língua Portuguesa	26	65
				Língua Inglesa	13	
			Ciências Humanas	História	9	
				Geografia	9	
				Sociologia	4	
		CADERNO 2	Matemática	Matemática	26	52
				Ciências da Natureza	Física	
			Química	9		
Biologia	8					
Ensino Médio/Integrado/Form	3ª/4ª série	CADERNO 1	Linguagens	Língua Portuguesa	26	65
				Língua Inglesa	13	
			Ciências Humanas	História	9	
				Geografia	9	
				Sociologia	4	
		CADERNO 2	Matemática	Matemática	26	52
				Ciências da Natureza	Física	
			Química	8		
Biologia	9					

Inserido ao protocolo 18.485.809-6 por: Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho em: 11/02/2022 14:19. As assinaturas deste documento constam às fls. 79a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: ac03f990b1641fdd3ac4358623d9846c.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



**ANEXO II
ORIENTAÇÕES GERAIS**

- **Duração da Avaliação:**
 - 2 horas e 30 minutos. Lembramos que a quantidade de itens é diferente entre os cadernos. Contudo, o tempo de resolução se equipara, pois a área de Linguagens possui textos que demandam tempo de leitura apropriado e nas áreas de Matemática e Ciências da Natureza temos resolução de cálculos.

- **Horários de aplicação:**
 - Manhã: 8:00 às 10:30
 - Tarde: 14:00 às 16:30
 - Noite: 19:30 às 22:00
 - Integral: 8:00 às 10:30

- **Durante a aplicação**
 - O professor da primeira aula permanecerá em sala até o final da aplicação. Não haverá alteração de professor aplicador durante a Prova.
 - Os estudantes realizarão as provas por área do conhecimento, organizado em blocos, conforme indicado no quadro abaixo:

1ª PROVA PARANÁ 2022		
DIA 1		DURAÇÃO
BLOCO 1	LINGUAGENS	1h10min
	GABARITO	10 min
INTERVALO		5 min
BLOCO 2	CIÊNCIA HUMANAS	1 hora
	GABARITO	10 min
DIA 2		DURAÇÃO
BLOCO 1	MATEMÁTICA	1h10min
	GABARITO	10 min
INTERVALO		5 min
BLOCO 2	CIÊNCIA DA NATUREZA	1 hora
	GABARITO	10 min

- O intervalo da prova de 5 minutos entre um bloco e outro deve ser cumprido pontualmente caso o estudante necessite usar o banheiro ou tomar água.

Inserido ao protocolo 18.485.809-6 por: **Tatiane Valeria Rogério de Carvalho** em: 11/02/2022 14:19. As assinaturas deste documento constam às fls. 79a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **ac03f990b1641fdd3ac4358623d9846c**.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



- Estudantes que necessitem de tempo diferenciado devem ser alocados em outra sala, sendo supervisionados por um(a) professor(a) da instituição, preferencialmente, o professor da Sala de Recurso, quando possível. Os professores PAEE e PAC devem acompanhar seus estudantes.
 - Sugerimos que a equipe gestora organize de forma que os professores aplicadores não sejam dos mesmos componentes curriculares avaliados no dia da aplicação.
- **Frequência:**
 - O professor aplicador deverá anotar os estudantes ausentes na primeira aula de aplicação.
 - A equipe pedagógica deverá repassar aos professores da segunda e terceira aulas os nomes dos estudantes ausentes, para que sejam lançadas as frequências de todos os estudantes em todos os horários.
 - O estudante que chegar atrasado poderá realizar a avaliação dentro do tempo restante de aplicação, não será concedido tempo adicional.
 - Após o término da aplicação da Prova Paraná, as aulas devem continuar com a grade horária normal de cada instituição.
 - **Lançamento no LRCO:**
 - Seguir os seguintes passos:
 - Frequência
 - Salvar e Incluir conteúdo
 - Aula Extracurricular
 - No campo **Observações** registrar: Aplicação Prova Paraná 1ª Edição.
 - **Educação Profissional Técnica e Profissional de Nível Médio**
 - Alguns Itinerários Formativos da Educação Profissional e Técnica (Ensino Médio Técnico Integrado) não possuem em sua matriz todos os componentes curriculares presentes na Prova Paraná. Para estes casos específicos, orientamos aos estudantes que realizem apenas os componentes curriculares presentes na matriz a qual estão cursando.
 - **Educação do Campo**



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



- Multianos: as escolas multianos possuem uma matriz curricular idêntica ao regular no SERE, mas uma organização de turmas diferenciada. Portanto, cada estudante deverá realizar a Prova Paraná na sua seriação de matrícula.
 - Itinerantes/base: os estudantes realizarão a Prova Paraná na escola itinerante. Sendo assim, a distribuição dos cadernos de avaliação deverá seguir um cronograma estipulado pelos técnicos da avaliação e da Educação do Campo dos NRE em conjunto com a equipe gestora das escolas base.
- Indígenas
 - As escolas indígenas, cujos Anos Finais do Ensino Fundamental estão organizados em turmas Multisseriadas Cicladas, realizarão as provas de acordo com a seguinte orientação:
 - Ciclo I – realizarão a prova relativa à turma de 6º ano;
 - Ciclo II – realizarão a prova relativa à turma de 8º ano.
 - Educação Especial: possui ofício de orientação próprio (Ofício Circular n.º 011/2022 – DEDUC/SEED).
 - Educação de Jovens e Adultos: possui ofício de orientação próprio (Ofício Circular n.º 010/2022 – DEDUC/SEED).
 - Correção da Prova Paraná
 - A correção da prova será realizada pelo aplicativo “Corrige”.
 - A correção deve ser iniciada logo no primeiro dia de aplicação **somente para as escolas estaduais**.
 - A correção das Provas nas **escolas municipais** deve ser iniciada **somente na semana posterior** à aplicação.
 - Contando o término do segundo dia de aplicação, as instituições de ensino terão o prazo de uma semana para a correção das Provas Paraná.
 - Dificuldades técnicas na correção devem ser direcionadas aos Técnicos da CRTE dos Núcleos Regionais de Educação.
 - A entrega dos resultados será realizada pelo Power BI em até duas semanas após o prazo de correção.



ePROTOCOLO



Documento: **012_Oficio_Circular_Prova_Parana_Regular_2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Roni Miranda Vieira** em 14/02/2022 08:47, **Yuri Michels** em 14/02/2022 09:18, **Anderfabio Oliveira dos Santos** em 14/02/2022 10:31.

Inserido ao protocolo **18.485.809-6** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 11/02/2022 14:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
ac03f990b1641fdd3ac4358623d9846c.

ANEXO G



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC

Of. Circular nº. 001/2023 – DEDUC/SEED Curitiba, *datado eletronicamente.*

Assunto: Prova Paraná Mais 2022 - Resultados Preliminares e Interposições de Recursos

Prezados(as) Senhores(as),

Os resultados preliminares da **Prova Paraná Mais 2022** com os dados das instituições de ensino da rede pública estadual e municipal estarão disponíveis para consulta a partir do dia **16 de janeiro**.

Os diretores das escolas deverão acessar o *site* de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica – Paraná, disponíveis no portal: <https://avaliacaoemontoramentoparana.caeddigital.net> e analisar os dados referentes à participação das turmas avaliadas de sua escola. Caso seja identificada alguma inconsistência, poderão interpor recurso na plataforma do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, informando os dados necessários, conforme [tutorial](#) disponibilizado.

Para essa ação, os diretores deverão inserir as informações para análise da solicitação referentes a: ano escolar, componente curricular, nome do estudante, justificativa, entre outras informações que possam embasar a manifestação. O *login* e a senha para acesso à plataforma são os mesmos utilizados nas etapas de realização da Prova Paraná Mais 2022.

Os diretores terão 3 (três) dias (16, 17, e 18 de janeiro), contando com a data da divulgação, para acessar a plataforma e interpor recurso, bem como para apresentar os documentos necessários à referida solicitação.

Os motivos pelos quais poderão ser objetivo de contestação de resultados são:

- **Estudante consta indevidamente nos resultados da avaliação:** Quando há a necessidade de solicitar a dedução de um estudante que fazia parte da base de dados da escola, mas não realizou a avaliação. Para esta opção, deve-se incluir documentação comprobatória sobre situação do estudante



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC

(Transferido/a; Falecido/a; Privado/a de liberdade; Grávida ou em licença maternidade; Em Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – Sareh ou licença médica).

A análise da solicitação – deferimento ou indeferimento – ficará sob responsabilidade da SEED-PR. Em caso de ausência **de documentação** comprobatória sobre a manifestação apresentada, o recurso será indeferido.

- **Estudante duplicado em igual etapa (consta duas ou mais vezes nos resultados)**. Esta opção trata de circunstâncias em que se observa dois ou mais registros vinculados a um mesmo estudante – dois ou mais resultados para um(a) único(a) aluno(a).

A análise da solicitação – deferimento ou indeferimento – ficará sob responsabilidade do CAEd.

- **Estudante previsto para a avaliação, mas não há resultados de desempenho (proficiência e indicação do padrão de desempenho)**. Este caso aplica-se quando se observa a ausência de indicadores da avaliação para um estudante que realizou a prova, mas não há a indicação de resultado para o(a) referido(a) aluno(a).

A análise da solicitação – deferimento ou indeferimento – ficará sob responsabilidade do CAEd.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente
Jussielli de Oliveira
Coordenação de Avaliação

Assinado eletronicamente
Ane Carolina Chimanski
Departamento de Desenvolvimento Curricular

De acordo,

Assinado eletronicamente
Anderfábio Oliveira dos Santos
Diretoria de Educação



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**

ANEXO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

LINK PARA ACESSO AOS RESULTADOS DA PROVA PARANÁ MAIS 2022:

<https://avaliacaoemmonitoramentoparana.caeddigital.net/>

LOGIN E SENHA PARA ACESSO AOS RESULTADOS DA PROVA PARANÁ

MAIS 2022: Os mesmos utilizados nas etapas de realização da Prova Paraná Mais 2022.

PERÍODO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS: 16 a 18 de janeiro de 2023.

MODOS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS: Por estudante e por componente curricular. Tutorial em: <https://drive.google.com/file/d/1RFuhzLu4Q9MGpXAUP4DRI-EbtBJ6wq6T/view?usp=sharing>

DÚVIDAS: Entrar em contato com o Técnico de Avaliação do NRE ou pelo WhatsApp: 41 33405673



ePROTOCOLO



Documento: **001_Oficio_Circular_ResultadosPreliminares_ProvaParanaMais.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ane Carolina Chimanski (XXX.474.979-XX)** em 16/01/2023 10:38 Local: SEED/DEDUC/DDC/CH, **Anderfabio Oliveira dos Santos (XXX.722.749-XX)** em 16/01/2023 10:54 Local: SEED/DEDUC/CH, **Jussielli de Oliveira (XXX.110.259-XX)** em 16/01/2023 10:56 Local: SEED/DEDUC/DDC/CAV.

Inserido ao protocolo **19.937.009-0** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 16/01/2023 09:35.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
14b616232e9eb4815394d97909f421b7.

ANEXO H


**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**


Ofício Circular nº. 126/2019 – DEDUC/SEED

Curitiba, 24 de outubro de 2019.

Assunto: Ações pedagógicas do “Se liga! É tempo de aprender mais!”

Prezados/as Chefes, Coordenadores/as Pedagógicos/as e Diretores/as,

Iniciamos o ano letivo com o desafio de atuarmos fortemente na melhoria da permanência e o sucesso escolar dos nossos estudantes. Para atingir esse objetivo, tanto a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed) quanto cada uma das escolas e, principalmente, nossos professores-pedagogos e professores regentes realizaram vários encaminhamentos com o intuito de melhorar a aprendizagem dos estudantes e consequentemente os dados educacionais, que ainda são desafiadores no Estado.

Analisando os dados de rendimento dos estudantes da nossa rede, no ano de 2018, temos o seguinte cenário no ensino regular:

	Matrículas	Reprovados	Abandono
Ensino Fundamental	546.408 estudantes	63.165 estudantes	11.147 estudantes
Ensino Médio	314.963 estudantes	43.559 estudantes	25.921 estudantes

Tais números expressos pelo Censo Escolar - o qual foi preenchido por cada uma das escolas -, que foram consolidados e divulgados pelo Inep, nos provocam a reflexão sobre as possíveis causas internas e externas ao ambiente escolar e nos fazem considerar que estes se referem a pessoas que por algum motivo ou outro não estão tendo sucesso em sua trajetória escolar.

Foram 143.792 estudantes que interromperam seus estudos. Assim, nos cabem, dentre outros, alguns questionamentos:

- É possível, ainda este ano, propormos e implementarmos ações que não nos levem a repetir esses números?
- A partir de que momento a reprovação de fato é um mecanismo eficiente e necessário? (Sem confundirmos que não estamos falando em aprovar sem conhecimento.)
- O que motiva, ou não, os estudantes que reprovaram ou abandonaram os estudos a continuarem frequentando a escola no ano seguinte?

A análise dessas informações e a reflexão sobre os resultados educacionais apresentados, com toda certeza, nos causam grande preocupação, já que refletem o resultado do nosso trabalho.

Enquanto SEED, Núcleo Regional de Educação (NRE) e escola, compreendemos que não há culpados, mas sim responsáveis e, como tal, precisamos pensar ações conjuntas que contribuam e apontem caminhos para a melhoria e superação desse quadro, de acordo com as diferentes realidades em nossas escolas.

Aos Chefes dos Núcleos Regionais de Educação



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**



Continuação do Ofício Circular nº. 126/2019 – DEDUC/SEED

Vale ressaltar que nossas instituições escolares realizam ações específicas com foco na melhoria da aprendizagem. Algumas já têm como prática desenvolver - ao final do ano letivo – ações diferenciadas de retomadas de conteúdos essenciais e têm conseguido superar os desafios intensificando o uso de metodologias variadas e dando novas oportunidades de aprendizado aos estudantes.

No entanto, precisamos ir além, pensar juntos enquanto rede em possibilidades que vão ao encontro da superação das dificuldades apresentadas pelos nossos estudantes.

Dessa forma, acreditamos que é fundamental avaliarmos e repensarmos ações que foram planejadas e implementadas durante todo o ano letivo, com a proposição de estratégias em que a escola possa concentrar, ao final do ano letivo, formas diferenciadas de trabalho, com foco nos conhecimentos que são essenciais para que os estudantes tenham condições de avançar e acompanhar a série seguinte, garantindo os 200 dias letivos previstos na legislação federal (n. 9.394/96), sem a dispensa antecipada dos estudantes ou o término antecipado do período letivo.

Nesse sentido, a Seed, por meio da Diretoria de Educação, encaminha a proposta de ação: Se liga! É tempo de aprender mais!

O objetivo dessa proposta é desenvolver, na instituição de ensino, ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, com foco em propiciar aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens essenciais, estratégicas e necessárias para que, no próximo ano letivo, eles consigam seguir a trajetória escolar com qualidade, avancem e aprendam ainda mais.

Além disso, essa proposta possibilita mais um momento de valorizar e potencializar a aprendizagem dos estudantes que possuem facilidade em determinados conteúdos, pois estes podem ser envolvidos em grupos de trabalho e atividades de intensificação da aprendizagem, como, por exemplo, monitoria e grupos de estudo.

Desse modo, para efetivar a proposta do **Se Liga!** propomos implementá-la em três etapas:

1. Diagnóstico, planejamento e preparação: **26/10 a 29/11**
2. Implementação: **02/12 a 18/12**
3. Consolidação: **19 e 20/12**

A fim de garantir o direito de aprendizagem, o período compreendido entre 26/10 a 29/11 deverá ser utilizado para o planejamento das ações estratégicas e a preparação para implementação, incluindo a possibilidade opcional do profissional da educação participar (caso deseje) de um curso EaD (20 horas) de apresentação da proposta do “Se Liga!” (elaborado pela Seed); e o período de 02/12 a 18/12 deverá ser destinado à efetivação desse planejamento.

Essas atividades deverão ser planejadas, preferencialmente, durante a hora-atividade dos professores, em conjunto com a equipe pedagógica da instituição de ensino.

É de extrema importância que se compreenda que essa proposta em hipótese alguma tem por objetivo a aprovação do estudante que não tem condições de acompanhar a série/o ano seguinte. A aprovação é importante, mas precisa acontecer com a aprendizagem. Porém, a reprovação precisa ser discutida e repensada.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**



Continuação do Ofício Circular nº. 126/2019 – DEDUC/SEED

Outro ponto que também precisa estar muito bem compreendido, é que de forma alguma haverá a antecipação do fechamento do ano letivo (3º trimestre/4º bimestre), sendo assim os estudantes não podem ser dispensados, pois se trata de período letivo regular, conforme Calendário Escolar.

Compreendidos esses pontos, reiteramos que o “Se Liga!”, somado às estratégias de recuperação paralela já realizadas pelas nossas escolas, é mais um momento de potencializar a aprendizagem dos nossos estudantes e também uma oportunidade de refletirmos sobre o processo de ensino e nossa metodologia de trabalho, somado às avaliações e às recuperações paralelas que são realizadas durante o ano letivo.

É importante deixar explícito, também, que a escola tem autonomia para planejar e desenvolver ações pedagógicas que promovam a retomada dos conteúdos, inclusive, definindo critérios para utilização das “notas”, cabendo ao Conselho Escolar deliberá-los e acompanhá-los.

Ressalta-se, ainda, que todas as decisões tomadas e os procedimentos adotados durante o período do planejamento e da execução das ações do “Se Liga!” deverão ser registrados pela instituição de ensino e acompanhados pelo NRE.

A Seed, por meio do “Se Liga!”, encoraja a todos a desenvolver tal proposta e, durante a sua implementação, avaliar a estratégia planejada para que possamos, no próximo ano, pensarmos em ações efetivas.

Em anexo, confira a proposta, na íntegra, do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” (Anexo I), o Fluxo de ações (Anexo II) e algumas estratégias de organização da escola e de encaminhamentos metodológicos para o momento de aplicação da proposta (Anexo III).

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

Roni Miranda Vieira

Departamento de Acompanhamento Pedagógico

De acordo,

Assinado eletronicamente

Raph Gomes Alves

Diretoria da Educação

Assinado eletronicamente

Renan Veronesi Compagnoli

Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**



ANEXO I

Prezados(as) Diretores(as), Pedagogos(as), Professores(as) e Funcionários(as),

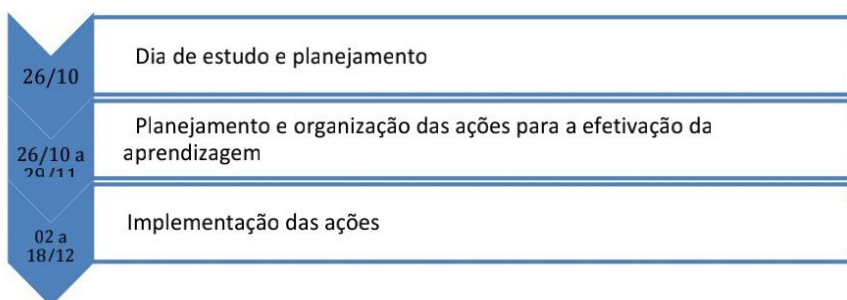
Estamos nos aproximando do final do ano letivo, nesse sentido, a Diretoria de Educação, por meio do Departamento de Acompanhamento Pedagógico, apresenta os encaminhamentos para o fechamento deste período letivo com a proposta da ação:

**SE LIGA!
É TEMPO DE APRENDER MAIS**

O período para realização dessa ação deve ser planejado para a intensificação do trabalho com os conteúdos que são essenciais para que os estudantes tenham condições de melhorar a sua aprendizagem e avançar a série/o ano em que se encontram. Para esse fim, temos as seguintes possibilidades: a recuperação desses conteúdos (para os estudantes que estão com defasagens e dificuldades) e o seu aprimoramento (para aqueles estudantes que podem melhorar ainda mais a aprendizagem). Desse modo, o período compreendido **entre 26/10 a 29/11 deve ser de planejamento e organização das ações e o período de 02 a 18/12 de implementação das ações planejadas.**

O objetivo do “Se Liga!” é desenvolver, na instituição de ensino, ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, com foco no período em que a escola vai identificar quais são as aprendizagens mais essenciais, estratégicas e necessárias que os estudantes devem desenvolver e se apropriar para que no próximo ano letivo consigam seguir a trajetória escolar com qualidade e avançar e aprender ainda mais. Além disso, é mais um momento de valorizar e potencializar a aprendizagem dos estudantes que se destacam, envolvendo-os em grupos de trabalho e em atividades de intensificação da aprendizagem, como, por exemplo, monitoria e grupos de estudo.

Todas as decisões que envolvam a realização desse momento devem ser planejadas no coletivo. Para isso, teremos no calendário escolar o dia 26 de outubro (dia de estudo e planejamento), que será destinado a essa ação. Nesse momento, professores e equipe gestora (direção e equipe pedagógica) estarão reunidos para definir os critérios e encaminhamentos. Esse planejamento deverá ser apresentado ao Conselho Escolar, que deve analisar a proposta e aprová-la, conforme orientações presentes nesse documento e necessidades específicas da escola.



É fundamental que a intencionalidade deste trabalho e os encaminhamentos sejam claros e divulgados para toda a comunidade escolar (alunos, pais, agentes educacionais, professores e equipe gestora), com o objetivo de que compreendam a importância do engajamento de todos nessa ação.

Ressalta-se, ainda, que todas as decisões tomadas e os procedimentos adotados durante o período do planejamento e execução das ações deverão ser registrados pela escola e



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**



acompanhados pelo NRE. Assim, deve-se encaminhar ao NRE a relação dos estudantes que necessitam de atendimentos voltados à recuperação da aprendizagem e, ao final da implementação do “Se liga!”, enviar um relatório com o resultado da implementação.

É importante, ainda, a elaboração de um planejamento diferenciado, tanto em relação à organização da rotina escolar quanto aos encaminhamentos metodológicos utilizados pelos professores, principalmente na adequação dos conteúdos, conforme a necessidade dos estudantes.

Reiteramos que essa ação é uma estratégia que corrobora com a prática de Avaliação adotada pela SEED/PR, visto que o papel da avaliação assume um âmbito formativo quando possibilita ao estudante instrumentos que o auxiliem a verificar o que aprendeu e, à escola, a verificar o que e como está ensinando, contribuindo efetivamente para a promoção da melhoria do desempenho escolar de todos os estudantes, oportunizando a recuperação dos estudantes que apresentaram defasagens e dificuldades de aprendizagem e o aprofundamento e a retomada dos conteúdos aos demais estudantes.

Essa proposta é pautada nas seguintes legislações:

1. Constituição Federal, Art. 205.
2. Deliberação n.º 02/2018 CEE/PR.
3. LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 12, inciso V; Art. 13, inciso IV; e Art. 24, a, c, e.
4. Parecer n.º 12/1997 - CNE/CEB, que complementa a LDBEN n.º 9.394/1996, item 2.1.
5. Deliberação n.º 07/1999 – CEE/PR, que trata das normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio.
6. Resolução n.º 3.794/2004, que estabelece a nota 6,0 (seis vírgulas zero) como média de aprovação para os estudantes da rede pública estadual de educação básica, a partir do ano letivo de 2005.
7. Instrução n.º 15/2017 – SUED/SEED, que dispõe sobre a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção dos(as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná, principalmente nos seguintes itens:
 - 7.1 Cabe à instituição de ensino garantir a todos os estudantes direitos de aprendizagem para que possam avançar em seu percurso escolar, bem como oportunizar meios para recuperação dos estudantes que se encontram em situação de menor rendimento;
 - 7.2 Cabe ao docente cuidar da aprendizagem dos estudantes e estabelecer estratégias para a recuperação aos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Para que a proposta atinja seu objetivo, é necessário que a escola planeje as ações e estratégias considerando:

- A necessidade de ampliar as oportunidades de ensino e de aprendizagem, a fim de subsidiar as ações pedagógicas.
- A identificação da necessidade dos estudantes conforme os critérios definidos pela escola.
- A definição de quais conteúdos serão trabalhados nesse período, bem como as estratégias que serão utilizadas com os estudantes. Essa ação deve ser definida e planejada em conjunto, pelos professores, equipe diretiva e pedagógica, respeitando o desenvolvimento cognitivo e as necessidades dos estudantes.
- A proposta será ofertada aos estudantes de diferentes níveis e etapas de ensino, respeitando suas respectivas especificidades.
- As atividades devem ser planejadas coletivamente, tendo como intencionalidade a intervenção pedagógica por meio de atividades diferenciadas, como: trabalhos em grupo, atividades práticas, atividades orais, seminários, projetos, estudos dirigidos, avaliações

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC



escritas, oficinas, monitoria de alunos, atividades utilizando mídias, sala de aula invertida, dentre outras estratégias metodológicas desenvolvidas em sala de aula e também em outros espaços escolares.

- Os estudantes, em hipótese alguma, serão dispensados das atividades. Conforme legislação, deve ser assegurado a todos o cumprimento de, no mínimo, 200 dias letivos e 800 horas de efetivo trabalho com os estudantes. É fundamental planejar atividades para as diferentes necessidades dos estudantes, inclusive potencializar a aprendizagem dos estudantes com bom desempenho, engajando-os no processo com atividades que visem a ajudar os colegas (monitoria), o que contribuirá para que aprendam ainda mais.
- As atividades planejadas durante esse período serão ofertadas de forma contínua e processual, observando as dificuldades e potencialidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes durante todo o ano letivo, contemplando, prioritariamente, aqueles conteúdos considerados pré-requisitos para que o aluno acompanhe a série/o ano seguinte.
- Quanto à aplicação dos resultados dos alunos, obtidos nesse período, caberá à instituição de ensino, mediante orientação da SEED/Departamento de Acompanhamento Pedagógico e Núcleos Regionais de Educação, definir qual a melhor forma de organizar essa ação na escola e as possibilidades de aproveitamento, uma vez que há a possibilidade da revisão de notas e estas poderão ser arredondadas, ajustadas ou substituídas, conforme planejamento conjunto dos professores e equipe diretiva e com a validação do Conselho Escolar, respeitando o princípio formativo da avaliação.



As escolas têm total autonomia para planejar e executar a ação, lembrando que é fundamental o envolvimento de todos para a realização deste momento.

1. Estabelecer os critérios para a seleção dos estudantes que precisam recuperar os conteúdos (por exemplo, a escola pode definir que todos os estudantes que têm nota menor que 8,0 participarão do “Se Liga!”).
2. Estabelecer quais conteúdos serão priorizados na ação, aqueles que são fundamentais para que o estudante acompanhe a série seguinte.
3. Definir as metodologias que serão utilizadas, pensando nas diferentes formas de aprendizagem.
4. Definir se as turmas serão organizadas de forma diferente ou não, conforme a realidade de cada escola.
5. Decidir de que forma realizará a comunicação e o envolvimento dos responsáveis e da comunidade escolar.
6. Decidir como a escola se organizará para que os estudantes não prioritários para o “Se Liga!” Também participem e ajudem a desenvolver a aprendizagem dos colegas.
7. Definir como o resultado da participação e do desempenho dos estudantes será usado (substituir a menor recuperação, somar a nota da menor recuperação, entre outras possibilidades), conforme planejamento da escola e validação do conselho escolar.

Avaliação do rendimento

Para a avaliação do rendimento dos estudantes nesse período, sugere-se que:

- utilizem novos instrumentos avaliativos (mínimo um) para a recuperação das notas dos trimestres/bimestres anteriores, os quais não poderão ter um valor maior do que 10,0 (dez) para cada período avaliativo;
- construam um instrumento para cada recuperação já realizada ou para a soma dos valores das recuperações dos trimestres/bimestres.

Quanto aos resultados obtidos pelos estudantes, no período de desenvolvimento dessa ação, caberá ao professor a revisão das notas anteriores, inclusive para valorizar o esforço dos estudantes que melhoraram seu rendimento no período de implementação do “Se liga! É tempo de aprender mais!”.

Registros LRC e LRCO

A atualização das notas no **Livro Registro de Classe On-line (LRCO)** poderá ser realizada por meio da chave de acesso dos pedagogos, os quais poderão autorizar o professor a alterar, substituir ou adequar as notas no campo “Recuperação”, conforme decisão dos professores e da equipe pedagógica, privilegiando sempre o melhor resultado apresentado pelo estudante nos diferentes momentos de recuperação oportunizados no decorrer da implementação do “Se liga! ”.

Quanto ao **Livro Registro de Classe (LRC)**, as atualizações das notas dos estudantes também deverão constar nele, porém sem rasurar os registros anteriores, ou seja, os registros antigos continuarão constando no LRC, mas serão consideradas as novas notas, **desde que maiores**.

Para o preenchimento dos campos **Frequência**, **Conteúdo** e **Avaliação**, do LRCO e LRC, apresentamos as seguintes orientações:

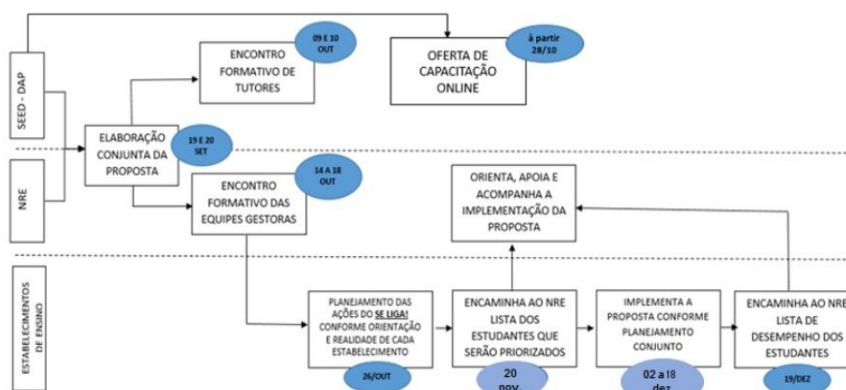
- Campo da frequência (3º trimestre/4º bimestre): presença para os estudantes, de acordo com a organização da grade de horários e o que foi definido no momento de planejamento da ação.
- Campo de conteúdos (3º trimestre/4º bimestre): registrar os conteúdos trabalhados durante as aulas.
- Campo de avaliação (todo período avaliativo): substituir a nota de recuperação, conforme decidido pelo coletivo escolar.

Formação dos profissionais da Educação

Será disponibilizado aos profissionais da Educação um curso *on-line*, com certificação sobre o “Se liga! É tempo de aprender mais!”, com o objetivo de apresentar mais detalhadamente a proposta, além de sugerir metodologias e encaminhamentos de como planejar e implementar a ação de acordo com a realidade da instituição de ensino.

ANEXO II

FLUXO DE AÇÕES



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC



ANEXO III

CRONOGRAMA DE AÇÕES

AÇÕES	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEIS	ESTRATÉGIAS
Discussão, elaboração conjunta e apresentação da proposta: “Se liga! É tempo de aprender mais”	19/09 a 18/10	SEED/PR (Departamento de Acompanhamento Pedagógico), NRE Chefia, coordenadores e tutores pedagógicos	<p>a) Discussão e elaboração conjunta da proposta. 19 e 20/09 - Reunião de coordenadores dos NRE.</p> <p>b) Apresentação da Proposta no VI Encontro de Tutoria Pedagógica a ser realizado nos dias 09 e 10/10 em Foz do Iguaçu.</p> <p>c) Apresentação e mobilização das equipes gestoras nos encontros formativos nos NREs - de 14 a 18/10.</p>
Mapeamento da necessidade dos estudantes e organização do dia de estudo e planejamento.	21/10 a 25/10	SEED/PR (Departamento de Acompanhamento Pedagógico), NRE (coordenadores e tutores pedagógicos), equipes gestoras (diretores e pedagogos).	<p>a) Levantamento das necessidades dos estudantes conforme seu desempenho escolar: necessidade de recuperação e aprofundamento.</p> <p>b) Levantamento dos estudantes que apresentam situação insatisfatória quanto à frequência escolar (baixa frequência e abandono).</p> <p>c) Sistematização dos dados levantados e organização do dia de estudo e planejamento.</p>
Dia de estudo e planejamento e organização administrativa/pedagógica	26/10 a 29/11	SEED/PR (Departamento de Acompanhamento Pedagógico), NRE (coordenadores e tutores pedagógicos), equipes gestoras (diretores e pedagogos).	<p>a) Apresentação da proposta e das necessidades dos estudantes a partir dos dados levantados pela Equipe Gestora - 26/10.</p> <p>b) Planejamento interno da escola para a efetivação do “Se liga! É tempo de aprender mais”: definição da organização das turmas, lista de conteúdos que serão priorizados, critérios e estratégias de organização da escola para a efetivação da proposta.</p> <p>c) Encaminhamento da lista dos estudantes que participarão com o objetivo de recuperar seu rendimento.</p>



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**



Mobilização da comunidade escolar	28/10 a 29/11	Equipes gestoras (diretores e pedagogos), professores e Conselho Escolar.	<p>a) Realização de reunião com pais e responsáveis para explicar a Proposta e instigá-los a se envolverem.</p> <p>b) Orientação dos alunos quanto à relevância da Proposta como forma de intensificar a aprendizagem.</p> <p>c) Elaboração, pela escola, de uma pauta contributiva, com sugestões de como os pais podem auxiliar na melhoria da aprendizagem dos alunos.</p> <p>d) Validação dos encaminhamentos da proposta junto ao Conselho Escolar.</p>
Efetivação da ação nos estabelecimento de ensino.	02 a 18/12	NRE (coordenadores e tutores pedagógicos), equipes gestoras (diretores e pedagogos), professores e alunos.	<p>a) Planejamento e aplicação de aulas com metodologias diferenciadas.</p> <p>b) Utilização de salas ambientes, laboratórios, quadras e demais espaços escolares.</p> <p>c) Aulas de revisão geral focando os conteúdos essenciais.</p> <p>d) Auxílio aos alunos para criarem um plano de estudo.</p> <p>e) Avaliação contínua das ações pedagógicas referentes ao desempenho dos estudantes nesse processo.</p>
Elaboração do relatório final	18/12 e 19/12	NRE (coordenadores e tutores pedagógicos), equipes gestoras (diretores e pedagogos) e professores.	<p>a) Envio, à equipe pedagógica do NRE, da lista de desempenho dos estudantes no "Se Liga!"</p>

ANEXO I



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**



Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED

Curitiba, 20 de novembro de 2020.

Assunto: **Se Liga! É tempo de aprender mais!**

Prezados(as) Senhores(as),

O final do ano letivo se aproxima, chegando a hora de implementar ações que viabilizem a intensificação da aprendizagem dos estudantes, tanto para os que avançaram em seu rendimento escolar, como aos que precisam de apoio para compreender melhor conteúdos considerados essenciais.

A partir do dia **30/11/2020**, a organização das aulas não presenciais terá como foco a proposta **“SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS!”**

Essa proposta tem dois objetivos fundamentais:

- A retomada dos conteúdos essenciais para o desenvolvimento das habilidades e competências e a reavaliação (para os estudantes que estão com defasagens nos conteúdos ou apresentaram dificuldades no acesso às aulas não presenciais) e;
- O aprofundamento dos conhecimentos (para aqueles estudantes que avançaram em seu desenvolvimento escolar).

Para atingir seus objetivos, é necessário planejar e desenvolver, na instituição de ensino, ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, adequadas aos diferentes perfis dos estudantes, inclusive de forma presencial, conforme as diferentes necessidades, tendo como prioridade, os estudantes que estão com baixo rendimento escolar.

Além disso, é mais um momento de valorizar e potencializar a aprendizagem dos estudantes, envolvendo-os em grupos de estudo online e/ou presenciais, com propostas desafiadoras, bem como no auxílio ao desenvolvimento das atividades de intensificação da aprendizagem, por meio da monitoria de alunos, ação colaborativa a ser instigada e organizada pelas equipes gestoras. Ressalta-se a importância da participação nas Aulas Paraná, respondendo as atividades obrigatórias.

Os encaminhamentos e as ações a serem realizadas neste período de intensificação de aprendizagem deverão ser discutidos e decididos no coletivo, por meio de meet, ou presencialmente (quando for possível), envolvendo professores, equipe pedagógica e direção. Após o planejamento da ação, esta deverá ser apresentada ao Conselho Escolar, para análise e aprovação.

É fundamental que a intencionalidade deste trabalho e os encaminhamentos sejam claros e divulgados para toda a comunidade escolar (alunos, pais, agentes educacionais, professores e equipe gestora), para que compreendam a importância do engajamento de todos nesse período. Todos os combinados e estratégias a serem desenvolvidos precisam ser registrados pela escola e acompanhados pelo NRE.

Aos Chefes, Coordenadores(as) Pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação e Diretores(as)



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**



Continuação do Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED

As Equipes Gestoras encaminharão ao NRE, até o dia **27/11/2020**, a relação dos estudantes prioritários (com rendimento escolar abaixo do previsto para a fase) para participarem do “*Se Liga! É tempo de Aprender Mais!*”, identificados a partir dos dados consolidados de rendimento dos estudantes (BI Escola Total). Após o encerramento do “*Se Liga! É tempo de Aprender Mais!*”, uma nova relação, com os resultados atingidos pelos estudantes, deverá ser enviada ao NRE até o dia **22/12/2020**.

É necessária a elaboração de um planejamento diferenciado/coerente para a retomada dos conteúdos essenciais, intensificando a interação com os estudantes de forma síncrona e com atividades que oportunizem a expressão do conhecimento pelos estudantes. Ressalta-se que a devolução das atividades válida a frequência.

As trilhas de aprendizagem, para os estudantes que estão participando das aulas não presenciais, precisam contemplar propostas de estudo dirigido que permitam a retomada dos conceitos basilares por meio de textos objetivos. Na medida do possível, respeitando as normas de segurança, seria importante instigar que esses estudantes participem do Programa Mais Aprendizagem de forma presencial nesse período, além da possibilidade de atendimento de pequenos grupos de estudos, conforme a possibilidade de cada instituição de ensino.

Ressalta-se a importância de encaminhamentos metodológicos que privilegiem o nível de aprendizagem mais no concreto, com metodologias ativas e diferentes formas de acesso às aulas não presenciais, envolvendo todos os estudantes, seja pelo material impresso ou de forma *on-line*.

Destaca-se a importância de o professor observar se o que conseguiu ensinar, os estudantes conseguiram demonstrar que aprenderam, bem como considerar que em 2021 será utilizado um currículo priorizado, focado nas principais habilidades a serem desenvolvidas a partir da abordagem dos conteúdos considerados imprescindíveis.

Amparo legal:

Essa proposta é pautada nas seguintes legislações:

1. a Constituição Federal, Art. 205;
2. a Deliberação n.º 02/2018 CEE/PR;
3. a LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 12, inciso V; Art. 13, inciso IV; e Art. 24, a, c, e;
4. o Parecer n.º 12/1997 - CNE/CEB, que complementa a LDBEN n.º 9.394/1996, item 2.1.;
5. a Deliberação n.º 07/1999 – CEE/PR, que trata das normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio;
6. a Resolução n.º 3.794/2004, que estabelece a nota 6,0 (seis vírgulas zero) como média de aprovação para os estudantes da rede pública estadual de educação básica, a partir do ano letivo de 2005;
7. o Parecer n.º 05/2020 – CNE, que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;
8. o Parecer n.º 11/2020 – CNE, que trata das orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia;



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**



Continuação do Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED

9. o Parecer n.º 15/2020 – CNE, que trata das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;
10. a Resolução n.º 1733/2020 – GS/SEED, altera e acresce dispositivos à Resolução n.º 891 – GS/SEED, de 2020;
11. a Instrução n.º 15/2017 – SUED/SEED, que dispõe sobre a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção dos (as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná, principalmente nos seguintes itens:
 - 11.1. Cabe à instituição de ensino garantir a todos os estudantes direitos de aprendizagem para que possam avançar em seu percurso escolar, bem como oportunizar meios para recuperação dos estudantes que se encontram em situação de menor rendimento.
 - 11.2. Cabe ao docente cuidar da aprendizagem dos estudantes, acompanhar, realizar interação e estabelecer estratégias para a recuperação aos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
12. o Ofício n.º 040/2020 – DEDUC/SEED que discorre especificamente sobre os objetivos e as formas de se avaliar os estudantes no momento de aulas não presenciais;
13. o Ofício n.º 048/2020 – DEDUC/SEED que trata das orientações para a realização do Conselho de Classe do 1º trimestre de 2020.

As escolas têm total autonomia para planejar e desenvolver o “*Se Liga! É tempo de Aprender mais!*”, mas é imprescindível considerar que, para atingir os objetivos desta proposta, a utilização de novas estratégias de ensino e o olhar diferenciado sobre o que é avaliar em épocas de aulas não presenciais devem ser a premissa!

Para que a proposta atinja o seu objetivo, é necessário que se planejem ações e estratégias considerando, além das diferentes formas de acesso dos estudantes às aulas não presenciais (Aula Paraná, Classroom, TV aberta e Atividades Impressas), as seguintes premissas:

- A necessidade de ampliar as oportunidades de ensino e de aprendizagem, a fim de subsidiar as ações pedagógicas, inclusive por meio da disponibilização do Laboratório de Informática para acesso dos estudantes, bem como atendimentos pedagógicos presenciais escalonados, conforme assegura a Resolução n.º 1733/2020, art. 1º, § 4º.
- A identificação dos estudantes que serão prioritários para o atendimento neste período de intensificação da aprendizagem, conforme os critérios definidos pela escola, sendo ofertada aos estudantes de diferentes níveis e etapas de ensino.
- A definição dos conteúdos essenciais a serem trabalhados nesse período, bem como as estratégias que serão utilizadas com os estudantes, respeitando o seu desenvolvimento cognitivo e as necessidades dos estudantes.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**



Continuação do Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED

- As atividades devem ser planejadas coletivamente, tendo como intencionalidade a intervenção pedagógica por meio de atividades diferenciadas, como: trabalhos em grupo, atividades práticas que envolvam materiais concretos, experiências, atividades orais, seminários, projetos, estudos dirigidos, avaliações escritas, oficinas, monitoria de alunos, atividades utilizando mídias, sala de aula invertida, aulas *on-line* em tempo real, aulas, cronograma de atendimento pedagógico presencial escalonado, postagem no google classroom (formulários de atividades e materiais complementares), oportunizando a expressão do conhecimento por meio de diferentes linguagens, dentre outras estratégias metodológicas desenvolvidas em sala de aula e também em outros espaços escolares, de forma síncrona ou assíncrona, dependendo de cada caso.
- Priorizar a realização das aulas *online* conforme a necessidade individual de cada estudante, a partir da análise do BI Escola Total (Boletim da Escola). É possível que os professores organizem grupos, conforme essas necessidades para a realização dos aulas. Essa ação deve ser planejada junto aos professores, conforme a realidade e a necessidade de cada instituição de ensino.
- Definir a organização das turmas por série, por disciplina, por tema, por área do conhecimento para a interação *online*, aulas, atendimento presencial no Programa Mais Aprendizagem e sala de recursos.
- Os estudantes, em hipótese alguma, serão dispensados das atividades, assegurando-se o cumprimento de, no mínimo, 800 horas de efetivo trabalho escolar com todos.
- As atividades planejadas durante esse período serão ofertadas de forma contínua e processual, observando as dificuldades e potencialidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes durante todo o ano letivo, contemplando, prioritariamente, aqueles conteúdos considerados pré-requisitos para que o aluno acompanhe a série/o ano seguinte.
- Os resultados obtidos pelos estudantes durante esse período serão registrados no Registro de Classe Online, ou seja, a nota e as faltas poderão ser revistas à medida que os alunos forem estudando, entregando as atividades e adquirindo o conhecimento necessário para avançar no desenvolvimento de habilidades e competências específicas esperadas para cada fase, conforme o Ofício n.º 48/2020 – DEDUC/SEED.

Avaliação da aprendizagem

Para a avaliação da aprendizagem dos estudantes nesse período, sugere-se que:

- Sejam utilizados novos instrumentos avaliativos ou formatos de avaliação, para a recuperação do rendimento dos trimestres/bimestres anteriores, os quais não poderão ter um valor maior do que 10,0 (dez) para cada período avaliativo, disponibilizando-os em tempo hábil para a devolução e correção das atividades dos estudantes que utilizam material impresso.
- Com relação ao desenvolvimento dos estudantes no período de realização dessa ação, caberá ao professor a revisão das notas anteriores, inclusive para valorizar o esforço dos estudantes que melhoraram seu rendimento no período de implementação do “*Se liga! É tempo de aprender mais!*”.
- Sejam consideradas as condições excepcionais de ensino e de aprendizagem pela qual estamos passando, validando a frequência a partir das atividades entregues/respondidas e avaliando todo o percurso feito pelos estudantes, num processo contínuo cujo resultado final venha expressar a aprendizagem, mesmo que mínima, tomada na sua melhor forma, considerando que o processo de ensino-aprendizagem é contínuo.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**



Continuação do Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED

Orientação e Formação dos Profissionais da Educação

Está sendo disponibilizado aos profissionais da Educação um curso *on-line*, com certificação sobre o “*Se liga! É tempo de aprender mais!*”, com o objetivo de apresentar mais detalhadamente a proposta, além de sugerir metodologias e encaminhamentos de como planejar e implementar a ação de acordo com a realidade da instituição de ensino.

No Canal do Professor são disponibilizadas webinares que tratam da proposta com sugestões de encaminhamentos conforme a especificidade de cada série/ano, componente curricular/disciplina.

Sobre os Registros

No **Livro Registro de Classe Online (LRCO)** há um campo específico para o lançamento das notas no 1º, 2º e 3º trimestres do “*Se liga! É tempo de aprender mais!*”, disponível para o preenchimento pelos professores, conforme desenvolvimento proposta. Será validada a maior nota apresentada no período avaliativo e computada automaticamente.

Quanto ao **Livro Registro de Classe (LRC)**, as atualizações das notas dos estudantes também deverão constar nele, porém sem rasurar os registros anteriores, ou seja, os registros antigos continuarão constando no LRC, mas serão consideradas as novas notas, **desde que maiores**.

Os demais campos seguem orientações realizadas até o presente momento. Compete à Equipe Pedagógica a validação dos registros mediante emissão de parecer.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

Eliana Provenci Albano

Departamento de Acompanhamento Pedagógico

Assinado eletronicamente

Roni Miranda

Diretoria de Educação



ePROTOCOLO



Documento: **OficioCircularn083_2020DEDUC_SEED_SeLiga.pdf**.

Assinado por: **Roni Miranda Vieira** em 23/11/2020 10:27.

Inserido ao protocolo **16.315.769-1** por: **Alexandra Maria dos Santos** em: 20/11/2020 15:33.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
adc1d81ca7d7f33729fcd1a98b80fb3e.

ANEXO J



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



Ofício Circular nº 076/2021 - DEDUC/SEED

Curitiba, 09 de novembro de 2021.

Assunto: Se Liga! É tempo de aprender mais!

Prezados(as) Senhores(as),

O ano letivo de 2021 foi marcado por diferentes formas de acesso à escolarização pelos estudantes:

- Aulas não presenciais, com acesso de forma remota ou por material impresso;
- Aulas presenciais, com acesso por revezamento e com grupos de estudantes atendidos presencialmente ou via *Google Meet*;
- Aulas de forma remota, em virtude de comorbidades;
- Aulas apenas por material impresso (antes do retorno às aulas presenciais).

Nesse cenário, é fundamental destacar que os estudantes foram inseridos de acordo com seus diferentes contextos, o que ainda teve variações de município para município, havendo, por exemplo, um retorno gradativo, gerando uma diferença de possibilidades de aprendizagem muito grande entre escolas e entre estudantes.

Diante disso, mais do que nunca, é imprescindível o encaminhamento de ações que viabilizem a intensificação da aprendizagem dos estudantes, tanto para aqueles que avançaram em seu rendimento escolar quanto para aqueles que precisam de apoio para melhor compreensão dos conteúdos considerados essenciais.

Assim, entre os dias **22 de novembro e 17 de dezembro de 2021** as escolas terão como foco de o trabalho a proposta **SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS!**

Nesse contexto, no anexo deste Ofício, encaminhamos orientações para a sua implementação.

Desejamos muito sucesso em mais essa possibilidade de ensinar mais e melhor os nossos estudantes!!!

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

Eliana Provenci Albano

Departamento de Acompanhamento Pedagógico

Assinado eletronicamente

Roni Miranda Vieira

Diretoria de Educação

Aos Chefes e Coordenadores Pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação e Diretores



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



**ANEXO
ORIENTAÇÕES “SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS!”**

Para implementação dessa proposta, será necessário considerar:

1 AMPARO LEGAL

- Constituição Federal, Art. 205;
- LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 12, inciso V; Art. 13, inciso IV; e Art. 24, a, c, e;
- Parecer n.º 12/1997 - CNE/CEB, que complementa a LDBEN nº 9.394/1996, item 2.1.;
- Deliberação n.º 07/1999 – CEE/PR, que trata das normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio;
- Resolução n.º 3.794/2004, que estabelece a nota 6,0 (seis vírgulas zero) como média de aprovação para os estudantes da rede pública estadual de educação básica, a partir do ano letivo de 2005;
- Instrução n.º 15/2017 – SUED/SEED, que dispõe sobre a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção dos(as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná, principalmente nos seguintes itens:

11.1. Cabe à instituição de ensino garantir a todos os estudantes direitos de aprendizagem para que possam avançar em seu percurso escolar, bem como oportunizar meios para recuperação dos estudantes que se encontram em situação de menor rendimento.

11.2. Cabe ao docente cuidar da aprendizagem dos estudantes, acompanhar, realizar interação e estabelecer estratégias para a recuperação aos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

- Resolução n.º 02/2021 - CNE que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar;
- Deliberação n.º 05/2021 - CEE, que dispõe sobre normas complementares à Resolução CNE/CP n.º 2/2021 para o retorno das atividades presenciais e para a organização do calendário escolar no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná;
- Referencial para elaboração do Regimento Escolar da Educação Básica.

2 OBJETIVOS

A proposta do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” tem dois objetivos fundamentais:

- Retomar conteúdos essenciais, para o desenvolvimento das habilidades e competências, além de reavaliar estudantes que estão com defasagens em conteúdos ou apresentaram dificuldades no acesso às aulas não presenciais;



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



- Aprofundar os conhecimentos de estudantes que avançaram em seu desenvolvimento escolar, independentemente de terem atingido a média anual.

Para atingir esses objetivos, as escolas precisam planejar e desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, adequadas aos diferentes grupos de atendimento, conforme as necessidades das aprendizagens, sendo prioridade os estudantes que estão com baixo rendimento escolar.

Além disso, o “Se Liga! É tempo de aprender mais!” é também um momento de valorizar e potencializar a aprendizagem dos estudantes, os quais poderão ser envolvidos em grupos de estudo, com propostas desafiadoras, bem como no auxílio ao desenvolvimento das atividades de intensificação da aprendizagem, por meio da monitoria, que é uma ação colaborativa a ser instigada e organizada pelas equipes gestoras.

Cabe ressaltar que todos os encaminhamentos deverão ser discutidos e decididos no coletivo, envolvendo professores, equipe pedagógica e direção.

3 INTENCIONALIDADE

A intencionalidade do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” é oportunizar a todos os estudantes a possibilidade de aprofundar seu estágio de desenvolvimento escolar, expressando seus conhecimentos e suas habilidades em situações de aprendizagens diferenciadas, trabalhando por grupos de atendimento diferenciados.

Para que isso se concretize, é necessária a elaboração de um planejamento diferenciado, principalmente num ano em que estudantes tiveram formas diferenciadas de acesso à escolarização, durante o período em que as aulas não eram presenciais.

Portanto, é fundamental que a intencionalidade deste trabalho e os encaminhamentos sejam bem compreensíveis e divulgados para toda a comunidade escolar (alunos, pais, agentes educacionais, professores e equipe gestora), para que compreendam a importância do engajamento de todos durante esse período.

Também é muito importante que todos os combinados e estratégias, a serem desenvolvidos, sejam registrados pela escola e acompanhados pelo NRE.

4 FREQUÊNCIA

A validação da frequência durante o período das aulas não presenciais, para os estudantes que não tiveram acesso a nenhum tipo de material, foi realizada após o retorno das aulas presenciais, mediante a realização e correção dos planos de estudo dirigido, quando os professores registraram notas e frequências.

As faltas dos estudantes, após o retorno das aulas presenciais, não serão validadas.

Os estudantes com comorbidades, que apresentaram atestado médico justificando a necessidade de isolamento social, permanecem em atendimento, de forma remota, via *Google Meet*.

Os estudantes que estão sendo resgatados por meio da busca ativa podem validar a frequência anterior ao retorno das aulas presenciais, por meio de estudo dirigido, e se, não atingirem o percentual



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



de frequência necessário, mas obtiverem a média acima de 6,0, poderão fazer a reclassificação na primeira semana de fevereiro do próximo ano letivo, de acordo com a Instrução n.º 15/2019 - SUED/SEED.

É imprescindível a compreensão da necessidade de oportunizar situações para que o estudante consiga se apropriar dos conteúdos essenciais, a partir dos quais desenvolve as habilidades necessárias para prosseguir com sua trajetória escolar.

5 POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO

Todos os estudantes participarão do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, porém estarão separados por grupos de atendimento: aprofundamento, reforço e recuperação, ou seja, todos voltados para a intensificação das aprendizagens.

O aprofundamento é destinado aos estudantes que acompanham bem o processo de ensino e aprendizagem. O reforço é destinado aos estudantes que acompanham o processo de ensino e aprendizagem, mas estão com problemas de frequência ou nota e ainda precisam se apropriar de objetivos de aprendizagem de alguns componentes curriculares. Já a recuperação será ofertada para estudantes que possuem dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura, interpretação e escrita, cálculos e resolução de problemas, habilidades essenciais para acompanhar a série seguinte.

Para o atendimento, é possível definir a organização das turmas por série, disciplina, tema e área do conhecimento, além do atendimento do estudante no Programa Mais Aprendizagem, na Sala de Recursos Multifuncionais, na aprendizagem entre pares, com o apoio do aluno monitor.

É importante que o professor observe se o que conseguiu ensinar, os estudantes conseguiram demonstrar que aprenderam, lembrando que, durante o ano letivo de 2021, está sendo utilizado o currículo priorizado, focado nas principais habilidades a serem desenvolvidas, a partir da abordagem dos conteúdos considerados imprescindíveis à continuidade do processo de escolarização.

Para o **Levantamento dos Estudantes**, dentro dos grupos de atendimento, segue a sugestão de algumas planilhas disponibilizadas pelo *link*:

Planilha do Ensino Médio:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1LEIOSXubhJVPv6yMSTiuQF77Lk8BBGfNvUxFHHI49Q/edit?usp=sharing>

Planilha do Ensino Fundamental:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hai0Ds1H1z2bCG5Lc19iDnstwEiYC8eGvU6w5VUPiis/edit?usp=sharing>

6 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS

A organização dos tempos, espaços e rotinas ocorrerá de acordo com as necessidades de cada grupo de atendimento, buscando transformá-los em contextos que potencializam a aprendizagem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



Aqui, cabe ressaltar a necessidade de flexibilizar a organização dos horários de aula e dos espaços, priorizando a formação de grupos de estudo com necessidades pedagógicas afins, para a realização das atividades diferenciadas.

Todos os profissionais da educação precisam estar engajados no planejamento para que todos os espaços se transformem em espaços de aprendizagem.

7 METODOLOGIAS DIVERSIFICADAS

A forma de intensificar a aprendizagem também diversifica, por isso a importância de metodologias adequadas ao atendimento aos diferentes grupos e a utilização de novas estratégias de ensino, que oportunizem, ao mesmo tempo, a aprendizagem e a avaliação.

As atividades devem ser planejadas coletivamente, tendo como foco a intervenção pedagógica para aprendizagem, por meio de trabalhos em grupo, atividades práticas que envolvam materiais concretos, experiências, atividades orais, seminários, projetos, pesquisas, estudos dirigidos, avaliações escritas, oficinas, monitoria de alunos, atividades que utilizam mídias, sala de aula invertida, aulas, postagem de atividades no Google Classroom, utilização das Aulas Paraná. Tudo isso oportunizando a expressão do conhecimento, por meio de diferentes linguagens, dentre outras estratégias metodológicas desenvolvidas em sala de aula e também em outros espaços escolares, dependendo de cada caso.

8 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O olhar para a avaliação deve estar comprometido com a formação integral do estudante, evidenciando o que ele já sabe, o quanto avançou no processo, o que ainda falta para acompanhar o ano seguinte, transformando em nota o que ele produz de mais assertivo.

A recuperação é compreendida como retomada dos conteúdos essenciais com propostas de reavaliação que oportunizem aos estudantes momentos diversificados para demonstrarem a apropriação de sua aprendizagem.

Para a avaliação da aprendizagem dos estudantes, nesse período, deve-se considerar as seguintes ações:

- Utilização de novos instrumentos avaliativos ou formatos de avaliação para a recuperação do rendimento dos trimestres/bimestres anteriores, os quais não poderão ter um valor maior do que 10,0 (dez) para cada período avaliativo.
- Com relação ao desenvolvimento dos estudantes, no período de realização dessa ação, caberá ao professor o registro da nota obtida no campo específico do LRCO, destinado ao "Se Liga!", inclusive para valorizar o esforço dos estudantes que melhoraram seu rendimento no período de implementação do programa.
- Considerar as condições excepcionais de ensino e de aprendizagem atuais, validando a frequência a partir das atividades entregues/respondidas e avaliando todo o percurso feito pelos estudantes, num processo contínuo, cujo resultado final venha expressar a aprendizagem, mesmo que mínima, tomada na sua melhor forma, considerando que o



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



processo de ensino e aprendizagem é contínuo.

- As atividades planejadas, durante esse período, serão ofertadas de forma contínua e processual, observando as dificuldades e potencialidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes, durante todo o ano letivo, contemplando, prioritariamente, aqueles conteúdos considerados pré-requisitos para que o estudante acompanhe a série/o ano seguinte. Para acesso à organização dos conteúdos considerados essenciais, **dentre os prioritários**, acesse o Drive pelo *link*: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1LBQeYzIKFgJKn0hEe3yMa7ZG_WSaw7ME
- Os resultados obtidos pelos estudantes, durante esse período, serão registrados no Registro de Classe Online, ou seja, a nota e as faltas poderão ser revistas à medida que os estudantes forem estudando, entregando as atividades e adquirindo o conhecimento necessário para avançar no desenvolvimento de habilidades e competências específicas esperadas para cada fase.
- Os estudantes, em hipótese alguma, serão dispensados das atividades, assegurando-se o cumprimento de, no mínimo, 800 horas de efetivo trabalho escolar com todos.

9 FORMAS DE REGISTRO

Os professores deverão lançar a frequência normalmente, de acordo com o suprimento nas turmas de origem.

No **Livro Registro de Classe Online (LRCO)** há um campo específico para o lançamento das notas no 1º, 2º e 3º trimestres do “Se liga! É tempo de aprender mais!”, disponível para o preenchimento pelos professores, conforme desenvolvimento da proposta. Será validada a maior nota apresentada no período avaliativo e computada automaticamente.

Quanto ao **Livro Registro de Classe (LRC)**, as atualizações das notas dos estudantes também deverão constar nele, porém sem rasuras dos registros anteriores, ou seja, os registros antigos continuarão constando no LRC, mas serão considerados os novos, desde que as notas sejam maiores.

Os demais campos seguem as orientações repassadas até o presente momento.

Compete à Equipe Pedagógica a validação dos registros mediante emissão de parecer.

As Equipes Gestoras encaminharão ao NRE, até o dia **22/12/2021**, a relação dos estudantes prioritários (com rendimento escolar abaixo do previsto para a fase), ou seja, que foram atendidos com a oferta de recuperação, com os resultados por eles obtidos, para acompanhamento da efetivação da ação “Se liga! É tempo de aprender mais!” pela equipe de tutoria pedagógica dos NRE.



ePROTOCOLO



Documento: **076_SeLiga_Etempodeaprendermais_2021.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Roni Miranda Vieira** em 09/11/2021 16:04, **Eliana Provenci Albano** em 09/11/2021 17:57.

Inserido ao protocolo **17.258.457-8** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 09/11/2021 11:50.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
5b5dd7b10d86c67f982e2cf6e3de74a9.

ANEXO K



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



Ofício Circular nº 081/2022 - DEDUC/SEED

Curitiba, *datado eletronicamente*.

Assunto: Se Liga! É tempo de aprender mais!

Prezados(as) Senhores(as),

O final do ano letivo se aproxima, sendo necessário implementar ações que viabilizem a **intensificação da aprendizagem dos estudantes**, tanto para os que avançaram em seu rendimento escolar, como aos que precisam de apoio para a superação das dificuldades de aprendizagem. Assim, a partir do **dia 28/11/2022**, a organização das aulas terá como foco a proposta “Se Liga! É Tempo de Aprender Mais!”

Para intensificar a aprendizagem, é necessário planejar e desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, adequadas aos diferentes perfis dos estudantes, para o desenvolvimento das atividades de recuperação, reforço e aprofundamento da aprendizagem.

Os encaminhamentos e as ações a serem realizadas neste período de intensificação de aprendizagem deverão ser planejados no coletivo, envolvendo professores, equipe pedagógica e direção, sendo posteriormente apresentados ao Conselho Escolar, para análise e aprovação.

É fundamental que a intencionalidade e os encaminhamentos sejam socializados de forma clara e objetiva com toda a comunidade escolar (alunos, pais, agentes educacionais, professores e equipe gestora), para que compreendam a importância do engajamento de todos nesse período.

Os combinados e as estratégias a serem desenvolvidos precisam ser registrados pela escola e acompanhados pelo NRE. Nesse contexto, seguem as orientações para a implementação da ação “Se Liga! É tempo de aprender mais” no anexo deste Ofício.

Cabe ressaltar que **nenhum estudante pode ser dispensado das aulas durante o “Se Liga!”**, assegurando-se o cumprimento de, no mínimo, 800 horas de efetivo trabalho escolar com todos os alunos.

Desejamos muito sucesso em mais essa possibilidade de intensificar e melhorar o ensino dos nossos estudantes!!!

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

Eliana Provenci Albano

Departamento de Acompanhamento Pedagógico

Assinado eletronicamente

Roni Miranda Vieira

Diretoria da Educação

Decreto n.º 4.717/2020

Aos Chefes e Coordenadores Pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação e Diretores



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



ANEXO

ORIENTAÇÕES “SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS!”

Para implementação dessa proposta, será necessário considerar:

- a Constituição Federal, Art. 205;
- a LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 12, inciso V; Art. 13, inciso IV; e Art. 24, a, c, e;
- o Parecer n.º 12/1997 - CNE/CEB, que complementa a LDBEN n.º 9.394/1996, item 2.1;
- a Deliberação n.º 07/1999 - CEE/PR, que trata das normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio;
- a Resolução n.º 3.794/2004, que estabelece a nota 6,0 (seis vírgulas zero) como média de aprovação para os estudantes da rede pública estadual de educação básica, a partir do ano letivo de 2005;
- a Instrução n.º 15/2017 - SUED/SEED, que dispõe sobre a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção dos(as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná, principalmente nos seguintes itens:
 - 11.1 Cabe à instituição de ensino garantir a todos os estudantes direitos de aprendizagem para que possam avançar em seu percurso escolar, bem como oportunizar meios para recuperação dos estudantes que se encontram em situação de menor rendimento.
 - 11.2 Cabe ao docente cuidar da aprendizagem dos estudantes, acompanhar, realizar interação e estabelecer estratégias para a recuperação aos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- O Referencial para elaboração do Regimento Escolar da Educação Básica.

OBJETIVOS

A proposta do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” tem dois objetivos fundamentais:

- **Retomar conteúdos essenciais**, para o desenvolvimento das habilidades e competências, além de **reavaliar estudantes** que apresentaram defasagens nos objetivos de aprendizagem ao longo do ano letivo, apesar das recuperações paralelas ofertadas;
- **Aprofundar os conhecimentos** dos estudantes que avançaram em seu desenvolvimento escolar, independentemente de terem atingido a média anual.

Para atingir esses objetivos, as escolas precisam planejar e desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, adequadas aos diferentes grupos de atendimento, conforme as necessidades das aprendizagens, sendo prioridade a **utilização de metodologias diferenciadas** com os estudantes que apresentam baixo rendimento escolar, a partir da leitura, interpretação de texto, escrita e resolução de problemas nos diferentes componentes curriculares/áreas do conhecimento.

Também é o momento de **valorizar e potencializar a aprendizagem dos estudantes** que desenvolveram adequadamente as habilidades e competências ao longo do ano letivo, os quais poderão ser convidados a apoiar os estudantes com dificuldades de aprendizagem, por meio da aprendizagem entre pares ou do Programa Aluno Monitor. Além disso, a esses estudantes podem



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



ser propostas atividades desafiadoras envolvendo pesquisa, observação sistemática de procedimentos complexos que envolvem os componentes curriculares e seus objetivos de aprendizagem, trabalho com a comunidade local, oficinas de artes, eventos esportivos e culturais.

Destaca-se a importância do planejamento coletivo para a organização diferenciada dos tempos e espaços escolares, priorizando o desenvolvimento das habilidades imprescindíveis ao prosseguimento da escolarização.

INTENCIONALIDADE

A intencionalidade do “Se Liga!” é oportunizar a todos os estudantes a possibilidade de aprofundar seu estágio de desenvolvimento escolar, expressando seus conhecimentos e suas habilidades em situações de aprendizagens diferenciadas, podendo ser organizados por níveis de aprendizagem.

Para que isso se concretize, é necessária a elaboração de um planejamento customizado, principalmente nesse ano em que todos os estudantes retornaram às aulas de forma presencial e que se evidenciou várias defasagens oriundas do período pandêmico.

Portanto, é fundamental que a intencionalidade deste trabalho e os encaminhamentos sejam divulgados à toda a comunidade escolar (alunos, pais, agentes educacionais, professores e equipe gestora), para que compreendam a importância do engajamento de todos durante essa fase.

Também é muito importante que todos os combinados e estratégias a serem desenvolvidos sejam registrados pela escola e acompanhados pelo NRE.

FREQUÊNCIA

A entrega das atividades **não irá gerar abono das faltas registradas** durante o ano letivo.

O registro da frequência durante o “Se Liga!” segue a organização da grade horária da escola já inserida no RCO, independentemente dos arranjos diferenciados de tempos e espaços para o trabalho por grupos de atendimento: aprofundamento, reforço e recuperação.

Todos os estudantes devem frequentar as aulas e ser inseridos num dos grupos, mesmo que tenham atingido notas acima da média.

Para os **estudantes que estavam em situação de abandono escolar**, os quais foram inseridos no Sistema Educacional da Rede de Proteção/SERP pelo Programa de Combate ao Abandono Escolar/PCAE, retornaram à escola por meio de busca ativa, recuperaram suas aprendizagens, expressa em médias acima de 6,0, obtendo aprovação por nota, mas estão reprovados por frequência, a estes especificamente, será possibilitada a **reclassificação** no início de fevereiro de 2023, conforme consta na Instrução n.º 15/2017 - SUED/SEED, item 4.4.

4.4 Os(as) estudantes que retornarem à instituição de ensino após as ações de combate ao abandono escolar, e que não apresentarem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no cômputo geral do total de horas letivas, ainda que com média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), serão retidos no anos/períodos/etapas/ciclos/semestres/blocos; a) a estes estudantes deverá ser ofertado um Plano de Estudos Especiais para recuperação dos conteúdos; b) àqueles que obtiverem rendimento satisfatório deverão ser ofertados os processos de Reclassificação no ano seguinte, conforme preceitos legais.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO

Assim como em 2021, neste ano **todos os estudantes participarão do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”**, sendo essencial a organização do trabalho por **grupos de atendimento: aprofundamento, reforço e recuperação**, ou seja, todos voltados para a intensificação das aprendizagens.

O **aprofundamento** é destinado aos estudantes que acompanham bem o processo de ensino e aprendizagem. Sugere-se que desenvolvam a monitoria de outros estudantes que apresentam algumas defasagens no desenvolvimento das habilidades, ou que possam participar de propostas de trabalho instigadoras como a pesquisa de temas transversais, oficinas culturais, atividades esportivas, projetos ambientais, promovendo a aprendizagem entre pares.

O **reforço** é destinado aos estudantes que acompanham o processo de ensino e aprendizagem, porém apresentam defasagens pontuais de aprendizagem em algum componente curricular/área do conhecimento, precisando desenvolver habilidades específicas. Para esses é importante a retomada dos objetivos de aprendizagem que são pré-requisito para a série seguinte, por meio de atividades mão na massa e uso das plataformas educacionais.

A **recuperação de estudos** será ofertada aos estudantes que possuem dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura, interpretação e escrita, cálculos e resolução de problemas, habilidades essenciais para acompanhar a série seguinte. A proposta de um trabalho interdisciplinar que viabilize a retomada de conceitos, a proposta de atividades mão na massa que oportunizem o desenvolvimento da habilidade e leitura, interpretação e escrita em todas as áreas do conhecimento, aliada a resolução de cálculos e situações-problema, com o apoio de um aluno monitor, promovendo o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

O atendimento desses diferentes grupos pressupõe uma organização diferenciada das turmas por série, componente curricular/área do conhecimento, além da participação dos estudantes nas atividades de contraturno: Programa Mais Aprendizagem, Sala de Recursos Multifuncionais, grupo de estudos com o apoio do Aluno Monitor.

É importante que o professor avalie o trabalho desenvolvido dentro da proposta do currículo priorizado, focado nas principais habilidades a serem desenvolvidas, a partir da abordagem dos conteúdos considerados imprescindíveis à continuidade do processo de escolarização. Compreende-se que algumas defasagens estão associadas às desigualdades educacionais desencadeadas pela pandemia.

Para a **organização dos estudantes**, dentro dos grupos de atendimento, segue a sugestão de algumas planilhas disponibilizadas pelo *link*:

Planilha do Ensino Médio:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1rxlkH3_qYRattlca501AZJ27c1sXtUVAhc7ztZXDHEE/edit?usp=sharing

Planilha do Ensino Fundamental:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/165iqcnS1Ni7fzC_RJMOyMyroO5c09VuNrvjVB2UAIRU/edit?usp=sharing



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC



ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS

A organização dos tempos, espaços e rotinas ocorrerá de acordo com as necessidades pedagógicas de cada grupo de atendimento, buscando transformá-los em contextos que potencializam a aprendizagem, inclusive com a flexibilização dos horários de aula e utilização dos espaços, priorizando a realização das atividades diferenciadas.

Todos os profissionais da educação precisam estar engajados no planejamento para que os espaços se transformem em espaços de aprendizagem. Não se trata de propor um trabalho de recuperação, mas de ensinar e aprender a partir de uma outra proposta metodológica.

É importante oportunizar diferentes situações de aprendizagem para que os estudantes consigam se apropriar dos conteúdos essenciais, a partir dos quais desenvolvem as habilidades e competências imprescindíveis à continuidade de sua trajetória escolar.

METODOLOGIAS DIVERSIFICADAS

Para intensificar a aprendizagem é preciso selecionar metodologias pertinentes às habilidades a serem desenvolvidas nos componentes curriculares/áreas do conhecimento, bem como a utilização de metodologias ativas por meio de atividades mão na massa e a utilização de novas estratégias de ensino, que oportunizem, ao mesmo tempo, a aprendizagem e a avaliação.

As atividades devem ser planejadas coletivamente, tendo como foco a intervenção pedagógica para aprendizagem, por meio de trabalhos em grupo, atividades práticas que envolvam materiais concretos, experiências, atividades orais, seminários, projetos, rotações por estações, estudos de caso, aprendizagem em pares, júri simulado, resolução de problemas, pesquisas, estudos dirigidos, avaliações escritas e orais, oficinas, monitoria de alunos, atividades que utilizem os recursos tecnológicos e digitais, sala de aula invertida, aulas com foco interdisciplinar.

RECURSOS PARA POTENCIALIZAR A APRENDIZAGEM

Inglês Paraná - No período do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” é importante identificar o nível de aprendizagem em que os alunos se encontram na plataforma, para que sejam retomadas as atividades que favoreçam o alcance das habilidades relacionadas à **produção e compreensão oral**, e os estudantes possam ser avaliados por meio do conhecimento sobre elementos extralinguísticos e marcas linguísticas típicas da oralidade em situações do dia a dia e de interação oral, utilizando adequadamente a língua inglesa. A avaliação da habilidade de leitura poderá ser realizada através da compreensão textual, levando em consideração suas condições de produção, informações explícitas e implícitas, a emissão de opiniões a respeito do tema e do conteúdo do texto. As habilidades de escrita poderão ser avaliadas observando as produções escritas propostas nas atividades da plataforma, identificando linguagem formal e informal, considerando também o uso adequado dos recursos linguísticos propostos.

Prova Paraná - Durante o “Se Liga!” sugere-se a disponibilização de atividades que envolvam as habilidades essenciais avaliadas na Prova Paraná 1º e 2º edição e que apresentaram menor percentual de acertos. Compreende-se que esse trabalho oportuniza aos estudantes o desenvolvimento de habilidades específicas até o momento não dominadas. Seguem *links* para consulta:



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



- Prova Paraná 1ª edição:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1oi6BM3kmQiVVOGFjYeWgtkLYQe_tugEl/edit#gid=147981962,
- Prova Paraná 2ª edição:
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hjltPV1yTVYrzkluvza9CRMMy8kAAZ5M9/edit#gid=737176767>

Para acessar os descritores avaliados na Prova Paraná 3º edição, acesso o *link*:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1iEEFvWo75IYR8tA1gxGTi0UqeOVbxcCa/edit?usp=drive_web&ouid=116064971645411099938&rtfpof=true

Redação Paraná - No período do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” é importante que os professores retomem com os estudantes os gêneros discursivos\textuais essenciais para a etapa escolar e proponham a realização das redações que se encontram na página do aluno no *status* “PENDENTE”. Orienta-se que o professor conclua a correção de todas as redações que foram realizadas a qualquer tempo pelos estudantes, como forma de evidenciar se houve o desenvolvimento das habilidades essenciais no processo de produção textual e observar se os objetivos de aprendizagem previstos foram alcançados.

Matific - No decorrer dos trabalhos pedagógicos que contemplam a proposta do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, professores e estudantes têm a oportunidade de vivenciar uma abordagem estimuladora em relação aos saberes, às habilidades e às competências próprias da Matemática. Com a utilização desta plataforma educacional é possível que os professores encorajem os estudantes para o desenvolvimento do raciocínio lógico de forma lúdica, contemplem, retomem, reforcem e aprofundem objetivos de aprendizagem e conteúdos específicos de maneira integrada a elementos dos jogos (gamificação). Também podem acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes por meio dos *scores* que demonstram o progresso da aprendizagem. Para os estudantes, o uso da plataforma educacional durante as aulas de matemática estimula o aprimoramento de habilidades e competências articuladas à compreensão conceitual, ao pensamento concreto e abstrato voltado para a resolução de problemas, a aguçar o espírito investigativo para a produção de argumentos matemáticos, à identificação de erros e acertos via correções instantâneas, ao pensamento crítico e, ainda, tende a suprir as lacunas de aprendizagem relativas à aritmética, álgebra, geometria, estatística e probabilidade ao promover situações destinadas à autonomia, criatividade, ludicidade e motivação. Por fim, corrobora para que os estudantes aprendam no coletivo, em grupos e de maneira cooperativa, sendo possível o emprego de uma aprendizagem ativa.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O olhar para a avaliação deve estar comprometido com a formação integral do estudante, evidenciando o que ele já sabe, o quanto avançou no processo, o que ainda falta para acompanhar o ano seguinte, representando em forma de nota o que ele produz de mais assertivo.

A recuperação é compreendida como retomada dos conteúdos essenciais com propostas de reavaliação que oportunizem aos estudantes momentos diversificados para demonstrarem a apropriação de sua aprendizagem.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO - DEDUC**



Para a avaliação da aprendizagem dos estudantes, nesse período, deve-se considerar as seguintes ações:

- Utilização de novos instrumentos avaliativos ou formatos de avaliação para a recuperação do rendimento dos trimestres/bimestres anteriores, os quais não poderão ter um valor maior do que 10,0 (dez) para cada período avaliativo.
- Retomada dos conteúdos de forma diferenciada, reavaliação e registro da nota obtida no campo “Se Liga!”, como forma de valorizar o esforço dos estudantes que melhoraram seu rendimento, avançando em sua aprendizagem.
- Utilização dos materiais disponibilizados no *link*, os quais contemplam os conteúdos essenciais previstos para cada ano/série, os quais são pré-requisitos para alcançar novas aprendizagens, abordando questões nas quais os alunos apresentaram menor rendimento nas avaliações diagnósticas. Indica-se que, a partir das aulas sugeridas, os professores façam adequações de acordo com os diferentes níveis de aprendizagens, propondo atividades avaliativas correlatas.

FORMAS DE REGISTRO

Os professores deverão lançar a frequência normalmente, de acordo com o suprimento nas turmas de origem.

No **Livro Registro de Classe Online (LRCO)** há um campo específico para o lançamento das notas no 1º, 2º e 3º trimestres do “Se liga! É tempo de aprender mais!”, disponível para o preenchimento pelos professores, conforme desenvolvimento da proposta. Será validada a maior nota apresentada no período avaliativo e computada automaticamente.

Quanto ao **Livro Registro de Classe (LRC) físico**, as atualizações das notas dos estudantes também deverão constar nele, porém sem rasuras dos registros anteriores, ou seja, os registros antigos continuarão constando no LRC, mas serão considerados os novos, desde que as notas sejam maiores.

Compete à Equipe Pedagógica a validação dos registros mediante emissão de parecer.



ePROTOCOLO



Documento: **081_Oficio_Circular_SeLiga_Etempodeaprendermais_2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Eliana Provenci Albano (XXX.515.939-XX)** em 10/11/2022 16:47, **Roni Miranda Vieira (XXX.851.659-XX)** em 10/11/2022 17:04.

Inserido ao protocolo **18.485.809-6** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 10/11/2022 15:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
5f86fdc5c75202a5ea69cc922963cd15.

ANEXO L



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**

Of. Circular n.º 069/2023 – DEDUC/SEED

Curitiba, *datado eletronicamente*.

Assunto: Se Liga! É tempo de aprender mais!

Prezados(as) Chefes,

O ano letivo de 2023 foi pautado no intenso desenvolvimento de ações significativas para o sucesso escolar dos estudantes. Dando continuidade a esse processo, chegou o momento de implementar ações que viabilizem a **intensificação da aprendizagem dos estudantes**, tanto para aqueles que avançaram em seu rendimento escolar, como para aqueles que necessitam de apoio na superação das dificuldades de aprendizagem.

Sendo assim, a partir do **dia 27/11/2023**, as aulas deverão ser organizadas considerando a proposta do “Se Liga! É Tempo de Aprender Mais!”.

Ressaltamos que, para intensificar a aprendizagem, é necessário planejar e desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, adequadas aos diferentes perfis dos estudantes, para o desenvolvimento das atividades de **recuperação, reforço e aprofundamento** da aprendizagem.

Dessa forma, os encaminhamentos e as ações, a serem realizadas nesse período de intensificação de aprendizagem, deverão ser planejados coletivamente, envolvendo professores, equipe pedagógica e direção, sendo, posteriormente, necessária sua apresentação ao Conselho Escolar, para análise e aprovação.

É fundamental que a intencionalidade e os encaminhamentos sejam socializados de forma compreensível e objetiva com toda a comunidade escolar (estudantes, pais, agentes educacionais, professores, equipe pedagógica e direção), para que compreendam a importância do engajamento de todos.

Destacamos que os combinados e as estratégias a serem desenvolvidas precisam ser registrados pela instituição de ensino e acompanhadas pelo NRE.

Nesse contexto, seguem as orientações para a implementação da ação “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, no anexo deste Ofício Circular.

Salientamos que essa proposta de intensificação **é para todos os estudantes e nenhum estudante poderá ser dispensado das aulas durante o “Se Liga!”**, assegurando-se o cumprimento de no mínimo 800 horas para o Ensino Fundamental e 1000 horas para o Ensino Médio, de efetivo trabalho escolar e o direito de aprender mais **para todos**.

Aos Chefes dos Núcleos Regionais de Educação



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**

Desejamos muito sucesso em mais essa possibilidade de intensificar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes!
Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

Eliana Provenci

Chefe do Departamento de Acompanhamento Pedagógico
Decreto n.º 673/2023

De acordo,

Assinado eletronicamente

Anderfábio Oliveira dos Santos

Diretor de Educação
Decreto n.º 209/2023



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**

**ANEXO
ORIENTAÇÕES “SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS!”**

Para implementação dessa proposta, será necessário considerar:

- a Constituição Federal, Art. 205;
- a LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 12, inciso III e V; Art. 13, inciso III e IV; e Art. 24, inciso II, a e c, inciso IV, inciso V, a e e, inciso VI;
- o Parecer n.º 12/1997 - CNE/CEB, que complementa a LDBEN n.º 9.394/1996, item 2.1;
- a Deliberação n.º 07/1999 - CEE/PR, que trata das normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio;
- a Resolução n.º 3.794/2004, que estabelece a nota 6,0 (seis vírgulas zero) como média de aprovação para os estudantes da rede pública estadual de educação básica, a partir do ano letivo de 2005;
- a Instrução Normativa n.º 15/2017 - SUED/SEED, que dispõe sobre a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção dos(as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná, principalmente nos seguintes itens:
 - Cabe à instituição de ensino garantir a todos os estudantes direitos de aprendizagem para que possam avançar em seu percurso escolar, bem como oportunizar meios para recuperação dos estudantes que se encontram em situação de menor rendimento.
 - Cabe ao docente cuidar da aprendizagem dos estudantes, acompanhar, realizar interação e estabelecer estratégias para a recuperação aos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- o Referencial para elaboração do Regimento Escolar da Educação Básica.

OBJETIVOS

A proposta do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” tem dois objetivos fundamentais:

- Retomar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento das habilidades e competências, além de reavaliar estudantes que apresentaram defasagens com relação aos objetivos de aprendizagem ao longo do ano letivo, apesar das recuperações paralelas ofertadas;
- Aprofundar os conhecimentos dos estudantes que avançaram em seu desenvolvimento escolar, independentemente de terem atingido a média anual.

Para atingir esses objetivos, as instituições de ensino necessitam planejar e desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, adequadas aos diferentes grupos de atendimento, conforme as necessidades das aprendizagens, sendo prioridade a utilização de metodologias diferenciadas com os estudantes que apresentam baixo rendimento escolar, a partir da leitura, interpretação de texto, escrita e resolução de problemas, nos diferentes componentes curriculares/áreas do conhecimento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC

Também é o momento de valorizar e potencializar a aprendizagem dos estudantes que desenvolveram adequadamente as habilidades e competências ao longo do ano letivo, os quais precisam ser incentivados a apoiar os estudantes com dificuldades de aprendizagem, por meio da aprendizagem entre pares ou do Programa Aluno Monitor. Além disso, a esses estudantes podem ser propostas atividades desafiadoras envolvendo pesquisa, observação sistemática de procedimentos complexos que envolvem os componentes curriculares e seus objetivos de aprendizagem, trabalho com a comunidade local, oficinas de artes, eventos esportivos e culturais.

Destaca-se a importância da continuidade do planejamento coletivo, iniciado em 29/08/2023 (Dia de Estudo e Planejamento), para a organização diferenciada dos tempos e espaços escolares, priorizando o desenvolvimento das habilidades imprescindíveis ao prosseguimento da escolarização, de acordo com a formação realizada no Seminário dos Diretores. Seguem os *links* dos materiais:

- Oficina: “**Se Liga! É tempo de aprender mais!**”:
https://docs.google.com/presentation/d/19XSqBlqzUpjiAQo_dnaw7KQiiH55MC9U4RvY6M3QGgE/edit#slide=id.p1
- [Calendário](#) para planejamento
- [Quadro de fases](#) do Se Liga!
- Infográficos: [Planejamento](#); [Acompanhamento](#) e [Avaliação](#)
- Formulário: [“Opções para minha escola”](#)

INTENCIONALIDADE

A intencionalidade do “Se Liga!” é oportunizar a todos os estudantes a possibilidade de aprofundar seu estágio de desenvolvimento escolar, expressando seus conhecimentos e suas habilidades em situações de aprendizagens diferenciadas, organizados por níveis de aprendizagem.

Para que isso se concretize, é necessária a elaboração de um planejamento customizado, principalmente nesse ano, em que todos os estudantes retornaram às aulas de forma presencial e que se evidenciou várias defasagens oriundas do período pandêmico.

Portanto, é fundamental que a intencionalidade deste trabalho e os encaminhamentos sejam divulgados a toda a comunidade escolar (estudantes, pais, agentes educacionais, professores e equipe gestora), para que compreendam a importância do engajamento de todos, durante essa fase.

Também é muito importante que todos os combinados e estratégias a serem desenvolvidos sejam registrados pela instituição de ensino e acompanhados pelo NRE.

FREQUÊNCIA

A participação e entrega das atividades **não irá gerar abono das faltas registradas** durante o ano letivo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC

O registro da frequência durante o “Se Liga!” segue a organização da grade horária da instituição de ensino já inserida no RCO, independentemente dos arranjos diferenciados de tempos e espaços para o trabalho por grupos de atendimento: aprofundamento, reforço e recuperação.

Todos os estudantes devem frequentar as aulas e serem inseridos num dos grupos, independentemente das notas acima da média.

Para os **estudantes que estavam em situação de abandono escolar**, os quais foram inseridos no Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP, pelo Programa de Combate ao Abandono Escolar - PCAE, retornando à instituição de ensino, por meio de busca ativa, que recuperaram suas aprendizagens, expressas em médias acima de 6,0, obtendo aprovação por nota, mas estão reprovados por frequência, especificamente, será possibilitada a **reclassificação** no início de **fevereiro de 2024**, conforme consta na Instrução n.º 15/2017 - SUED/SEED, item 4.4, a saber:

4.4 Os(as) estudantes que retornarem à instituição de ensino após as ações de combate ao abandono escolar, e que não apresentarem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no cômputo geral do total de horas letivas, ainda que com média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), serão retidos nos anos/períodos/etapas/ciclos/semestres/blocos; a) a estes estudantes deverá ser ofertado um Plano de Estudos Especiais para recuperação dos conteúdos; b) àqueles que obtiverem rendimento satisfatório deverão ser ofertados os processos de Reclassificação no ano seguinte, conforme preceitos legais.

POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO

Todos os estudantes participarão do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, até o último dia letivo, sendo essencial a organização do trabalho por **grupos de atendimento: aprofundamento, reforço e recuperação**, ou seja, todos voltados para a intensificação das aprendizagens.

O **aprofundamento** é destinado aos estudantes que acompanham bem o processo de ensino e aprendizagem e que estão nos *níveis adequado e avançado*. Orienta-se que esses estudantes façam a monitoria de outros estudantes que apresentam algumas defasagens no desenvolvimento das habilidades, como **alunos monitores**, e também possam participar de propostas de trabalho instigadoras como a pesquisa de temas transversais, oficinas culturais, atividades esportivas, projetos ambientais, promovendo a aprendizagem entre pares e o desenvolvimento das dez competências gerais.

O **reforço** é destinado aos estudantes que acompanham o processo de ensino e aprendizagem e que estão nos *níveis básico e adequado*, porém apresentam defasagens pontuais de aprendizagem em algum componente curricular/área do conhecimento, precisando desenvolver habilidades específicas. Para esses, é importante a retomada dos objetivos de aprendizagem que são pré-requisitos para a *série/ano* seguinte, por meio de atividades mão na massa e uso das plataformas educacionais.

A **recuperação de estudos** será ofertada aos estudantes que estão nos *níveis abaixo do básico e básico* e que possuem dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura, interpretação e escrita, cálculos e resolução de problemas, habilidades essenciais para acompanhar a *série/ano* seguinte. A proposta de um trabalho interdisciplinar, que viabilize a



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**

retomada de conceitos, a proposta de atividades mão na massa, que oportunizem o desenvolvimento da habilidade de leitura, interpretação e escrita, em todas as áreas do conhecimento, aliada à resolução de cálculos e situações-problema, com o apoio de um **aluno monitor**, promovendo a aprendizagem entre pares e em pequenos grupos, visa ao desenvolvimento das habilidades cognitivas.

O atendimento desses diferentes grupos pressupõe uma organização diferenciada das turmas, organizando-os por série, componente curricular/área do conhecimento, dificuldades de aprendizagem, além da participação dos estudantes nas atividades de contraturno: Programa Mais Aprendizagem, Sala de Recursos Multifuncionais, grupo de estudos com o apoio do Aluno Monitor.

Os reagrupamentos deverão ser definidos coletivamente com os professores dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parte Diversificada no Ensino Fundamental, da Formação Geral Básica (FGB), Parte Flexível Obrigatória (PFO), Itinerários Formativos Integrados no Ensino Médio, de acordo com a etapa, modalidade e Matriz Curricular, uma vez que todos são avaliados e contribuem para a aprendizagem dos estudantes.

É importante que o professor avalie o trabalho desenvolvido dentro da proposta do currículo priorizado no Ensino Fundamental e demais referenciais curriculares, focado nas principais habilidades a serem desenvolvidas, a partir da abordagem dos objetos do conhecimento considerados imprescindíveis à continuidade do processo de escolarização. Compreende-se que algumas defasagens estão associadas às desigualdades educacionais desencadeadas pela pandemia.

Para a **organização dos estudantes** dentro dos grupos de atendimento, segue a sugestão de algumas planilhas disponibilizadas nos *links*. **A ESCOLA PRECISAR FAZER UMA CÓPIA DAS PLANILHAS** para edição, bem como acrescentar os demais componentes curriculares ofertados de acordo com a matriz curricular, antes de utilizar as sugestões:

✓ **Planilha do Ensino Médio:**

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1q78mLavBerlbHP_mxZwGHPm_sQEVqQnBk3KxTjQPIOQ/edit#gid=1088910946

✓ **Planilha do Ensino Fundamental:**

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Exn1IpEzFr1g3_JY9XWEI7cUL7fN42vSTR8PBLrTinY/edit#gid=1877533568

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS

A organização dos tempos, espaços e rotinas deverá ocorrer de acordo com as necessidades pedagógicas de cada grupo de atendimento, buscando transformá-los em contextos que potencializam a aprendizagem, inclusive com a **flexibilização dos ensalamentos, horários de aula, de professores e utilização dos espaços** diferenciados de cada instituição de ensino, priorizando a realização das atividades diferenciadas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC

Todos os profissionais da educação precisam estar engajados no planejamento, para que os espaços se transformem em espaços de aprendizagem. Não se trata de propor um trabalho de recuperação, mas de **ensinar e aprender a partir de uma outra proposta metodológica**.

É importante oportunizar diferentes situações de aprendizagem para que os estudantes consigam se apropriar dos conteúdos essenciais, a partir dos quais desenvolvem as habilidades e competências imprescindíveis à continuidade de sua trajetória escolar.

METODOLOGIAS DIVERSIFICADAS

Para intensificar a aprendizagem, é necessário selecionar metodologias pertinentes às habilidades a serem desenvolvidas nos componentes curriculares/áreas do conhecimento, para recuperação, reforço e aprofundamento, bem como a utilização de metodologias ativas, por meio de atividades mão na massa e a utilização de novas estratégias de ensino que oportunizem, ao mesmo tempo, a aprendizagem e a avaliação.

As atividades devem ser planejadas coletivamente, tendo como foco a **intervenção pedagógica para aprendizagem**, por meio de trabalhos em grupo, atividades práticas que envolvam materiais concretos, experiências, atividades orais, seminários, projetos, rotações por estações, estudos de caso, aprendizagem em pares, júri simulado, resolução de problemas, pesquisas, estudos dirigidos, avaliações escritas e orais, oficinas, monitoria de alunos, atividades que utilizem os recursos tecnológicos e digitais, sala de aula invertida, aulas com foco interdisciplinar.

RECURSOS PARA POTENCIALIZAR A APRENDIZAGEM

Inglês Paraná - No período do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” é importante identificar o nível de aprendizagem em que os estudantes se encontram na plataforma, para que sejam retomadas as atividades que favoreçam o alcance das habilidades relacionadas à **produção e compreensão oral**, e os estudantes possam ser avaliados por meio do conhecimento sobre elementos extralinguísticos e marcas linguísticas típicas da oralidade, em situações do dia a dia e de interação oral, utilizando adequadamente a língua inglesa.

A avaliação da habilidade de leitura poderá ser realizada por meio da compreensão textual, levando em consideração suas condições de produção, informações explícitas e implícitas, a emissão de opiniões a respeito do tema e do conteúdo do texto.

As habilidades de escrita poderão ser avaliadas observando as produções escritas propostas nas atividades da plataforma, identificando linguagem formal e informal, considerando também o uso adequado dos recursos linguísticos propostos. Informa-se que, independentemente da importação das notas para o LRCO, é importante que os professores de Inglês utilizem atividades diversificadas, além da plataforma, para contemplar os diferentes níveis: aprofundamento, reforço e recuperação, de acordo com as necessidades pedagógicas de cada estudante.

Redação Paraná - No período do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, é importante que os professores retomem os gêneros discursivos/textuais essenciais para o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem, previstos para cada ano/série, com os



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**

estudantes que necessitam de recuperação ou reforço (nível abaixo do básico e básico) e proponham a realização das redações específicas para o “Se liga”.

Para os estudantes do nível adequado e avançado, orienta-se que os professores proponham as redações específicas disponíveis na Plataforma para o “Se Liga”, oportunizando, assim, atividades desafiadoras a partir de gêneros textuais diversificados. As mesmas propostas podem ser realizadas por meio de atividades impressas, aos estudantes que não têm acesso à internet.

Orienta-se que o professor conclua a correção de todas as redações que foram realizadas, em qualquer tempo, pelos estudantes, e que estejam no status “Aguardando Correção”, como forma de evidenciar se houve o desenvolvimento das habilidades essenciais no processo de produção textual e observar se os objetivos de aprendizagem previstos foram alcançados.

Leia Paraná - No período do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, é importante que os professores utilizem a plataforma para propor leituras que oportunizem a recuperação, o reforço ou o aprofundamento e fomentem formas diversificadas de engajamento dos estudantes para o desenvolvimento de capacidades leitoras globais, observando os objetivos de aprendizagem previstos e contemplados para aquela etapa/ano/série que foram alcançados. Orienta-se que o professor estimule os estudantes a escolherem um livro da plataforma com o qual se identificam ou, preferencialmente, que retomem uma obra que começou e não terminou de ler. Sugere-se que para o grupo de aprofundamento, a proposta do Leia Paraná esteja associada a outros objetivos de aprendizagem ou componentes curriculares, atendendo os estudantes que estão no nível adequado e avançado. Destaca-se que o professor tem a possibilidade de acompanhar o engajamento dos estudantes, por meio da aba “avaliações e estatísticas”, disponível na plataforma.

Matific - No decorrer dos trabalhos pedagógicos que contemplam a proposta do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, professores e estudantes têm a oportunidade de vivenciar uma abordagem estimuladora em relação aos saberes, às habilidades e às competências próprias da Matemática. Com a utilização desta plataforma educacional é possível que os professores instiguem os estudantes para o desenvolvimento do raciocínio lógico de forma lúdica, contemplem, retomem, reforcem e aprofundem objetivos de aprendizagem e conteúdos específicos, de maneira integrada a elementos dos jogos (gamificação). Também podem acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes por meio dos *scores* que demonstram o progresso da aprendizagem.

Para os estudantes, o uso da plataforma educacional Matific, durante as aulas de matemática, estimula o aprimoramento de habilidades e competências articuladas à compreensão conceitual, ao pensamento concreto e abstrato voltado para a resolução de problemas, a aguçar o espírito investigativo para a produção de argumentos matemáticos, à identificação de erros e acertos, via correções instantâneas, ao pensamento crítico e, ainda, tende a suprir as lacunas de aprendizagem relativas à aritmética, álgebra, geometria, estatística e probabilidade ao promover situações destinadas à autonomia, criatividade, ludicidade e motivação. Por fim, corrobora para que os estudantes aprendam no coletivo, em grupos e de maneira cooperativa, sendo possível o emprego de uma aprendizagem ativa.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC**

Khan Academy - No decorrer do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, o uso da plataforma educacional possibilita uma abordagem dinâmica para reforçar e aprofundar os objetivos de aprendizagem e conteúdos específicos da Matemática de maneira integrada, que foram trabalhados durante o ano letivo nas diferentes unidades temáticas, como álgebra, números, tratamento da informação, geometria, estatística e probabilidade. O estudante poderá realizar qualquer atividade do Curso Paraná, fazendo uso dos vídeos e artigos disponibilizados e realizando os exercícios propostos alinhados ao Currículo da Rede, suprimindo desta forma as suas lacunas de aprendizagem, podendo, também, fazer uso das dicas disponibilizadas em cada atividade, estimulando o aprimoramento das habilidades e competências trabalhadas. Ao realizar as atividades, identificando seus erros e acertos a partir da correção instantânea da plataforma e a possibilidade de tentar novamente, promove situações destinadas à autonomia, criatividade e motivação para a aprendizagem do estudante e entre pares.

Desafio Paraná - Uma das ações que objetivam colaborar para a recomposição da aprendizagem dos nossos estudantes durante o período do “Se Liga!” é a inclusão do Mega Desafio Paraná - Se Liga, disponibilizado na Plataforma Quizizz. São atividades criadas levando em consideração os descritores de menor acerto das Provas Paraná para cada série/ano, bem como os objetivos de aprendizagem mais significativos por componente curricular. Cada componente, em sua série/ano, receberá três *links* (um para cada perfil de estudante) e o professor poderá utilizá-los como instrumento de recuperação, reforço ou aprofundamento, como mais um processo de aprendizagem do “Se Liga!”.

As atividades do Mega Desafio Paraná - Se Liga estarão no *link* <https://sites.google.com/escola.pr.gov.br/se-liga2023?usp=sharing> e serão liberadas a partir do dia **20/11**, para análise das equipes e programação de atribuição nas escolas.

Formadores em Ação - informa-se que o “Se Liga! É tempo de Aprender Mais!” foi temática de dois encontros nos formadores. Orienta-se que os professores e pedagogos, que estavam inscritos nos Formadores em Ação, sejam convidados a socializar seus conhecimentos sobre as possibilidades de implementação da ação de intensificação da aprendizagem em seus componentes curriculares, contribuindo para um planejamento mais robusto.

Prova Paraná - Durante o “Se Liga!”, sugere-se a disponibilização de atividades que envolvam as habilidades essenciais avaliadas na Prova Paraná 1.ª e 2.ª edição e que apresentaram menor percentual de acertos. Compreende-se que esse trabalho oportuniza aos estudantes o desenvolvimento de habilidades específicas até o momento não dominadas. Seguem *links* para consulta:

✓ **Prova Paraná 1.ª edição:**

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1DHbeCJiRxTed77Y5-vUoPg1be6brPZ5n/edit#gid=1503576899>

✓ **Prova Paraná 2.ª edição:**

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1NN07X0fSdsRRNO1aJFP_gwZN5dmlenS1/edit#gid=1503576899



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC

Esses *links* contemplam os conteúdos essenciais previstos para cada ano/série, os quais são pré-requisitos para alcançar novas aprendizagens, abordando questões nas quais os estudantes apresentaram menor rendimento nas avaliações diagnósticas. Indica-se que, a partir das aulas sugeridas, os professores façam adequações de acordo com os diferentes níveis de aprendizagens, propondo atividades avaliativas correlatas.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O olhar para a avaliação deve estar comprometido com a formação integral do estudante, evidenciando o que ele já sabe, o quanto avançou no processo, o que ainda falta para acompanhar os objetivos de aprendizagem no ano seguinte, representando em forma de nota o que ele produz de mais assertivo.

A recuperação é compreendida como retomada dos conteúdos essenciais com propostas de reavaliação que oportunizem aos estudantes momentos diversificados para demonstrarem a apropriação de sua aprendizagem.

Para a avaliação da aprendizagem dos estudantes, nesse período, deve-se considerar as seguintes ações:

- Utilização de novos instrumentos avaliativos ou formatos de avaliação para a recuperação do rendimento dos trimestres/bimestres anteriores, os quais não poderão ter um valor maior do que 10,0 (dez) para cada período avaliativo.
- Retomada dos conteúdos de forma diferenciada, reavaliação e registro da nota obtida no campo “Se Liga!”, como forma de valorizar o esforço dos estudantes que melhoraram seu rendimento, avançando em sua aprendizagem.
- Para os estudantes que estão nos níveis adequado e avançado, indica-se que as atividades diferenciadas sejam avaliadas e transformadas em nota, como forma de incentivo e reconhecimento do seu esforço e participação.

FORMAS DE REGISTRO

Os professores deverão registrar a frequência normalmente, de acordo com o suprimimento nas turmas de origem.

No **Livro Registro de Classe Online (LRCO)**, há um campo específico para o registro das notas no 1.º, 2.º e 3.º trimestres do “Se liga! É tempo de aprender mais!”, disponível para o preenchimento pelos professores, conforme desenvolvimento da proposta. Será validada a maior nota apresentada no período avaliativo e computada automaticamente.

Quanto ao **Livro Registro de Classe (LRC) físico**, as atualizações das notas dos estudantes também deverão constar nele, porém sem rasuras dos registros anteriores, ou seja, os registros antigos continuarão constando no LRC, mas serão considerados os novos, desde que as notas sejam maiores.

Compete à Equipe Pedagógica a validação dos registros mediante emissão de Parecer.



ePROTOCOLO



Documento: **069_OficioCircular_SeLiga2023.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Eliana Provenci Albano (XXX.515.939-XX)** em 06/11/2023 09:54 Local: SEED/DEDUC/DAP/CH, **Anderfabio Oliveira dos Santos (XXX.722.749-XX)** em 06/11/2023 10:25 Local: SEED/DEDUC/CH.

Inserido ao protocolo **19.937.009-0** por: **Tatiane Valeria Rogerio de Carvalho** em: 06/11/2023 08:57.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
9a9a913c6c34baefc62709de953c0b.